

realizamos o *III Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento*, no ano de 2020, na modalidade online, pois atravessávamos um período peculiar na história da educação brasileira. Período este marcado pelo retrocesso político, cultural, institucional, nos pleitos eleitorais para os poderes executivo e legislativo das esferas municipal, estadual e federal. Pelo retrocesso no campo das políticas públicas de educação com implicações na gestão, na prática pedagógica e na infraestrutura da escola e das universidades públicas; pelo controle ideológico e desqualificação do trabalho docente e dos espaços escolar e universitário, sob a insígnia de uma “Escola sem Partido”.

Em resposta, os movimentos da classe trabalhadora, de coletivos populares e dos profissionais da educação e estudantil foram às ruas. No entanto, o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) veio a ser beneficiado pela pandemia da Covid-19 que retirou de circulação parcelas significativas da população e ceifou mais de setecentas mil vidas, somente no Brasil. Neste contexto, não sentíamos-nos vencidas(os). Urgia mantermos-nos firmes na luta, em defesa da educação, da escola e da universidade públicas; em defesa da liberdade de ensinar e aprender e da autonomia capaz de sistematizar, transmitir e socializar o conhecimento produzido historicamente.

Esta coletânea materializa as falas de conferencistas latino-americanos e brasileiros que abordaram os aspectos políticos, econômicos, sociais, educacionais, culturais e científico-tecnológicos daquele sinistro contexto. Os textos aqui organizados possibilitam ao leitor dela se apropriar como instrumento de luta na direção do socialismo, porquanto a História da América Latina está aberta.

ZULEIDE SIMAS DA SILVEIRA

Setembro, 159 anos depois da fundação da Associação Internacional do Trabalhadores

Muita bem-vinda a publicação do livro “Para onde vai a educação? Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina (homenagem aos 200 anos de Friederich Engels)”, organizado pelos professores Zuleide Simas da Silveira e Luiz Claudio Duarte.

O avanço da ditadura do capital financeiro trouxe consequências nefastas para a América Latina, dentre elas o retorno da extrema direita e suas falsas soluções para os graves problemas do capitalismo na região. Nos anos 1980 não conseguimos redemocratizar a América Latina e, curiosamente, países como a Argentina que conseguiram acertar contas com os militares, estão hoje totalmente controlados pela reprodução do capital fictício.

Como dizia Florestan Fernandes, a democracia na América Latina sempre foi restrita, frágil e constantemente golpeada. Uma das facetas da democracia restrita é a educação restrita, subdesenvolvida e dependente dos países imperialistas.

Pensar uma alternativa radical e abrangente a ordem do capital, pensar uma democracia ampla e popular, e possivelmente baseada em conselhos de trabalhadoras e trabalhadores, é um dos temas deste livro. O rápido avanço da mercantilização da educação em nossos países trouxe, contraditoriamente, espaços de resistência e embriões de educação para além do capital, que certamente serão fundamentais – como experiências de classe - na construção da nossa revolução e de nossa “Pátria Grande”.

HENRIQUE TAHAN NOVAES | UNESP MARÍLIA



Crise do Capital, Conservadorismo e Desafios à Democracia na América Latina



Homenagem aos 200 anos de Friedrich Engels

Para onde vai a Educação? Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina

Zuleide Simas da Silveira

Luiz Claudio Duarte

(orgs)



*Os ventos do norte não movem moinhos/
E o que me resta é só um gemido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos
tortos/Meu sangue latino/Minha alma cativa
Rompi tratados, traí os ritos/Quebrei a lança,
lancei no espaço/Um grito, um desabafo
E o que me importa é não estar vencido/
Minha vida, meus mortos, meus caminhos
tortos/Meu sangue latino/Minha alma cativa
(Secos & Molhados)*

A América Latina sangrava quando, em 1973, a música *Sangue latino*, de autoria de João Ricardo e Paulinho Mendonça, gravada no LP *Secos & Molhados* pelo grupo homônimo, veio a público fazer sucesso.

Latino-americanos vivenciávamos uma sequência de golpes de Estado, iniciada no Paraguai (1954-1989), continuada no Brasil (1964-1985), seguido pela Argentina (1966-1973; 1976-1983), Peru (1968-1980), Bolívia (1971-1982), Chile (1973-1990) e Uruguai (1973-1985), que comandou longos processos ditatoriais levados a cabo pelas burguesias locais e militares conservadores, sob o apoio do imperialismo estadunidense.

Marcada por metáforas e rimas, a música aponta para as veias abertas do continente latino-americano, cujo sangue derrama por entre caminhos tortos e mortos. À alma cativa resta o gemido, desde os tempos da colonização espanhola e portuguesa, quando a repressão no campo da cultura foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os povos originários, até aqueles anos de 1970 em que os aparelhos de repressão das ditaduras civis-empresariais-militares levaram milhares de pessoas a assumir pecados que não cometeram. Assim, sustentavam o prazer e o ódio de seus torturadores.

Contudo, o que importa é não estar ou sentir-se vencido.

Com este entendimento, os membros do GPETED, planejamos, organizamos e

**PARA ONDE VAI A EDUCAÇÃO?
CRISE DO CAPITAL, CONSERVADORISMO
E DESAFIOS À DEMOCRACIA NA
AMÉRICA LATINA**

(HOMENAGEM AOS 200 ANOS DE FRIEDRICH ENGELS)

Zuleide Simas da Silveira
Luiz Claudio Duarte
(organizadores)

**III Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento
GPETED**

Zuleide Simas da Silveira
Luiz Claudio Duarte
(orgs.)

**PARA ONDE VAI A EDUCAÇÃO?
CRISE DO CAPITAL, CONSERVADORISMO
E DESAFIOS À DEMOCRACIA NA
AMÉRICA LATINA**

(HOMENAGEM AOS 200 ANOS DE FRIEDRICH ENGELS)

1ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília/SP – 2023

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University - Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Mauricio Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Ed. Lutas Anticapital

Capa: Ed. Lutas Anticapital

P932 Para onde vai a educação? Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina (Homenagem aos 200 anos de Friedrich Engels) / Zuleide Simas da Silveira, Luiz Cláudio Duarte (Org.). - Marília : Lutas Anticapital, 2023. 468 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85404-02-0

1. Democracia – América Latina. 2. Capitalismo.
3. Conservantismo – América Latina. 4. Socialismo. I. Silveira, Zuleide Simas da. II. Duarte, Luiz Cláudio. III. Título.

CDD 320.351

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno
CRB 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: setembro de 2023

Editora Lutas Anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Sumário

Prefácio | A educação brasileira sob fogo cruzado e a resistência dos movimentos organizados - *Rodrigo Castelo*9

Apresentação | *Luiz Cláudio Duarte*19

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Imperialismo, Nacionalismos e Revolução na América Latina

Imperialismo, Nacionalismo y Revolución - ¿Cómo se proyectan en la actualidad? - *Adrián Sotelo Valencia*39

A Configuração de Burguesias Forjadas por Dentro do Capital-Imperialismo - *Virgínia Fontes*57

Nacionalismo e Revolução Social no Brasil: reflexão desde uma perspectiva latino-americana - *Nildo Domingos Ouriques*73

CONFERÊNCIA I

Educação e Crise de Hegemonia na América Latina pelas Lentes de A. Gramsci

A “Grande Política” para Enfrentar a Crise Orgânica e o Neofascismo - *Giovanni Semeraro*111

Oito Pontos em Torno do Estado Ocidental, Modernização e Fascistização - *Gilberto Calil*123

As Revoluções Passivas na América Latina e a Debilidade da Hegemonia Burguesa nas Periferias - *Marcos Del Roio*147

CONFERÊNCIA II

Regionalismo, Violência, Soberania Nacional

Forças Armadas e a Política: paradoxos e contradição da participação militar na Constituinte de 1946 - *Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha*191

Conexões Empresariais-Militares no Brasil (1949-1964) - *Renato Luís do Couto Neto e Lemos*205

Os Manuais da Escola Superior de Guerra e sua Concepção de Formação Político-Ideológica - *Luiz Claudio Duarte*223

CONFERÊNCIA III

Tempos Conservadores, Política, Religião e Educação na América Latina

O Fascismo como Projeto Social Global - *Tatiana Poggi*271

CONFERÊNCIA IV

Educação, Direitos Humanos e Políticas de Restrição de Liberdade

Educación, Derechos Educativos y Cárcel: una mirada desde una universidad argentina - *Analia Umpierrez*299

Educación en Cárceles Chile, Rol de las Universidades, Derecho a la Educación de los Privados/as de Libertad - *Violeta Acuña Collado*325

Educação, Direitos Humanos e Políticas de Restrição de Liberdade no Brasil - *Elionaldo Fernandes Julião*341

CONFERÊNCIA V

Educação e Crise do Capital e (Des)Medidas Conjunturais

Crise do Capital: algumas questões de natureza teórico-conceitual - *Roberto Bitencourt da Silva*363

Crise do Capital, Formulação e Desenvolvimento das Políticas Educacionais - *José dos Santos Souza*385

Os Rumos da Educação em Questão - *Zuleide Simas da Silveira*401

CONFERÊNCIA VI

Gênero, Raça, Classes e Perspectivas Teórico-Empíricas

Formas de Organización de Las Mujeres Trabajadoras del Hogar en América Latina: la interseccionalidad como una herramienta de análisis - *Jorgelina Loza*449

Prefácio

A educação brasileira sob fogo cruzado e a resistência dos movimentos organizados

Rodrigo Castelo

Em plena pandemia da Covid-19, profissionais da educação resistiram aos desmandos dos governantes de plantão e lutaram contra o genocídio patrocinado pelo governo federal (e seus aliados dos setores público e privado) em favor da vida humana. Ao mesmo tempo, labutaram sob precárias condições objetivas e subjetivas, sem auxílios financeiros e suporte técnico e pedagógico para o trabalho remoto. Nas universidades, Cefets e institutos federais, além do ensino, foram mantidas atividades de pesquisa e extensão. Algumas, inclusive, foram essenciais para salvar vidas. Sob a suspensão do cotidiano, em momento de extrema fragilidade social, a educação brasileira lutou, resistiu e trabalhou, a despeito das invectivas proferidas por reacionários e neofascistas.

O grupo de pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: pensamento crítico latino-americano e tradutibilidade de Antonio Gramsci (GPETED), da Universidade Federal Fluminense (UFF), é prova cabal do comprometimento ético e político da universidade pública com a população brasileira. Em 2020, o GPETED promoveu o III seminário Estado, trabalho, educação e desen-

volvimento: para onde vai a educação? – Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina (homenagem aos 200 anos de Friedrich Engels), que contou com a participação de mais de uma dezena de pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os e internacionais. E agora, sob o selo da editora Lutas Anticapital, a leitora e o leitor se deparam com o presente livro, fruto daquele III seminário realizado há três anos atrás.

A obra congrega 20 capítulos, que trazem uma ampla gama de temas e perspectivas dentro da rica tradição marxista e do pensamento crítico latino-americano. São textos baseados em transcrições das falas nas seis mesas do seminário, o que confere um caráter mais fluido para a leitura e o estudo, sem perda de profundidade nas análises. Diante da multiplicidade de temas abordados ao longo do livro, o fio condutor desse prefácio se baseará na pergunta contida no título do seminário: *para onde vai a educação?*, sem a pretensão de trazer uma resposta-síntese. Esta só é possível na luta e nas reflexões coletivas. Traremos tão somente algumas linhas investigativas para o debate público.

A crise orgânica contemporânea do modo de produção capitalista surgiu desde os anos 2007-08, se intensificou sobremaneira com a pandemia da Covid-19 e ainda está em curso, sem previsão para o seu fim. É uma crise de múltiplas dimensões que atinge a totalidade da produção e reprodução da vida no planeta. Para Antonio Gramsci, as crises orgânicas se diferenciam das crises conjunturais por alcançarem conjuntamente as estruturas econômicas e as superestruturas jurídicas, políticas, culturais e ideológicas. Tais crises são de longa duração e provocam fortes abalos no modo de produção capitalista, que pode ser superado pela revolução socialista a partir de uma ação combativa e resoluta da

classe trabalhadora e seus aliados em potencial, ou, de outro lado, pode levar ao fortalecimento do capitalismo via a emergência de um novo bloco histórico. O que decide os rumos da história em tempos de crise orgânica é a correlação de forças entre as classes fundamentais. No momento, o pêndulo está indo na direção dos interesses das classes dominantes. Mas isto pode mudar...

Ora, estamos atualmente imersos em uma crise orgânica. Esta crise começou nos Estados Unidos, coração do mercado mundial, e rapidamente se espalhou para outros centros, semiperiferias e periferias, tornando-se um fenômeno global. Como sabemos, o ritmo e a intensidade da crise são distintos em cada formação econômico-social. No Brasil, a crise orgânica aportou como uma crise de hegemonia, a partir das Jornadas de Junho em 2013, e ganhou força com a crise econômica de 2015-16, que por sua vez impulsionou a crise de hegemonia com o golpe de 2016. Crise de hegemonia e econômica se retroalimentam em um ciclo que parece interminável: está formada a crise orgânica no Brasil, a despeito de previsões de que a crise de 2008 seria uma marolinha por aqui. Tais erros de análise de conjuntura levaram a desastres políticos, como o esgotamento da estratégia democrático-popular no país e a ascensão neofascista.

Diante dessa crise orgânica, as classes dominantes brasileiras e o Estado ampliado (no sentido gramsciano de sociedade política & sociedade civil) colocaram em marcha o aprofundamento da supremacia rentista via políticas macroeconômicas de austeridade fiscal, algo herdado desde o segundo governo Fernando Henrique Cardoso e nunca desmontado no país, e um conjunto de contrarreformas legislativas (ensino médio, trabalhista, previdenciária etc.).

A educação brasileira não passou incólume por esse conjunto de macro transformações operadas pelas classes dominantes para contrarrestar as tendências destrutivas da crise capitalista. São mudanças realizadas tanto nas estruturas materiais como nas superestruturas políticas e culturais. Sendo assim, podemos afirmar que estamos diante de uma das ofensivas mais virulentas do grande capital financeiro financeirizado aos sistemas educacionais.

Na base dessa ofensiva classista, temos uma intensa mudança na acumulação capitalista desde o final dos anos 1960 e início dos 1970, quando emergiu o que o economista francês François Chesnais chamou de mundialização financeira ou, mais comumente conhecido, a financeirização. Naquele então, a alta burguesia reagiu à crise orgânica do final do século passado e à queda da taxa de lucro com o aumento das expropriações de meios de produção e de subsistência ao redor do globo e a criação de uma série de mecanismos inéditos de acumulação via o rentismo financeiro.

Ao contrário de leituras de viés keynesiano desse processo financeirizado na acumulação capitalista, que afirma o descolamento entre finanças e produção, aqui trabalhamos com a tese de que se tratam de formas inéditas de imbricação do grande capital bancário com o grande capital industrial nessa nova etapa do imperialismo. A produção de valores continua a ocorrer nos processos produtivos de exploração da força de trabalho, e não nas esferas financeiras. Na verdade, as finanças funcionam como setores de punção de riquezas produzidas alhures, no caso, no mundo do trabalho, cada vez mais submetido aos desígnios da hegemonia rentista.

Em busca de fronteiras de produção de riquezas, tais capitais financeirizados submetem esferas sociais a

sua lógica de reprodução. Esse fenômeno de submissão da produção às finanças, via o capital financeiro financeirizado, é vivenciado na educação brasileira especialmente no ensino superior, embora já se percebam movimentos dos grandes conglomerados na direção da educação básica (ensino médio e fundamental). Tendo como suporte a mercantilização do ensino superior e o fluxo generoso de recursos do fundo público (via Prouni e Fies), constatamos a formação de grandes conglomerados do capital financeiro financeirizado na educação brasileira – Cogna, Estácio de Sá, Cruzeiro do Sul, Anima, Ser Educacional, Devry, Laureate, Unip –, com forte participação de capitais estrangeiros. No caso específico, fundos de investimento (grande capital bancário) compram empresas educacionais (grande capital industrial) e as transformam em sociedades anônimas que passam a integrar seus portfólios de investimento, do qual a educação é apenas mais uma mercadoria e uma oportunidade de negócios.

Esta financeirização, contudo, não é um mero fenômeno especulativo ou disruptivo do capital, mas está assentada em sólidas bases materiais de superexploração e subsunção real e formal da força de trabalho educacional. Docentes, em particular, e profissionais da educação, como um todo, são submetidas e submetidos a mudanças estruturais no seu cotidiano profissional, com perda crescente sobre o controle dos seus processos de produção. A adoção de novos métodos gerenciais e de avaliação e de pacotes tecnológicos, com o crescimento exponencial do Ensino à Distância (EaD), na esteira da denominada Indústria 4.0, intensifica o ritmo laboral, expande as jornadas de trabalho, fragmenta e dispersa a força de trabalho em seus lares e em todo território nacional e enfraquece a luta sindical. O resultado é o

rebaixamento dos salários, a precarização das relações de trabalho e contratuais e o adoecimento físico e mental das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação. É nesse novo “chão de fábrica” que é produzido o mais-valor, que se torna lucro e, posteriormente, dividendos repartidos entre os acionistas das empresas educacionais de propriedade do capital financeiro financeirizado.

Todo esse processo de superexploração, precarização e subsunção formal e real da força de trabalho educacional ao capital financeiro financeirizado é consubstanciado por uma série de medidas defendidas e implementadas pelo Estado ampliado burguês no Brasil. No âmbito da sociedade política (instituições estatais), temos a reafirmação das políticas de austeridade fiscal e produção de superávits primários para pagamento de juros e amortizações da dívida interna, que consomem a maior fatia dos recursos do orçamento da União (e crescentemente de estados e municípios). O fim da Emenda Constitucional do teto dos gastos com a criação do Novo Arcabouço Fiscal não constitui o fim da supremacia rentista no Estado brasileiro, mas tão somente mecanismos engenhosos diante de uma nova conjuntura política para afrouxar o laço ao mesmo tempo que mantém a asfixia. A tecnocracia estatal dos ministérios, Banco Central, Tesouro Nacional e áreas afins continuam operando em favor da manutenção dos gastos anuais multibilionários da União com a dívida pública interna. E mais: o Novo Arcabouço Fiscal não desmonta toda a legislação nacional que mantém a supremacia rentista, como a Desvinculação das Receitas da União, a Lei de Responsabilidade Fiscal e uma série de decretos, normas etc.

Os sucessivos cortes e contingenciamentos de receitas públicas acabam por sufocar os projetos popu-

lares para a educação pública. Esta escassez econômica e financeira produzida pela política macroeconômica, em nome da supremacia rentista, é uma forma de Constranger e mesmo coagir setores a aderir a formas privatistas e mercantilizadas de educação, como as parcerias público-privadas, emendas parlamentares e a filantropia empresarial. Sem firmeza estratégica e um projeto consolidado de educação em favor da classe trabalhadora, vemos uma progressiva regressão em setores sindicais e populares outrora combativos, que passam a defender interesses contrários à educação popular.

Além da ofensiva material, de pilhagem do fundo público operada por instituições estatais por meio da violência como potência econômica, temos movimentações burguesas no plano ideológico. Nesse caso, podemos dizer que estamos diante de uma coerção estatal couraçada pela hegemonia burguesa, para fazermos mais uma alusão a Gramsci. As classes dominantes brasileiras (e internacionais), por meio dos seus aparelhos privados de hegemonia, articulam táticas e estratégias para tomar de assalto a educação pública, uma rica fronteira para expansão da acumulação capitalista e da sua dominação de classe. A lógica empresarial passa a ser adotada na gestão escolar, na avaliação de resultados, na promoção de metas, no controle de frequência, no produtivismo acadêmico e científico. Sistemas de vigilância, gestão e ensino remoto controlados por algoritmos programados pelas *Big Techs* são instalados para gerenciar o cotidiano, as pautas e diários, as provas, o saber e o conhecimento, cada vez mais pasteurizados em aplicativos, apostilas e plataformas. Sobre estes tópicos, leitoras e leitores encontraram fartas análises no presente livro.

Complementar a esta nova pedagogia da hegemonia, para usarmos um termo cunhado por Lucia Neves,

temos a fascistização da sociedade brasileira como um todo. Coerção e consenso andam lado a lado na ofensiva burguesa. A fascistização, um dos braços armados dessa ofensiva, funciona como pano de fundo que impulsiona o fundamentalismo religioso e movimentos reacionários como o Escola sem Partido e estimula o irracionalismo, o negacionismo científico, as pós-verdades e iniciativas das escolas cívico-militares, para citarmos o exemplo mais extremo de militarização da educação. É a marcha da farda sobre os uniformes e jalecos escolares.

Nas universidades federais, a autonomia universitária, garantida pela lei máxima do país, foi atacada e aviltada por diligências lavajatistas, que levou ao suicídio de reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, golpes institucionais, como o ocorrido na Unirio em 11 de abril de 2019 (o primeiro de muitos), e intervenções de reitores bolsonaristas em mais de 20 instituições, aproveitando-se das brechas autoritárias na lista tríplice que indica os representantes executivos nas universidades.

Junto a tudo isto, temos o aumento exponencial da perseguição política e criminalização dos partidos de esquerda, movimentos sociais e suas/seus militantes, bem como o transformismo de ex-lideranças da classe trabalhadora que aderiram, de mala e cuia, aos projetos burgueses de educação.

Sob este intenso fogo cruzado, os setores educacionais combativos lutaram e resistiram. Greves no ensino superior em 2012 e 2015, ocupações estudantis em 2015-16, as passeatas do 15M em 2019, o rechaço das universidades federais ao projeto bolsonarista intitulado Future-se – para destacarmos eventos de magnitude nacional –, exemplificam as inúmeras formas de resistência sindical e popular contra os avanços do

grande capital na educação. E vale destacar que há muita luta em curso no país. Nesse mesmo livro, também serão encontradas análises sobre tais combates nas lutas de classes, assim como reflexões teóricas que nos auxiliem na construção de novas táticas de enfrentamento, sem perder de vista a firmeza estratégica de uma educação popular em favor da classe trabalhadora.

A leitura e a divulgação desse livro, assim como os anteriores já publicados pelo GPETED/UFF, são indispensáveis para aquelas e aqueles que sonham alto, que sonham uma educação e uma sociedade emancipadas da exploração do trabalho humano e das opressões de raça, gênero e orientação sexual. Sonhemos juntas, juntos e juntes essa utopia. O GPETED/UFF nos brinda com mais uma fagulha para construirmos, aqui e agora, para o amanhã que virá, um projeto de sociedade igualitária e libertária.

Rio de Janeiro, setembro de 2023.

Apresentação

Tendo por objetivo principal debater a América Latina, suas contradições, problemas e potencialidades transformadoras, dentro e contra a ordem capitalista dependente que caracteriza as formações sociais latino-americanas, o Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Pensamento Crítico Latino-Americano e Tradutibilidade de Antonio Gramsci (GPETED), realizou em 2017 o seu I Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento e, em 2018, o II Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: “200 Anos de Karl Marx”. As atividades foram realizadas em parceria com o Laboratório de História do Poder e das Ideologias [LAHISPI]. As conferências desses seminários encontram-se já publicadas. O presente livro traz aos leitores interessados nos problemas contemporâneos dos povos da América Latina as palestras e debates ocorridos durante o III Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Para onde vai a educação? – Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina (200 anos de Friedrich Engels), realizado pelo GPETED, em parceria com o LAHISPI, em 2020. Nele estão análises críticas de pesquisadores da Argentina, Brasil, Chile e México a respeito de diferentes temáticas que constituem e perpassam a vida dos povos latino-americanos, particularmente a vida das classes exploradas e dos setores marginalizados e oprimidos. A intensificação e as novas forma de exploração da força de trabalho e seus

desdobramentos sociais e jurídicos expressas na miserabilidade endêmica das massas trabalhadoras, nas contrarreformas que reduziram direitos trabalhistas e previdenciários; as atuais transformações nas relações de dependência/subordinação em relação ao imperialismo; a persistência das opressões de gênero, racismo e xenofobia; o encarceramento crescente de milhões de latino-americanos lançados na miséria e na criminalidade pelo capital e o tratamento desumano que geralmente é dispensado à população carcerária; a deterioração da educação pública com a desvalorização do magistério como força de trabalho, as reduções nos investimentos e mudanças curriculares voltadas ao estabelecimento de um sistema educacional precário e desprovido de potencial crítico, movimento conduzido nos governos e parlamentos pelos representantes da burguesia que veem a juventude, os estudantes oriundos das classes trabalhadoras, apenas como mão de obra barata em formação e não seres humanos plenos de direitos, inclusive o direito ao saber crítico e à ciência; o recrudescimento do conservadorismo, das narrativas anti-ciência e a utilização da religião como instrumento de poder político-eleitoral; o negacionismo e o revisionismo historiográfico conservador; o crescimento de grupos nazifascistas que não se constituem mais em guetos, mas em forças políticas capazes de vencer eleições; a multiplicação de grupos paramilitares (tráfico e milícias), e a volta das intervenções militares na política, seja por meio de golpes ou ameaças de golpes de Estado. Mas, também encontramos nas análises a América Latina que resiste, que luta, que busca alternativas ao processo de barbarização que a dinâmica do capitalismo está a induzir-nos. Desde a análise de exemplos específicos, particulares – mas que demonstram potencialidades – às questões teóricas e

históricas quanto as possibilidades, limites e contradições de mudanças que – no tocante à infraestrutura – servem mais à reprodução da ordem de classe existente do que à sua superação. Nas formações sociais capitalistas latino-americanas, submetidas à dominação imperialista por burguesias compósitas, no dizer de Florestan Fernandes, é razoável para as classes exploradas e para os setores atingidos por diferentes formas de opressão depositarem esperanças em transformações “dentro da ordem” ou somente rupturas revolucionárias, radicais, “contra a ordem” podem materializar a igualdade, a liberdade e a justiça como direitos reais para a maioria e não somente como privilégios de minorias? O dilema é antigo, mas de atualidade renovada.

O livro contém 20 textos que foram discutidos na Conferência de Abertura e em mais seis Conferências. Na **Conferência de Abertura: Imperialismo, Nacionalismos e Revolução na América Latina**: tivemos as participações dos professores Adrián Sotelo Valencia, Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes e Nildo Domingos Ouriques, com a mediação da professora Zuleide Simas da Silveira. Nesta Conferência os debates concentraram-se em temáticas como o avanço da tendência capitada por Karl Marx de o capital não somente elevar sua acumulação, mas também a avançar no processo de sua centralização e seu corolário necessário: a oligopolização dos mercados. Nesse movimento do capital de centralizar-se e buscar maior acumulação em escala global – movimentos apreensíveis a partir do conceito/categoria de modo de produção capitalista – avultaram em dimensão e variam nas formas tanto a figura, já detectada por Kal Marx, do capital fictício (em suas variadas formas de capital financeiro e especulativo) como o desemprego e o aparecimento de novas formas de

trabalho precarizadas e ainda mais subsumidas ao controle/ domínio do capital, a exemplo do trabalho por meio das plataformas digitais. De forma complementar ao aprofundamento das tendências infraestruturais do capitalismo monopolista – dependente/associado no caso latino-americano – foram revigoradas, inovadas e ressignificadas formas já conhecidas de controle político e ideológico dos explorados. Por quase todo continente – bem como até no centro do sistema imperialista – ganharam força as narrativas ideológicas e as ações políticas e eleitorais de grupos de extrema-direita, fascistas ou “protofascistas”. O recurso ao conservadorismo combinado com o “ultraliberalismo” econômico e com políticas públicas limitadas e focadas a determinados grupos visando o controle ideológico dos dominados são processos analisados em suas interações dialéticas com as determinações materiais, infraestruturas, do capitalismo monopolista contemporâneo, inclusive a absorção por parte da “esquerda” do colonialismo não somente econômico (aceitação da transnacionalização da economia como inevitável), mas também em sua dimensão cultural/ideológica entendida como “modernidade”. É relevante destacar que na Conferência de Abertura, como em outras, o tema da Revolução na América Latina fez-se presente. O debate que foi obnubilado na maior parte da produção acadêmica latino-americana (e nos discursos das “esquerdas”) é central nas discussões do GPETED, sua possibilidade, potencialidades, obstáculos e formas que pode adotar são questões em aberto, sua necessidade à conquista da liberdade para os explorados parece se confirmar após os sucessivos fracassos de movimentos reformistas. Uma questão que os textos dessa conferência nos põem – explícita ou implicitamente – é a de pensarmos se as

desilusões com os limites e fácil reversibilidade das “conquistas” trazidas por governos reformistas (ou “liberais de esquerda”) em diferentes países da América Latina contribuíram ou não para o fortalecimento de grupos de extrema-direita.

Na **Conferência I: Educação e Crise de Hegemonia na América Latina pelas Lentes de Antonio Gramsci**: tivemos as participações dos professores Giovanni Semeraro, Gilberto Calil e Marcos Del Roio, com a mediação da professora Ana Lole. Dois elementos que se destacam nesta Conferência, por um lado, a influência intelectual de Gramsci nas abordagens e nas categorias analíticas, e, por outro, a temática do fascismo; o que se explica tanto pela conjuntura do momento em que se deu o Seminário (governo Jair Bolsonaro), quanto pela significação da análise gramsciana no estudo do fenômeno do fascismo. São textos que ao recolocarem a inescapável questão das relações complexas entre as contradições infraestruturais do capitalismo monopolista com os processos e movimentos vividos nos níveis jurídico-políticos e ideológicos, destacam a necessidade que tem a burguesia oligopolista – especialmente quando vivencia crises de hegemonia, perde ou ver enfraquecida sua capacidade de direção cultural-moral sobre as classes exploradas – de recorrer à violência para, não apenas assegurar a reprodução do capitalismo, mas introduzir modificações nas relações sociais de produção que favoreçam a intensificação da extração do mais-valor e a subordinação organizativa e política dos dominados. Assim, o domínio sobre os meios de produção, o comando das relações sociais de produção e o controle do Estado (particularmente dos seus aparelhos repressivos) mostram-se imprescindíveis à burguesia para que ela possa assegurar e dinamizar a reprodução ampliada do

capital. O fascismo se explica nesse movimento do capital. Os textos destacam a questão das relações entre as classes: formação, organização, estratégias, táticas e ações, isto é, a questão da luta de classes no ambiente do capitalismo monopolista no centro e nas periferias do imperialismo, trazendo-nos temas e conceitos como dominação, direção, supremacia, coerção, Estado, sociedade civil e política, ocidente, oriente, revolução passiva, transformismo e hegemonia; e como tais conceitos são úteis à apreensão/compreensão dos processos históricos e das lutas de classes.

Da Conferência II: Regionalismo, Violência, Soberania Nacional: participaram os professores Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, Renato Luís do Couto Neto e Lemos e Luiz Claudio Duarte, com a mediação da professora Aline Prado Atássio. Destarte nesta conferência destaca-se a questão da luta pelo Poder Político (especialmente o poder de dirigir o Estado) entre a burguesia (em suas diversas frações) e as classes trabalhadoras, tendo os militares como sujeitos históricos diretamente envolvidos – à direita e à esquerda – nas principais disputas políticas que marcam a história brasileira, deste a Proclamação da República. Ainda que tenhamos uma vasta historiografia sobre a participação dos militares na política republicana, seja através dos processos constitucionais democráticos ou por vias ilegais, o tema parece longe de ser esgotado, tanto pelas variáveis teóricas pelas quais ele pode ser abordado, quanto pela variedade de assuntos e momentos históricos em que se encontra a presença de grupos militares, ou mesmo das instituições militares (as Forças Armadas), presentes e atuando de alguma forma. Fato é que, não se pode compreender a história do Brasil republicano sem ter em conta o desenvolvimento e as atuações

corporativas, políticas e ideológicas tanto do empresariado quanto dos militares. Uma constatação importante é que os militares nunca se constituíram em um bloco monolítico, mas formaram grupos, correntes e tendências que tanto refletiam quanto buscavam influenciar as disputas de poder entre as classes e frações de classe presentes na formação social brasileira, sem excluir as refregas relativas às contradições que surgiram e se intensificaram ao longo do seu processo de profissionalização, ou seja, as questões internas à carreira militar e o papel desenhado pelo Estado (e pela cúpula) para as Forças Armadas no Brasil de capitalismo dependente. Se, no correr da República, experienciamos as consequências do processo de politização e intervenções dos militares na política, também se desenvolveu o processo de formação, organização, conscientização e participação do empresariado – do nível econômico-corporativo ao nível político-ideológico – na elaboração e execução de estratégias voltadas a prevenir riscos de qualquer ruptura da ordem capitalista e reproduzir as relações de exploração e dominação típicas do capitalismo, movimento ideológico-político e educacional que levou à aproximação e à construção de interesses comuns entre grupos empresariais e grupos de militares, tal identificação de interesses entre grupos militares (de direita ou de “esquerda”) e grupos civis (empresariais e populares) deu-se pela mediação de ações políticas e ideológicas de indivíduos e instituições, pelas ações dos intelectuais orgânicos que atuaram no sentido de construir, entre aqueles que almejavam representar, um sentido de pertencimento, o entendimento de interesses comuns, ao mesmo tempo que a percepção dos antagonismos em relação aos grupos/classes/frações compreendidas como adversárias ou inimigas.

Na **Conferência III: Tempos Conservadores Política, Religião e Educação na América Latina:** tivemos a participação da professora Tatiana Poggi e dos professores José Antônio Sepúlveda e Luiz Bernardo Pericás, com a mediação do professor Mauricio Margalho. Sua temática central: o caráter internacional, global, do fascismo e de diferentes movimentos conservadores ou de extrema-direita no momento hodierno das lutas políticas no mundo, dialoga dessarte com os debates da Conferência I. Mas não se trata de um deslocamento do olhar para o cenário mundial como fator exclusivo ou suficiente para explicar o crescimento do fascismo; ao contrário, o que se busca é a dialética entre as determinações e causalidades locais, históricas e específicas e suas articulações com um movimento – e tendências ideológicas e políticas – que, possuindo particularidades, se mostra presente em diversos países de diferentes continentes, além do fato desses movimentos conservadores buscarem a construção de narrativas, práticas e bases comuns de apoio. E, como esperado de uma análise influenciada pelo materialismo histórico-dialético, se busca articular a crise infraestrutural do capitalismo contemporâneo com as respostas buscadas no plano da superestrutura – jurídica, política e ideológica – para as crises de direção/dominação que se apresentam à burguesia internacional à medida que se deterioram as condições de vida de parcelas crescentes das massas trabalhadoras e médias. O financiamento de grupos fascistas, conservadores e de extrema-direita tem sido a resposta de frações do capital à crise de direção, que não se mostra um fenômeno restrito a uma ou outra nação, mas uma tendência mais ampla do capitalismo contemporâneo. Assim, os casos nacionais não são apreendidos como casos isolados, mas como totalidade

dialética da crise contemporânea do capitalismo, ou seja, como expressão das lutas de classes. Mas, além de enfatizar o aspecto geral da relação entre fascismo e capitalismo – como momento de crise de direção da burguesia – o texto da Conferência busca demonstrar as relações entre o crescimento atual dos grupos conservadores e fascistas com as políticas neoliberais que marcaram a mundialização do capitalismo em período recente e sua crise. Esse conservadorismo atual – que se desenvolve desde a década de 1970 – ainda que possua semelhanças e elementos comuns com o fascismo do entre guerras, destarte desenvolveu formas, modos e métodos de organização e atuação diferentes, os quais são analisados pela autora, a exemplo das plataformas digitais, o financiamento por meio de moedas digitais, o uso e abuso de mídias não tradicionais, a produção de HQs, games etc.

Na **Conferência IV: Educação, Direitos Humanos e Políticas de Restrição de Liberdade:**

contamos com as participações das professoras Analia Umpierrez, Violeta Acuña Collado e do professor Elionaldo Fernandes Julião, com a mediação da professora Sandra Maciel. A temática central é a dos direitos humanos, particularmente dos direitos e possibilidades de ressocialização da população carcerária a partir das análises das realidades dos presos em Argentina, Chile e Brasil. Tema que, apesar de contar com vários pesquisadores tem pouca visibilidade nos encontros acadêmicos. As falas se debruçam sobre análises de casos de processos educativos em cárceres, e sobre os esforços para se levar aos presos acesso à educação superior. Uma das narrativas que é contra-arrestada pela pesquisadora argentina é o mito – disseminado pela mídia e pela xenofobia – de que a

maioria dos encarcerados no país seria formada por migrantes, que tenderiam, por sua própria condição de migrantes, ao cometimento de crimes. As estatísticas trazidas mostram como o discurso midiático é uma narrativa e não um fato. Mostram também a juventude da maior parte dos encarcerados e sua baixa escolaridade, e como a condição de presos favorece uma regressão na qualidade da escolaridade recebida, por falta de prática. Ou seja, a baixa escolaridade é uma realidade da maioria dos presos, e o tempo no cárcere tende a agravar o distanciamento destes indivíduos em relação ao letramento. Destaca-se também o fato de a maior parte dos presos estarem vinculados ao tráfico de drogas, sem vinculações diretas com homicídios, e que a política de “guerra às drogas” tem atingido, com o encarceramento, particularmente os jovens dos setores socialmente mais vulneráveis. Por outro lado, mostra-se a existência de trabalhos por parte de professores e instituições acadêmicas no sentido de levar formação escolar e profissional a pessoas privadas de liberdade, e, em alguns casos, acompanhar suas vidas fora do sistema carcerário, buscando, assim, transformar em direito efeito o que aparece como Lei em alguns países latino-americanos: o direito universal à educação pública. Tendo em conta, como se destaca na Conferência, que uma parte da juventude encarcerada nunca esteve realmente inserida em ambientes dignos de vida dadas as condições socioeconômicas em que viviam antes do aprisionamento e às quais tendem a voltar após cumprirem as penas. Sendo assim, a educação e o acesso ao trabalho, mostram-se condições imprescindíveis a qualquer perspectiva de reinserção social daqueles que viveram a privação de liberdade. Um dado que chama a atenção – e que incrementa a superpopulação carcerária

– é a quantidade de pessoas, em diferentes países da América Latina, que se encontram presas sem terem passado por processos de julgamento e condenação definitiva.

A Conferência V: Educação e Crise do Capital e (Des)Medidas Conjunturais: contou com as participações dos professores Roberto Bitencourt da Silva, José dos Santos Souza e da professora Zuleide Simas da Silveira, tendo por mediador o professor Luiz Claudio Duarte. Nesta conferência retoma-se a questão da crise do capital – elemento estrutural e estruturante do modo de produção capitalista e suas formações sociais – e os impactos desta crise no processo civilizatório. A abordagem implica tanto na delimitação das temporalidades das principais crises do capital, mas também na seleção de conceitos e categorias que possibilitam a sua compreensão científica, sendo incorporadas, além de Marx, Lênin, e Gramsci, as contribuições de autores como Atilio Bóron, Darcy Ribeiro, David Harvey, Erick Hobsbawm, István Mészáros, Ricardo Antunes, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Zlavoj Žižek. Assim, a análise não reduz nem equivale a crise do capital, ou crise do capitalismo, a taxas macroeconômicas negativas, compreendidas então como expressões de um fenômeno mais profundo, donde o crescimento econômico não é em si um antídoto suficiente à crise do capital, pois não encerra nem a sua tendência a transformar todos os valores de uso em valores de troca, nem a necessidade sistêmica de ampliar continuamente a circulação e a acumulação do capital, eliminando quaisquer obstáculos que se lhe oponham. Dessarte avançaram na América Latina as desnacionalizações, a olipolização, e a lumpenproletarização de vastas parcelas das populações, com suas consequências

sociais, inclusive o aumento do encarceramento de jovens e a expansão dos mecanismos de repressão e controle social. Mas, a crise do capital expressa-se também como crise dos sistemas educacionais e das políticas de educação pública. Ainda que inserida na crise geral do modelo taylorista/fordista (1914) que dominara a organização da produção capitalista no século XX e às críticas ao modelo keynesiano que renovou o papel do Estado no estímulo à produção e à acumulação de capital a partir da década de 1930, processo viabilizado – particularmente na Europa ocidental – pela degeneração revisionista dos partidos da socialdemocracia e o estabelecimento do chamado Estado de Bem-Estar Social, a crise da acumulação – e as soluções pensadas pelos intelectuais orgânicos do capital – mostrou-se orgânica, sistêmica, abrangendo tanto a infra quanto a superestrutura. Demandou novas formas de organização do trabalho e extração do mais-valor, de circulação dos valores de troca, ampliação dos mercados – de força de trabalho e novas mercadorias – e, particularmente, dada a extensão adquirida pelo capital fictício, por novas e mais intensas formas de expropriação do fundo público e redução de custos para o capital. Esse conjunto de medidas, adotadas de forma quase universal, por diferentes Estados, caracterizou-se por desestatizações (aumento da entrega ao imperialismo de patrimônios públicos), por desburocratizações (quebra de barreiras alfandegárias e medidas de proteção à produção local/nacional em favor da “concorrência” oligopólica transnacional e associada) e pela desuniversalização de direitos sociais (trabalhistas e previdenciários) com sua substituição por políticas públicas tópicas, localizadas e restritas no alcance e no tempo, tudo isso levando ao que se denominou Estado mínimo (mínimo para os pobres,

máximo para o capital). A educação pública foi e continua sendo direta e negativamente atingida por essa nova etapa do processo (cada vez mais financierizado) da acumulação capitalista. Elemento importante das mudanças no processo produtivo tem sido o uso da educação e da ciência em favor da acumulação de capitais, favorecendo o desemprego estrutural, mecanismos tecnológicos mais sofisticados de elevação da produtividade, da circulação de mercadorias e redução de custos de estocagem. Mas, a tecnologia também favorece o controle do capital sobre os trabalhadores (e sobre a sociedade em geral), sua mais completa subsunção ao capital. Favorece o trabalho “individual” controlado à distância e alimenta a ilusão de que o trabalhador labora para si mesmo, sendo seu próprio patrão, não precisando, portanto, de direitos trabalhistas. O avanço do modelo da produção flexível – *just in time* – que veio para substituir o taylorismo/fordismo e o keynesianismo, não se restringiu ao interior do setor primário (produção agrária e fabril), foi estendido aos setores secundário e terciário, impondo mudanças nas relações de trabalho também nos processos pedagógicos das escolas públicas e privadas e em todos os níveis de ensino. A intensificação das horas de trabalho com aumento da produtividade, o barateamento da força de trabalho docente com sua vinculação à índices de produtividade e resultados, o aumento do controle do fazer pedagógico por “técnicos” e “pedagogos” em detrimento da autonomia do docente, o crescimento dos contratos temporários (tão comuns fora do Brasil), com duração limitada, em detrimento dos concursos públicos, a liquidação ou deformações da carreira docente nas instituições públicas – mormente nas municipais e estaduais – o desestímulo prático (pelas condições de trabalho e remuneração) à formação

continuada e à especialização, os corriqueiros atrasos nos pagamentos, as contrarreformas curriculares democraticamente impostas (a exemplo da reforma do ensino médio aprovada pelo Parlamento), a quase inexistência de relações dialogadas e democráticas entre os gestores dos sistemas com docentes, pais e estudantes; a superlotação das salas de aula, suas péssimas condições físicas e falta de recursos em muitas partes (no Brasil e alhures) o que, frequentemente, leva os professores – já com baixos salários – a retirarem recursos próprios para adquirir materiais pedagógicos para o trabalho com os alunos. As medidas voltadas a contra-arrestar a crise do capital atingem também o sistema educacional, seus trabalhadores e seu público, particularmente o público periférico e pobre. A desvalorização prática da educação pública e as regras impostas aos docentes, tanto nas públicas quanto nas privadas, têm levado ao adoecimento físico, psíquico e emocional de professores e estudantes. E mais do que isso, ao desinteresse dos jovens pela carreira docente. Não há saída para a crise da educação no contexto da crise do capital e esta, como dito acima, não se restringe a crises de indicadores macroeconômicos. Impõem-se um sistema educacional voltado à formação, por um lado, de trabalhadores especializados para atender às novas demandas do capital com suas tecnologias, por outro, para a maior parcela da população jovem e pobre, uma educação, ainda que formal, precarizada, centrada em cursos de qualificação para profissões que atuam geralmente fora do mercado formal de trabalho (bicos), de baixa remuneração, baratos em seus custos, curtos em sua duração e “técnicos”, isto é, que dispensam para os estudantes qualquer formação humanista e científica, que favoreça a formação de consciência crítica sobre a realidade e a vida como

fenômeno social e não exclusivamente individual. Desta forma, transformações infraestruturais se articulam com ações, no plano das superestruturas, do apoio de grupos empresariais a movimentos fascistas e de extrema-direita às contrarreformas educacionais que visam, dentre outros objetivos, retirar dos docentes a capacidade de ofertar aos jovens proletários latino-americanos uma educação assentada na ciência e com potencial de fomentar consciência crítica a respeito do real vivido.

Na **Conferência VI: Gênero, Raça, Classes e Perspectivas Teórico-Empíricas: por onde caminhamos?** Tivemos a participação da professora Jorgelina Mariana Loza e Denize Sepúlveda com a mediação da professora Kênia Aparecida Miranda. Cabe registrar que a professora Angélica Lovato não pôde participar por ter contraído a Covid-19. Como em outras conferências, também nesta se destacou o “privilegio” que se consistia na possibilidade dos seus participantes estarem a dialogar e trabalhar vivenciando o isolamento social e o trabalho remoto, uma nova realidade à qual a maioria da população trabalhadora não podia nem poderia enquadrar-se. E, exatamente no momento da pandemia, as estatísticas mostravam o crescimento da violência de gênero, dos feminicídios e dos crimes cometidos por agentes do Estado, em diversos países, por motivação racista. Ou seja, a pandemia deu mais visibilidade às desigualdades, inclusive àqueles presentes no mundo acadêmico, posto que a quantidade de trabalhos acadêmicos produzidos por homens ganhou mais visibilidade do que a quantidade produzida por acadêmicas. Um dos temas tratados foi o do trabalho doméstico, que implica diferenciações complexas, pois poder-se-ia esperar que as mulheres burguesas e de classe média, que trabalham, viessem a ter um olhar

solidário em especial às empregadas doméstica, àquelas mulheres que desempenham funções domésticas em lares alheios por necessidade de remuneração, como vendedoras de força de trabalho. Mulheres que, pela posição que ocupam – como amas domésticas de outras mulheres – frequentemente são invisíveis ao feminismo. Foram as lutas das próprias empregadas domésticas que inseriram suas demandas laborais em lutas mais amplas do movimento feminista, contudo, ainda que se tenha passado a demandar melhores condições de trabalho, remuneração e reconhecimento profissional, a divisão sexual do trabalho no interior dos lares em si não sofreu o mesmo questionamento ou as modificações necessárias, e as dinâmicas desiguais entre os sexos continuaram a ser reproduzidas nos lares. Sendo importante destacar que o encontro entre o feminismo e as “trabalhadoras do lar” tem contribuído, desde a década de 1980, para capacitar militantes feministas entre as domésticas, surgindo também, pela mediação da OIT, encontro internacionais de trabalhadoras domésticas e redes de solidariedade. Questão importante é a do referencial teórico a partir do qual se possa pensar não somente os lugares e condições das mulheres, como gênero humano, no contexto internacional, mas também a existência mundial da figura das empregadas domésticas, as quais, majoritariamente vêm de famílias muito pobres e possuem baixo nível de instrução escolar, além das características étnicas – indígenas e afrodescendentes – que prevalecem entre elas em muitos dos países latino-americanos. Esses fatores: origem socioeconômica, distância entre moradia e local de trabalho, parca escolaridade e composição étnica – bem como as especificidades dos trabalhos que realizam e as relações que desenvolvem nos lares dos empregadores – podem

ajudar a explicar o desconhecimento dos direitos trabalhistas – nos países onde tais direitos existem para elas – e mesmo a sua invisibilidade por parte do sindicalismo e das políticas públicas de alguns países. Propõem-se então a interseccionalidade como categoria analítica capaz de articular as relações entre gênero, classe e etnia, compreendendo ainda que cada uma daquelas categorias não é homogênea, precisando ser compreendida em si e em suas relações de historicidade e regionalidade.

Acreditarmos termos apresentado de forma ampla e fiel os temas, debates, teorias e autores discutidos ao longo do III Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Para onde vai a educação? – Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina (200 anos de Friedrich Engels) do GPETED em parceria com o LAHISPI. Convidamos nossos leitores a caminharem conosco não apenas na realização de novos encontros acadêmicos, mas na práxis cotidiana da pesquisa, da reflexão crítica e nas ações voltadas à transformação revolucionária da América Latina – e do mundo – para uma nova realidade onde a exploração e as opressões sejam apenas História. Todas as conferências realizadas neste evento estão disponíveis, no nosso canal do Youtube. Acesse:

<https://www.youtube.com/@gpeted5999/streams>

Luiz Claudio Duarte

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Imperialismo, Nacionalismos e Revolução na América Latina

Conferencistas

Adrián Sotelo Valencia

Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

Nildo Domingos Ouriques

Mediação

Zuleide Simas da Silveira

Imperialismo, Nacionalismo y Revolución - ¿Cómo se proyectan en la actualidad?

Adrián Sotelo Valencia

En primer lugar, me voy a expresar en castellano porque mi “portuñol” no es muy versátil para comunicarme y menos por un medio virtual. En segundo lugar, quiero agradecer la invitación para participar en ese magno Tercer Seminario sobre Estado, Trabajo, Educación y Desarrollo, planteando una pregunta estratégica: ¿hacia dónde va la educación? que, me parece, es un tema fundamental, estratégico, para la toma de conciencia de la mayoría de las masas populares y proletarias en nuestra América, para, de este modo, entender el momento histórico por el que está atravesando la humanidad y, sobre todo, la fracción mayoritaria que es la clase humanidad trabajadora del planeta.

También agradezco en particular a la profesora Zuleide por haberme invitado a reflexionar y colocar algunas cuestiones esenciales para la comprensión del momento histórico que estamos viviendo y padeciendo en esta hora de crisis capitalista profunda, prácticamente en todo el mundo, cuando, hoy en día, ya se anuncia que el mundo alcanzó cerca de 30 millones de casos de coronavirus, con un total de 670 mil casos en el mundo.

Sabemos que esta crisis sanitaria ha afectado todas las variables y variantes (económicas, sociales y

políticas) en que venía desarrollándose el capitalismo antes de esta pandemia, y en jaque a la mayoría de los trabajadores y trabajadoras, sobre todo, a las fracciones que no tienen un empleo fijo, que no tienen derechos sociales y contractuales, laborales y que suman millones y millones en todo el planeta.

El primer punto que me gustaría abordar en esta apertura es la afirmación de que la crisis capitalista en curso no es producto de la pandemia del coronavirus, como se publicita en los medios dominantes de comunicación y en las redes sociales. Por el contrario, la crisis capitalista ya tenía un curso anterior, por lo menos desde 2007-2008 de una manera monumental debido, justamente, a los efectos de la pandemia. Por ello hay que negar rotundamente las tesis del Fondo Monetario Internacional, del Banco Mundial y de la mayor parte de los ideólogos burgueses neoliberales y conservadores que ocultan las profundas crisis capitalistas que el sistema experimentando por lo menos desde 2007 y 2008. Si bien hubo ciertas recuperaciones, por ejemplo, en Estados Unidos y en algunos países europeos, sin embargo, la curva del proceso de desarrollo histórico del capitalismo ha venido en una constante caída, que nos permite caracterizar la crisis no solamente como estructural, sino como una crisis que inaugura un ciclo histórico de decadencia del modo de producción capitalista tal y como este concepto — distinto al que manejan los autores del sistema mundo¹. Marx en varios de sus escritos, desde de la *Crítica a la Economía Política*, los *Grundrisse* y, por supuesto, *El Capital*, donde, efectivamente el modo de

¹ Por ejemplo, Wallerstein, Immanuel (1999), *El moderno sistema mundial*, vol. 1, *La agricultura capitalista y los orígenes de la economía*, México, Siglo XXI, 9ª Ed.

producción es una categoría y un concepto mayor, a mi modo de ver, que el concepto de sistema mundo, ya que comprende procesos de acumulación, de distribución, de intercambio y de consumo, así como el modo de vida y de trabajo de la humanidad.

Algunos datos muestran este comportamiento global entre 2008 y 2009 que es justamente el punto más alto de la crisis cuando la tasa promedio de crecimiento cayó a 0,9% en promedio, para luego experimentar una cierta recuperación, en 2019, de la economía mundial de 3% en promedio.

Según las últimas estimaciones que dan varios organismos como la Comisión Económica para América Latina (CEPAL)² para 2020, la economía capitalista mundial, tendría una contracción de menos 2%, Estados Unidos una caída cercana a menos 4%; Japón, que es un país que ya de por sí traía más de 12 años en recesión, experimentaría una reducción de 4,2%; la Euro Zona, 5,7%. Los únicos países que tendrían un relativo crecimiento, dentro de esa negatividad, serían China en 2020 con 1,8%, y la India, con 3,4%.

Si comparamos este ciclo con el histórico del capitalismo de la llamada Época de los 20 Años Dorados (1950-1975), la tasa promedio de crecimiento fue de aproximadamente 5% y hasta ahora no ha habido una recuperación del capitalismo equiparable al punto más alto al que llegó durante 1974-1975, mientras que ha entrado en un foso sin salida donde sigue creciendo, pero cada vez en progresión menor. En otros términos, tendría

² CEPAL (21 de abril de 2020). Informe Especial n° 2, Covid-19, Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación, Naciones Unidas, Santiago. Disponible en: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45445/4/S2000286_es.pdf.

un crecimiento marginal similar al corredor que sigue corriendo, pero, al cansarse, lo hace cada vez menos. Exhibe comportamientos de crecimiento, pero en un contexto donde ese sistema cada vez más se acerca a lo que podemos llamar un estancamiento secular, un cuasi estancamiento donde cada vez más tiene dificultades para reproducirse en una escala ampliada. En términos marxistas, ello significa insuficiencias para crecer en una escala suficiente para ampliar la base de reproducción del capital, sobre todo, el fijo: máquinas, tecnologías, etcétera así como una base suficiente para ampliar el capital variable, o sean, los empleos y los salarios de los trabajadores.

En otras palabras, el capitalismo (en tanto modo de producción) ha ingresado a una etapa de decadencia, pero no necesariamente de extinción, donde sus variables fundamentales: la producción de valor, de plusvalía — de donde se derivan las demás categorías como la renta a la tierra y la ganancia — estimula nuevas revoluciones del capital y cada vez más tiene dificultades para poder producir y reproducir esas variables básicas del sistema. A esa época de histórica de decadencia, le corresponde, hoy, un reforzamiento del capital que Marx llama ficticio³ y que varios autores y escuelas han desarrollado para afirmar la siguiente tesis: al registrarse un período de menor crecimiento económico promedio del capitalismo global, el capital tiende, cada vez más, a concentrarse en la esfera de las bolsas de valores, en la esfera de los bancos, en la esfera, de la especulación, lo que ha provocado en los últimos meses de esta pandemia, que el capitalismo monopólico e imperialista y sus empresas logren obtener *ganancias extraordinarias* para sus

³ Véase Karl Marx, *El capital*, Vol. III, FCE, México, 2000, capítulo XXV.

grandes propietarios multimillonarios. ¿Cuál es el adverso de esta situación, desde el punto de vista de los trabajadores? Un estudio de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) plantea que, durante el primer trimestre de 2020, a nivel mundial, se perdieron 185 millones de empleos de cuarenta horas, a tiempo completo, mientras que en el segundo trimestre de este año (2020), esa cifra fue de 480 millones de empleos de 40 horas. De la misma manera, el organismo internacional informa que, de los empleos de 48 horas de tiempo completo, durante el primer trimestre, se perdieron otros 155 millones de empleos que tienen un esquema laboral de derechos garantizados para los trabajadores, con salarios que permiten la manutención y la reproducción de la fuerza de trabajo.

En América Latina, durante el primer trimestre de 2020, se perdieron 10 millones de empleos completos de 40 horas; durante el segundo trimestre, esa cifra subió a 55 millones, mientras que los empleos perdidos de 48 horas de tiempo completo, durante el primer trimestre, fueron 9 millones y durante el segundo trimestre, 47 millones de empleos.

Esta masiva pérdida de empleos productivos de 40 y 48 horas de la jornada de trabajo es el resultado de la crisis capitalista combinada con la crisis de salubridad derivada de la Covid-19, sobre todo entre las clases trabajadoras. Esto no hace más que ensanchar el — de por sí — ya abultado ejército industrial de reserva (mundial, regional y nacional); las tasas de informalidad que en nuestros países ya de por sí históricamente eran muy altas, promediando, para América Latina y Caribe, alrededor de 47%, destacando casos como México con 60%, Brasil con un índice similar o un poco más alto y Perú que rebasa el 75%.

Todo esto se va sumando al crecimiento del ejército industrial de reserva necesario para que pueda operar y extenderse la superexplotación de la fuerza de trabajo, incluso al capitalismo avanzado.⁴

Esta realidad de crisis del mundo del trabajo ha impactado en esta época que estamos viviendo a millones de trabajadores y trabajadoras que han sido despedidos de sus empleos, mientras que se han enriquecido de una manera exorbitante los propietarios de las grandes empresas ligadas a la crisis sanitaria y a la reestructuración basada en la revolución de las industrias 4.0 y sus aplicativos como el Big Data, los Algoritmos, la Inteligencia Artificial, la impresión en 3D, entre otros, que en la Bolsa de Valores siguen incrementando, de una manera inusitada, sus tasas de ganancia, en particular, la extraordinaria.

Este es el marco general para enmarcar el tema que hoy nos ocupa: *Imperialismo, Nacionalismo y Revolución en América Latina*, que es un tema extremadamente complejo, pero que indica el contexto global de decadencia del modo de producción planetaria en el que se desenvuelve la acción del imperialismo, de los nacionalismos y de la revolución o de la contrarrevolución, como está ocurriendo, por ejemplo, en Bolivia, en Colombia, en Ecuador o en Chile, donde el Estado

⁴ Para este tema de la superexplotación, véase Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia*, ERA, México, 1973 y del mismo autor: MARINI, Ruy Mauro, “Proceso y tendencias de la globalización capitalista” en Marini y Millán (coord.), *La teoría social latinoamericana*, vol. IV, *Cuestiones contemporáneas*, Ediciones El Caballito, México, 1996, 2ª ed., pp. 49-68. Para la extensión de la superexplotación al capitalismo avanzado, Adrián Sotelo Valencia, *Estados Unidos en un mundo en crisis. Geopolítica de la precariedad y la superexplotación del trabajo*, Anthropos-Siglo XXI-CEIICH, Madrid, 2019.

utiliza las fuerzas armadas y policiales para reprimir a los pueblos y a los trabajadores en lucha, tanto antes como durante la pandemia.

Vale la pena acotar el concepto de imperialismo tal y como lo planteo Lenin en su escrito fundamental: *El imperialismo: fase superior del capitalismo*, aclarando que en el texto original en vez de la palabra “superior” figura la palabra “contemporánea” del capitalismo — tal y como indica, por ejemplo, la edición rusa de la Editorial Progreso. Esta aclaración es importante porque abre la puerta para desmitificar toda una serie de teorías contemporáneas que han planteado erróneamente que ese concepto (imperialismo) ya no es útil, para dar cuenta de los fenómenos contemporáneos.

Los famosos cinco rasgos que en ese escrito plantea Lenin, por ejemplo, la concentración del capital que produce los monopolios, la cuestión de la fusión de la banca con la industria, que genera capital financiero, permiten agregar y enriquecer el concepto imperialismo con nuevos fenómenos contemporáneos como las empresas transnacionales que operan en red o la revolución 4.0 y sus efectos en la reestructuración del capital y en el mundo del trabajo.

A diferencia que hacía Lenin entre el capitalismo competitivo y el imperialismo que se iba a especializar en la exportación de capitales y de mercancías, se agrega, por ejemplo, la inversión extranjera en sus dos modalidades: inversión extranjera directa, que es aquella que va directamente a la producción creando empleos, salarios, etcétera; y la indirecta, que básicamente consiste en las inversiones de portafolio que son los préstamos bancarios, o francamente a la especulación en las Bolsas de Valores.

Lenin indica un cuarto rasgo: la formación de asociaciones monopolistas internacionales de capitalistas que se reparten el mundo. Esto se ha modificado en una forma más compleja, por ejemplo, con el papel monopolistas a nivel mundial que desempeña el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, a través de los cuales se controla y estimula la penetración de las inversiones norteamericanas en varias partes del mundo, y sirven como acicate también para imponer las políticas de austeridad social y económica a la mayoría de los países dependientes y subdesarrollados. Un caso destacado hoy en día es el de Argentina en la época del empresario Macri, cuando este país quedó prácticamente endeudado por los próximos 100 años con el FMI y los acreedores internacionales. A partir de aquí la deuda es un elemento sobredeterminante que limita las políticas públicas del gobierno actual de Alberto Fernández.

De lo anterior lo interesante es preguntarse si estos cinco rasgos, como afirman algunos autores, ya no son operativos o bien, como ya creo, a estos rasgos se han agregado cuantitativa y cualitativamente nuevos elementos y fenómenos que profundizan la estructura global del imperialismo como un sistema mundial, desmitificando a quienes pretenden identificar solamente el imperialismo con Estados Unidos o con algún país en particular. Es decir, el imperialismo como una formación dominante, como Estados Unidos, Francia, Alemania, Italia, incluso Japón, pero a la par, como Lenin y Marini, como un sistema imperialista global, que puede o no coincidir con los países, pero que funciona y que tiene una cobertura, global y no solamente con un aspecto externo a las sociedades y países de las formaciones económico-sociales, concretamente en América Latina y Caribe. Entonces, en este sentido, me parece que esos

rasgos, hoy en día, se han profundizado; ninguno de ellos ha quedado fuera de una teoría del imperialismo contemporáneo, sino que se han agregado nuevos elementos, como el predominio del capital ficticio, que, como sabemos, se diferencia conceptual y analíticamente del capital financiero. El capital ficticio, que mantiene una relación con el capital productivo, y reproductivos del capital, mantiene una autonomía de las esferas de los bancos y, sobre todo, de las Bolsas de Valores a través de las cuales se especula con la riqueza mundial. Ese capital impone su dominio a los demás ciclos (productivo, mercantil y productivo) y les imprime su sello para que el capital ficticio pueda subsumir, someter, al conjunto de procesos y patrones de acumulación de capital, por ejemplo, en América Latina, mediante transferencias permanentes de valor, de plusvalía y de riqueza. Hacia los grandes centros imperialistas del mundo, principalmente dentro de los hegemónicos de ese sistema, donde comparece, hegemónicamente, Estados Unidos como centro del sistema imperialista global.

¿Cómo se proyecta esto en la actualidad?

Aquí es bueno retomar una tesis que Marini y otros autores, como, Theotonio dos Santos, Gunder Frank plantearon y que es el hecho de considerar que el imperialismo, a diferencia de cómo se concibió en el pasado, por ejemplo, em los trabajos y las ideas de la Tercera Internacional y de muchos de los partidos comunistas de América Latina, que lo consideraban como una “estructura externa” a los Estados-Nación de las formaciones sociales latinoamericanas y del Caribe. Por el contrario, lo que esos autores demuestran es que el imperialismo se incorpora estructuralmente dentro de los

procesos de integración imperialista después de la Segunda Guerra Mundial.⁵

Este tema es muy importante, porque tiene que ver con el segundo bloque de estas conferencias, relativo al nacionalismo. Al respecto podemos decir que hay dos formas de concebir las tareas nacionales o los nacionalismos en América Latina, desde esa época: nacionalismos que consideran que es posible hacer un frente nacional interclasista, por ejemplo, entre la clase obrera, el campesinado, los obreros y estudiantes (los llamados frentes populares) con la burguesía para estimular un “desarrollo nacional autónomo” que es la categoría central que manejan los autores articulados en torno a las tesis de la CEPAL: el capitalismo autónomo, el desarrollo autónomo del capitalismo que justificaba plantear tareas nacionales, de Liberación y luego enfrentar, en bloque, a las estructuras imperialistas consideradas como “externas” a la sociedad nacional.

Pienso que esto no ocurrió en América Latina porque, de acuerdo con el planteamiento de Marini, la integración imperialista de los sistemas productivos y, por ende, de las estructuras de dominación en América Latina, nace con una burguesía que algunos llaman dependiente y otros “lumpenburguesía”⁶. Otros, como Cardoso hablaban de un “capitalismo dependiente y

⁵ Véase, por ejemplo, Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI, 12ª ed., México, 1985. De Theotonio Dos Santos, véanse sus libros: *Dependencia y cambio social*, Amorrortu Editoriales, Buenos Aires, 1973 y *Imperialismo y dependencia*, Editorial ERA, México, 1982, 3ª Ed. De Gunder Frank, *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, Editorial Siglo XXI, Buenos Aires, 1970.

⁶ Véase André Gunder Frank, *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo*, ERA, México, 1974 2ª Ed.

asociado”.⁷ Pero lo que creemos que ocurre es una síntesis, una fusión entre el sistema político de dominación en América Latina que conduce, desde un principio, a un cambio del ciclo de reproducción del capitalismo dependiente hacia uno completamente ligado a los sistema de producción y reproducción del capitalismo mundial, en particular, a los capitalismo dominantes, en el siglo XX, a Estados Unidos, como antes, en el siglo XIX, lo fue a Inglaterra. O sea, se producen políticamente fusiones de clase a nivel de lo que Gramsci denomina “bloque de poder” dominante. Y justamente es lo que hace que se pueda soldar, por decirlo así, un sistema dependiente que garantice la reproducción ampliada de los intereses imperialistas en nuestras formaciones económico-sociales latinoamericanas y del Caribe.

En este contexto, se ubica el tema del nacionalismo y de la revolución que es un tema extremadamente complejo porque no se puede separar de la lucha anti-imperialista, como se puede apreciar nítidamente en la Venezuela bolivariana; pero tampoco de la lucha anti-capitalista. Ambas se tienen que articular dialécticamente. Y aquí, entonces, colocamos la hipótesis de lo que está ocurriendo hoy en día en Nuestra América, en el marco de la emergencia de los llamados progresismos latinoamericanos que surgieron a raíz del triunfo de Hugo Chaves Frías en Venezuela y la posterior creación de la Quinta República, en contraposición con la vieja Cuarta República Adecoburguesa que dominó anteriormente, durante las últimas décadas en ese país. A partir de ahí surge un ciclo que muchos autores han caracterizado

⁷ Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e democratização*, Río de Janeiro, Paz e Terra, 1975

como ciclo progresista que tendría sus propias características y formas de actuación.⁸ En este sentido, lo primero que se observa es que en el caso de Venezuela, hay una imbricación histórica entre nacionalismo bolivariano y la reconstrucción del Estado-Nación donde se plantea una lucha contra el imperialismo, lo que explica esta contradicción brutal que hay en todos los intentos de golpe de Estado por parte de Estados Unidos, de la derecha interna y de los gobiernos articulados en el Grupo de Lima comandado por la OEA y por Estados Unidos con el fin explícito de destruir la revolución bolivariana. Considero que el aspecto central es que el nacionalismo no necesariamente se contrapone al socialismo, si no que, más bien, ambos se pueden articular. Es lo que se observa, por ejemplo, en los países denominados progresistas y antiimperialistas. Esto fue muy claro en el caso de Bolivia que experimentó recientemente un golpe de Estado policial-militar y cívico contra el gobierno constitucional y legal del presidente Evo Morales.

Sin embargo, estos nacionalismos progresistas no logran resolver dos cuestiones fundamentales. Por un lado, profundizar la lucha anticapitalista, lo que necesariamente implica una correlación de lucha y de fuerzas internas al interior de los Estados-nación. Y por otro lado, no consigue generar un proceso de transición, no hacia el socialismo del siglo XXI, que es un concepto muy general y difuso que puede generar muchas suspicacias, ambigüedades e interpretaciones de carácter

⁸ Para un análisis de los ciclos progresista en América Latina véase mi artículo: “encrucijadas, límites y perspectivas del ciclo progresista en América Latina”, *Rebelión on line*, 4 de octubre de 2015, en: <https://www.lahaine.org/mundo.php/encrucijadas-limites-y-perspectivas-del>

ideológico-políticas; sino a un sistema que realmente profundice lo único que puede realmente, a mi modo de ver, generar un socialismo y que es cuando las estructuras en que reposa, el capitalismo como la propiedad privada de los medios de producción, de consumo y de la tierra, la explotación de la fuerza de trabajo por el capital, la acumulación de capital y los sistemas políticos que permiten que esa situación de la formación social se mantenga, sean superadas y resuelvan esas contracciones. Tenemos aquí el caso de Cuba que consolidó un sistema socialista después del triunfo de la revolución⁹. Sin embargo, luego de la caída de la Unión Soviética, prácticamente quedó en una situación de aislamiento que se mantuvo y no rompió con una variable fundamental que es el bloqueo económico norteamericano que persiste hasta la actualidad, ahora extendido a Venezuela.

Considero que otro elemento esencial de la lucha por el socialismo a través de los procesos revolucionarios, consiste en la por la superación de la dependencia estructural. En las agendas de los gobiernos progresistas, a pesar de las reformas constitucionales y de los procesos constituyentes que se han impulsado en esos países (Venezuela, Ecuador, Bolivia) en los últimos años no se plantea revolver el tema de la dependencia. Son economías que siguen reproduciendo sus economías y sociedades en torno a patrones de producción y exportadores agrarios, mineros y extractivistas donde, como sabemos, históricamente, estos productos en el

⁹ Para la Revolución Cubana se puede consultarse a Vania Bambirra, *La revolución cubana. Una reinterpretación*, Editorial Nuestro Tiempo, México, 3ª Ed. México, Gerard Pierre Charles, *Génesis de la Revolución Cubana*, Editorial Siglo XXI, México, 1976.

mercado mundial son altamente sensibles a los ciclos internacionales de manipulación de los precios por la grandes compañías internacionales, que generalmente son manejados por las asociaciones capitalistas monopólicas que tienen el control de los precios de las materias primas y de los alimentos que produce y exporta la mayor parte de los países dependientes, en particular, de América Latina. En este sentido, me parece que el tema de la dependencia se ha exacerbado en los últimos tempos con los golpes de Estado ocurridos en la última década¹⁰. Ciertamente que ha habido cambios, pero no se ha retomado el tema de la dependencia estructural que sigue siendo un proceso sobredeterminante del conjunto de las variables en que esos países llamados progresistas se plantean y limitan sus luchas hacia un cambio de paradigma en el modo de producción que auspicie nuevas relaciones sociales, nuevas fuerzas productivas capaces realmente de resolver esta relación dialéctica y contradictoria entre imperialismo, nacionalismo, dependencia y revolución.

Aclaro que no soy nadie para criticar gobiernos y esfuerzos como los que están en marcha, por ejemplo, en Venezuela que, a pesar del bloqueo criminal, brutal por parte del intervencionismo norteamericano (sanciones económico-financiaras, dos intentos de golpe de Estado, implementación sistemática de guarimbas¹¹, boicots

¹⁰ Si bien en Ecuador no hubo un golpe de Estado, sí se verificó un drástico viraje por parte del presidente Lenin Moreno que los círculos políticos llamaron de traición al impulsar el proyecto neoliberal y alinearse al pro-imperialista Grupo de Lima, así como al proyecto de Trump de intervención política y económica de América Latina bajo la cobertura de la llamada “doctrina Monroe”.

¹¹ Las “guarimbas” son protestas violentas y terroristas que realizan (particularmente desde 2014) los grupos organizados de la derecha y

internos, ataques eléctricos y cibernéticos, entre otros), ha logrado por lo menos mantener una alianza estratégica entre las fuerzas militares y populares en el contorno de la Unión Cívico-Militar-Popular que ha sido el factor definitorio que explica por qué hasta ahora Estados Unidos no ha intervenido militarmente ese país.

A pesar de las acciones contrainsurgentes, de las sanciones y bloqueos por parte de Estados Unidos, es ejemplar el esquema actual de la pandemia en Cuba y Venezuela que son los países que tienen las tasas de letalidad más bajas del planeta, incluso por debajo de países capitalistas avanzados que antes “eran el ejemplo a seguir” como el caso sueco donde fracasó la llamada “inmunidad de rebaño”. Este país, que es muy similar, en extensión territorial y población, a Cuba supera a esta y a Venezuela tanto en número de casos activos como en defunciones. Esto indica que hay esfuerzos, pero son esfuerzos que están bloqueados por las fuerzas internas y por estructuras que se reproducen en función de los ciclos de acumulación capitalista y, a pesar de los esfuerzos públicos de esos gobiernos (el de Evo Morales antes del golpe; el de Ecuador en la época de Rafael Correa; y ahora, en cierta forma en Argentina, dentro de los límites de lo que es el actual gobierno peronista encabezado por el presidente Alberto Fernández) y son insuficientes justamente porque no atacan las raíces que reproducen las relaciones sociales de producción, de

ultraderecha comandados por Estados Unidos en Venezuela con el fin de derrocar al gobierno constitucional a partir de la desestabilización social, mediática y callejera con instrumentos como el asesinato de ciudadanos, el bloqueo de calles y carreteras y el uso de alambres de púas para decapitar a transeúntes y repartidores de alimentos en bicicletas o motocicletas y con una cobertura de los medios de comunicación dominantes favorables a esos grupos violentos.

acumulación y de dominación dependientes en los entornos de esas formaciones sociales latinoamericanas.

En síntesis, pienso que no hay que desechar en nuestros países la vertiente y perspectiva nacionalista de las luchas libertarias, populares, proletarias, de izquierda y anticapitalistas en función de un internacionalismo hueco que no tiene una concreción en términos de la sociedad, de la organización política de las clases sociales y de las ideologías. Así como también existen nacionalismos de carácter reaccionario y conservador que impulsan las distintas fracciones de la burguesía dependiente y de las derechas de todo signo.

Pensando en Venezuela, en su Estado-nación, en la actualidad inmerso en esas contradicciones de un capitalismo global en decadencia, es deseable que ese sistema pudiera no solamente solventar un proyecto estatal, nacionalista, revolucionario enmarcado en el bolivianismo. Se puede, incluso, pensar, por ejemplo, que en México se retomara el nacionalismo revolucionario que acompañó durante más de 70 años los procesos de lucha de clases y de liberación nacional, depurándolo de los elementos conservadores y de la ideología dominante. Son elementos que hay que retomar y ponderarlos en función de un proyecto estratégico que definitivamente tendrá que, tarde o temprano, enfrentar a las burguesías, a las oligarquías internas y a las fuerzas apátridas de la ultraderecha, como en Venezuela, y en la mayoría de los países que tienen todavía estructuras de clases en esa configuración, no solamente clasista, sino ideológica sustentadas en las ideologías pro-norteamericanas, conservadoras, protocapitalistas, promercado y neoliberales que son instrumentos de la dominación imperialista en nuestros países.

Me parece que en el mundo que estamos viviendo esa es la paradoja porque la crisis del capitalismo no tiene vuelta de hoja. Considero que, si la humanidad logra superar la pandemia, eso no implica superar la crisis que se va a profundizar a costa de millones y millones de trabajadores y seres humanos que pueblan el planeta.

Las últimas informaciones oficiales del Departamento del Trabajo de Estados Unidos relevan, de manera dramática que de aquí al año 2021, ese país tendrá por lo menos 40 millones de trabajadores desempleados, viviendo de las ayudas que proporciona el Estado. Pero ayudas que se van mermando cada vez más y que no se entregan directamente a las clases obreras, sino que se hacen a través de los bancos o de las empresas privadas del capital. Ese es el capitalismo salvaje, de los negocios, que prevalece en Estados Unidos y en capitalismo en general.

Las luchas sociales, populares y estudiantiles que comenzaron antes del brote de la crisis sanitaria a causa de la Covid-19 en Chile, en Ecuador, en Bolivia, en Colombia, en Haití, incluso en Brasil — que en algún grado disminuyeron a causa del primer brote de esa enfermedad van a resurgir nuevamente.

La pregunta es entonces: ¿hacia dónde se van a dirigir? Uno de los elementos clave que diferencia el período actual del anterior caracterizado por las dictaduras consiste en que es también está en crisis la llamada “democracia representativa” con sus tres vertientes: ser una “democracia viable, gobernable”, “viable” y “restringida”. A mi modo de ver, lo que hizo la Revolución Venezolana, en los aspectos positivos, es superar, trascender, ese tipo de democracia burguesa, tutelada por Estados Unidos y por las clases dominantes locales afin a los intereses imperialistas, para avanzar al

establecimiento de una democracia participativa, una democracia directa que atenta contra la propia condicionalidad preexistente del capitalismo y de las estructuras políticas de dominación, por ejemplo, que existieron en Venezuela antes del Chavismo, es decir, durante el período de vigencia de la llamada Cuarta República.

De este modo el sistema llegó también a ese límite, donde las clases trabajadoras, las clases populares tienen que dar un salto cualitativo cuyas tácticas y estrategias tendrá que definir cada sector, cada país, cada proletariado nacional, para poder realmente construir un sistema no capitalista; un sistema humano, social, económico, ambiental completamente solidario que deje atrás el viejo capitalismo en decadencia.

Claro que esto es una utopía, pero su contrario es lo que estamos viviendo y lo que vamos a vivir en la etapa postpandemia si ese estado de cosas no cambia: un neoimperialismo que agrega la guerra híbrida, la guerra jurídica, apoyadas y promovidas por los medios de comunicación hegemónicos al servicio del imperialismo.

Esto está ocurriendo en Siria, en Yemen y se expresa nitidamente en las pugnas entre China y Estados Unidos en varios frentes: comercial, financiero, tecnológico y también contra Rusia. Eso está implicando que, tarde o temprano, el capitalismo tendrá que jugar cartas ya conocidas, entre ellas, además de las invasiones, las imposiciones y agresiones llamadas “sanciones”, contemplar la posibilidad de desencadenar una tercera guerra, que necesariamente tendría que ser nuclear. Y ahí sí nadie tiene la sapiencia ni la ciencia, ni la posibilidad de proyectar qué es lo que ocurriría en un escenario catastrófico de esas características.

Muchas Gracias.

A Configuração de Burguesias Forjadas por Dentro do Capital-Imperialismo

Virgínia Fontes

Agradeço aos organizadores pelo convite, e à Dinah Terra [Coordenadora do PPGEduc] e a Fernando Penna [Diretor da FEUFF] que abriram nosso encontro. Obrigada à Mahalia e a Rogério Tauã que estão no suporte, apoiando a gente nessa aventura online, pois estamos reaprendendo a estar juntos apesar da distância. Queria saudar aqui o Adrián Sotelo que fez uma bela e longa fala e tentarei desenvolver um ponto que ele tocou, e saudar o Nildo, pois é um prazer estarmos aqui juntos. Começo não só pelos agradecimentos e pela satisfação de estar aqui, mas também é importante mencionar a enorme inquietação: nós estamos com mais de 130 mil mortos da covid-19 e continuamos vivendo dia a dia ataques de cunho profascista do atual governo.

Vivemos uma situação muito difícil e precisamos trabalhar a fundo essas questões, porque são temas complexos: Estado, trabalho, educação e desenvolvimento, crise do capital, conservadorismo e democracia são temas muito amplos. Nossa mesa: Imperialismo, Nacionalismo e Revolução na América Latina é temática que toca uma situação de enorme tensão. Eu concordo com a colocação do Adrián Sotelo, quando ele diz: "que o imperialismo não é mais uma coisa de fora para dentro", e é exatamente onde se situa a minha hipótese geral, que

é uma hipótese sobretudo para o Brasil, mas me parece pertinente para a América Latina. Embora eu vá concentrar a análise no caso do Brasil, onde há práticas internas das burguesias nativas e de parcela do próprio Estado, e isso está cada dia mais evidente. Elas são forjadas, formadas econômica, política e culturalmente a partir do capital-imperialismo e que elas próprias atuam na direção de aprofundar os laços de subalternidade.

Lembro a todos que, Ruy Mauro Marini já mencionou isso, e eu insisti nesse ponto e ainda levei adiante, as burguesias brasileiras são forjadas por dentro do que eu chamei de capital-imperialismo, que envolve o imperialismo tal como Lenin desenhou, mas em uma escala de outro porte.

Exatamente pela interrogação de Lenin sobre a questão da escala, me parece fundamental pensar na escala das formas da propriedade contemporânea, mas também no redesenho político e de controle do Estado. Estou enunciando a hipótese geral do que venho trabalhando: a configuração de burguesias, de classes dominantes e de parcelas do Estado forjadas por dentro do capital-imperialismo exige maior clareza das lutas, ainda mais do que em tempos precedentes, pois é absolutamente fundamental o enfrentamento ao capitalismo e, portanto, a todas as formas de imperialismo que decorrem da existência do capitalismo. Eu ousou dizer que enfrentar o imperialismo, é hoje como antes, enfrentar o capitalismo e, portanto, é fundamental esclarecer bem esse ponto.

É bom lembrar que falo a partir de uma situação especial do Brasil Contemporâneo e de uma dificuldade extraordinária, pois assistimos a emergência de contradições brutais e de tentativas de abafar tais contradições por extrema violência. Lembro que o meu ponto de

partida é o mesmo ponto de partida que eu venho trabalhando há quase 20 anos, que é de um lado tentar entender a dinâmica do capitalismo contemporâneo a partir do aumento das massas de trabalhadores, por isso trabalhei com as expropriações primárias e secundárias para compreender — ao contrário do que diz a propaganda capitalista de que não há mais trabalho — como aumenta brutalmente a massa de trabalhadores. Esse processo tem paralelo com a intensificação da centralização e concentração de capitais, com uma interpenetração brutal da propriedade em escala internacional e com uma separação crescente entre a propriedade última e a uma verdadeira hierarquia de capitalistas necessários para gestão dessas propriedades altamente concentrados.

O Adrián falou bastante da crise e eu vou trazer a questão da crise para os elementos que me parecem centrais, o enfrentamento do capital e do capitalismo. E a primeira delas, ao meu juízo, são as formas mais atuais da subordinação e de controle do trabalho pelo capital, o que permite a emergência de situações protofascistas, ou de situações fascistóides no próprio cerne da relação capital e trabalho. O número de trabalhadores expropriados de direitos que vinha se intensificando desde a década de 1990 deu um salto no século XXI e dá mais um salto durante a pandemia.

Ao que tudo indica teremos massas gigantescas da população precisando vender força de trabalho para um capital cada vez mais concentrado e que vem desenvolvendo formas tecnológicas para principalmente agir em algumas direções, dentre elas o controle direto e singularizado de trabalhadores, a partir de meios de controle sobre os trabalhadores que estão dispersos na sua atividade laboral. Eu vou dar um exemplo do Uber,

mas ele é só um exemplo porque existem inúmeras outras formas em que o trabalhador ao se conectar com o aplicativo tem cada minuto do seu tempo acompanhado pelo controlador patrão. Controlado por algo que não parece ser patrão, pelo controlador aplicativo, mas que é patrão (o capital) e pelo cartão de crédito. Esse controle identifica minuto a minuto não apenas a sua trajetória e comportamento, mas também o montante de recursos que eventualmente venha a auferir e que, portanto, ele terá que pagar à plataforma. Essa é apenas uma das formas de controle, há inúmeras formas do controle singularizado de trabalhadores dispersos, tanto pelo reconhecimento facial, quanto pelo reconhecimento de voz, como reconhecimento da forma de caminhar, como passa pelo controle da rapidez e velocidade da resposta do trabalhador no teclado ou no celular, e na própria entonação emocional do trabalhador na voz, ou mesmo maneira de relacionar com o próprio celular.

Estamos diante de uma forma que é absolutamente brutal, brutal porque ele mina os direitos, mina as condições de trabalho, mas aumenta as modalidades de sujeição do trabalho ao capital exatamente pela exclusão de direitos. E essas massas de trabalhadores tendem a crescer, essas formas de subordinação do trabalhador ao capital vem intensificando fundamentalmente as formas de concentração, de acumulação de capital, de concentração e centralização de capital, a partir dessas plataformas de alta tecnologia e que ao contrário de dispensarem força de trabalho, subordinam os trabalhadores de maneira brutal. E é brutal mesmo. Essas questões não são menores, e são questões que teremos de enfrentar na luta anticapitalista, uma vez que as massas de trabalhadores desprovidas de direitos tendem a crescer com relação à parcela de trabalhadores

ainda com direitos. Se trata, portanto, de um enorme aprendizado de luta comum, entre trabalhadores que não se percebem como tal, que não tem mais exatamente a mesma experiência comum, mas são igualmente trabalhadores e sustentam o capital.

Um outro ponto contemporâneo importante são as tensões intercapitalistas crescentes principalmente emanadas dos Estados Unidos contra a China, que é uma economia de mercado, como diz o próprio Partido Comunista chinês. A China é um país cuja estrutura produtiva é capitalista embora liderada por um Partido Comunista. A intensificação da agressividade dos Estados Unidos reativa formas arcaicas da dominação capitalista, tentando atingir as reivindicações internacionais chinesas que se mantêm por dentro da lógica de mercado e daquilo que é o direito internacional mantido pelas próprias burguesias.

Portanto, os Estados Unidos de Trump se arvoram agora a legislar completamente sozinhos em nome do mundo. Nós estamos diante de uma situação em que as tensões que integram o próprio núcleo da relação capital e trabalho, estão hoje também presentes não apenas na mais importante economia mundial, mas sobretudo no país com o mais violento poderio bélico que se possa imaginar na história, o poderio dos Estados Unidos. Neste país crescem racismos de extrema brutalidade, ao lado de xenofobias e de supremacismos brancos sem falar dos negacionismos da ciência e do conhecimento, que possivelmente podem se virar contra estrangeiros de forma genérica. Já foram direcionadas contra os latino-americanos nos grandes movimentos migratórios que tivemos no ano passado e nas medidas mais brutais de encarceramento, de separação de famílias, de prisão de crianças migrantes etc. Isso dentro dos Estados Unidos!

Eu não diria que o que se apresenta como nacionalismo hoje, especialmente nos Estados Unidos ou no Brexit inglês, corresponde efetivamente àquilo que conhecemos como nacionalismo. Embora se apresente dessa forma ele vem estreitamente associado a grupos de extrema direita que se procuram implantar e implementar tanto a nível mundial, quanto em especial na América Latina. É importante observar que no caso da América Latina o governo Bolsonaro vem intensificando a sua atuação na direção do reforço de determinados grupos locais golpistas e reacionários da América Latina, Colômbia, Paraguai, Argentina, Bolívia e montando fóruns e encontros de extrema-direita. São fóruns conservadores, como eles chamam, liderados principalmente pelo filho do Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, vulgarmente conhecido como Dudu Bananinha (foi assim que o general Mourão o apresentou, recentemente).

Rejane Hoeveler fez várias apresentações (disponíveis no youtube) sobre esses encontros, mostrando a constituição na América Latina de grupos de extrema-direita internacionais, pilotados por governos e governantes, com a participação de empresariado. É bastante importante que nós estejamos atentos a esse tipo de comportamento.

A partir de agora, eu vou tratar um pouco e rapidamente da questão do Estado, mas muito rapidamente. Eu identifiquei a expansão de uma estratégia capital-imperialista, seguida na Europa e nos EUA, nos últimos 70 anos, e na América Latina principalmente nos últimos 30, 40 anos¹². Houve uma expansão de um

¹² Para mais detalhes, ver FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

ativismo empresarial completamente conectado com o ativismo empresarial internacional, em especial dos países dominantes, Estados Unidos, Alemanha, França, Holanda e outros, na expansão de aparelhos privados da hegemonia que tinham múltiplos papéis e funções. A primeira é tornar crescentemente impermeáveis os Estados aos reclamos e reivindicações populares, reduzindo, portanto, qualquer forma de descontentamento ao único momento eleitoral, o que chamei de “democracia de acionistas”, em que a população seria o acionista minoritário cujo único papel era votar e eleger o gerente para dirigi-la. Mas o processo real ainda é pior. O ativismo empresarial veio sufocando o conjunto das políticas universais tanto por dentro do Estado, quanto por fora dele. Atuando diretamente sobre determinados movimentos populares, o empresariado veio procurando impedir sua emergência coerente e consistente, tentando, de um lado, canalizar as lutas populares e de outro, assenhorando-se da própria formulação e execução das políticas estatais. No caso brasileiro isso ficou muito claro, por exemplo, na política educacional, na política de saúde, podemos falar também da política ambiental... Ao atuar por dentro e por fora do Estado, esses aparelhos privados de hegemonia vieram jugulando as conquistas populares no interior do Estado e direcionando as lutas de maneira a impedir que elas alçassem um novo patamar.

Lógico, esse é um dos caminhos, mas ao meu juízo foi o caminho principal, auxiliado pelo que eu chamei de pobretologia, uma modalidade que impõe formas de políticas de urgência, de emergência, de maneira a que não se observem as raízes do problema, que se atue

unicamente no resultado sem enfrentar as causas do problema.

O crescimento, a expansão dessa massa de trabalhadores sem direitos, e a expansão da centralização e concentração do capital que impõe novas formas de subordinar essas massas de trabalhadores, veem trazendo um acirramento das tensões e lutas populares. Esse acirramento já está presente e é frente a essa tendência de acirramento que nós assistimos ao crescimento de uma extrema-direita, em parte financiada por parcela desses aparelhos privados de hegemonia burguesa, e em parte nascidas em paralelo a eles. Mas, de alguma maneira assumiram a frente da cena juntamente com os grupos religiosos, coligando-se de forma muito peculiar no momento contemporâneo.

É verdade que existem tensões entre alguns aparelhos privados de hegemonia burgueses que poderíamos chamar de tradicionais, embora eles sejam bastante recentes, e alguns grupos de extrema-direita. Existem tensões entre eles, visíveis inclusive nos Estados Unidos ou em países europeus, visíveis também no Brasil entre um ou outro grupo. No entanto, apesar de diferenças internas, o conjunto das burguesias aderiu plenamente à política de violência econômica contra as classes trabalhadoras no governo Bolsonaro. Mesmo não gostando muito do cheiro ou do jeito de Bolsonaro, algumas burguesias apoiam e até aqui apoiaram integralmente a condução antipopular das políticas de extrema-direita. Ao menos até aqui não há nenhuma informação sobre algum projeto distinto com relação a América Latina. Ao contrário, parecem estar acompanhando o andamento desses fóruns conservadores.

No caso Brasileiro, o profascismo emerge por fora da corrida eleitoral. Eu não vou entrar em detalhes

sobre os processos históricos brasileiros, senão eu vou me alongar, mas é bom lembrar que esse processo não começa em 2016, começa bem antes, começa já no início do século XXI, mas se acirra principalmente em 2013, quando as massas populares vão as ruas para exigir direitos universais, direitos sociais. Essas massas se encontram bloqueadas, de um lado, por um partido dito popular que é incapaz de levar adiante aqueles reclamos e, por outro, lado pela emergência exatamente do novo papel dessas extremas-direitas que passam a pilotar o conjunto da política burguesa no Brasil.

Portanto, 2016 vem na sequência dessas lutas que se intensificam e com uma exasperação dessa extrema direita apoiada pelas direitas tradicionais, que acreditam que tirarão proveito. A extrema direita convocará para as ruas setores das classes médias, inclusive alguns integrantes de setores populares. Nessas primeiras convocações nos encontramos diante de uma situação da qual Francisco de Oliveira talvez tenha dado a melhor definição: a falsificação da ira popular. Isto é, as lutas populares se encontram diante de sucessivas formas de falsificação, tanto vindas por uma esquerda dita progressista (e esse termo é complexo), quanto por uma direita dita democrática cujo papel é extorquir direitos, quanto finalmente por uma extrema-direita que exacerba e exaspera as formas mais brutais de violência contra essa mesma população. Isso será visível posteriormente inclusive em plena pandemia.

As inserções desse protofascismo no Brasil reafirmam e endurecem as formas pretéritas de controle de classe dentro do Estado, reduzem todos os espaços democráticos dentro do Estado e explicitam claramente qual o espaço para as classes trabalhadoras e os setores populares, nessa nova configuração: trabalhar sem

direitos e sem limites. As direitas e as classes dominantes abriram as portas para o protofascismo e o apoiaram, imaginando que retomariam facilmente o controle. Mas não foi assim, e Bolsonaro o demonstra a cada dia. Assim, o que era uma hipótese, com a qual já trabalhávamos, torna-se a cada dia mais evidente com pesquisas históricas, apesar das disputas pela interpretação desse período.

Retomo a hipótese inicial de que o Imperialismo não está apenas de fora para dentro, mas está por dentro da formação tanto das burguesias, quanto dos Estados contemporâneos. No caso brasileiro, embora não se limite ao caso brasileiro, a formação de polícias é realizada em cursos no Estados Unidos ou os formadores estadunidenses organizam os cursos aqui, no Brasil; as Forças Armadas são formadas, em grande medida, em cursos nos Estados Unidos ou em outros países; o judiciário é fortemente influenciado pelas praticas internacionais, especialmente pelas estadunidenses, como ficou demonstrada a presença do Departamento de Justiça dos Estados Unidos na formação da força-tarefa da Lava-jato.

Ocorre que, a burguesia, seja por interesses próprios, seja porque se associou subalternamente com capitais estrangeiros, está completamente entrelaçada com interesses externos. Vou dar alguns exemplos. Quando digo “obedecendo aos interesses próprios”, são os do lucro a curto prazo. Vale lembrar que a expansão da educação privada, da iniciativa privada na educação brasileira, já tem longo percurso e sempre foi apoiada pelos diversos governos. Hoje nós temos enormes conglomerados de educação, alguns deles ainda brasileiros, cujos proprietários foram ao exterior, em especial aos Estados Unidos, convidar fundos de investimento para potencializar a sua luta concorrencial contra os demais

grupos, na ânsia de absorvê-los. É o processo de centralização e de concentração de capitais, hoje completamente entrelaçados. A propriedade desses grandes conglomerados de educação envolve interesses de capitais de várias nacionalidades, ainda que sua direção seja formalmente brasileira. Ou seja, simplesmente se subordinam a esses fundos convidados, em alguns casos, a integrarem os seus portfólios ou as suas carteiras. Essas burguesias são formadas, portanto, economicamente por dentro do capital-imperialismo, mas são formadas também politicamente por dentro do capital-imperialismo e culturalmente pelo capital-imperialismo.

Economicamente, uma boa parte da exportação de capitais de burguesias brasileiras, vai para paraísos fiscais, onde não vão pagar impostos. Levam a mais-valia extraída aqui para paraísos fiscais, para não pagar impostos e de lá reenviam para outros países e investimentos. Nós vimos recentemente o perdão das dívidas da previdência de quase 500 bilhões de reais, dívida comprovada pela CPI da previdência e esquecida pela contrarreforma que lançou o custo nas costas dos trabalhadores. Estamos assistindo agora a um debate sobre o perdão das dívidas das igrejas (R\$ 1,4 bilhão), lembrando que Bolsonaro vetou tal “perdão”, mas negociou para que os parlamentares: “derrubem o meu veto”. O que não está dito na grande mídia é que essas igrejas têm imunidade de impostos, elas não pagam os impostos que todos pagamos, e os impostos que elas estão sonogando agora, são uma parcela ínfima do que deveriam pagar, em especial os direitos trabalhistas. Em outros termos o que essas igrejas estão fazendo, é eliminar os direitos ainda existentes dos seus trabalhadores.

As burguesias brasileiras não só investem em igrejas, em escolas, no agro ou em outros bancos, fundos, dívidas, títulos da dívida etc. Em boa medida estão exportando capitais inclusive para os Estados Unidos, se colocando diretamente sobre a legislação americana, ou colocando os “seus” recursos diretamente sob a legislação americana abrindo o capital das suas empresas nas bolsas estadunidenses, ou comprando empresas por lá. Eu estou falando dos Estados Unidos porque é para onde as burguesias brasileiras têm se dirigido majoritariamente, mas também seguem investindo inclusive em outros países da América do Sul, porque muitas delas continuam megaburguesias. Politicamente, essas megaburguesias educam os seus filhos nos Estados Unidos, se educam nos Estados Unidos e o que é pior, estão formando agora lideranças políticas a partir dos aparelhos privados de hegemonia na Universidade de Harvard (e outras), com cursos que elas montaram juntamente com alguns grupos dos Estados Unidos, e não estou falando nenhuma novidade, mas do Renova BR, da fundação Lemann, do RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, da Natura, que já formavam seus gestores no exterior e agora estão formando uma parcela pequena de setores populares para liderança política aqui dentro e lá fora. Vale lembrar que se eu estou enfatizando o lado de fora, essa prática dos aparelhos privados de hegemonia empresariais brasileiros, cuja participação estrangeira é grande também, mas são capitaneados por brasileiros, já vem de há muito tempo. Já formam lideranças populares para ocupar os lugares políticos adequados às *suas* propostas de sociedade.

Nós estamos denunciando e trabalhando com isso há 20 anos, e mostrando como uma enorme quantidade

de aparelhos privados de hegemonia financiados por empresários estão exatamente tentando formar lideranças políticas oriundas dos setores populares para atuar segundo os interesses das classes dominantes e, portanto, de maneira subalterna. A isso eles chamam “meritocracia”, o que nesse caso quer dizer peneirar apenas alguns dos estudantes que precisam de bolsa, que vão para lá porque precisam de bolsa, vão para essas fundações porque querem estudar e precisam de bolsas. As entidades empresariais irão peneirar alguns e forjá-los, formá-los de uma determinada maneira, de forma que se voltem contra os seus e se tornem porta-vozes do capital diante dos seus próprios iguais, ou em outras palavras, produzindo desiguais a partir dos iguais das massas trabalhadoras.

A situação chegou a um ponto extremo. O governo Bolsonaro é um governo que exacerba a subalternidade ao bater continência para bandeira dos Estados Unidos, ao entregar a Base de Alcântara, entregar a Embraer, retalhar a Petrobrás etc. A sujeição está tão naturalizada que já virou inclusive programa humorístico na televisão - eu não sei o nome do programa, eu passei por acaso, preciso até voltar para localizar. Era um programa passado numa pensão popular no Meyer, cujos personagens mudam-se para outra pensão popular em Miami e passam a oferecer seus serviços subalternos aos brasileiros com dinheiro em Miami... atualmente há uma grande quantidade de humoristas brasileiros vivendo nos Estados Unidos e vindo ao Brasil para fazer espetáculos. Essa é uma situação de sujeição razoavelmente nova nessa escala, até porque o Brasil é um país de uma intensa tradição cultural, de uma produção cultural grandíssima e muito forte. E é exatamente por isso que precisam golpear a cultura, golpear a educação, manietar

a educação e a pesquisa científica no Brasil. Infelizmente, o mesmo programa se aplica a partir do governo brasileiro para outros países latino-americanos.

Bom, eu não quero me alongar muito, eu já estou falando há 33 minutos, mas eu queria mencionar algumas questões que eu acho absolutamente fundamentais. Temos de enfrentar o capital e o Estado do capital e retomar a concepção de democracia popular, que é uma democracia socialista. O que foi feito no Estado Brasileiro nesse último ano e meio de desgoverno Bolsonaro, mas também nos últimos quatro anos desde o golpe de 2016, foi o desmantelamento das conquistas populares pequenas e parcas que estavam dentro desse Estado. Agora, nós temos de enfrentar isso, não basta mais resistir e esperar que nas próximas eleições consigamos, quem sabe, emplacar um candidato. É bom saber que ao longo dos últimos 40 anos, mesmo os candidatos que vinham de uma linhagem menos à direita ou um pouco mais à esquerda já estavam cerceados dentro do aparelho de Estado para implementar novas políticas ou se auto cercearam adequando-se à política proposta pelo empresariado e por seus aparelhos privados de hegemonia, de fora e dentro do Estado. Pilotaram uma boa parte das políticas. Portanto, o enfrentamento ao imperialismo que está dentro dos países exige enfrentar o capitalismo. Enfrentar as burguesias brasileiras é enfrentar o capital, e é enfrentar o imperialismo, uma vez que essas burguesias brasileiras respondem mais à sua lucratividade, onde quer que seja, do que aos anseios e clamores da população brasileira. Nós já sabemos disso, mas agora nós temos exatamente a comprovação. As lutas dos trabalhadores contra o capital serão duríssimas no pós-pandemia. A violência contra esses trabalhadores está se armando também de

maneira bastante cruel e, portanto, nós teremos de compreender que uma sequência de lutas aponta na direção do enfrentamento ao capital. Eu não vou me limitar às lutas propriamente nacionalistas, mas vou listar aquelas que são as lutas da pele e da vida cotidiana, em especial: as lutas antirracistas, porque o antirracismo é o enfrentamento do capital nas condições concretas da vida daqueles que tem cor de pele diferente da minoria supremacista branca, e no caso brasileiro é de fato uma minoria; as lutas feministas porque o enfrentamento das mulheres, do reconhecimento do trabalho reprodutivo significa enfrentar o capital; as lutas ambientais porque hoje elas não são o desenho simplesmente da defesa da natureza, embora a defesa da natureza seja importante, mas a defesa da relação da humanidade com a natureza, desse socio-metabolismo que nos constitui e que vem sendo devastado pelo capital, a começar pela comida e pelas águas envenenadas que saem das nossas torneiras, assim como os ares envenenados nos quais sobrevivemos. Portanto, as questões das mulheres, do antirracismo e a questão ambiental nos levam à luta do trabalho contra o capital, é a luta do acesso à terra, é a luta da socialização da existência. Essa questão ao meu juízo é hoje fundamental. Para concluir eu quero reafirmar que a luta do trabalho contra o capital não será uma luta de um único grupo de trabalhadores contra o capital, mas da junção de todas as lutas contra o capital, em todas elas trata-se da luta do trabalho contra o capital. É fundamental que isso se coloque hoje com toda a urgência que a situação atual assinala.

Obrigada.

Nacionalismo e Revolução Social no Brasil: reflexão desde uma perspectiva latino-americana

Nildo Domingos Ouriques

Ao contrário de outros países latino-americanos a esquerda brasileira é refratária ao nacionalismo; não somente recusa seu enorme potencial revolucionário como alimenta profunda desconfiança política contra o nacionalismo. A direita brasileira, ao contrário, fomenta todas as manifestações nacionalistas superficiais – o apego a camisa da seleção brasileira, a apologia dos “valores” nacionais abstratos, a reivindicação dos símbolos pátrios, a hipervalorização das datas comemorativas, etc – como logra captar a mobilização de milhões de brasileiros em favor de suas teses. Nos círculos próprios da pequena burguesia – especialmente aqueles vinculados as universidades públicas – a absoluta maioria dos professores, estudantes de pós-graduação, acadêmicos afamados – recusam completamente qualquer vínculo ou reivindicação nacionalista. Após o enorme protesto social contra o governo de Dilma Rousseff em 2013 e a vitória do protofascista Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, ambos embalado na mais estrita reivindicação de nacionalismo cosmético ou “simbólico”, não é mais possível que a esquerda brasileira ignore a força transformadora e a capacidade de

mobilização do nacionalismo em geral e a função estratégica do nacionalismo revolucionário no caminho da Revolução Brasileira.

Entretanto, é preciso advertir para as raízes intelectuais do desprezo da esquerda brasileira ao nacionalismo como também identificar as implicações políticas de sua captura pela direita que a despeito de derrotas eleitorais segue avançando socialmente no país.

A primeira causa do anti-nacionalismo da esquerda brasileira não pode ser outro senão o caráter liberal que ela assumiu no Brasil. A esquerda brasileira é liberal. Em consequência, pratica um liberalismo de esquerda que, no limite, opera tão somente para realizar as promessas não cumpridas pelo liberalismo de direita. Assim, a democracia não passa de um regime eleitoral cuja essência pode ser vista a luz do dia na prática parlamentar atravessada pela corrupção e a degradação permanente do regime político. A democracia não somente não é nem nunca foi um valor universal, ou seja, uma vocação praticada por todas as classes sociais, como funciona de maneira eficaz em favor de todos os privilégios possíveis para a classe dominante enquanto condena a maioria do povo a condições de miséria e exploração cada dia mais acentuadas.

Ademais, a crença liberal da esquerda brasileira é tributária do orgulho burguês que supôs durante décadas que o Brasil não teria o destino de outros países latino-americanos em função da suposta “complexidade” de sua formação social, o grau de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, a maturidade burguesa de seu parque industrial e, finalmente, o gigantismo de seu território e a potência de seu mercado interno. Não por acaso, setores da esquerda reivindicam o governo do ditador Ernesto Geisel como o ponto do alto

do desenvolvimentismo expresso no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no qual, supostamente, a produção capitalista teria internalizado os centros de decisão na reprodução do capital com a implementação da produção de máquinas e equipamentos. A apologia burguesa – cuja expressão acadêmica são os economistas formados na Unicamp e também a USP – operava algo valioso e muito evidente para passar sem registro: o caráter dependente e subdesenvolvido do capitalismo no Brasil. A apologia da “complexidade” do desenvolvimento capitalista no Brasil pretendia afastar a interpretação da realidade nacional dos demais países latino-americanos como se, aqui, os fecundos estudos sobre a dependência e o subdesenvolvimento não tivessem capacidade explicativa alguma. Hoje, apenas começam se inicia o processo tímido de revisão da apologia burguesa, mas ainda bem longe de romper com a ideologia da classe dominante de ampla aceitação nas organizações sindicais e partidárias da esquerda que se fez liberal. Ainda assim, os ideólogos da esquerda liberal não cedem: atribuem a “regressão industrial” mais do que evidente no país ao “neoliberalismo” – e, portanto, a modalidade de política econômica praticada – antes de identificar suas raízes no caráter dependente e subdesenvolvido do capitalismo na América Latina. Não é por acaso que a esquerda liberal não somente ignora como recusa as valiosas lições da teoria marxista da dependência responsável pela crítica à todas as variações do desenvolvimentismo que na prática conduzem os “programas” de sucessivos governos petistas.

Em terceiro lugar, nos últimos anos – especialmente após os governos de Lula e Dilma – a esquerda brasileira assumiu uma orientação identitária de inspiração/orientação é o Partido Democrata dos Estados Unidos cuja expressão máxima pode ser vista na adoção de variações do sistema de políticas afirmativas praticadas desde a década de sessenta no interior da potência imperialista que se adequam perfeitamente ao caráter filantrópico das políticas sociais orientadas pela caridade católica. Não é momento aqui de tratar o tema de maneira exaustiva, mas apenas indicar de maneira clara a vocação “cosmopolita” da esquerda liberal que importa dos Estados Unidos a análise e o trato da questão racial em *completa ruptura* com a tradição crítica dos estudos sobre o tema no país. Em poucas palavras: sai Darcy Ribeiro e Jacob Gorender e entra o resignado Abdias Nascimento e a foucaultiana Lélia González. A questão racial, portanto, não é mais um desafio da Revolução Brasileira que somente em seu interior encontraria uma solução civilizada, mas, ao contrário, é combustível para a integração do negro na sociedade de classes de maneira liberal e “construtiva”. A revolução social desaparece do horizonte e a solução liberal burguesa admite a política de ações afirmativas como expressão meramente “simbólica” de justiça social nos marcos do sistema.

A quarta razão da filiação liberal da esquerda brasileira na atualidade decorre da completa incompreensão da luta política no contexto de um regime liberal-burguês. Ao eliminar a revolução social de seu horizonte, a esquerda liberal gira em círculos cada dia mais estreitos e não se atreve, nem mesmo em pensamento, assumir na plenitude a dialética da luta *dentro e contra a ordem* burguesa. A consequência é óbvia: termina por seguir no

esforço de Sísifo como se fosse possível realizar as promessas do liberalismo do europeu nas condições do capitalismo periférico e dependente.

Por fim, a esquerda liberal abandonou a análise leninista do imperialismo e tampouco conta com uma interpretação crítica do desenvolvimento capitalista em escala mundial nas circunstâncias atuais, razão pela qual é presa fácil da ideologia liberal que confina o debate sobre a crise cíclica do capitalismo em escala global aos estreitos limites da política econômica sem qualquer vínculo com a economia política, ou seja, com o conflito entre as classes sociais. Em consequência, a esquerda liberal recusa e nem mesmo em pesadelos pretende praticar qualquer modalidade de nacionalismo econômico destinado a recuperar, ainda que marginalmente, o projeto industrializante do estruturalismo cepalino das décadas de sessenta e setenta. De fato, o projeto de industrialização proposto pela CEPAL expressa o grau de consciência burguesa possível na periferia capitalista, mas na atualidade, podemos constatar de maneira fácil que nenhuma fração do capital postula a recuperação sequer marginal das lições emanadas da economia política preconizada pela agência das Nações Unidas.

Portanto, essas são as raízes mais profundas dos obstáculos que impedem a esquerda liberal no Brasil superar seus limites e construir uma alternativa real para as classes subalternas. Nesse contexto, a esquerda liberal figura apenas como “espírito crítico” da direita liberal e assume o cretinismo parlamentar como vocação e destino.

Nem mesmo as fecundas lições emanadas de outras experiências latino-americanas logram aderência no Brasil. Talvez a mais eloquente destas experiências é precisamente a Revolução Democrática Bolivariana

encabeçada por Hugo Chávez. No Brasil, Lula operou durante seus governos – e Dilma seguiu à risca a orientação – distância de Chávez, sem, contudo, hostilizá-lo. Na prática, o comportamento dos governos petistas valorizava o superávit comercial com o país de Bolívar na mesma medida em que tentavam exibir as virtudes da moderação contra o radicalismo do líder venezuelano. A atuação da esquerda liberal aqui esterilizava em cada ação as lições do “anti-imperialismo” que orientou a política externa conduzida com mão firme por Hugo Chávez e as importantes iniciativas que impulsionou em escala continental. Entre estas, a mais importante foi, sem dúvida alguma, a derrota da proposta estadunidense de constituir na América Latina uma Área de Livre Comércio iniciada com o início do NAFTA (EUA, México e Canadá) em janeiro de 1994. Hugo Chávez logrou organizar uma frente de governantes que terminou por enterrar a proposta imperialista na Argentina em novembro de 2005 quando bradou em algo e bom som: “Mar del Plata é o túmulo da Alca”. A diplomacia brasileira apoiava, mas sempre com enorme discricção sugerindo a existência de uma “esquerda racional” diante de outra de orientação anti-imperialista supostamente “irracional”, tal como Jorge G. Castañeda elogiou a atuação brasileira.

A ignorância e o desprezo pela História sempre têm consequências graves. Em perspectiva histórica os povos da América Latina possuem duas opções: de um lado o monroísmo e, de outro, o bolivarianismo; de um lado, “América para os americanos”, consigna de James Monroe de 1823 e, em oposição, o brado de Bolívar sobre a necessidade da “Pátria Grande”. No Brasil, um esquecido embaixador – Oliveira Lima – sintetizou em 1907 com clareza as razões pelas quais deveríamos

descartar o pan-americanismo promovido pelos Estados Unidos e assumir na plenitude a orientação bolivariana. Entretanto, a despeito desse precedente de lucidez e compromisso com a soberania de nossos países, a alerta do “Don Quixote gordo” – foi como Gilberto Freyre denominou Oliveira Lima – jamais foram considerados em nossa diplomacia! É uma obra esquecida, ignorada como se pudéssemos ter outro caminho senão o projeto de emancipação social que apenas começou em 1825 quando todas as nações do continente estavam livres do colonialismo. Ora, é necessário a Segunda Emancipação, de caráter socialista e anti-imperialista! Não poderá existir paz e justiça em nosso continente enquanto o imperialismo estadunidense mantiver bases militares com centenas de assessores militares em nosso território comum. Tampouco poderemos falar em soberania enquanto as multinacionais de fármacos, satélites, biotecnologia, tecnologia de informação, entre outras áreas, continuarem comandando os investimentos e a pesquisa sobre nosso território! Nada pode ser mais ilusório e perigoso para o Brasil que a aceitação do bordão de Chico Buarque – digno de botecos da zona sul – segundo o qual a diplomacia da esquerda liberal “não fala grosso com a Bolívia, nem fino com os Estados Unidos”. Ora, na mesma gestão de Dilma Rousseff a correspondência da presidente foi violada pela agência de inteligência dos Estados Unidos sem que nossa diplomacia e a própria cobrasse, a luz do dia e claramente, explicações de tal violação de nossa soberania com ações correspondentes que deveria ter levado a uma completa revisão das relações com a potência imperialista. Também na gestão da ex-presidente os computadores com os segredos do Pré-Sal foram “roubados” dos containers da Petrobrás sem que a

esquerda liberal colocasse na agenda do debate público e da investigação policial como prioridade essa decisiva questão se segurança nacional. A debilidade da esquerda liberal diante de fatos que podemos ler nos jornais revela o quanto é importante uma tenaz perspectiva nacionalista em defesa dos interesses da pátria lamentavelmente ausente na reflexão dos acadêmicos e completamente esterilizada tanto em nossa diplomacia quanto na ação dos governantes!

A dialética nacionalismo/anti-imperialismo é motivo de recusa permanente pela esquerda liberal brasileira. Portanto, não podemos ignorar que tanto nos assuntos relativos à cultura quanto aqueles vinculados a soberania sobre importantes recursos naturais de natureza estratégica, a esquerda liberal segue o figurino gringo. No primeiro – no terreno da cultura – a esquerda liberal outrora devota do figurino francês (tal como abordei no meu livro “O figurino francês. Crítica às ciências sociais no Brasil”) é completamente subordinada a indústria cultural estadunidense. Nos últimos anos, especialmente nos círculos da pequena burguesia e também nos setores oriundos da mobilidade social via políticas sociais dos governos petistas, o domínio do inglês não é inocente: é resultado da completa submissão do país a indústria cultural imperialista e, antes de ser um mecanismo de acesso as contradições e antagonismos de classe no interior dos Estados Unidos, o domínio do inglês se transformou num poderoso meio de controle das mentes em nosso país. Essa é a razão pela qual a divulgação de Angela Davis ou Malcon X se reproduz aqui como se fosse o horizonte possível e único da luta anti-racista no interior daquela sociedade enquanto a interpretação marxista de um Harold Cruse é

completamente ignorada como se, de fato, jamais tivesse existido.

Da mesma forma, no terreno da luta pela soberania nacional, há completa continuidade entre a ação de Fernando Henrique Cardoso em quebrar o monopólio estatal do petróleo por meio da Emenda Constitucional 9 aprovada em 9 de novembro de 1995 e a nova lei da partilha sancionada por Dilma Rousseff em 9 de setembro de 2013 em acordo com senador tucano José Serra. Apesar de diferenças relativamente importantes em alguns aspectos, a verdade é que hoje ninguém poderia ocultar a entrega do petróleo às corporações multinacionais – especialmente as enormes reservas obtidas com a descoberta do Pré-Sal – pelos governos do sistema petucano (petistas e tucanos se revezam na administração democrática da república burguesa apodrecida). A entrega da renda petroleira para multinacionais e investidores estrangeiros, além do completo assalto a Petrobrás ocorrida durante e após o governo da ex-presidente Dilma, ilustra de maneira dramática as consequências nefastas da recusa do nacionalismo pela esquerda brasileira num setor estratégico. De resto, a ausência tanto de resistência popular efetiva quanto de reservas ideológicas em amplos setores sociais a privatização de empresas estatais consideradas pela mesma esquerda liberal como estratégicas, revela a debilidade que a mesma exibe nas disputas com a direita liberal e a chamada “política neoliberal”.

Nos dois casos – a disputa no terreno cultural e o controle da riqueza petroleira – fica evidente as consequências terríveis da renúncia do nacionalismo por parte da esquerda liberal. Finalmente, a mesma incompreensão e consequências ocorrem no trato da

questão ambiental e do controle do território e das riquezas na Amazônia brasileira ordenada pelo sequestro imperialista da questão ambiental e da chamada “transição energética” que a esquerda liberal assume para evitar algo elementar: quem, afinal, controle a riqueza no nosso território?

A relação entre a tradição nacionalista e a marxista é outra questão relevante que devemos abordar. Ao arrepio da tradição latino-americana, o marxismo no Brasil desprezou completamente as fecundas contribuições do marxismo latino-americano em relação ao nacionalismo. Não se trata de ignorar a existência de uma *esquerda nacional* com enormes aportes teóricos sobre o nacionalismo e a nação por parte de pensadores em nosso continente, especialmente importantes na Argentina, na Bolívia e no México para ficar nos exemplos mais fecundos. A ignorância da esquerda liberal em relação às revoluções nacionais ocorridas na América Latina é responsável pela obstrução ideológica da força do nacionalismo nos países dependentes e subdesenvolvidos. Nesse contexto, tanto o olímpico desconhecimento da Revolução Mexicana de 1910, quanto a Revolução Guatemalteca de 1944, a Revolução Boliviana de 1952, a luminosa Revolução Cubana de 1959 e finalmente a Revolução Sandinista na Nicarágua em 1979 é responsável pelo desprezo do papel revolucionário que o nacionalismo adquiriu na periferia latino-americana. Até mesmo certo apreço e relativo conhecimento sobre a Revolução Cubana existente entre nós nas décadas de sessenta e parte de setenta, se reduziu na atualidade a defesa caritativa das chamadas “conquistas sociais” do processo cubano ignorando, na mesma toada, as enormes lições estratégicas que a vitória de janeiro de 1959 produziu na teoria social da região.

As revoluções – tal como ensinou Edmundo Moniz – são todas originais. Portanto, nenhuma delas repetiu as motivações, táticas e estratégias de luta anteriormente conhecidas. Esse imenso manancial de conhecimento sobre lutas, derrotas e vitórias de nossos povos, segue sendo tão fecundo quanto ignorado pela esquerda liberal devota da miserável prática parlamentar que a informa e alimenta. É fácil observar que a esquerda liberal considera proscrito o horizonte revolucionário e não são poucas as organizações sociais e mesmo partidos políticos que julgam as revoluções sociais não apenas impossíveis, mas, de fato, indesejáveis. Em consequência, a esquerda liberal se limita a afirmar a “luta” pela democracia e a justiça social nos marcos da ordem burguesa com os evidentes fracassos e a necessidade de praticar, de maneira cínica, uma enorme digestão moral da pobreza e da miséria de nosso povo magnificando as políticas sociais que sequer podem roçar a questão social e constituem meros mecanismos da administração capitalista da pobreza.

Nesse contexto, sem o estudo e a reflexão sobre os processos revolucionários latino-americanos – nos quais o nacionalismo jogou sempre um papel estratégico – a esquerda liberal no Brasil fica completamente desarmada não somente para enfrentar o simulacro de nacionalismo operado pela direita liberal, mas, sobretudo, para entender e atuar sobre o movimento real das massas no interior do desenvolvimento capitalista no país. Ora, no marxismo, a lei do valor é falseada pela ação estatal como mecanismo de regulação da disputa pelo excedente econômico ora em favor das multinacionais e ora destinado ao fortalecimento de frações burguesas do capital no interior do estado nacional. Não se trata de recuperar aqui a miséria do debate sobre o caráter

nacional ou não da burguesia, de resto já completamente elucidado pela teoria marxista da dependência e as revoluções em vários países latino-americanos. A regulação da lei do valor que opera em escala planetária pelo estado nacional joga papel decisivo na luta política e na capacidade das classes populares impulsionarem processos revolucionários. É nesse contexto que a reflexão sobre o nacionalismo adquire importância crucial tanto para potencializar a luta revolucionária quanto para evitar os equívocos sobre a grave ameaça oriunda de eventuais manifestações de nacionalismo burguês. Portanto, sem o recurso ao marxismo é impossível dar uma solução consistente tanto à análise do nacionalismo quanto à práxis política das forças nacionalistas em disputa na sociedade. O obstáculo no Brasil é que os “marxistas” – especialmente aqueles que confinam sua existência nas universidades – são cativos das modas acadêmicas importadas dos Estados Unidos e da Europa e se revelam incapazes de romper o círculo ideológico burguês.

Ademais, desde uma perspectiva histórica, as lutas nacionalistas no Brasil são sempre observadas sem suas contradições internas como ensina o debate sobre a “semana da arte moderna”, o integralismo ou mesmo a tradição trabalhista da linhagem Getúlio-Jango-Brizola. É frequente que tanto a apologia – no caso da Semana – quanto a caracterização de mera expressão do fascismo dominante na abordagem do integralismo, constituem obstáculos poderosos para a devida análise da *questão nacional*, sempre tão fecunda nos textos de Marx, Engels, Rosa, Lenin e tantos outros. O desencontro entre o marxismo e o nacionalismo é uma prova do quanto a análise marxista realmente existente entre nós jamais deitou raízes profundas na interpretação dos reais

problemas brasileiros e, quanto o segundo – as correntes nacionalistas – recusam a potência do marxismo e são incapazes de elaborar uma estratégia efetiva e lucida de luta pela soberania nacional que, entre outras razões, somente poderá ser exercida por meio de uma revolução social, tal como ensinam Cuba e China, ainda que em contextos muito distintos.

O avanço da Revolução Brasileira exige, portanto, um enorme esforço de reflexão sobre *a questão nacional* a partir da rica tradição do marxismo europeu e latino-americano. A propósito, agora mais do que nunca esse esforço teórico é uma condição necessária para o avanço social da luta dos oprimidos e explorados em nosso país. A enorme onda identitária oriunda da ideologia das *oportunidades* emanada dos Estados Unidos via ações afirmativas como peça ideológica de apaziguamento e recusa da revolução social atualmente vigente nas filas da esquerda liberal, conta com apoio sistemático dos monopólios de televisão como a Globo e a CNN e forte influência do Partido Democrata dos Estados Unidos. A influência alcança também os partidos da esquerda liberal de maneira desinibida por meio de convites a cursos de formação de seus “dirigentes” e parlamentares que passam temporadas (breves ou longas) em universidades ou mesmo órgãos claramente ligados ao Departamento de Estado onde são estimulados a liderar processos desde uma perspectiva estadunidense!

Ademais, a esquerda liberal é seduzida pela ideologia da mobilidade social que “incluiu” alguns pretos e mulheres nos “privilégios de classe” enquanto reserva aos milhões de brasileiros – pretos, mestiços, brancos, homens e mulheres – o vale de lágrimas interminável que caracteriza o subdesenvolvimento capitalista dependente e periférico. É ilusório supor que as lutas feministas sob

controle da burguesia e a luta antirracista desenvolvida nos marcos do liberalismo burguês podem representar a anta-sala da consciência de classe necessária para que os membros mais lúcidos de tais “movimentos” rompam com a consciência ingênua e assumam de maneira plena a consciência crítica e revolucionária necessária para superar os dilemas da dominação burguesa entre nós. Não há nada nos últimos anos que indique movimento nessa direção; ao contrário, a cada onda identitária reforçada pelos partidos da esquerda liberal e os poderosos meios de comunicação cativos da indústria cultural metropolitana, os antigos movimentos de mulheres e negros, outrora de alguma importância para a luta contra a ditadura, terminam por reforçar as ilusões inerentes ao projeto de “inclusão social” das classes populares no interior da ordem burguesa e terminar como fatores objetivos para o reforço do domínio das classes dominantes sobre a maioria do povo.

Nesse contexto é importante indicar a ativa colaboração da universidade tal como a temos e sofremos para o grau de alienação de nossos estudantes e a vida intelectualmente vegetativa da maioria dos professores. Nas condições atuais do país, não cabe vacilação alguma em indicar que as universidades se transformaram de maneira plena em um poderoso meio de alienação e prostração intelectual de nossos estudantes. No lugar do antigo intelectual crítico, que de certa forma emergiu no duro combate contra a ditadura, reina de maneira plena um academicismo boçal e alienante que afasta os professores do destino de nosso povo. A revolução social foi proscria não somente como impossível, mas sobretudo como indesejável para a absoluta maioria dos professores, treinados num terrível sistema de pós-graduação que antes de tocar nos pontos mais sensíveis

da dominação burguesa e imperialista sobre nosso país e nosso povo, inicia seus alunos na estranha arte de afastar seu próprio destino da vala comum do sofrimento humano. O caráter pequeno-burguês do professor universitário, completamente dominado pelo narcisismo, é resultado necessário da recusa em reconhecer que vivemos num país subdesenvolvido e dependente no qual os “mestres” ignoram as determinações sociais da produção do conhecimento tal como estabeleceu com precisão o filósofo Álvaro Vieira Pinto em *Ciência e Existência*.

No auge de sua lucidez como intelectual, ainda sofrendo as dores de um longo exílio e amargando a lucidez produzida pela derrota do golpe cívico-militar de abril de 1964, Darcy Ribeiro indicou que, na universidade, deveríamos lutar pela revolução social. Nas condições atuais, desorientados pelo liberalismo de esquerda, resignados a reproduzir o sistema atual com a cínica intenção de melhorá-lo, recuperar essa perspectiva elementar soa como algo completamente fora de propósito. De fato, devo reconhecer que o ambiente acadêmico é estéril intelectualmente e se dedica a treinar os melhores estudantes, aqueles mais talentosos, para a aceitação do subdesenvolvimento como se fosse um destino determinado pelos deuses quando é tão somente a dominação imperialista sobre nossos povos. Afinal, como foi possível tal rebaixamento no interior das universidades públicas? Ora, o fenômeno somente se explica pela miséria do projeto da esquerda liberal que eliminou o fecundo projeto da *universidade necessária* de Darcy Ribeiro pela concepção religiosa de extração católica da “universidade inclusiva” de Haddad e Jeanine Ribeiro – os dois ministros de educação de Lula e Dilma – que não passam de uma modalidade empobrecida da

antiga mobilidade social em que alguns filhos do povo poderão acessar a condição de classe média enquanto a maioria permanecerá submetida a superexploração da força de trabalho e a alienação científica e cultural própria dos países dependentes.

É verdadeiramente espantoso, nesse contexto, que a tradição crítica dos estudos sobre educação e a universidade na linha de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto, Mauricio Tragtenberg, Ruy Mauro Marini, entre outros, não é reconhecida como o roteiro de um programa de transformação do país e de comportamento intelectual que ainda não realizamos e, portanto, dever ser recuperado como uma exigência dos dias que correm se ainda temos alguma paixão pelo saber e reconhecimento sobre a função social da universidade num país subdesenvolvido. Essa é a razão pela qual nos dedicamos à *crítica da razão acadêmica* amplamente dominante entre nós e especialmente forte na esquerda liberal (no partido e no sindicato), razão pela qual a direita liberal simplesmente ignorou a disputa no interior das universidades. A marginalidade científica, tecnológica e cultural da universidade no Brasil contrasta com a enorme função que mantém em países como os Estados Unidos e a China, para dar apenas os dois exemplos mais importantes. Ora, a disputa pela hegemonia econômica, política, científica e cultural do mundo na qual os dois países estão envolvidos, supõem um papel relevante às instituições universitárias em contraste com a completa marginalização a que estamos submetidos no Brasil e nos demais países latino-americanos.

Ora, é preciso dizer claramente: o projeto petista de uma “universidade inclusiva” representa enorme retrocesso político-intelectual pois rebaixa a função da universidade – especialmente a partir das políticas de

ação afirmativa – à filantropia! As universidades são instituições do estado nacional e somente podem cumprir sua função – tal como na China ou nos Estados Unidos – se estiverem de fato voltadas para os enormes desafios científicos, tecnológicos e culturais de seus povos. Portanto, o “programa” petista, próprio da esquerda liberal comprometida com a filantropia, se resume tão somente a “inclusão” de uma parte ínfima dos trabalhadores nos quadros da atual universidade. É claro que a entrada desse pequeno contingente não altera em nada a instituição, seu processo de desenvolvimento, os desafios intelectuais, tecnológicos, científicos e culturais. Ademais, em comparação com Argentina, o México, Uruguai e Cuba, sequer extinguímos o vestibular: quem diz quota, diz vestibular! Os países subdesenvolvidos necessitam abrir as universidades para as massas, conquistar a realidade histórica da universidade de massas! Os países acima mencionados já avançaram muito mais nessa tarefa e os governos da esquerda liberal encabeçados por Lula ou Dilma não praticam menos que uma digestão moral da pobreza inaceitável cuja produto mais claro é sua crônica incapacidade de anunciar um projeto para o país e para as universidades!

A consciência ingênua supõe que a “universidade mudou sua cara” com a adoção do sistema de quotas, mas tal afirmação não passa de uma propaganda da filantropia católica. Na verdade, tal como afirma a ANDIFES em estudo publicado em 2019, nada menos que 70,2% dos estudantes das universidades públicas e instituições federais de ensino são originários de famílias com renda de... até um e meio salários-mínimos! A informação indica que a maioria absoluta dos estudantes tem origem na classe trabalhadora e tal constatação não deveria causar espanto algum pois a superexploração da

força de trabalho comanda o desenvolvimento capitalista no país. Na interpretação da esquerda liberal, a “concentração da renda” é a regra de nossa sociedade e, em consequência, todo o “esforço” se resume a criar mecanismos compensatórios sem tocar no nervo do problema: não há a menor possibilidade de democratização nos marcos da ordem burguesa. A propósito, é claro que um governo conservador pode facilmente desmontar os programas sociais idealizados ou praticados pelos governos da esquerda liberal ou simplesmente rebaixar ainda mais o padrão de reprodução da força de trabalho degradando a vida de milhões de trabalhadores e seus filhos.

Não é destituído de importância anotar que os defensores da filantropia católica praticam por meio de ações afirmativas importadas dos Estados Unidos alimentam a ideologia segundo a qual os grandes beneficiários da universidade pública são os ricos e as classes médias. A ideologia impede a constatação elementar que os filhos da burguesia há muito estudam nos Estados Unidos ou na Europa! Ademais, a ideologia também oculta que a “classe média” tampouco é a grande beneficiária da universidade pública, exceto se considerarmos classe média aquele trabalhador que ganha até R\$ 1.500,00 tal como alguns ideológicos da mobilidade social indicam. Os governos da esquerda liberal de maneira cínica e ideológica afirmam a emergência de uma “nova classe média” a partir de parâmetros realmente espantosos destinados tão somente a ocultar a superexploração da força de trabalho. A informação recente indica que 93% da população economicamente ativa no país recebe até 2,5 salários-mínimos! Diante desse terrível quadro, como

aceitar a política de quotas como horizonte da política educacional praticada pela esquerda liberal?

A propósito da relação entre nacionalismo e revolução social na América Latina, o Brasil, ao contrário de outros países da região, jamais avançou na direção da universidade nacional. De fato, nossa única experiência programada e executada para esse fim foi a Universidade Brasília sob comando de Darcy Ribeiro logo interrompida pela ditadura. Ao contrário, nos últimos convivemos sob impulso da esquerda liberal – especialmente com Fernando Haddad – a incrível e inaceitável política da “internacionalização da universidade”! Nada poderia ser mais colonizado! O reitor burocrata e o acadêmico boçal, abraçaram a “causa” como se a “internacionalização” pudesse assegurar um destino e projeto para a universidade no Brasil. A vida demonstrou que tal política fracassou e esgotou sua capacidade de mobilização de pequenas parcelas de trabalhadores empobrecidos em nome da mobilidade social! A universidade no Brasil está longe de ser uma universidade brasileira e navega ao embalo do sistema mundial de produção de conhecimento oferecendo nosso trabalho gratuitamente por meio da política de publicação e a fuga de cérebros que os países centrais – especialmente os Estados Unidos – não podem produzir internamente.

Antes de um fim de linha, creio, ao contrário, que a política da esquerda liberal e sua recusa ao nacionalismo revolucionária encontrou, finalmente, seu limite objetivo: agora, mais evidente do que em qualquer outro momento, os liberais de esquerda cumprem a função de dourar a pílula, abonando o sistema de dominação dirigido pelos Estados Unidos e nutridos pela concepção caritativa de política social praticam uma enorme digestão moral da pobreza funcional ao domínio burguês

e ao aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento. Portanto, os limites político-ideológicos de sua atuação estão claros. Antes que fechar definitivamente o circuito e decretar o fim da História, o fracasso da esquerda liberal indica que estamos diante de uma possibilidade inesperada: abrem-se, finalmente, com a perda das ilusões, as grandes alamedas em que as maiorias inauguram a época da revolução social!

[DEBATE]

Zuleide S. Silveira: Neste primeiro bloco do debate temos cinco perguntas. A primeira diz assim: O poder do capitalismo é tão cruel que usa uma forma da mídia para desmontar a qualidade do ensino público, desenhando o ensino privado como o de qualidade. O que fazer dessa situação? A segunda remete para a reforma universitária da seguinte maneira: O ProUni pôs milhões na universidade, mas fomentou uma visão liberal nos alunos. A educação na era progressista teria contraposto um avanço quantitativo ao retrocesso qualitativo? A terceira diz respeito ao processo de integração de Estados em blocos político-econômicos e diz assim: Parece que a integração “solidária” correlativa à autonomia e à soberania tem sido secundarizada com a onda conservadora e o desmonte de blocos. Como analisar o processo integracionista na região [latino-americana] em relação a dependência estrutural e ao imperialismo? A

quarta questão inicia com a seguinte afirmação: A esquerda tem falado em revolução “solidária”. O que se quer dizer ao associar a palavra solidária à revolução? A quinta pergunta é dirigida para a Virginia Fontes: Por que ao seu ver vivemos no Brasil um profascismo e não um fascismo? Você acredita que o governo Bolsonaro se mantém [no poder] devido à agenda do Guedes?

Adrián Sotelo: Pues, alguna cosa, saludo al camarada Nildo. Muchos saludos, aunque sea dentro de esta jaula de hierro que es el confinamiento que ya logró el capitalismo de meternos a la cárcel, en las casas, encerrados. Bueno, la primera pregunta es muy importante: yo hablaría un poco, muy someramente de lo que es la guerra híbrida, o guerra de quinta generación, donde los medios de comunicación, las redes sociales están desempeñando un papel fundamental a favor del imperialismo yo diría occidental, eurocéntrico, dominante por parte de la presidencia imperial de Estados Unidos, comandada por Donald Trump, que se usa justamente para destruir, aniquilar gobiernos que ellos consideran enemigos.

Independientemente que si pensamos, por ejemplo, que el gobierno de Evo Morales - yo concuerdo con Nildo en el sentido de que fue un gobierno muy ambiguo en el sentido de radicalizar una propuesta histórica de la revolución boliviana. Por ejemplo, radicalizar justamente las tesis de Pulacayo, de 1952, que generaron una especie de dualidad de poderes.

El proyecto de Bolivia se quedó en medio de una propuesta capitalista que el mismo vice-presidente de esa nación denominó capitalismo andino-amazónico. Pero al final, independientemente de los adjetivos, la sustancia es el capitalismo. Entonces, independientemente de eso,

no cabe duda que para la derecha, ultraderecha boliviana y para el gobierno norteamericano, son gobiernos enemigos, ¿por qué? Porque en esta hora de guerra híbrida, de quinta generación, de utilizar todos los medios posibles para derrotar no solamente un gobierno, sino una ruta histórica de transformación social de esos países y de América Latina e imponer un proyecto afín a los intereses geopolíticos y estratégicos de Estados Unidos es que se implementa toda esta locomotora de ideas falsas, *fake news*, a partir de los medios dominantes de comunicación, para convencer, entre otras cosas, a la población, a los trabajadores de que efectivamente, según el pensamiento dominante, no hay alternativa: *there is no alternative* (TINA) - no hay alternativa, como a su momento pronunció aquella señora, la Dama de Hierro, Margaret Thatcher - y que el único sistema posible, con todas sus imperfecciones es justamente el modelo eurocéntrico encarnado en Estados Unidos. Esta (idea-fuerza), como yo decía, a mi modo de ver, está trunca, está en crisis, no hay más *American Way Of life* en un país con 40 millones de desempleados y 15 millones que están viviendo de una limosna que da el gobierno de Donald Trump, de 400 dólares por semana para poder contrarrestar la profunda crisis que está implicando el tema de la pandemia. Es decir, esa sociedad, toda esa serie de slogans del imperialismo norteamericano, a través de los medios de comunicación, como TINA, por ejemplo, a través de las redes sociales, a través de las cadenas de televisión controladas directamente por los Estados Unidos, se engendra esa idea-fuerza ideológica para convencer a la gente que no hay alternativa fuera del capitalismo. Esto, por ejemplo, fue denunciado en un libro excelente de István Mészáros - marxista húngaro - que, retomando los Manuscritos

Económico-Filosóficos, de Marx del 1844, habla de medicaciones de primer orden y de segundo orden. Obviamente que las mediaciones de primer orden, de Mészáros son las vertientes primarias de la vida, del ambiente, del ser humano, de Eros contra Thanatos, de la libertad, la igualdad, el humanismo. Las mediaciones de segundo orden, según Mészáros, son el capital, la plusvalía, la ganancia, la racionalización, el lucro, la destrucción, la guerra y los medios de comunicación. Todos medios de comunicación tienen un papel muy importante para destruir las mediaciones de primer orden y subsumirlas a los procesos de acumulación y valorización del capital. Yo diría que esta primera idea de la guerra híbrida es un elemento esencial de la contrarrevolución llevada a cada en esos momentos y que tiene como objetivo justamente aniquilar el pensamiento crítico, teórico, revolucionario, trascendente, para colocar la idea de que ya no hay más alternativa fuera de los contornos del sistema capitalista y fuera del paradigma que nos marca el famoso, el más llamado. Con respecto a la integración, bueno, esto es claro. O sea, si observamos lo primero que hacen los gobiernos que se instalan a la derecha y dan golpe de estado en Bolivia, o llegan al poder con elecciones muy encerradas, como el caso de Macri, en la Argentina, o Bolsonaro, en Brasil, o el señor Piñera, también un protofascista en Chile, o el caso de la golpista, señora Añez en Bolivia, lo primero que hacen es salir de las formas de integración que más o menos se habían creado, como UNASUR, por ejemplo; quitar cadenas de alternativas, como TELESUR, impedirles justamente y doblegarse a los intentos de hacer pseudo integraciones acordes con las políticas de Estados Unidos en términos de intereses estratégicos, que sabemos, son fundamentalmente encaminados para intentar frenar el acenso de

potencias de indudable porte nuclear, como es el caso de China y de Rusia.

Independientemente de la naturaleza de esas sociedades y estados, si son capitalistas o son híbridos o son semisocialistas, pero para la geopolítica, Estados Unidos representan una fuerte amenaza para los intereses de una potencia en descenso, que justamente es hoy Estados Unidos, como imperialismo dentro del modelo imperialismo-dependencia. Y por último, entendí la pregunta sobre la izquierda. Bueno, yo creo que hay ser muy claros y sencillos: es de izquierda todo aquel individuo, fuerza, comunidad, organización que se planteen una lucha anticapitalista y pro-socialista - esa es la izquierda. Si no es así, no es izquierda. Puede haber variantes, pero el problema es que... por eso yo decía que no es lo mismo progresismo y izquierdismo. O sea, hay diferencias; puede haber progresismos muy radicalizados, como es el caso de Venezuela y de los modelos de la Revolución Bolivariana, que se acerca mucho a una transición, digamos probable, del socialismo.

Entonces, que es un tema bastante complicado, que, sí, tiene una razón, digamos, de articulación compleja y dialéctica de lo que Nildo decía, lo que es tema nacionalismo - le ponemos - revolucionario en los ambientes de países de enorme tradición de lucha popular, como es el caso justamente de Bolivia, por ejemplo, de Haití, por ejemplo: el primer país que enfrentó a las huestes de Napoleón y planteó una revolución negra para transición, pero que fracasó; o el caso de Nicaragua, por ejemplo, o el caso mexicano, donde no hay lugar, no hay sitio en México, por ejemplo, donde no estén los símbolos de nuestro país - Zapata, Villa, Orozco, Práxedes Guerrero y una serie de símbolos de la música, pintura, que tienen como raíz y sustento ese profundo, digamos, nacio-

nalismo que, desde la perspectiva del gobierno actual, de la llamada cuarta transformación, de alguna manera han retomado frente a lo que viene haciendo los gobiernos anteriores del PRI y del PAN, que habían dado la tarea, como dijeron bien Nildo y Virginia, a destruir la cultura para crear una imagen ideológica ficticia de sociedades asemejadas al paradigma norteamericano. Entonces, yo creo que este tema de la izquierda debe ser retomado, porque efectivamente hay izquierdas que asumen una vertiente derechista o digamos más neutral del nacionalismo, pero hay izquierdas no necesariamente parlamentarias que asumen una visión y una propuesta nacionalista, revolucionaria directamente enraizada en las luchas populares y libertarias y connotadas también con los procesos anticapitalistas y antimperialistas para construir y transitar hacia nuevas formas de sociedad, educación y economías.

Entonces me parece que el tema tiene que ser retomado y no puede ser simplemente identificar que los progresismos, por más radicales que sean, necesariamente son coincidentes con ser progresismos de izquierda, y aún más de izquierda anticapitalista.

Virgínia Fontes: Eu estou gostando muito de estar junto com o Nildo e o com Adrián porque partimos de pontos diferentes e exigem, de fato, avançarmos em todos eles. A primeira questão é a força da mídia para desmontar a qualidade do ensino público e a pergunta sobre o Prouni. Eu vou manter a minha intervenção no caminho que eu normalmente investigo que é a atuação das classes dominantes no Brasil contemporâneo e a tentativa de entender a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Uma das coisas mais importantes, e que vem sendo estudada por grande quantidade de

pesquisadores, muito engajados na luta pela educação pública e na luta contra essa intervenção burguesa. Vou dar alguns exemplos, como as pesquisas dos grupos como o HISTRAEB, o HISTEDBR, o grupo LIEPE-UFRRJ, com o Rodrigo Lamosa, Olinda Evangelista, da UFSC, do Roberto Leher, da UFRJ, e muitos outros. Eles mostram que há uma atuação burguesa principalmente na década de 90, mas que ganha densidade no século XXI e que procura simultaneamente atuar dentro da educação pública, pública - não estou falando da privada - para formular a política pública para educação, e se converter na sua executora. Um dos passos para isso é desqualificar a educação pública que pretendem converter em uma educação pobre para pobres, enquanto parcela dos recursos públicos são drenados por esses empresários da educação, muitos deles a partir de entidades sem fins lucrativos. Sem lucros?... mas drenam recursos públicos, não pagam impostos e passam acordos, contratos etc. com prefeituras, secretarias estaduais e inclusive ministérios. E esse é o papel dos grupos que estão reunidos dentro do *Todos pela Educação (TPE)*, enorme associação empresarial voltada para a educação pública. Repare, eles atuam nas duas direções, em uma devastando as conquistas, portanto, bloqueando as possibilidades da educação pública, diretamente agindo nas escolas e nas secretarias; e na outra direção agem capturando parcela dos recursos públicos. Os governos do PT não apenas endossaram essas políticas, mas colocaram essas entidades empresariais como formuladores nacionais da política da educação. Chegaram inclusive a adotar o próprio nome empresarial - TPE - como política de governo. Isso sobretudo desde o governo Lula. O Todos pela Educação é uma corruptela de uma discussão no cenário internacional no contexto da ONU,

em que a discussão era: *educação para todos*. Eles inverteram para Todos pela Educação e “todos” nesse caso quer dizer entidades burguesas. A mesma coisa eles fizeram agora durante a pandemia com as doações de recursos para uma suposta filantropia empresarial que monta algo similar, chamado “todos pela saúde” e ao que se tem de prestar muita atenção. E, portanto, desde os governos PT que implementaram o Prouni e o Reuni, o Reuni se tratou de aumentar as universidades públicas, porém impondo a essas universidades públicas contratos de gestão de tipo privado, portanto, realizando simultaneamente modalidades de privatização da estrutura da gestão universitária.

As universidades, principalmente aqueles que tem o compromisso com a educação socialista, se revoltaram e lutaram tanto que muitos desses acordos foram feitos com reuniões de conselhos universitários afastados da universidade para evitar as reivindicações dos professores e a luta dos professores e estudantes contra isso.

Quanto ao Prouni, o Prouni não é uma aplicação de fato da universidade, o Prouni é um programa de endividamento popular e de doação de recursos públicos para as universidades privadas que aproveitaram esses recursos expandindo a educação a distância, e a concentração e centralização da educação privada. O resultado é que ao longo do século XX, nós simplesmente não tivemos nenhum ganho substantivo da educação pública com relação a privada. Esta, ao contrário subiu de escala. Aumentou o número de vagas nas universidades públicas, de fato, mas em contraparte veio o contrato de gestão; de outro lado se multiplicou exponencialmente, tanto o endividamento popular quanto o enriquecimento dos setores — fundos e bancos — que faziam o atravessamento desses fundos para os

estudantes, instituições privadas em que todos lucravam, com exceção dos estudantes. Com essa política de rebaixamento de fato da qualidade da educação, mesmo assim não conseguiram destruir a educação pública, nem a educação básica, nem a educação superior. Porém, nós sabemos a luta que significa na continuidade para fazer uma universidade de fato popular, uma universidade sem porteira, uma universidade que seja ampla.

Diferentemente do Nildo eu sou a favor das cotas. Eu não tenho problemas com as cotas porque as cotas expressam a urgência de políticas desiguais para desiguais. Mas, não, simplesmente como foram colocadas: definiu-se uma proporção de cotas, e acabou, vai para casa com a consciência lavada. Isso é que não serve para nada, porque o fundamental é que haja cotas de 100% e, portanto, uma universidade sem porteira.

Com relação ao profascismo a pergunta da Nathalia e do Marcelo, a minha opção por essa definição é porque nós não podemos definir ainda o governo brasileiro, nem o regime político que está implantado de fato como regime fascista ou neofascista, porque ainda estamos em um processo, em um movimento de transformação que a gente precisa identificar precisamente, no que consiste e no que vai consistir. O que nós podemos fazer é identificar que o governo brasileiro Jair Bolsonaro sua família e os grupos com os quais ele governa, tem um projeto de tipo fascista, portanto profascista, caminham em direção ao fascismo, e a nossa luta é exatamente para impedir que isso se concretize e impedir que isso se coloque como uma opção. O governo Bolsonaro se mantém por causa do Guedes? Eu acho que no começo desse governo o tripé era a Damares, o Guedes e o Sergio Moro, o Sergio Moro já saiu, o Guedes já está demonstrado que pode balançar e

que pode eventualmente vir a ser substituído e que substituir o Guedes não significa mudar a política antipopular, antipovo e anticlasse trabalhadora desse governo. Isso está claríssimo e ao que tudo indica a adesão burguesa que se pronuncia em torno da defesa do Guedes, como se pronunciou em torno da defesa do Sergio Moro, continuará defendendo Bolsonaro, enquanto essa política de genocídio humano, de expropriação brutal e de assassinato tanto das populações, quando sobretudo das condições de vida da população continuar. E, a questão do nacional, que é um tema fundamental, vou fazer só um comentário. Analisando a partir das condições das lutas e do movimento do capital e não exatamente dos governos, uma coisa é evidente: há seguramente espaço para integração das lutas na América Latina, mas o que foi feito nos governos Lula-Dilma, foi a expansão do capital brasileiro para América do Sul e para América Latina, a partir de acordos que davam com uma mão e tomavam com outra. Isso torna a situação muito complexa, e desqualifica o conjunto da luta, talvez o mais inquietante e o mais preocupante. No entanto, e apesar disso, a primeira providência da extrema-direita protofascista brasileira, é denunciar o tal foro de São Paulo, que não tem a relevância que eles procuram dar, para instaurar foro ultra conversador e protofascista na América Latina. Isso eles estão tentando fazer, tanto a partir dos nossos próprios países como a partir da sua mais estreita conexão com os grupos de extrema-direita do capital imperialismo internacional. Nós temos de enfrentar a luta a partir exatamente da clareza anticapitalista, porque ela trará a clareza em todas as lutas que fizermos. É isso.

Zuleide S. Silveira: Devido ao adiantar da hora, faremos apenas mais duas perguntas. A primeira é de alguém que se intitula Rede Bolivariana ou, alguém que fala em nome da rede bolivariana e diz assim: Dado a grande fragmentação dos trabalhadores em pequenas e médias empresas qual é a importância e as tarefas dos sindicatos de hoje? Qual seria a importância de associação de bairros para o poder popular? Há outra pergunta bem relacionada às questões em torno da universidade, o que, eu acho, vocês já responderam.

Adrián Sotelo: Bueno, a pregunta sobre los sindicatos, yo creo que las diferencias nacionales de sindicalismo corresponden a las formas particulares en que se desarrollan. Por ejemplo, en México, nosotros tenemos un sindicalismo charro, o pelego; tenemos un sindicalismo blanco, patronal y lo que se ha llamado un sindicalismo independiente, que son las tres ramas históricas de sindicalismo mexicano. Obviamente que en cada país va a variar. En términos generales, mi reflexión es muy breve, por el tiempo. Parte de la ideología neoliberal que se impuso durante los años 80 y 90 del siglo pasado fue una ideología basada en los proutuarios ideológicos conservadores de los intelectuales Milton Friedman y Friedrich Von Hayek, donde, en esos textos, se disminuye o se aniquila las fuerzas de los sindicatos como elementos importantes de la representación de los intereses de las clases trabajadoras.

Entonces, la pregunta yo la entendí. Yo creo que es muy importante primero que los sindicatos existan, porque ellos tienen una razón de ser en función de la defensa de los intereses básicos de los trabajadores en materia salarial, en materia laboral, trabajista, en materia de salud - en muchos aspectos; y obviamente que

la patronal o el capital propugna por eliminar justamente estas representaciones. Entonces, yo creo que el problema es cómo preservar las estructuras sindicales y articularlas con las luchas populares y de otras categorías, digamos, de las propias clases trabajadoras que no están, por su propia condición laboral, sindicalizadas o inmersas en los sindicatos, digamos, institucionalizados o los sindicatos existentes en las sociedades. Entonces, yo creo que el sindicato es una figura esencial para entender las luchas actuales, por ejemplo, de un sindicalismo que cada vez más retome los intereses de las masas de trabajadores que están siendo golpeados por la crisis y en estos momentos por los efectos de la pandemia, por ejemplo, reduciendo los salarios, desempleando a la gente o bajando las horas de trabajo junto con las remuneraciones, imponiendo esto del home office, el teletrabajo, porque no hay una alternativa ahorita, en estos momentos de la pandemia, pero el conglomerado, digamos, social de los trabajadores queda, en algunos países, fuera del ámbito de los sindicatos. A mí me parece que el sindicalismo, yo le diría, de principio independiente tiene que sufrir, experimentar una profunda reestructuración para incluir al conjunto de las masas trabajadoras que están siendo desprotegidas por el capital y por las empresas. Entonces, diría eso como un primer aspecto de la cuestión de la función, digamos, hoy, de los sindicatos en las luchas populares en América Latina, y en particular, en México.

Virgínia Fontes: Bom, passo direto para a resposta. Pelo que eu entendi, esse já é o último bloco. Então, eu quero antes retomar alguma questão sobre a educação porque eu acho bastante importante, se eu concordo com o Nildo que a universidade brasileira é uma

universidade elitista, é uma universidade desenhada para um determinado perfil, essa universidade pública também se transformou. O próprio Nildo mostrou, que a maior parte dos estudantes agora é originado de famílias de até três salários-mínimos. E eu parto menos de um modelo de universidade a construir, de um parâmetro de universidade, mas das contradições sociais que se colocam no período contemporâneo. Em primeiro lugar, nós tivemos experiências riquíssimas de montagens de cursos populares a partir de movimentos sociais e foram experiências de uma riqueza extraordinária que precisam ser universalizadas. Nós não estamos partindo do nada, nós temos experiência inclusive de pós-graduação, de mestrado e doutorado, sobre questões populares, o que permite trabalharmos de maneira inclusive erudita e crítica, sendo capaz de enfrentar o debate internacional e o debate nacional dos defensores do capitalismo. É lógico, que essa universidade contém grupos fundamentais, grupos críticos que foram capazes de manter o trabalho coerente ao longo desse tempo. São grupos minoritários porque a universidade pública está dentro de uma sociedade capitalista e o tempo inteiro procura minar exatamente esta estrutura crítica, como o Nildo mostrou, e eliminá-la. Mas nós continuamos a remar contra a corrente e temos, portanto, uma experiência importante com relação a isso. Ao mesmo tempo, é bastante interessante saber que nesse processo contraditório todos sabem que a universidade particular é uma universidade caça-níqueis, é uma universidade do endividamento, é uma universidade da educação a distância, onde nem mesmo o professor ela tem, pois estão colocando tutores no seu lugar. Operando nessas contradições, nós precisamos entrar e enfrentar com uma qualidade que nós detemos. Ainda que nossa qualidade

não seja a do conjunto da universidade, mas nós sabemos fazer, nós sabemos produzir outro tipo de curso e nós já temos essa prática e é bem importante lembrar.

Com relação ao trabalho e à questão do sindicalismo, a fragmentação dos trabalhadores não se limita às pequenas e médias empresas. O problema é bem mais grave do que isso. Primeiro, eu volto a insistir na questão do racismo, na questão feminista, que não são uma importação dos Estados Unidos, mas um cotidiano trágico sob a pandemia. São as mulheres e as mulheres negras, as que vêm não só tendo o maior sofrimento, adoecimento e inclusive morte, mas as que vêm tendo a maior barbarização das suas condições de trabalho sob a pandemia. É importante que isso fique claro porque essas lutas não são simplesmente lutas importadas, são as lutas que atravessam o cotidiano e não é à toa que a burguesia procurou “sentar” nessas lutas e impedir que elas sejam coerentes e vão mais longe, procurou manter essas lutas no terreno de uma pequena burguesia feminina do tipo Magazine Luiza, para fazer encontro de mulheres empresárias, e não enfrentar a questão das mulheres na vida social capitalista.

Da mesma maneira, a discussão sobre o racismo virar um programa da Globo sobre George Floyd, mas não é possível se limitar a isso em um país como no Brasil onde a grande maioria da população se autodeclara negra e parda. Portanto, são questões fundamentais no momento contemporâneo. Em primeiro lugar, essas divisões no interior da classe trabalhadora existiam e existem, e subsistem e tendem a ser agravadas nos momentos de crise. Em segundo lugar, outra divisão importante ocorre dentro do mercado do trabalho, a divisão geracional, que foi sendo imposta por meio da redução dos direitos dos jovens ingressantes no serviço

público. Enquanto os concursos públicos oferecem cada vez menos direitos, os mais velhos conservam, em princípio, os seus direitos. É lógico que isso é uma falsidade e quando não houver jovens para defender tais direitos, os antigos também perderão. Mas, além dessas divisões geracionais e outras que constituem o conjunto da classe trabalhadora — não esqueçam que, parte dessa classe trabalhadora tem direitos —, emerge se expande o trabalhador sem direitos, sob expropriação secundária e subordinado às plataformas tecnológicas construídas para isso.

Não imaginem que a tecnologia nasce de um deus tecnológico e que os capitalistas aproveitam, não. Eles pesquisam para isso, insistem na pesquisa para isso e pesquisam para isso com recursos públicos, inclusive na área das engenharias. Portanto, a dificuldade que nós temos na questão sindical contemporânea é a suposição de que a classe trabalhadora é unicamente fabril, unicamente homogeneizada por dentro de uma estrutura fabril, quando hoje essa é apenas uma parcela da classe trabalhadora. Outra parcela crescente da classe trabalhadora, subordinada com escassíssimas mediações ao capital, através de formas múltiplas, é a que o Adrián se referiu, o teletrabalho, que vem atacando gravemente, por exemplo, categorias que se achavam completamente a salvo, como os médicos ou área da saúde. E, agora, avança diretamente sobre o trabalho docente, reduzido a formas passíveis de serem pasteurizadas e reproduzidas em grande escala, a partir de pacotes de vendas de aulas que estão sendo agora expropriados dos docentes.

Portanto, eu concordo com a resposta do Adrián de que os sindicatos têm importância. Desde a década de 90 e já na década de 90 estávamos avisando e alertando os sindicatos que eles não poderiam se comportar como

se fossem o empresariado, dando aula de gestão sindical, e dando aula de empregabilidade, quando de fato precisam integrar uma massa trabalhadora cada vez mais extensa e com menos direitos, como eram naquele momento os terceirizados e os flexibilizados. Agora, nós temos uma massa crescente de trabalhadores sem nenhum direito, que estão trabalhando flexibilizados, precarizados... Todos são trabalhadores, não são alguma coisa, ou um rebotinho como tenta dizer o capital. E é com essa massa de trabalhadores que nós teremos de fazer os enfrentamentos que temos de fazer. É essa massa que precisa enfrentar o capital, tanto aqueles com direito quanto os sem direitos. Os sindicatos precisam reaprender a entrar na luta de classes! É fundamentalmente isso. Eu queria agradecer a Zuleide e a todo mundo por estar aqui e desejar a todos um excelente seminário.

CONFERÊNCIA I

Educação e Crise de Hegemonia na América Latina pelas Lentes de A. Gramsci

Conferencistas

Giovanni Semeraro

Gilberto Calil

Marcos Del Roio

Mediação

Ana Lole

A “Grande Política” para Enfrentar a Crise Orgânica e o Neofascismo

Giovanni Semeraro

Gostaria de agradecer aos organizadores deste importante evento, em particular a incansável Prof.^a Zuleide, e manifestar a minha alegria ao partilhar esta conversa com os colegas desta mesa e com um público do qual, mesmo na forma remota, emana uma contagiante energia. Antes de mais nada quero prestar uma homenagem a Carlos Eduardo Rebuá e Jorge Najjar, professores da nossa Universidade Federal Fluminense, colegas de enorme grandeza e amigos inesquecíveis que faleceram recentemente e prematuramente. Uma perda irreparável não só para a nossa Faculdade, mas também para a educação do Brasil e as batalhas políticas, hoje, necessárias mais do que nunca. Também não posso deixar de lamentar com vocês a perda de mais de 130 mil brasileiros ceifados brutalmente pela Covid-19 e pela irresponsabilidade dos nossos governantes. Passo logo a dar início às minhas considerações para respeitar os trinta minutos.

Ao retratar a crise que desencadeou as duas grandes Guerras Mundiais no início do século passado, Gramsci traça uma comparação com a crise epocal que ocorreu na passagem do mundo feudal para o mundo moderno. No § 10 do Caderno 6 anota o seguinte: "os agrupamentos sociais regressivos e conservadores se

reduzem cada vez mais à fase inicial econômico-corporativa, enquanto os agrupamentos progressivos e inovadores permanecem ainda na fase econômico-corporativa". A crise, então, para Gramsci, explode quando as classes dirigentes se trancam nos seus privilégios corporativos e perdem a hegemonia porque incapazes de organizar e impulsionar a sociedade, gerando desagregação e retrocesso. E, por outro lado, também, devido à incapacidade das novas forças sociais de ultrapassar a fase inicial concentrada sobre interesses econômicos imediatos, à inabilidade de aprofundar a organização política e de apresentar um projeto superior de sociedade em condição de aglutinar as massas. Essa análise não é a única nos escritos de Gramsci. Quero lembrar, por exemplo, uma outra consideração anotada no § 34 do Caderno 3, onde trata da classe dominante que, ao perder a autoridade e o consenso, recorre "à força coercitiva" para se sustentar no poder. De modo que Gramsci conclui essas considerações com a célebre expressão: "o velho morre e o novo não consegue nascer: nesse vácuo acontecem os mais variados fenômenos doentios e perigosos". No entanto, é necessário observar que a nota do Caderno 6, acima mencionada, prossegue mostrando que a superação que se seguiu ao desmoronamento do mundo feudal precisou esperar a formação e a consolidação do novo agrupamento social, ou seja, da classe burguesa quando chegou a se tornar, diz Gramsci, "força motora econômica da Europa". Foi essa força, então, que pavimentou o caminho para a explosão da Revolução francesa, quando finalmente, com determinação jacobina, conseguiu, sempre citando Gramsci, "se apresentar como 'Estado' integral", capaz de integrar "todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes" para organizar a nova sociedade.

Como sabemos, a crise orgânica do capitalismo monopolista do início do século XX procurou a solução no fascismo e no nazismo. E, para Gramsci, o fascismo não era só uma reação apavorada da burguesia, tomada pelo “temor pânico” diante do avanço do movimento operário e da irradiação da Revolução Russa, mas era uma operação de reestruturação do capital. Este, de fato, nos momentos cruciais de crise e de impasse político, quando a disputa entre as forças sociais se torna acirrada e se gera um “equilíbrio catastrófico” (Caderno 13, §27), recorre à intervenção violenta do Estado e promove uma “contrarrevolução” que pode até acolher uma parte das exigências vindas de baixo para se ajustar às novas circunstâncias (Caderno 10, §41). Por isso, à semelhança da restauração bonapartista na França e, também, dos processos de transformismo que ocorreram no Risorgimento italiano e no “americanismo e fordismo”, Gramsci caracteriza o fascismo como “a tática da burguesia em perigo” e como “revolução passiva”, a modalidade política mais utilizada pelas classes dominantes depois da Revolução francesa.

Então, em contraposição à “revolução passiva” ou à “revolução restauração” ou “restaurações progressivas” - expressões que aparecem associadas no § 25 do Caderno 8 - Gramsci elabora critérios para que o movimento operário possa se reorganizar politicamente após a derrota e construir a sua hegemonia com apurados meios de “guerra de posição”, estratégia de luta mais decisiva na política moderna que “demanda enormes sacrifícios às massas, uma concentração inaudita da hegemonia e qualidades excepcionais de paciência e de espírito inventivo”, conforme explicita no Caderno 6, § 138.

Portanto, os escritos de Gramsci, particularmente do cárcere, além de um trabalho de aprofundamento do marxismo, de resgate da sua integralidade frente às incursões reducionistas e revisionistas, às distorções praticadas pelas leituras positivistas e economicistas e às pilhagens feitas pelo neoidealismo e o próprio pragmatismo, se apresentam, acima de tudo, como um projeto voltado para a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular” que, para ser efetiva, precisa construir “a hegemonia ético-política na sociedade civil e tornar-se dominante no Estado”(Caderno 13, § 18). E, quando fala de Estado, quero lembrar que, para Gramsci, esse conceito deve ser entendido no sentido “integral”, quer dizer, não apenas como um aparato de coerção política, militar e jurídica, mas também como conjunto de aparelhos “privados” da hegemonia (Caderno 6, §137). Com isso, Gramsci deixa claro que a construção da hegemonia se tornou um processo complexo e que, sem meios concretos e a materialidade do Estado, é voluntarismo, é fumaça fácil de ser dispersada. Portanto, no árduo trabalho de construção da hegemonia, ao contrário de posições simplistas e ingênuas, no Caderno 19, § 24, Gramsci evoca o conceito de “supremacia”, esclarecendo que “a supremacia de um grupo social se manifesta em duas maneiras: como ‘domínio’ [no Estado] e como ‘direção intelectual e moral’” na sociedade civil, de modo que - continua Gramsci- “um grupo social pode e deve ser dirigente antes de conquistar o poder governativo [...] e depois, quando exerce o poder, e mesmo quando o afirma com a força e se torna dominante, deve continuar a ser dirigente”. A hegemonia, então, para Gramsci, é uma sábia combinação de direção e ‘domínio’, de consenso e coerção, de diálogo com os aliados e pulso firme com os adversários.

Nas avaliações mais convencionais da atual situação política no Brasil, se costuma dizer que foi a ascensão das classes C e D, a melhoria das condições de vida das classes populares, o acesso ao consumo e a ampliação de ingresso na universidade etc. que alarmaram as classes médias e altas. Mas, se esquece de observar que durante os “governos progressistas” do PT, se houve um certo consenso em torno de alguns avanços nas políticas sociais, não foram sequer arranhados os centros de poder que perpetuam a desigualdade estrutural da sociedade, dominada pelo grande capital internacional. Este, na verdade, associado às corporações e às oligarquias nativas que controlam o país, juntamente com os setores reacionários que o servem revestindo-se hipocritamente com a bandeira nacional, teve mão livre para manter o Brasil nas condições de colônia agrícola exportadora de commodities baratas e de enormes transferências de divisas para o exterior. A burguesia “nacional” subjugada ao grande capital internacional impediu o Brasil de alcançar a sua autonomia e de tornar-se um respeitado ator internacional, não apenas pelas riquezas do seu território e as reservas do pré-sal, mas também pelo desenvolvimento dos centros de pesquisa, dos equipamentos mais avançados de tecnologia, da expansão da educação pública e da consciência ecológica e pelas articulações que o Brasil vinha construindo no Mercosul, na UNASUL, na CELAC, nos BRICS etc., hoje, tudo devidamente alijado. Pois, como Gramsci mostra no §15 do Caderno 13, a independência e a “potência” de um país estão correlacionadas com a “intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente” e com o respeito à soberania angariada também no tabuleiro mundial.

Hoje, portanto, podemos dizer que no Brasil nem “revolução passiva” vem ocorrendo. Esta, como Gramsci a descreveu, é um processo que chega a incorporar parte das reivindicações das massas populares, ainda que de forma subordinada, dando lugar a um Estado que instaura uma “restauração progressiva” (Caderno 10, §41) e, até, a implementar uma “organização de uma economia programática” (Caderno 22, §1). Assim, diferentemente das formas de “revolução passiva” que ocorreram nos governos autoritários implantados no Brasil no século passado, o que hoje está em curso é na verdade uma “restauração regressiva”, uma ofensiva que se pode chamar de “contrarrevolução destrutiva”, radicalizada por um capitalismo desesperado e desenfreado, que leva aos extremos a exploração da força do trabalho e a destruição da natureza e que se entrincheira atrás de um nacionalismo chauvinista, reeditando novas formas de colonialismo e recorrendo a todo tipo de armas para se proteger das crescentes “hordas de bárbaros” que assediam suas fortalezas. De modo que, enquanto o fascismo do século passado mobilizava as massas, ainda que demagogicamente, em torno de projetos coletivos e o “fordismo” disciplinava a vida familiar e social com a efervescência industrial, o modelo atual de fascismo ultraneoliberal em curso no Brasil se concentra em promover o isolamento dos indivíduos e a desagregação social e se dedica com mais sofisticação a manipular as emoções, o imaginário e o inconsciente coletivo. Esta nova forma de dominação sem hegemonia, além dos recursos convencionais de repressão, se vale do mundo digital, dos sofisticados recursos tecnológicos e da inteligência artificial para promover não só uma mudança profunda no trabalho e instituir o operador avulso, entregue à própria sorte, mas, também, para interferir

intensivamente no sistema político e na democracia, cada vez mais largada às ondas virtuais. Essa estratégia que se estende, também, nas escolas gera um efeito devastador não só na vida pessoal e familiar do trabalhador e do educador, tornando-os flutuantes e descartáveis, mas também na organização social e na formação de um país como nação.

Não nascendo mais da fábrica e da incorporação das massas em um projeto de nação, a degradação do “hegemonismo” atual das classes dominantes procura se sustentar na desorganicidade, no desemprego, no trabalho informal, nas atividades voláteis e na precarização, além de exasperar o racismo, a perseguição às classes perigosas e a criação de um clima de insegurança que levam a invocar regimes autoritários e a fortalecer o aparato repressor do Estado. No Brasil, portanto, o neofascismo atual se reveste de uma aparente hegemonia legitimada por um processo eleitoral manipulado e pela assim chamada “normalidade” das instituições, e se dedica a anular o debate, a desqualificar a crítica, a educação e a cultura e a capturar o senso comum com programas de auditório e com a “pequena política”, uma expressão de Gramsci que hoje poderia se traduzir com “política big-brotherizada”, permeada de fake news, sensacionalismo, grosserias e teorias conspiratórias. Por isso, Gramsci insiste em argumentar que a luta de classe e a construção da hegemonia se travam principalmente no campo da formação cultural e educacional, uma vez que esta “é a questão da teoria política, a mais importante e a mais difícil” (Caderno 6, §138).

Não é de estranhar, portanto, se Gramsci se tornou hoje uma espécie de inimigo número um no Brasil. De fato, os seus escritos e a sua vida de intelectual e militante político são um antídoto vigoroso para combater

e superar a sanha regressiva, obscurantista e desintegradora do neofascismo voltado a criar o caos com um coquetel de ultraneoliberalismo, desinformação, corrosão das relações sociais, fundamentalismo religioso e estado policial-miliciano, um arsenal que assedia cada vez mais, para usar uma expressão de Gramsci, “as trincheiras e fortalezas” situadas principalmente nas escolas e universidades públicas, nas organizações críticas da sociedade civil e nos movimentos populares. O pensamento e a atividade política de Gramsci mostram, concretamente, que para superar a crise destruidora da qual o capital depende, é necessário construir a hegemonia das classes subalternizadas, por meio de uma práxis capaz de formar cidadãos com personalidade de “dirigentes”, em condições de integrar em uma relação inseparável e dialética trabalho qualificado e política ativa, educação e realidade sociopolítica, razão e paixão, ciência e arte, indivíduo e sociedade, ser humano e natureza, para promover um processo consciente de instituição da democracia coletivamente dirigida. A concepção integral de mundo delineada por Gramsci, reverberada particularmente na proposta da “escola unitária”, ao entrelaçar trabalho intelectual e industrial com “toda a vida social” (Caderno 12, §1), visa criar uma sociedade voltada a construir uma democracia dirigida pela soberania do “povo-nação” (Caderno 11, §67). Neste empreendimento, retomando a citação inicial da minha fala, como mostram historicamente os jacobinos e os bolcheviques na luta contra a decomposição da velha ordem, é necessário organização, “energia e determinação” dos “grupos inovadores” e de uma “classe dirigente, hegemônica”, capaz de revolucionar não só a política, mas também o modo de produção e a organização cultural.

Os séculos de escravidão, a cristalização de castas e privilégios, de artimanhas e corrupção que marcam profundamente a história do Brasil, não deixam ilusões quanto às imensas dificuldades que as classes subalternas precisam enfrentar para construir a hegemonia. Ninguém tem dúvidas de que a política permanente de controle, de arbítrio e de brutalidades e a intensa difusão da ideologia da resignação e do fatalismo inculcada na população, têm seu peso enorme, uma vez que, como Gramsci argumenta no célebre §17 do Caderno 13, todo “tipo de opressão seria inexplicável sem o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade da sua maioria”. E sabemos que, embora, ao longo dessa história, não tenham faltado ações audaciosas de rebeldia e generosos movimentos populares, muitos deles salpicados e levantes reativos aos excessos de dominação das classes dominantes, no entanto, nunca se chegou a romper com o sistema e a implementar um novo projeto de sociedade. Mais uma vez recorrendo às lentes de Gramsci, como solicita o título dessa mesa, temos consciência de que a “história dos grupos sociais subalternos desagregada e episódica [...] é continuamente quebrada pela iniciativa dos grupos dominantes” (Caderno 25, §2), o que torna a construção da hegemonia popular tanto no Brasil como na América Latina caminho áspero, demorado e complexo.

Mas, embora o desafio seja grande, não partimos do nada. Em meio à desoladora história de colonização, depredação, escravidão, genocídio e muito sangue derramado, há páginas extraordinárias de resistências e de lutas populares, que no Brasil e na América Latina deram origem a muitas conquistas sociais e a uma original e fecunda produção política, teórica, artística e cultural, que precisamos cada vez mais resgatar e

potencializar, aprendendo a conjugar este patrimônio não só com os escritos de Gramsci, mas com os inúmeros pensadores e protagonistas que nessa terra se dedicam à criação de uma nova civilização.

Voltando ao § 17, que considero o mais central do Caderno 13, Gramsci finaliza essa extensa nota afirmando que "o elemento decisivo em todas as situações é a força permanentemente organizada e longamente preparada a ser acionada quando necessário [...], portanto, a tarefa essencial é dedicar-se sistemática e pacientemente a formar, desenvolver, tornar compacta e consciente cada vez mais essa força". E, de fato, como a história mostra, os problemas sociais não se resolvem com a coerção, o obscurantismo e a demagogia, porque nenhuma crise se supera com a restauração do velho. Nesse sentido, não obstante as ruínas e a dor que provoca, a crise atual pode ser também uma oportunidade para criar "as condições favoráveis a uma expansão inaudita de uma nova cultura" (Caderno 3, §34), uma vez que a história continua aberta e dialética, mesmo nos períodos mais difíceis.

Então, precisamos estar sempre preparados e organizados, trabalhando dentro e fora da escola para criar uma profunda e extensa "reforma intelectual e moral", capaz de combater os sistemas siameses do liberalismo e do fascismo, germinados do ventre necrótico do capitalismo, de modo que crescentes setores da sociedade possam aprender a se autogovernar e a tornar-se hegemônicos e soberanos de sua própria história. Na construção desse processo coletivo, sem ilusões nem descontos, Gramsci é enfático em relação às exigências do estudo, à necessidade de construir uma educação integral e à firme atuação política das classes populares, que não devem, ele diz, medir "lágrimas e sangue" para

conquistar a própria formação, não só para obter o diploma e garantir o emprego, mas principalmente para se tornar, com uma das mais belas expressões "intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao orgânico desenvolvimento de uma sociedade integral, civil e política" (Caderno 12, §1).

Concluo observando que o contágio do fascismo, como as epidemias, só se debela quando se combate coletiva e radicalmente, não parcial e individualmente. Mais uma vez Gramsci nos alerta que ameaças e inimigos poderosos não se enfrentam com o "subversivismo esporádico e desorgânico" (Caderno 8, §25), com paliativos, acomodações e remendos que apregoam uma "nova normalidade", que vai deixar tudo como está, mas desenvolvendo "uma antítese vigorosa que coloque em campo todas as suas possibilidades, sem transigir" (Caderno 15, § 62) para mudar substancialmente rumo e projeto de sociedade. A crise orgânica que toma conta do mundo e se manifesta de forma particularmente catastrófica no Brasil exige resposta à altura que não deve se limitar a posições defensivas e, menos ainda, pode nos amedrontar e apequenar. Mesmo nas condições aparentemente desfavoráveis, creio que o momento histórico que vivemos nos solicita a manifestar com mais clareza e firmeza a reivindicação de um projeto ambicioso e revolucionário de sociedade hegemônico pelas classes populares, que só poderá se afirmar se não for uma versão, um pouco melhorada, do sistema imposto pelas classes dominantes.

A grande tarefa que temos pela frente é desafiadora e irrecusável: derrotar o fascismo e transformar o Brasil de território de reserva de oligarquias, coronéis, charlatões, milicianos e predadores, em nação

livre, igualitária e soberana, construída e dirigida democraticamente pelas classes trabalhadoras. E só com audácia e organização é possível realizar, como Gramsci aponta, a “grande política: a criação de novos Estados” e de uma nova civilização (Caderno 13, §5). Muito obrigado pela atenção.

Oito Pontos em Torno do Estado Ocidental, Modernização e Fascistização

Gilberto Calil

Bom dia a todas e a todos. Quero, antes de qualquer coisa, agradecer o convite, expressar a minha enorme satisfação de estar presente mais uma vez neste importante evento. Estive presencialmente na segunda edição, que foi extraordinária também, e hoje, vendo aqui os comentários, na tela, de gente de todo o país, vejo o amplo sucesso. Penso que diferentemente do ensino remoto, que não tem nada de positivo, esse formato de eventos remotos tem também suas evidentes limitações, mas pelo menos possibilita que possamos seguir realizando o debate e agregar pessoas de diferentes estados, nestes tempos tão adversos. Não posso deixar também de fazer o registro e lamentar o momento que vivemos e o projeto genocida em curso, os 132 mil mortos que tem no país, aos quais se somam outros 60 mil outros mortos cujo registro indica síndrome respiratória aguda grave não especificada, mas que na realidade constituem subnotificação e são também óbitos decorrentes da Covid-19 e da política genocida. Na realidade, já estamos chegando a 200 mil mortes por covid e a perspectiva de agravamento é dramática. Queria também saudar a greve dos trabalhadores dos Correios e saudar, sobretudo, os movimentos de resistência empreendidos pelos professores contra a absurda tentativa de retomada de aulas

presenciais neste contexto. E, portanto, apoiar toda e qualquer iniciativa no sentido da construção de greves sanitárias em defesa da vida.

Entrando no tema específico, então, queria parabenizar também, mas ao mesmo tempo registrar que o título desta Mesa é extraordinariamente brilhante - Educação e Crise de Hegemonia na América Latina pelas Lentes de Gramsci - e igualmente muito desafiador. Porque é quase impossível tratar adequadamente. São quatro temas: educação, crise da hegemonia, América Latina e Gramsci. E eu fiquei muito tempo pensando por onde abordar isso e, de fato, é muito difícil. Eu fiz uma opção arriscada de fazer alguns comentários curtos, e inevitavelmente incompletos. Vou tentar fazer oito comentários pontuais, e então, se eu tiver alguma habilidade, tentar estabelecer a conexão entre eles, mas de forma progressiva. Ao invés de fazer uma abordagem mais aprofundada e temática, vou tentar fazer uma abordagem picotada, digamos assim, mas tentando estabelecer essa conexão.

O primeiro comentário, tentando aproximar desses termos que estão no título, parte da afirmação de que é fundamental partir do reconhecimento explícito de que a reflexão sobre educação se articula à constelação conceitual central do Gramsci, inclusive, portanto, ao conceito de hegemonia. Não é por acaso que as observações mais sistemáticas sobre educação e escola estão no interior do Caderno 12, que é o caderno dedicado aos intelectuais que é um dos mais importantes e se articula à construção do conceito de hegemonia, sistematizado no Caderno 13. Quando Gramsci falava do papel dos intelectuais do partido, escreveu: o fundamental é a função, que “*é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual*”. Então, intelectual e

educação são temos absolutamente conectados e, portanto, a abordagem de Gramsci sobre educação vai muito além da escola, o que não significa que a importância da escola é menor, mas sim uma perspectiva de uma ampliação muito maior. Então, esse é o ponto de partida que proponho.

O segundo comentário, aí eu acho que é imprescindível fazer um parêntese mais teórico, é tentar pensar do ponto de vista da reflexão do Gramsci — trazendo para a América Latina — se os países latino-americanos são hoje plenamente aquilo que o Gramsci qualifica como Estados Ocidentais. Eu vou fazer algumas simplificações de discussões que são muito mais densas, mas para uma função didática. Basicamente, só lembrando, que Gramsci parte da tentativa de entender o porquê de a revolução não ter sido vitoriosa na Itália, concluindo que não era possível que a revolução se desencadeasse na Itália da mesma forma que se deu a Revolução Russa. E ele compreende que a Itália estaria dentro daquilo que ele propõe designar como Estado Ocidental, no qual a sociedade civil é mais desenvolvida e, diferentemente da Rússia, há dominação com hegemonia, ou seja, uma dominação que se dá essencialmente pela repressão, ela articulava coerção e consenso. Na América Latina, assim como na Itália, os processos de modernização se deram através de revoluções passivas. O termo pode enganar pelo que sugere o termo “revolução”. Mas revolução passiva é uma revolução sem revolução, um processo de adequação pelo alto, e que essencialmente implica em uma não democratização mais profunda, na manutenção do controle dos processos pelas classes dominantes, portanto impõe limites muito rígidos a esse processo. Carlos Nelson Coutinho dizia que isto produz a

hipertrofia da sociedade política e, ao mesmo tempo, uma sociedade civil menos desenvolvida.¹³ E, como consequência deste processo, há limites muito mais rígidos para a produção do consenso. Sem uma democratização mais profunda, sem a criação de canais mais amplos, sem o desenvolvimento maior da sociedade civil, é evidentemente mais difícil uma produção de consenso mais ampliada. Ainda na reflexão do Coutinho, o transformismo - ou seja, a transformação, seja de lideranças, seja de organizações, seja de partidos, do campo popular que se convertem em algo substancialmente distinto, que se incorporam ao campo da classe dominante - ele é uma estratégia central e imprescindível para compensar a escassa capacidade de produzir consenso. Eu queria marcar essa ideia porque eu vou retomá-la depois. Florestan Fernandes, com o conceito de autocracia burguesa, traz outros elementos para se pensar os enormes limites ao processo de hegemonia, ou seja, de produção de consenso em sociedades muito escassamente democratizadas. Dá para dizer que, no contexto da democratização, Coutinho tinha uma perspectiva excessivamente otimista no sentido de acreditar em um amplo desenvolvimento da sociedade civil e, neste ponto, eu concordo com a crítica respeitosa que a Virgínia Fontes faz quando diz que Coutinho comete um equívoco ao restringir o emprego do conceito de sociedade civil essencialmente para designar as organizações populares, desconsiderando o fortalecimento e ampla atuação da sociedade civil burguesa, o

¹³ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. São Paulo: Salamandra, 1984.

que, inclusive, embasa a sua proposta de reformismo revolucionário.¹⁴

Ao contrário, concentrando o foco nas classes dominantes, temos uma realidade menos propícia a otimismo. Como hipótese nesse ponto, acho que é possível pensar que o processo de ocidentalização no Brasil e na América Latina é um processo em andamento, inconcluso, ainda que hoje majoritariamente seja possível enquadrá-lo naquilo que o Gramsci chamaria de Estado Ocidental, mas com enormes e relevantes ilhas de orientalidade, ou seja, onde a repressão se dá de forma pura, simples e aberta. Mas é fundamental acrescentar algumas ponderações. A primeira é que no Estado de tipo ocidental também há coerção. Daí, o equívoco da lógica simplificadora que supõe que onde há mais consenso, haveria necessariamente menos coerção. Mas isto está errado: não é uma relação de soma zero. Muitas vezes, mais consenso implica em mais e melhores possibilidades de imposição também da coerção, dirigida especificamente que divergem e resistem. Portanto, a hegemonia não se estabelece enquanto uma relação de soma zero entre coerção e consenso. E, também, embora a coerção seja usualmente associada à sociedade política e o consenso à sociedade civil, também há produção de consenso no interior da sociedade política e sobretudo também há exercício de coerção na sociedade civil. Quando pensamos, por exemplo, na UDR, ou ainda, se pensamos nas milícias bolsonaristas que hoje se constituem à margem do Estado, é produção de coerção direta, é violência direta que se constitui e se organiza no

¹⁴ FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”. In: *Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

âmbito da sociedade civil, ainda que com cumplicidade e/ou apoio de órgãos do Estado. A relação aqui já se complexifica bastante. Do meu ponto de vista, os Estados latino-americanos são autocracias burguesas, nos termos definidos por Florestan Fernandes¹⁵, e há nelas cerceamento sistemático das organizações dos movimentos dos trabalhadores, que convivem com o sistemático fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia burgueses. Há menos condições de efetivação ampla de hegemonia, mas isso não significa que haja menos investimento na produção de consenso por parte da classe dominante.

Aí, eu coloco o terceiro comentário, partindo de uma interrogação: é possível haver a afirmação de hegemonia em um contexto de autocracia burguesa? De um lado, nessa condição, é improvável o estabelecimento de uma hegemonia sólida e estável, pois sem a incorporação efetiva das demandas populares, as estratégias burguesas, o convencimento, a cooptação e o transformismo terão sempre um efeito mais limitado e os riscos de explosão social permanecerão no horizonte. No entanto, de outro lado, isto não deve nos deixar de perceber que continua havendo um investimento sistemático da classe dominante na construção e intervenção de aparelhos privados de hegemonia burgueses associados à lógica da contrarrevolução preventiva, e que estes incidem sistematicamente na produção e disseminação de concepções e visões de mundo adequadas à lógica da dominação, reprodutores da

¹⁵ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005; FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

subjetividade burguesa. Tomo o conceito de contrarrevolução preventiva emprestado do Renato Lemos¹⁶, acho que ele é absolutamente pertinente para pensar este processo. A hegemonia pode não ser estável, mas isso não significa que haja ausência de um processo sistemático de construção da hegemonia.

O quarto comentário, buscando já pensar concretamente a América Latina, busca pensar a importância dos processos de lutas populares e insurreições em curso no subcontinente. Eu acho que há duas premissas importantes. Primeiro, estamos falando de um continente muito diverso e que, portanto, generalizações podem ser indevidas. Segundo, a intensificação da crise capitalista, sobretudo a partir de 2008, implodiu os três blocos de poder que pareciam estabilizados¹⁷. Quais eram esses três blocos? O primeiro deles constituído por um conjunto de governos conservadores clássicos, tradicionais, repressivos e ultraliberais: Peru, México, Colômbia, sobretudo. O segundo conjunto, por governo social-liberais, conduzidos por partidos oriundos da esquerda, mas que passaram pelo processo do transformismo, constituindo-se em governos de colaboração de classe: Brasil (PT), Uruguai (Frente Amplio), Chile (Partido Socialista), com o

¹⁶ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo* v.2, n.2, jan/jul 2014. P. 111-138.

¹⁷ O sociólogo argentino Claudio Katz designa estes blocos como “conservadores”, “centroesquerdistas” e “nacionalistas radicais”. KATZ, Claudio. *Gobiernos y regimenes en America Latina. La Haine, 2007*. Disponível em <https://www.lahaine.org/katz/b2-img/katzgob.pdf>. James Petras propõe outra designação – esquerda pragmática, esquerda neoliberal e neoliberais doutrinários -, e inclui um quarto bloco não governamental (esquerda radical). PETRAS, Jaime. *América Latina: quatro blocos de poder. Lutas Sociais*, São Paulo, n. 17-18, p. 77-81.

partido socialista, El Salvador (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional). Um terceiro grupo de países de governos nacionalistas, com suas enormes contradições, mas que efetivamente em alguns aspectos confrontavam a ordem dominante e os interesses imperialistas, como a Venezuela de Chávez, a Bolívia de Morales e, em menor medida, o Equador de Corrêa. Veja, tanto os governos ultraliberais, conservadores e repressivos quanto os governos social-liberais, eram duas variantes dentro do sentido mais geral da ordem. Já no terceiro grupo é possível observar elementos de contradição com a perspectiva imperialista dominante. Estes três grupos, todos eles, foram fortemente atingidos pela intensificação da crise. Tanto os governos social-liberais quanto os governos nacionalistas sofrem profundas derrotas, sejam derrotas eleitorais, Uruguai, por exemplo, sejam derrotas através de golpes de Estado, como se deu no Brasil, em Honduras e no Paraguai, seguindo mais ou menos um mesmo *script*. No entanto, também os governos conservadores, repressivos, ultraliberais, sofrem reveses, e enfrentam crises crescentes. A direita derrotada eleitoralmente no México e na Argentina e há uma intensificação das contestações no Chile e na Colômbia e no Peru.¹⁸

Portanto, a crise de hegemonia, para retomar o termo central no título da mesa e da problemática gramsciana, atravessa todos os países e é generalizada na América Latina. Isso coloca um desafio aos movimentos de resistência popular e é um desafio que se

¹⁸ A tendência de crise prosseguiu nos dois anos que se seguiram ao evento, inclusive com a derrota da direita no Peru e Colômbia, que, até a deposição de Pedro Castillo em dezembro de 2022, colocou sob governos social-liberais os três países que anteriormente eram bastiões da direita conservadora e ultraliberal.

torna particularmente difícil, porque nos deparamos frente a uma forte cisão entre partidos e movimentos. Temos, de um lado, inúmeras e expressivas mobilizações populares orientadas pela defesa de direitos sociais impulsionados pelos extraordinários sujeitos coletivos, indígenas, feministas, estudantes, mas que não tem sido capaz de produzir um salto organizativo para a construção de uma nova hegemonia e de um novo poder. Mas a reflexão de Gramsci nos lembra que para um processo de transformação é fundamental a intervenção dos partidos. E somos obrigados a reconhecer que, de forma geral, os partidos e organizações classistas e anticapitalistas não conseguem coordenar e conduzir este processo e muitas vezes erram, desqualificando movimentos que não conseguem controlar diretamente.

Um dos grandes dramas, uma das grandes tragédias e dificuldades que enfrentamos atualmente é esta dificuldade de articulação mais efetiva entre fortes, importantes e fundamentais movimentos sociais constituídos em torno de lutas mais ou menos específicas, de um lado, e partidos políticos anticapitalistas, de outro. Isso coloca a questão da organização do poder e, portanto, da educação, no sentido gramsciano, dos subalternos. Em toda a parte, enormes mobilizações fazem estremecer a ordem dominante, mas não têm sido capazes de produzir uma alternativa de poder. Inúmeras rebeliões e insurreições nos últimos vinte anos, construídas com caráter popular, com setores populares e centrada na defesa dos direitos sociais ainda assim, mesmo que com vitórias parciais, mesmo que demonstrando muita força, não foram capazes de impulsionar transformações mais profundas. Aí nós poderíamos trazer uma longa lista. Desde 2000 até 2020 não se passa nenhum ano em que na América Latina não tenha

ocorrido ao menos uma importante insurreição. Insurreições indígenas no Equador, na Bolívia, guerra da água, guerra do gás, a Comuna de Oaxaca, no México, Junho de 2013, no Brasil, o estalido social de 2019 no Chile, as manifestações que se dão hoje na Colômbia e que estão sendo alvo de violentíssima repressão, a rebelião dos pinguins no Chile, as ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Nós temos uma variedade extraordinariamente grande, com destaque para a importância do feminismo em diferentes países, na Argentina, no Chile, no Brasil, em distintos processos de mobilização, que expressam claramente uma potencialidade muito grande. Pensando esse conjunto de mobilizações e, ao mesmo tempo, essa dificuldade de dar um passo adiante, isso significa que em um contexto de crise não há hegemonia capaz de impedir explosões sociais. Essas explosões se dão recorrentemente e cada vez mais, e quanto mais se agrava a crise mais explosões teremos.

No entanto, isso não significa que a ação dos aparelhos privados de hegemonia burgueses seja menos relevante. Ela não é suficiente para impedir que haja rebeliões, mas ela tem obtido sucesso em seu objetivo de direcioná-las a um caminho dentro da ordem, propagando sistematicamente visões meritocráticas, visões empreendedoristas, visões individualistas. Ela consegue produzir a divisão dos movimentos sociais, ela consegue afastá-los de uma perspectiva classista, ela consegue contrabandear determinadas demandas que produzem fragmentação ou fragilização dos elementos antissistêmicos. Há um conjunto muito grande de operações produzidas pela classe dominante através de seus aparelhos e que precisamos compreender. Não tenho tempo aqui, mas penso que precisamos retomar uma

discussão que está inconclusa sobre 2013. Pensar 2013 como marco inicial da ascensão da direita não ajuda, é um equívoco profundo na minha leitura. Essa é uma questão central. O conceito de “guerra híbrida” como tem se popularizado, do meu ponto de vista,¹⁹ não ajuda também, porque ele não expressa a perspectiva da luta de classes. Ele segmenta o imperialismo pensando apenas no imperialismo dos Estados Unidos. Substitui a luta de classes pela luta entre nações. Então, tem uma série de limitações também e, sobretudo, a aplicação mecânica e generalizada da lógica da guerra híbrida, das revoluções coloridas, em uma perspectiva demofóbica, onde qualquer manifestação popular, em princípio, é alvo de desconfiança. É necessário pensar do ponto de vista da luta de classes, da intervenção dos grupos sociais, de quem são os sujeitos sociais, de quais são os conflitos que estão colocados e, ao mesmo tempo, de qual é a sua direção política e de quais são as suas contradições.

O quinto comentário a partir dessa referência latino-americana mais ampla, trazendo para pensar o Brasil e os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante, é possível entender que há no país uma sociedade civil forte e, portanto, temos um Estado Ocidental, ainda que em uma condição de autocracia burguesa. Isso, sobretudo, a partir do contexto da ditadura de terrorismo de Estado dos anos 1960 e 1970. Os aparelhos burgueses florescem sob autocracias burguesas e mesmo sob ditaduras. É imprescindível lembrar de René Dreyfuss, já citado na mesa de ontem,

¹⁹ Nos referimos especialmente à versão mais popularizada no Brasil, de Andrew Korybko. KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

que em 1964: *a conquista do Estado*²⁰ mostra a força da organização dos aparelhos da classe dominante já no pré 1964, e depois mais ainda nos anos 1980, em obras imprescindíveis como *O jogo da direita*²¹ e *A internacional capitalista*²², quando ele mostra esse processo de organização e atuação dos grupos dominantes. A Virgínia Fontes atualiza esta discussão em *O Brasil e o capital-imperialismo*²³, de uma forma bastante sistemática, sobre o crescimento dos aparelhos desde a ditadura, do processo de transição controlada, bem como seu papel ao cooptar as lideranças e movimentos populares.

De novo, aqui, encontramos o transformismo como sendo um conceito fundamental. A Virgínia traz a expressão, Estado ampliado e seletivo. Ele é ampliado ou, segundo Gramsci, integral, ocidental, mas de forma seletiva, não de forma democrática, porque a autocracia permanece se fazendo presente como um elemento fundamental aqui. E a Virgínia lembra as pesquisas imprescindíveis da Sônia Mendonça sobre a classe dominante agrária desde o final do século XIX²⁴, com a Sociedade Nacional de Agricultura, com a Confederação Rural Brasileira, que mostram o quanto esta classe se organiza e atua, porque tem uma perspectiva muito

²⁰ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

²¹ DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

²² DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

²³ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Edufrj / EPSJS, 2010.

²⁴ Entre diversas outras obras, MENDONÇA, Sonia Regina. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997; MENDONÇA, Sonia Regina. *O patronato rural no Brasil recente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, e MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30 (1930 - 1945)*. Curitiba: Prismas, 2015.

claramente de uma organização para além do Estado no âmbito da sociedade civil, embora ela reprima as classes trabalhadoras para não terem a mesma livre possibilidade de fazê-lo. Nos anos 1980, e aqui seguindo uma vez mais o raciocínio da Virgínia Fontes, primeiro nos anos 1970 há uma enorme expansão dos aparelhos privados e empresarias, o que é fomentado pela ditadura. Nos anos 1980 passamos a ter um novo mecanismo, as ONGs. O florescimento das ONGs como mecanismo de captura e esterilização das lutas da classe trabalhadora, o que Gramsci chama de transformismo molecular, que se dá de forma sistemática para a captura de uma enorme quantidade de lideranças, de movimentos, de organizações. Nos anos 1990 temos um passo adiante nisso, que é a transformação do PT em uma esquerda para o capital. Ainda que continue sendo uma referência para grande parte da classe trabalhadora, o PT passa a atuar fundamentalmente como um instrumento de colaboração de classes, de esterilização das lutas sociais, dando um passo adiante na difusão de uma sociabilidade burguesa e da própria expansão do neoliberalismo no contexto de uma reconfiguração da classe trabalhadora, de restrição de direitos, de políticas sociais focalizadas e não mais universais, de uma série de outras questões. Seguindo ainda a proposição da Virgínia Fontes, temos as ONGs como educadoras das vantagens da gestão privada, uma educação para um consenso neoliberal e o coroamento disso é a proliferação das FASFIL, as Fundações Sem Fins Lucrativos, que promovem o amplo empresariamento dos serviços públicos e a difusão ideológica e prática do empreendedorismo.

O sexto comentário traz a tentativa de pensar estes novos aparelhos e a construção de uma nova direita no Brasil nos anos recentes. Aí temos dois marcos: o

primeiro marco, evidentemente, é o ano de 2003, quando se instala o governo de colaboração de classes reconhecido por uma grande parcela dos trabalhadores como seu governo. Isso modifica as condições da política, ainda que seja um governo dentro da ordem. O segundo marco, a partir de 2008, com o radical agravamento da crise capitalista que impõe uma série de modificações, inclusive tirando as bases materiais concretas daquela política de cooptação mais ampliada, via políticas assistencialistas, base do governo de colaboração de classes. Os governos petistas expressam um aprofundamento do transformismo e um amplo desarmamento ideológico das classes trabalhadoras.

Neste aspecto, um livro que é imprescindível, *Política Brasileira: Embate de Projetos Hegemônicos*, de Edmundo Fernandes Dias, publicado em 2006.²⁵ Já naquele ano, no auge do lulismo, o Edmundo dizia que os governos petistas promoveram a decapitação da direção dos subalternos, desarmando a sua capacidade de resistência com efeitos organizativos e ideológicos dramáticos, retirando das classes trabalhadoras as condições para a afirmação de um discurso hegemônico próprio. Na minha interpretação, o processo que virá na sequência é fortemente impactado por essa decapitação e desarmamento ideológico. Se tivesse mais tempo, teria uma série de exemplos que poderíamos trazer aqui. Um que é muito marcante é quando o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, tratou a reivindicação pelo Passe Livre como análoga à vontade de ir para a Disney: *“Tem tanta coisa que podia vir à frente... Podia ter almoço grátis,*

²⁵ DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Sundermann, 2006.

jantar grátis, ida para a Disney grátis".²⁶ Esta forma ideológica de desqualificação dos movimentos e das demandas é absolutamente destrutiva da conformação de uma visão de mundo própria das classes trabalhadoras. O problema fundamental para este projeto de colaboração de classes é que o agravamento da crise implica na diminuição das margens que permitiam o gotejamento de políticas compensatórias e que, portanto, viabilizavam a manutenção de governos de colaboração de classes. Esta é a razão estrutural que explica a construção e efetivação do Golpe de 2016. Do meu ponto de vista, claramente há um golpe institucional e dizer que é um golpe não significa isentar os governos petistas de suas responsabilidades. Estou tentando ser muito claro no sentido de expressar isso. Muito do que enfrentamos hoje foi alimentado no interior dos governos petistas. Por exemplo, a Igreja Universal teve ministro até o último dia do governo Dilma. Então claramente muitos destes monstros, destas formas mórbidas com as quais nos defrontamos hoje neste contexto de fascistização foram alimentadas no interior dos governos petistas, o que não significa que o petismo não tenha sido alijado através de um golpe de Estado que era imprescindível para um outro patamar de imposição da expropriação da classe trabalhadora, do agravamento dos níveis de exploração, o que não podia se dar no interior daquela lógica que era administrada pelos governos de colaboração de classes.

Há algumas mudanças que explicam este contexto na própria configuração dos aparelhos privados

²⁶ "É melhor eleger um mágico", diz Haddad sobre o passe livre. Portal UOL, 21.1.2016. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/21/e-melhor-eleger-um-magico-diz-haddad-sobre-passe-livre.htm>

de hegemonia da classe dominante, que eu acho que é importante registrar. A forma tradicional das organizações da classe dominante é aquela que conhecemos como organizações de classe. A FIESP, a FEBRABAN, aquelas que muito direta e claramente expressam os interesses da classe dominante em suas distintas frações. A SRB, voltando a períodos mais anteriores, a FIRJAN etc. Essas formas organizativas têm um limite, porque são a expressão direta do interesse de classe e são reconhecidas como sendo propagadoras de um interesse específico. O empresariado já dos anos 1980 começa a disseminar formas mais dissimuladas de organizações do tipo institutos liberais, Fórum da Liberdade, Instituto Milenium, que não são diretamente expressão de uma fração de classe, mas que buscam educar e propagar o consenso de uma forma mais ampliada. Só que a partir de 2006, 2008, se constituem e se amplificam outras formas com muito mais capacidade de capilarização e de enraizamento popular. Que formas são essas? A rigor, poderíamos voltar a 2002, 2004... Em 2002 com o *Mídia Sem Máscaras*²⁷, do Olavo de Carvalho; em 2004 com o *Escola Sem Partido*, embora ele só tome maior projeção depois — os estudos do Fernando Penna trazem uma série de referências sobre

²⁷ PATSCHIKI, Lucas. *Os lítores de nossa burguesia: o Mídia sem Máscaras em atuação partidária.*, Dissertação de Mestrado de História, Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2013.

isso²⁸ —; em 2007, com o Instituto Mises Brasil²⁹ e, sobretudo, no pós insurreição de 2013, tem-se uma proliferação muito maior. O Movimento Brasil Livre³⁰, que é de 2014. O Vem para a Rua, também 2014. E o conjunto de redes e grupos vinculados ao bolsonarismo e também ao fundamentalismo religioso. Poderíamos citar como exemplo a AVEC, Associação Vitória em Cristo³¹, que é a organização do Malafaia, que tem também uma capilarização muito grande.

Aqui eu abro um parêntese. Eu orientei uma dissertação de mestrado que foi defendida em 2012, do Lucas Patchiski, saudoso camarada falecido, que trabalhou com o Mídia sem Máscara, a organização do Olavo de Carvalho³². Naquele momento, quando todo mundo praticamente colocava o Olavo simplesmente como ridículo, ele já compreendia que havia ali o embrião de um projeto fascista e, mais do que isso, que isto estava muito mais capilarizado, muito mais disseminado, do que nós estávamos dispostos a reconhecer. Como se constituiu essa vasta organização? Através de um trabalho de guerra de posição, como diria o Gramsci. O

²⁸ PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa do projeto - Escola sem Partido. *Quaestio*, v. 20, p. 567-581, 2018; PENNA, Fernando, QUEIROZ, Felipe, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). *Educação Democrática: antídoto ao Escola sem Partido*. Rio de Janeiro: LPP UERJ, 2018.

²⁹ DAL PAI, Raphael. *Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo*. Dissertação de Mestrado em História, UNIOESTE, 2017.

³⁰ MIRANDA, João Elter. A patrulha ideológica da burguesia: a atuação do partido Movimento Brasil Livre na construção do Golpe de 2016. Dissertação de Mestrado em História, UNIOESTE, 2021.

³¹ KOREN, Jonas. *Ministério Silas Malafaia: evangelizando à direita (2000-2013)*. Dissertação de Mestrado em História, UNIOESTE, 2016.

³² PATSCHIKI, op. cit.

fato de Olavo ridicularizar o Gramsci não deve impedir que reconheçamos que ele tem uma certa compreensão do que significa a guerra de posição, embora ele deturpe violentamente o conceito. E ele construiu sistematicamente, ao longo dos anos, posições, casamatas que funcionaram na guerra de posição e que propagaram as suas bizarras visões. Por mais que o desqualifiquemos como ridículo, isso não resolve o problema de compreender como que foi possível que isso se disseminasse, e só vamos conseguir compreender efetivamente isso se reconstituirmos esse processo, inclusive ver de que forma o governo de colaboração de classes facilitou condições, desarmando os subalternos, para que isso se desse. Fecha-se o parêntese.

O sétimo comentário – já encaminhando para o final -, é que os aparelhos privados também no âmbito mais específico da educação reúnem e articulam diversos aspectos. Aqui eu vou ser mais rápido, porque aqui há muita gente muito mais qualificada que tem trabalhado de forma muito sistemática com este processo, mas a quantidade, a miríade de aparelhos que atuam na área da educação nos mostra a força, o gigantismo da organização da classe dominante no âmbito da sociedade civil, impulsionando o seu projeto social, a sua visão de mundo, a sua forma de sociabilidade. Empresariamento, difusão da ideologia meritocrática, conversão de direitos em serviços, cooptação, inclusive através da concessão de bolsas da formação de líderes. A Virgínia Fontes mencionou várias destas ontem, que atuam na área da educação. A figura do Lehmann é fundamental, os diversos aparelhos geridos por ele, o Instituto Ayrton Senna... Nós temos uma gigantesca constelação de aparelhos burgueses que atuam nesse sentido, que produzem uma nova pedagogia da hegemonia, para

utilizar a expressão da Lúcia Neves,³³ que eu acho que ela é absolutamente feliz, e que hoje se reúnem e se articulam naquilo que o grupo do laboratório Estado, Poder e Educação, do Rodrigo Lamosa³⁴, tem proposto que entendamos em termos de duas grandes frentes: uma frente liberal ultra conservadora e uma frente social liberal, que tem algumas diferenças no campo moral, mas que fundamentalmente, na perspectiva ultraliberalizante, coincidem na expressão de um mesmo projeto profundamente neoliberal.

Por último, o oitavo comentário, eu queria muito chamar a atenção disso, voltando mais especificamente a Gramsci. A reflexão que Gramsci faz sobre o processo de ascensão do fascismo, que se expressa sobretudo nos textos de 1921 e 1922, do meu ponto de vista, uma leitura imprescindível, absolutamente atual. Se alguém me perguntasse hoje "por onde eu começo neste momento a ler o Gramsci?", eu daria uma resposta absolutamente heterodoxa. Eu diria: leia os textos Socialismo e Fascismo de 1921 e 1922, que eles são incrivelmente atuais. Isso está na versão brasileira no volume dois dos *Escritos Políticos*.³⁵ É uma parte pequena dos escritos que temos

³³ NEVES, Lúcia (org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

³⁴ LAMOSA, Rodrigo. A Encruzilhada da educação e a batalha das ideias. *Esquerda OnLine*, 2020. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2020/08/14/a-encruzilhada-da-educacao-e-a-batalha-das-ideias/> ; COLOMBO, Luiza Rabelo. A frente liberal-ultraconservadora no Brasil – reflexões sobre e para além do “movimento” escola sem partido. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

³⁵ GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Volume 2: 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20024.

em português, tem uma versão bem mais extensa em língua espanhola, para não falar em italiano, mas isso é absolutamente fundamental para compreendermos situações que enfrentamos hoje. Eu costumo dizer que a minha maior divergência de tudo que o Gramsci escreveu é quando ele escreve que a sua produção jornalística é pouco relevante. Ela absolutamente não é menos relevante. Como Edmundo Fernandes Dias já mostrou nos escritos sobre as greves de Turim³⁶ nos escritos no milênio anterior, o *biênio rosso* é absolutamente fundamental. O núcleo do conceito de hegemonia já estava lá, presente, mas os escritos de 1921 e 1922 são muito impactantes, são muito impressionantes. Então, eu vou trazer algumas rápidas referências nestes oito minutos que me restam no tempo limite. Duas definições que o Gramsci dá quase dois anos antes do Mussolini ser colocado como primeiro-ministro. Em março de 21, Gramsci diz: "*O que é o fascismo visto em uma escala internacional? É a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca [ou seja, da crise econômica], através de rajadas de metralhadoras e de tiros de pistola*". Ele vai seguir essa frase dizendo que este é um comportamento típico da pequena burguesia. No mês seguinte, em abril de 1921, ele acrescenta um outro elemento: "*o fascismo é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana, que não podia deixar de se acompanhar pela profunda decomposição do Estado*". O fato de que o processo de modernização na Itália tenha se dado através de uma revolução passiva, portanto de forma inconclusa, sem a ampla incorporação dos subalternos, sem um transbordamento democrático maior, produz um sistema político

³⁶ DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

com a aparência liberal, mas com fragilidades estruturais constitutivas, e isto é fundamental para compreender a ameaça fascista constituída naquele momento. Mais ainda se considerarmos que - embora o foco da crítica do Gramsci seja ao Partido Socialista -, se trata de um momento em que o próprio Partido Comunista minimizava o fascismo, minimizava a ameaça do fascismo, não compreendia que há um elemento profundamente novo colocado. Eu quero chamar a atenção para isso: a ameaça fascistizante que vivemos hoje é uma ameaça de algo absolutamente distinto. Aí o Gramsci traz a ideia de processo de fascistização. O fascismo não se dá em uma data, não se dá por um decreto. Não é nem, inclusive, essencialmente em um momento da eleição do presidente ou da nomeação do primeiro-ministro. O processo de fascistização se inicia muito antes. As primeiras agressões de milícias fascistas se dão em 1919 e 1920, se generalizam em 1921 e só em dezembro de 1922 Mussolini se torna primeiro-ministro. Mas só quatro anos depois que o processo de fascistização é concluído. Em 1925, Gramsci ainda é eleito deputado, ou seja, Mussolini estava há dois anos e meio como primeiro-ministro e ainda existiam certas margens de liberdade. Então, pensar o fascismo significa pensar a processualidade, pensar a fascistização e, neste sentido, cada derrota, cada avanço da perspectiva repressiva que temos hoje nos coloca mais próximos da confirmação deste processo.

Concluo com o que, do meu ponto de vista, são os cinco elementos centrais desta interpretação que Gramsci faz naquele momento sobre o fascismo: o primeiro era que o movimento expressava essencialmente uma base pequeno-burguesa, mas uma base que se radicalizava no contexto de crise e que era hegemonizada

por uma perspectiva reacionária no sentido da sua vinculação ao projeto da classe dominante. O segundo é a crítica feita por Gramsci à incapacidade do Partido Socialista, reformista, de compreender a dimensão da ameaça fascista. Gramsci dizia que velhos métodos são ineficazes para combater um novo inimigo e a política de apaziguamento é a receita da derrota, é um suicídio político. O Partido Socialista chegou a fazer um pacto escrito e assinado com Mussolini, de não agressão, em 1921. Nós não vamos agredir... Obviamente, nenhum socialista deixou de ser assassinado, nenhuma sede socialista deixou de ser queimada, porque os fascistas assinaram um papel. O único efeito disso foi desmoralizar os socialistas. Quando pensamos o fascismo como expressão eleitoral apenas e não como uma expressão miliciana, deixamos de compreender a dimensão da ameaça que se coloca. O terceiro ponto é a omissão da burocracia sindical, que tem conexão direta com o segundo, trata-se basicamente da mesma questão. Gramsci dizia: "*esses homens não vivem mais para a luta de classes, não sentem mais as mesmas paixões, os mesmos desejos, as mesmas esperanças das grandes massas*".³⁷ Eles são outra coisa, eles se burocratizaram, eles se transformaram. O núcleo do conceito de transformismo já está presente aqui. O quarto ponto é a cumplicidade da justiça e das instituições do Estado liberal, o que é um profundo paradoxo, porque o fascismo ascende criticando o judiciário, afirmando que pretende a destruição deste Estado. Pensem no Brasil hoje, os fascistas criticam a institucionalidade vigente, mas as expressões dessa institucionalidade são profundamente cúmplices. Vejam, o paradoxo não é do fascismo, ele é

³⁷ GRAMSCI, op. cit., p. 41.

coerente. O paradoxo é do Estado liberal, que é claramente responsável pela sua ascensão. E, finalmente, Gramsci criticava a crença de que a burguesia se oporia ao fascismo. Este “novo monstro”, que é o Mussolini, pode assustá-los, mas eles o aceitarão, desde que ele empregue aquilo que promete. Certamente podemos aplicar esta afirmação a Bolsonaro. Do mesmo modo como Virgínia Fontes, no debate de ontem, chamava a atenção para a forma com que a classe dominante se coloca em relação a este processo. Eu concluo com uma citação, voltando a este penúltimo ponto da cumplicidade e da justiça, com referência ao juiz que ontem declarou não ter absolutamente nada errado em produzir dossiês sobre os antifascistas e, dizendo que, pelo contrário, um deputado deve mais é fazer isso. Essa foi uma decisão judicial do dia de ontem. Para ele, vale dedicar a seguinte frase de Gramsci: "*os fascistas só puderam realizar as suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública, delegados de polícia, carabineiros e da magistratura tornaram-se seus cúmplices morais e materiais*"³⁸. É esta uma parte absolutamente fundamental nos desafios que enfrentamos e da tragédia que estamos atravessando, que nos coloca a necessidade de desenvolver estratégias coerentes e adequadas para a superação disso. Agradeço a atenção de todos e uma vez mais agradeço muito o convite e a possibilidade de estar nesse debate.

³⁸ Idem, p. 66.

As Revoluções Passivas na América Latina e a Debilidade da Hegemonia Burguesa nas Periferias

Marcos Del Roio

Nós comemoramos neste ano de 2020, como todos sabem, os 200 anos do nascimento de Engels, mas também o centenário do Florestan Fernandes. Embora aparentemente Florestan tenha lido Gramsci apenas de maneira rápida ou, pelo menos, não incorporou o seu universo categorial, é um avanço interpretativo bastante grande esse de estreitar a relação entre os nossos intelectuais intérpretes do Brasil e esses que nós nos esforçamos de traduzir para a realidade brasileira, como é o caso especificamente do Gramsci. Tirando pelo título da mesa e estimulado por Florestan Fernandes e Gramsci, começo por perguntar se há hegemonia burguesa na América Latina ou se houve hegemonia burguesa na América Latina em outro momento que não hoje. Digamos, por hipótese, que estaríamos, então, em uma crise de hegemonia. Para responder isso é claro que é preciso saber o que é hegemonia para Gramsci. Ele enuncia sinteticamente de modos diferentes e em diversas vezes no decorrer dos Cadernos. A ideia geral é que hegemonia é consenso revestido de coerção, melhor, é dominação com a capacidade de uma classe conduzir moral e intelectualmente as massas populares. Será que

houve isso, que há isso ainda na América Latina e no Brasil? Nós poderíamos tender a pensar de uma maneira positiva a resposta para essa indagação tendo em mente a quantidade de exemplos de organizações de aparelhos privados de hegemonia da burguesia e até mesmo da oligarquia agrária. Mas tenho muitas dúvidas se essa quantidade de aparelhos privados consegue efetivamente expressar uma hegemonia sólida. Na verdade, a hegemonia burguesa existente no Brasil é débil e não pode ser mais do que assim. A explicação para isso é que no Brasil nunca se realizou uma revolução democrática que tivesse as massas populares como propulsoras

Com a reflexão centrada no caso brasileiro, nós tivemos, digamos assim, na virada dos anos 20 e 30 do século passado duas possibilidades de revolução. Uma revolução democrática, que não se concretizou naquele momento e nem posteriormente e que obriga a perguntar se é possível uma hegemonia de uma classe sem antes uma revolução dirigida por ela, conduzida por ela ou em nome dela. A outra opção, a que venceu, foi uma revolução passiva, mas mesmo a revolução passiva tinha duas vertentes possíveis, pelo menos em tese: uma conduzida pelo liberalismo, que propagava, que defendia a americanização do Brasil. Eram, digamos assim, fautores do americanismo. Se tomarmos ilustres autores liberais no Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, o que eles lamentam profundamente? Eu incluiria Fernando Henrique Cardoso. O que eles lamentam profundamente? Lamentam a origem ibérica, o ruralismo, o peso de um Estado burocrático patrimonialista e a ausência ou debilidade de uma sociedade civil liberal burguesa. E o que almejam? Uma sociedade civil diversificada e um Estado restrito com uma burocracia racional legal, conforme formula Max Weber. O para-

digma interpretativo e o horizonte é o mundo anglo-americano. Há um reconhecimento que no Brasil não há uma hegemonia burguesa e que essa só seria possível com a americanização do Brasil. A ideologia do americanismo poderia estar presente na burguesia industrial paulista, mas não foi essa a dirigir a revolução burguesa, ainda que tenha sido a maior beneficiária.

Ora, com isso se quis dizer que a vertente de revolução passiva que se impôs no Brasil foi a sugerida pela ideologia do autoritarismo. Esse, sempre de maneira geral, valoriza a herança ibérica e o poder oligárquico, mas entende que apenas um Estado burocrático forte e centralizado seria capaz de conduzir o País rumo ao mundo moderno sem que sua essencialidade se perdesse. Era então preciso educar as classes dirigentes.

Depois de 1930 houve uma ampliação do Estado em termos de administração pública e de políticas sociais por meio do corporativismo. A revolução burguesa no Brasil seguiu a trilha de uma revolução passiva, claro que com sua particularidade. A revolução burguesa no Brasil ainda que com outra temporalidade, apresenta analogia com o fascismo porquanto tentativa se resolver problemas advindos da crise do liberalismo. Esse era o único caminho que se mostrou viável, pois a opção liberal americanista tinha entraves dificilmente superáveis, assim como também tinha a alternativa democrática.

Se a revolução burguesa no Brasil seguiu uma variante particular de revolução passiva, mais próxima do fascismo do que do americanismo, conforme as duas realidades específicas analisadas por Gramsci, outra questão pode ser trazida à baila: como se conclui uma revolução passiva em termos de hegemonia burguesa? Também aqui a resposta indica que depende de como se processou a revolução passiva.

O americanismo, com a transformação na base produtiva (em termos de máquinas e gerenciamento do trabalho), reforçou a hegemonia burguesa já existente nos Estados Unidos, mas o fascismo constituiu-se em movimento de defesa de uma hegemonia burguesa débil, já que originada de outra revolução passiva qual foi o *Risorgimento* (o processo de unificação da Itália). Decerto a dominação burguesa se viu reforçada, mas sua hegemonia continuou débil pois que dependente de instituições do Estado e da Igreja, além de uma situação internacional de dependência financeira em relação a Grã-Bretanha.

No caso do Brasil, a revolução passiva também constituiu uma hegemonia burguesa débil. O Estado foi o principal agente da transformação, fortaleceu a dominação social da burguesia, mas essa não foi capaz de configurar sua hegemonia na vida civil.

A revolução passiva é um processo pelo qual uma formação social ingressa no capitalismo ou reorganiza o capitalismo em crise na passagem para a fase monopolista. Na Itália, o fascismo acabou numa catastrófica derrota militar e a burguesia reorganizou o Estado de forma democrática obrigada pela pressão do movimento operário, mas dependeu muito da Igreja e de suas instituições para garantir o seu predomínio. Sua hegemonia continuou débil, mesmo com a relativa americanização do processo produtivo.

No Brasil, talvez possa ser dito que a revolução burguesa, como transformação capitalista, se conclui em fins dos anos 1970 do século XX, ainda na vigência da ditadura militar, fase final da revolução passiva, e que já endereça a economia para uma forma de capitalismo monopolista. A revolução passiva ao erigir uma hege-

monia débil poderia se concluir como uma república democrática sob hegemonia burguesa?

Para essa questão a resposta parece óbvia. Dependeria de a burguesia ter desenvolvido uma capacidade hegemônica que fizesse a sociedade civil incorporar o americanismo. Sociedade civil significa o processo produtivo, as classes sociais e os intelectuais. Havia alguns indícios presentes na cena do fim dos anos 1970 e começo dos 1980: a burguesia industrial paulista parecia aceitar a democracia (burguesa), confiante da sua hegemonia e a classe operária fordista do cinturão industrial avançava reivindicações plenamente cabíveis no americanismo, com uma pauta que expressava uma consciência econômico corporativa.

Mas como nos anos 1920, a burguesia não podia difundir sua hegemonia por todo o País sem romper com a burguesia agrária e com a forte presença imperialista - - que agora já estava internalizada - e assim continuou a existir uma hegemonia débil. Ademais agora existia um forte movimento operário, mesmo que não constituísse uma força anticapitalista.

Ainda que a Constituição de 1988 tenha delineado uma democracia liberal burguesa com alguns direitos sociais, não foi expressão de uma fortalecida capacidade dirigente da burguesia e nem produto de uma fortalecida força antagônica plantada nas classes subalternas. Os acordos com as forças políticas implantadas no Estado, o Exército em particular, com a grande propriedade agrária e com os monopólios limitaram sobremaneira essa democracia.

Pela Carta Constitucional, somos uma democracia liberal burguesa. Mas ela está nos fatos, nas relações sociais? Vem aí uma outra pergunta: uma revolução passiva se conclui como? Com a consolidação

no poder de classe. Quer dizer, é vitória daquela trajetória. Está consolidada a dominação de classe da burguesia. O conjunto das classes dominantes do Brasil é burguesa. A oligarquia agrária, na falta de uma denominação que possa eventualmente ser melhor, se transformou em uma burguesia agrária e hoje está imbricada com o capital financeiro. Mas a questão de fundo é se é possível uma democracia burguesa no Brasil, ou seja, uma democracia burguesa com hegemonia, sem ter havido uma revolução democrática. Porque a revolução passiva se consolida no decorrer na ditadura militar e a supressão da ditadura militar não se fez com a instauração de uma democracia. Foi uma negociação entre as classes dominantes e setores da pequena burguesia que desejavam uma democracia política. Houve uma pressão das classes subalternas, uma pressão popular bastante significativa, mas não foi suficiente para inverter ou reverter a correlação de forças. A correlação de forças, portanto, sempre foi negativa do ponto de vista das classes subalternas. As classes subalternas continuaram sendo subalternas nesse período que nós dizemos aqui de democratização. Na verdade, foi a institucionalização da dominação de classe da burguesia com a uma hegemonia débil.

Nos primeiros anos 60 surgiu a possibilidade de uma conversão democrática da revolução burguesa no Brasil. Lembrar mais uma vez que isso dependia de um movimento operário e popular fortalecido e da disposição de um setor burguês investir na quebra do monopólio da propriedade da terra e de confrontar o imperialismo. O significado desse movimento seria acentuar a possibilidade de um Capitalismo com forte presença do Estado na infraestrutura e nas políticas de formação da força de trabalho. Essa possibilidade se tornou inviável com o

golpe de Estado de abril de 1964, e a ditadura nasceu como uma aliança selada entre todas as camadas proprietárias, todos os setores da burguesia e da pequena burguesia, que preferiram aprofundar os vínculos com o capital imperialista e assim aprofundar a revolução passiva.

Como pode então uma burguesia que nasceu e se desenvolveu atrelada ao mundo agrário e ao imperialismo almejar a hegemonia civil sem romper com sua matriz? Houve, certo, momentos em que a burguesia se aproximou dos interesses nacional-populares, momentos que lhe pareciam vantajosos, mas nunca buscou de fato participar numa ruptura democrática. Talvez a última ocasião tenha sido nos anos que se seguiram o fim da ditadura e o início do debate constituinte.

Logo a pressão imperialista obrigou a burguesia a uma nova capitulação, quando aderiu em bloco ao projeto neoliberal de reorganização do capitalismo mundial em crise. Parte essencial desse projeto de classe é o desencadeamento de uma ofensiva contra as classes subalternas: contra seus saberes, suas organizações, seus direitos, seus bens, sobre o valor da força de trabalho. A ofensiva ideológica constitutiva desse cenário prega e difunde o individualismo proprietário extremado (que inclui o consumo de bens inúteis).

A cena parecer ser muito mais de uma crise orgânica na qual a hegemonia burguesa é ainda mais fraca, do que uma hegemonia que se fortalece. Compreende-se que uma economia política destrutiva das condições de vida e trabalho, que entrega as riquezas naturais do País ao saque, não pode mesmo fundamentar uma hegemonia civil. O que sobra de hegemonia burguesa é a força econômica e a força coercitiva do Estado.

Ampliando a questão: é possível a hegemonia burguesa em capitalismo que têm a sua natureza, a sua origem como dependentes do núcleo imperialista? Tenho minhas dúvidas. Pode haver hegemonia, mas seria uma hegemonia fraca. Nunca haveria hegemonia como aquelas dos Países que deram origem ao capitalismo (Inglaterra, EUA, França) e que se estendeu para a Europa central e do Norte. Esse processo, como lembra Gramsci, mesmo nesses países, demandou largo tempo para se completar, como os 80 anos necessários para que a burguesia francesa completasse a sua hegemonia civil.

A concentração de renda, a concentração de riqueza, as diferenças regionais, que não são particularidade brasileira, por suposto, indicam os limites da hegemonia nos países da América Latina. Tiveram, talvez, uma chance melhor de constituir uma hegemonia aqueles países que fizeram a revolução passiva, porque não foi a América Latina toda que fez isso. Considere-se ainda que houve revoluções passivas mais ou menos bem-sucedidas. Revoluções passivas mais bem sucedidas foram aquelas que conseguiram avançar mais no desenvolvimento capitalista e que criaram uma hegemonia menos débil. Tudo indica que a revolução passiva brasileira (1928-1978) foi a que criou um capitalismo mais avançado, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas e com características da fase monopolística, numa sobreposição de temporalidades.

Houve na América Latina ainda outras revoluções passivas desencadeadas em concomitância com a grande crise capitalista de 1929-1933, além da brasileira e em melhores condições de partida. O México realizou uma revolução democrática burguesa entre 1910 e 1917, mas essa se congelou depois de 1929, com a criação do Partido Revolucionário Institucional. Em Cuba também

houve uma revolução passiva, mas a sua conclusão foi uma revolução democrática orientada ao socialismo.

O cone sul apresentou um cenário favorável em princípio, mas o andamento das revoluções passivas foi pouco alvissareiro. A Argentina contava com as melhores condições pela experiência que se desenvolvia desde 1926, com um governo de forte base pequeno burguesa, mas o golpe de Estado de 1930 teve um caráter restaurador muito forte e serviu para reerguer a oligarquia agrária. A fase de avanço aconteceu com a chegada da esquerda militar ao poder, com Perón. A Argentina alternou governos civis com governos militares pró oligarquia e pró imperialismo. A melhor oportunidade da burguesia foi oferecida por Perón para que se constituísse como força hegemônica, mas a alternativa foi a de se entregar aos interesses imperialistas. No começo dos anos 70, a revolução passiva argentina começava a se enveredar para uma revolução democrática, a qual foi sufocada no sangue pela reação do conjunto das classes dominantes, conduzida pelas forças armadas, historicamente vinculadas às oligarquias e dotadas com uma ideologia fundada na inquisição católica.

No Chile, a crise da dominação oligárquica também desencadeou uma revolução passiva, que contou com uma institucionalidade liberal-burguesa consolidada. O movimento operário popular foi sujeito da maior importância no processo, tanto a tentar concluir a revolução passiva com uma proposta socialista, a qual foi sufocada no sangue com o golpe militar de 1973. No pequeno Uruguai a revolução passiva se processou em condições favoráveis à transformação das classes dirigentes, mas a sua conclusão, assim como nos outros países da região, mostrou a debilidade da hegemonia burguesa e possibilitou um desenlace democrático

popular, o qual foi bloqueado no nascedouro pela bestialidade repressiva do Estado.

A Bolívia é um caso de revolução passiva surgido de uma revolução democrática que não teve seguimento nos anos 50. A possibilidade da conversão democrática da revolução passiva, que também apareceu no começo dos anos 70, como as outras experiências, foi golpeada fortemente. Lembrar que todos esses golpes militares que sustaram a possibilidade de revoluções democráticas em cadeia, serve para mostrar como a hegemonia burguesa sempre se mostrou débil. Foram sempre burguesias incapazes de dirigir a vida política e civil, sem depender de instituições estatais e até de intervenção aberta ou camuflada dos Estados Unidos. Mas toda a Indo América ou América andina permaneceram quase estagnadas, com países submetidos a oligarquias e em situação colonial.

Essa diversidade é importante até para que se entenda a situação atual desses países. Houve um momento de relativo otimismo neste início de século por conta das experiências da Venezuela, da Bolívia, do Equador, de El Salvador, do Uruguai. A América Latina se dividiu em três vertentes: a que se empenhava em avançar uma transformação social mais profunda, como Cuba, Nicarágua, Venezuela e Bolívia, outra que se empenhava apenas em atenuar os efeitos devastadores do projeto neoliberal, como Brasil, Argentina, Uruguai, El Salvador e a terceira que mantinha intocado o paradigma neoliberal, como México, Colômbia, Peru, Chile.

Desde 2011, e progressivamente até 2016, uma nova ofensiva imperialista buscou inviabilizar as propostas revolucionárias ou reformistas com estratégias de guerra híbrida: investimentos pesados em candidaturas presidenciais afinadas, golpes de Estado institucionais,

cercos econômicos e indução de movimentos de rebelião armada ou não. Cuba, sempre acuada, continua na sua resistência heroica, a Venezuela também resiste, a Bolívia, vitimada por um golpe institucional, retomou a sua rota, ainda que com alguns recuos.

A ofensiva neoliberal obteve ganhos no Uruguai, Equador, El Salvador, Argentina, Brasil. Recentemente Argentina e México entram na segunda vertente acima anunciada e neste ano de 2021, pudemos assistir a espetacular vitória popular na Assembleia Constituinte no Chile e a vitória da esquerda para a presidência do Peru, além da revolta popular na Colômbia, com resultados ainda muito incertos.

Certo que a tragédia maior foi a que atingiu o Brasil na sequência da deposição do governo do PT, em 2016, e que tem se agravado desde então. A resistência popular começa a crescer ainda em meio a pandemia do coronavírus, mas por ora é muito insuficiente.

De todo modo, o que se percebe é a grande instabilidade das formas de dominação de classe. Há uma oscilação entre formas neoliberais selvagens -- que na verdade são apenas o saque organizado das riquezas do país e exploração descabida dos trabalhadores -- e formas que procuram atenuar a barbárie já instaurada. Assim fica muito difícil conceber a presença de uma hegemonia burguesa, hegemonia de uma classe que dirige a vida civil. Essa fase se assemelha mais a uma crise orgânica global do capitalismo, quando a hegemonia se deteriora e fica resumida a dominação.

Sabe-se que os intelectuais cumprem papel importantíssimo na construção e exercício da hegemonia, em particular os que organizam o processo produtivo. Mas é a escola, a educação, a Universidade que formam intelectuais para a ciência e para a cultura, para

administração da produção e do Estado. O desdém e o desleixo com a educação predominaram no Brasil em todos os tempos. Em alguns momentos essa questão ganhou mais, sempre associadas a crises políticas e a movimentos de democratização, como nos estertores da monarquia, nos estertores da Primeira República e nos anos críticos da revolução burguesa, entre 1928 e 1935, no começo dos anos 60, depois de novo nos anos 80. Mas como em nenhum desses momentos a democracia conseguiu se instaurar, a educação seguiu sua sina de ser coisa pouca para os interesses de uma burguesia míope e covarde. A luta pela escola fundamental universalizada, pública, de qualidade persiste até hoje com pouquíssimos ganhos. Da mesma maneira, a luta pela Universidade pública, de qualidade, com amplo acesso também persiste. Em ambas as dimensões, porém, na corrida contra a privatização e o privatismo tem-se perdido terreno. O projeto é o de privatização do ensino e da saúde, que ficarão sob domínio de grandes empresas nacionais e internacionais. Essa é a fórmula para que se impeça a produção de cultura, ciência e tecnologia segundo uma perspectiva nacional popular. Pelo contrário, é a fórmula para diluir o povo/nação que vinha se formando mesmo com os limites impostos pela via do desenvolvimento capitalista ao modo de uma revolução passiva.

O Brasil que se desenha estará fincado na agroindústria, na exportação de bens agrícolas, florestais e de minérios, na adoção de tecnologia de informação e comunicação produzidas no exterior para fins produtivos, técnico-educativos, de segurança e de consumo. Isso só pode resultar na mais grave devastação social e ambiental, que pressupõe, antes que tudo, o esmagamento das forças produtivas do trabalho, a pulverização

das classes subalternas, induzidas a guerra civil pela sobrevivência.

É um projeto de barbarização do país. O inacreditável é que isso tem o consenso de setores amplos da classe dominante e de setores da pequena burguesia. Qual é a vantagem que eles observam nisso? O esmagamento das classes subalternas e a pretensa preservação de seus privilégios.

As classes subalternas estão esmagadas, porque não tem os seus intelectuais organizados de uma maneira numerosíssima e sólida. Evidente que existem organizações, que surgem organismos quase que espontâneos de resistência à barbárie, de defesa da saúde, do ambiente, da educação, que são esses elementos positivos que a pandemia está gera para que a resistência possa aumentar e possa vir a ser maior do que a avalanche destrutiva do capital às voltas com sua crise.

Nesse contexto, a luta para preservar a escola, a Universidade como espaço de sociabilidade, de convivência, de criatividade artística, científica, tecnológica, com um número grande de professores para que esteja presente uma massa crítica suficiente para garantir o desenvolvimento coletivo de intelectuais, de cientistas que se formam. Esse é um elemento constitutivo necessário para que se crie as condições pela revolução democrática que nunca tivemos, para criar os elementos de uma grande reforma moral e intelectual que construa uma hegemonia daquelas que hoje são classes subalternas. Isso só será possível com organização, com estudo, com disciplina, com envolvimento, com a elaboração da democracia da vida cotidiana, como invocava Lukács.

[DEBATE]

Ana Lole: Uma das perguntas diz assim: por que no cenário educacional a implantação das escolas militares está sendo colocada como sinônimo de qualidade? Essa é uma realidade de Macapá. Outra questão é: mediante aos fatos expostos, qual o cenário arquitetado para a educação na hegemonia do capitalismo? A terceira questão é: o regime lulo-petista atuou com base no princípio gramsciano de Estado ampliado, entre aspas, ou, pelo contrário, foi cooptado pela institucionalidade estatal hegemônica pela oligarquia financeira? E há mais uma pergunta voltada mais para o professor Giovanni Semeraro, que seria assim: as escolas organizadas pelos movimentos sociais poderiam ser germes da escola unitária de Gramsci?

Giovanni Semeraro: Eu vou começar pela última. “As escolas organizadas pelos movimentos sociais poderiam ser germes da escola unitária de Gramsci?” Na minha fala, mencionei que Gramsci insiste, repetidamente e principalmente no Caderno 12, que a formação de uma pessoa não pode se limitar aos muros da escola convencional. Ele fala isso repetidamente. Tanto é verdade que no próprio Caderno 12, depois de ele tratar do intelectual orgânico e dos critérios que precisa utilizar para definir a natureza do intelectual, que não é um ser independente, avulso da realidade, nem outro, mas ele é inevitavelmente vinculado ao seu grupo e à posição de classe; depois de tratar também de outra categoria que

principalmente na época de Gramsci era bastante difusa, intelectual tradicional, ele entra a descrever a formação que acontece no partido, que é uma formação muito mais rica, muito mais democrática, que nos organismos instituídos publicamente. Se a escola pública tem um controle da classe dominante, a escola de partido, composta não apenas por trabalhadores, operários, também das classes subalternas, pode encontrar um meio para poder interagir democraticamente, estudar coletivamente, se educar coletivamente e, principalmente, ter a liberdade de analisar as contradições que existem na sociedade e ter uma formação política.

Quero lembrar vocês que, no terceiro parágrafo do Caderno 12, Gramsci termina exatamente com aquela famosa expressão que, para mim, qualifica o princípio educativo em Gramsci: a escola unitária ou a escola integral deveria preparar intelectuais, todos como intelectuais, e preparar cada um como dirigente. Ele escreve isso de uma forma que parece uma fórmula matemática entre parênteses: especialista + político.

Quer dizer, a formação efetiva de cada cidadão é o seu direito, é a formação não apenas para a qualificação ao trabalho, mas principalmente para ele se tornar um sujeito ativamente político. Isso forma dirigentes.

Não esquecer que, em Gramsci, a palavra dirigente é sinônimo de hegemonia. Está sempre acoplada, ou, melhor, frequentemente acoplada com o conceito de hegemonia. Há uma simbiose entre esses dois conceitos, de dirigente e hegemonia. Significa preparar a todos, a cada um de nós como dirigente, como autônomo e, portanto, capaz de ser um protagonista não apenas no campo da produção, mas também da política para poder aprender a se educar coletivamente e dirigir a sociedade

democraticamente. Onde isso mais acontece, em geral? Gramsci diz, na época, acontecia mais no partido.

Sabe-se que Gramsci organizou vários cursos, inclusive escreveu apostilas e vários cursos de formação, e hoje não são poucos os movimentos sociais populares que se dedicam a esse tipo de formação. Na minha opinião, é necessário lutar para uma escola pública, democrática, de qualidade, dotadas dos meios mais avançados, socializadora e formadora de gente crítica, criativa e interligada com a realidade do planeta e do próprio país, que seja cada vez mais, apropriada pelas classes populares. Ao lado disso, acho fundamental que muitos movimentos populares organizem cursos de formação que realmente preparam gente para se tornar um cidadão efetivo, um protagonista social e político consciente, responsável, organizado para enfrentar as contradições e transformar a sociedade.

Nesse ponto, eu creio que se deve cada vez mais conhecer, se aproximar, investir, principalmente nos cursos de extensão no interior dos movimentos populares, para que isso venha a acontecer.

Vou fazer um rápido comentário sobre a pergunta em torno do regime lulo-petista, se atuou com base no princípio gramsciano de Estado ampliado ou, pelo contrário, foi cooptado pela institucionalidade estatal hegemônica pela oligarquia financeira. — Sim e não.

Com todas as críticas que se podem fazer ao PT, e quem me conhece sabe que logo, desde o início, eu me levantei contra os rumos que o PT estava começando a pegar, principalmente com a conquista do governo central e, também, de muitas prefeituras e regiões; com todas as críticas, limitações e contradições que o PT teve na sua condição, não se pode negar que ele abriu, expandiu o acesso à universidade. Isso é um mérito, como

tantos outros méritos. Ele conseguiu quebrar o monopólio da oligarquia financeira? Não. Ainda não. Quer dizer, se avançou, não apenas na universidade, mas principalmente pelo fato de que ele não teve coragem ou condições de enfrentar as reformas estruturais de fundo que o Brasil precisava para quebrar a espinha dorsal da dominação do capital financeiro nacional e internacional. Isso não chegou. Eu acho que ele se iludiu que era possível uma pactuação ou a assim chamada conciliação ou convivência; achava que seria possível a conquista de uma democracia progressiva.

A categoria democracia progressiva foi elaborada pelo italiano Palmiro Togliatti e introduzida no Brasil por Carlos Nelson Coutinho, que foi adepto desta concepção. Embora evidentemente tenha o seu mérito e em algumas circunstâncias a progressividade da democracia é necessária, não é possível ter a hegemonia no campo educacional sem ter a hegemonia no campo econômico e no campo institucional. Penso que embora tenha sido grande o esforço e o mérito do PT, principalmente no Ministério da Educação, com tantas boas iniciativas por ele apoiadas e/ou favorecidas, mas a hegemonia sem uma materialização e uma conquista do Estado no seu conjunto, sem a conquista de uma nação, não é realmente livre e soberana. Isso infelizmente não aconteceu. Tanto é verdade que, por exemplo, o governo à época não mexeu, entre outras coisas, com a estrutura militar que caracterizou e caracteriza profundamente a história do Brasil.

Grande parte da responsabilidade dos golpes contemporâneos nasce certamente desse ninho. Não teve coragem de mexer com isso e se paga depois a conta. Nós temos agora a revanche, infelizmente, dos militares e a volta deles. Nós estamos em plena ditadura, na minha

opinião. Cada um tem a sua leitura. Governo nenhum na história do Brasil teve tantos militares. Ontem, se não me engano, foi até confirmado o Pazuello como mais um ministro, oficialmente, em um setor estratégico, nevrálgico, que é a saúde. Tem uma ocupação. Está acontecendo uma estratégia de ocupação do território nacional, das instituições, que o PT não conseguiu transformar na época. Então nós estamos voltando a uma das piores ditaduras. Já foi comentado aqui nas intervenções anteriores e temos agora, sem pessimismo e sem cair em depressão, uma imensa tarefa de recuperar o trabalho feito em parte, mas levá-lo adiante, aprofundar e não ter medo de apresentar posições, de fato, que sejam efetivamente transformadoras e de superação da estrutura atual. Eu me limito a fazer essas considerações. Não quero tomar muito tempo. Gostaria também de comentar alguma coisa sobre escolas militares e também a educação no capitalismo, mas já várias considerações foram feitas. Muito obrigado.

Gilberto Calil: Antes de mais nada, quero assim registrar a enorme satisfação com o conjunto das falas. Eu penso que tivemos uma mesa muito produtiva. Eu comecei minha fala reclamando, entre aspas, da complexidade das questões demandadas pelo título e a partir disso vale mencionar que não se pode pretender buscar respostas simples - no sentido negativo de simplórias -, para questões que são difíceis. E se, de fato, nós não temos respostas simples, é porque a realidade é complexa e por isso esse debate nesse formato, com diferentes posições, acho que foi muito positivo ter já na mesa de abertura ontem se expressando divergências de leitura. Antes de qualquer coisa, desconfiar de qualquer fórmula simples que diga, é assim, faz isso e pronto. E

vemos isso muito. Vemos isso muito não apenas no campo da direita. Há toda uma mídia - aspas - "contra hegemônica", e aspas porque ela efetivamente não é, que produz coisas que no limite são quase "fake news de esquerda", e esquerda aqui também colocaria entre aspas. Acho que não é esta a forma de disputar a hegemonia. Mesmo no campo da esquerda revolucionária, da esquerda que é crítica à experiência petista, muitas vezes temos isto. Então, uma coisa é nós termos uma preocupação didática em nos fazermos compreender. Eu sempre tento ser didático, nem sempre com sucesso, mas eu acho que essa é uma exigência que se coloca a cada um de nós, que a gente consiga se colocar de uma forma a ser compreendido. Outra coisa é apresentar como simples processos que são complexos. Eu acho que observando o debate, os comentários, eu penso que é fundamental partir desse registro.

Quando eu mencionei lá, por exemplo, a teoria da "guerra híbrida", um dos pontos do meu incômodo com isso é que você tem uma fórmula que aplica em qualquer realidade, e o aplicar em qualquer realidade dispensa de pensar. No mesmo dia que chegou no Brasil notícias sobre que se passava algo na Bielorrússia, a aplicação da fórmula já se deu e batem o martelo: "é uma revolução colorida", é mais um evento produzido pela lógica da guerra híbrida. Mas qual é a estrutura de classes por trás daquele conflito? Quais são os grupos que estão atuando? Que processo está colocado? Tem uma complexidade que é muito maior, e eu não estou nem entrando no mérito aqui, inclusive porque é complexo, não tem uma resposta simples, que não pode ser enfrentada através da aplicação de uma fórmula. Adotar uma teoria da conspiração é uma coisa completamente diferente e contraproducente, que não pode ser confun-

dida com o necessário reconhecimento de que os imperialismos têm processos de infiltração, de organização, de atuação em gigantescos campos. E, algo importante, isto vale não apenas o imperialismo dos Estados Unidos, mas também o britânico, também o francês, o alemão, e, por que não, também o russo e o chinês. Os grandes imperialismos têm essas formas, são expressões do capital altamente concentrado que buscam sua expansão máxima, e é importante compreender como eles atuam, como que se disseminam, como fazem valer os seus interesses e muitas outras questões. Mas não de uma forma de aplicação mecânica.

Queria fazer uma referência muito pontual a algo que não foi destacado aqui, mas que eu vi nos comentários, porque isso reaparece em muitas situações. Eu comecei a falar mencionando, entre outras coisas, a greve dos correios e vi que houve comentário lá dizendo "mas eles apoiavam Bolsonaro". Precisa, do meu ponto de vista, compreender que a classe trabalhadora concreta em seu conjunto, que é muito mais amplo do que apenas os assalariados, o conjunto da classe trabalhadora, é absolutamente contraditório, é muitas vezes hegemoniizada por visões empreendedoristas, individualistas, meritocráticas. Portanto, se formos considerar como sendo inimigo quem tomou determinadas atitudes em algum momento, estamos renunciando a transformar a situação. Esta demonização, do meu ponto de vista, é uma construção petista, que incansavelmente reproduz a cena de um pequeno grupo de trabalhadores dos Correios queimando uma bandeira do PT e disto deriva um suposto apoio do conjunto dos trabalhadores do correio a Bolsonaro, em uma generalização que não apenas é indevida, mas constitui um grande erro político. Há muitos outros exemplos análogos, nos quais a partir de

algum episódio passado, conclui-se que agora que são atacados não há nada mais a dizer a não ser "bem-feito, votaram no Bolsonaro, agora aguentem". Com isso, estamos renunciando à disputa da hegemonia. Não temos uma classe trabalhadora abstrata, teoricamente construída, na forma como gostaríamos que ela fosse. Temos uma classe trabalhadora concreta e que para que possamos disputá-la, para que possamos afirmar um projeto, precisamos, sim, lidar com as suas contradições, contradições que se expressam em todos os movimentos. Então, 2013 tem contradições, os diferentes processos têm contradições, mas é nelas que se constrói a luta de classes, não fora delas, não em uma perspectiva de alguém que diz "tem que ser assim, o modelo é esse". Acho que para pensar as questões é fundamental esse ponto de partida.

Eu vou fazer duas menções, tentando abordar um pouco essas questões relativas à educação, ao ensino, à hegemonia, à universidade. Primeiro, eu penso que é um problema a gente dizer, desqualificar a universidade com afirmações generalizantes, mais uma vez. "Os professores universitários não se veem como trabalhadores". Uma grande parte não se vê como trabalhadora, mas temos nas universidades um dos maiores sindicatos do país, talvez o maior sindicato classista do país, que tem uma gestão que assume uma de independência de classe, com acertos, equívocos, idas e vindas, mas que se construiu com uma perspectiva de um sindicalismo classista e que tem um projeto de universidade brasileira que se defronta com outros, com recursos muito desiguais em relação a outros, mas isso é absolutamente importante. Jogar isso tudo no lixo implica renunciar à compreensão da complexidade do real. Agora, evidentemente, se considerarmos a própria condição internacionalmente subor-

dinada da classe dominante brasileira, com suas implicações para o sentido da nacionalidade brasileira concretamente constituída, não é de espantar que também no interior das universidades se expressam com muita força interesses privatistas, relações e objetivos muito distantes da perspectiva de construção do conhecimento visando as necessidades da classe trabalhadora brasileira. Mas aí, voltando para Gramsci, isto é marcante na constituição da educação sob o capitalismo, e, mais ainda, ele é particularmente crítico com relação à universidade. Quando Gramsci pensa a educação popular, ele está pensando essencialmente fora da instituição educacional estatal. É claro que as posições comprometidas com os trabalhadores que nós temos constituídas no interior das universidades e a atuação dos grupos de pesquisa críticos têm uma importância muito grande, inclusive para disseminar dentro e fora. Ter os dois pés dentro da universidade significa estar preso a essa lógica, mas ter um pé dentro e um pé fora é absolutamente relevante do ponto de vista de disseminar, construir iniciativas de educação popular, iniciativas de uma perspectiva de organização no sentido mais amplo do que o Gramsci coloca como sendo o papel dos intelectuais.

No evento passado eu estive participando para discutir a concepção de educação popular em Mariátegui. Eu penso ele produziu uma reflexão absolutamente extraordinária, riquíssima, que nos diz muito sobre a nossa realidade e que é absolutamente compatível com as questões que o Gramsci coloca. Pensar a educação popular significa pensar a nossa autonomia, a autonomia de classe, a autonomia dos sindicatos que o constituem, das organizações sociais que o constituem, a sua absoluta autonomia pensada no sentido de classe. Não é

autonomia genericamente. A Virgínia Fontes também faz essa crítica. Não é autonomia em relação aos partidos essencialmente, é uma autonomia enquanto classe. Aí, a partir disso, a construção desse projeto. Por último, a questão do Partido dos Trabalhadores, eu penso que precisamos compreender a historicidade em diferentes momentos para não fazer projeções anacrônicas. O partido que se constitui no final dos anos 1970 não é o partido que entra no governo em 2003. Confundir essas coisas, como se tudo que o PT se tornou já estivesse pré-estabelecido em seus primórdios, é um equívoco. Uma coisa é afirmar que as contradições presentes desde o início facilitaram um processo de burocratização e favoreceram o *transformismo*. Outra bem diferente é endossar afirmações simplificadores do tipo "*foi o Golbery que inventou o PT*", que retiram toda a complexidade do processo real. Eu recomendo muito enfaticamente o livro do Eurelino Coelho, ³⁹*Uma esquerda para o capital*, que consegue recuperar o processo da transformação do PT, como que opera o transformismo, e para compreender a transformação é preciso entender que mesmo os grupos mais moderados do PT tinham um elemento em comum nos anos 80, que era defesa da autonomia de classe dos trabalhadores. Não eram revolucionários, evidentemente que não, mas tinham uma perspectiva de autonomia de classe que se perde por um processo muito efetivo de transformismo no final dos anos 80. E o PT dos anos 90 é um PT em acelerado processo de adaptação. A queda do Muro de Berlim, derrocada da União Soviética, a instrumentalização do pensamento do Gramsci em uma visão absolutamente rasa e reformista, também incidem

³⁹ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã, 2013.

nisso. Tem um conjunto de elementos que explica esse processo. A chamada crise do marxismo, que o Coelho diz que, na verdade, era uma crise dos marxistas e da debilidade da sua própria formação, que fazem com que mesmo aqueles que não reivindicavam a experiência do Leste Europeu fossem muito impactados, inclusive, a ponto de romper com o marxismo pela queda do muro. Então tem um conjunto de processos que é importante pensar, mas sobretudo: uma coisa é o PT que se constitui e se desenvolve nos anos 80, uma coisa é o PT dos anos 90, que tem um processo progressivo e acelerado de adaptação à outra lógica. E outra coisa ainda é o partido que a partir de 2003 gere o Estado na lógica da colaboração de classes e do grande capital, que efetivamente é isso que faz, ainda que com políticas assistencialistas focalizadas e compensatórias, que estão em oposição à lógica da universalização dos direitos. É justamente isso que permite que o Bolsonaro se aproprie desses programas, mude. E vemos alguns dizendo "ele está roubando a ideia do PT", mas se ele está roubando a ideia do PT, para além dos objetivos eleitoreiros, é porque tinha um problema com ela, é porque não estava concebida de forma a impulsionar a organização e consciência dos trabalhadores. Evidentemente que tinha um problema com ela. Por exemplo, o Minha Casa Minha Vida era um programa constituído na lógica empresarial e na perspectiva assistencialista focalizada. Então, não tem nenhum problema que governos de direita, liberais ou mesmo fascistas mudem um rótulo, mudem a designação e se apropriem, porque o fundamento daquilo não estabelece a lógica do direito social e universal e menos ainda favorece a organização dos trabalhadores. Eu acho que essa distinção é também fundamental, mas sobretudo pensar historicamente os diferentes momentos

e ter o máximo cuidado para não produzir anacronismos, porque estes anacronismos nos colocam de uma forma superficial.

A tendência a pensar 2013 como marco inicial do avanço da direita que desemboca no bolsonarismo constitui um equívoco gigantesco, porque, entre outras coisas, ignora o levante de Girau em 2011, uma verdadeira insurreição de trabalhadores que expressa já um profundo esgotamento da perspectiva conciliatória. Não pode responsabilizar o esquerdismo, entre aspas, ou qualquer grupo específico de esquerda pelo levante de Girau. Foi um ato de desespero de trabalhadores que já expressavam a crescente insatisfação que se colocava naquele momento. Em 2012 tivemos uma expressiva proliferação de greves. É claro que a gente não pode dissociar essas coisas. Outra coisa é a gente compreender e reconhecer como que o conjunto de instrumentos da classe dominante conseguiu, ao menos em parte, direcionar aquilo a profunda insatisfação social que explodiu em 2013 para um caminho que não colocava em risco a ordem vigente. Nesse sentido, conseguiu transformar um movimento que era essencialmente organizado em torno da defesa de direitos sociais dos trabalhadores em uma mobilização polimorfa e policlassista, onde junto às reivindicações originais, se expressavam também consignas abstratamente anticorrupção e pretensamente nacionalistas.

Marcos Del Roio: Importante esclarecer que nos escritos de Gramsci as categorias teóricas são móveis, seguem um ritmo. Por exemplo, a sociedade civil. Em geral, quando Gramsci fala de sociedade civil, se refere a sociedade civil burguesa. Mas o que há de se fazer não é disputar a sociedade civil burguesa: é construir outra

sociedade civil, fundada em outros princípios do trabalho coletivo, da solidariedade, da comunidade, quer dizer, com outros valores morais e intelectuais. Então, é um conflito, digamos assim, de alternativas de organização social e significa que essa sociedade civil em possível construção tem que configurar como Estado. Mas também há que se lembrar que a separação Estado e sociedade civil é apenas metodológica. O que há é um bloco histórico, uma totalidade social. Ao fim, essa sociedade civil do trabalho deve subsumir o Estado entendido como força coercitiva e disciplinadora externa da vida social.

Com o Estado Novo, Getúlio Vargas consolidou a via da revolução passiva naqueles limites definidos intelectualmente pelos pensadores autoritários. Penso sempre em Oliveira Viana, que é o grande maestro dessa orientação, mas também em Gilberto Freire. É evidente que o Estado brasileiro, como força coercitiva e como força indutora da industrialização, esteve sempre presente, mas foi também a força que submeteu a classe operária, tendo em vista o fim da sua autonomia de classe é o seu disciplinamento segundo os interesses do capital. Foi uma tentativa hegemônica, apenas parcialmente bem-sucedida. O fato é que essa revolução passiva no Brasil, entendida como um processo longo, de fim dos anos 1920 até o momento de eclosão do movimento operário no ABC paulista, mas não só, os trabalhadores rurais em Pernambuco, que foi coetâneo, é um processo que alterna momentos de autoritarismo explícito, com o Estado Novo e a ditadura militar, e outros que são parcialmente liberais e relativamente democráticos, como o período 1945-1964. Na verdade, há uma oscilação entre o corporativismo, que lembra muito o fascismo, e o liberalismo. A ideia de corporativismo servia para disci-

plinar a classe operária, porque o campesinato nem nisso estava metido, e para as classes dominantes o liberalismo sempre valeu. Nunca houve corporativismo imposto a setores das classes dominantes. Para a classe dominante, o liberalismo que é a sua ideologia constitutiva sempre valeu. Para os intelectuais liberais, com perspectiva democrática, democrática no senso liberal, evidentemente, o fim dos anos 1970 pareciam ser a hora da hegemonia burguesa. Até aquele momento, o americanismo não havia encontrado passagem. Quando no fim dos anos 70 a própria burguesia brasileira se sente forte para declarar que "não precisamos mais da ditadura militar porque nós temos a hegemonia na vida social". No entanto, esse é o momento que tem início a crise estrutural do capitalismo global e a imposição e difusão do neoliberalismo, o que bloqueou a possibilidade da democracia liberal como forma da hegemonia burguesa. Aqui aparece novamente a questão sobre a existência da hegemonia, de qual hegemonia. A democracia só parece existir para a própria burguesia, assim que sal hegemonia só pode ser débil e parcial.

Nesses últimos 30 anos, se observa um processo de destruição dos pouquíssimos direitos sociais que existem na Constituição, que inclui de uma maneira acintosa educação e saúde, particularmente nos últimos anos. Depois do golpe institucional, isso ficou escandaloso e mais ainda com a eclosão da pandemia do coronavírus. Daí podemos falar claramente em genocídio. Nota-se o intento de destruição do SUS, o desinvestimento completo na educação, a tentativa de cercear as universidades e, por outro lado, há a intenção -- que na prática parece que está indo bem -- de militarização da vida social. Aí que entra a ideia da escola militarizada. Por que ela é vista como qualidade? Porque os alunos

serão vistos como soldados, ou seja, eles terão uma disciplina imposta de tipo militar e uma hierarquia muito clara, o que na escola pública deixou de existir. Hoje os meninos e meninas não gostam da escola, destroem a escola, quebram vidro, no limite agredem professor. Claro que não se identificam com a escola. Sabida a importância da escola na reprodução da hegemonia e essa situação é também um indicio de dificuldades da própria burguesia. De nossa parte, a luta é fazer uma escola pública minimamente acolhedora, mas não é fácil, pois há muitas mudanças técnicas e culturais envolvidas nisso. Se a universidade e a escola pública são feitas para formatar trabalhadores para o capital, e isso é verdade, não significa que não devemos lutar dentro dela. A experiência das escolas populares é uma experiência daquilo que eu chamava antes de sociedade civil criada pelas classes subalternas.

No Governo Lula a correlação de força entre as de classes já era desfavorável, mas a burguesia encontrava-se dividida em seus interesses e entendeu convocar uma liderança externa ao seu meio para coordenar as diferenças, numa manobra cesarista que não poderia dispensar o Congresso. A tarefa do Lula era unificar as classes dominantes debaixo do guarda-chuva do capital financeiro. Era essa a tarefa. Essa foi feita. Ampliou também muito o consenso, ainda que apenas momentaneamente do ponto de vista histórico, para as camadas médias e para o setor da aristocracia operária. A massa dos trabalhadores continuou de fora, contemplada apenas com as chamadas “políticas públicas” de “ações afirmativas”. O que se viu foi a impossibilidade ou a falta de vontade, ou a falta de formação ideológica para difundir políticas universais, ou seja, os direitos universais. Nada foi feito em termos de reforma agrária,

nada foi feito para se organizar / educar as classes subalternas. O PT não poderia mesmo fazer isso pois sempre foi um partido americanista liberal democrata ou, se quisermos, uma variante tardia da socialdemocracia. Serviu enquanto o ciclo curto de acumulação esteve favorável.

A ofensiva imperialista desencadeada em 2011 alcançou também o Brasil. As manifestações de 2013 reivindicavam ampliação de direitos quando a ordem era de restrição. O processo do golpe começou já no final dessa onda quando organizações fascistas e de direita liberal saíram dos bueiros.

Os governos do PT empenhados na “governabilidade” ao não educar / organizar as massas deixaram-nas despreparadas para resistir ao golpe em andamento. Os sindicatos, os partidos, os movimentos não conseguiram contrapor a mobilização da pequena burguesia, estimulada e organizada pela intelectualidade alocada nos meios de comunicação de massa. A debilidade da direção política ideológica do movimento popular se mostrou em toda luz.

Essa debilidade continua ainda. As massas populares, em grande número ainda se identificam em Lula e no PT, sem se darem conta ser essa apenas algo como uma “esquerda burguesa”. Outro problema que se ampliou desde os governos petistas é a difusão de concepções próprias da esquerda nos Estados Unidos, que pode ser definida como pós-moderna, ligadas a questão das identidades de grupos. O “identitarismo”, como é próprio do pós-modernismo, tende a encobrir, quando não negar, a contradição fundamental da vida social, que é aquela que antagoniza capital e trabalho, que a questão política basilar é a unificação das classes subalternas e a configuração de outra sociedade civil,

antagônica a sociedade civil burguesa. Nessa luta pela unificação das classes subalternas devem estar compreendidas em particular as mulheres, que já são maioria e a parte mais explorada de entre os trabalhadores. Como nessa perspectiva se trava ao mesmo tempo a luta pela reforma intelectual e moral, que inclui o combate contra a patriarcado, contra o racismo, contra a discriminação e opressão dos corpos e sexualidades transgênero. Mas o fundamento de todas essas lutas encontra-se na necessária mudança na forma de produzir a vida social, de alterar as relações sociais em profundidade, até para que a destruição da natureza seja cessada e revertida.

Ana Lole: Temos mais quatro perguntas. A primeira diz assim: Gostaria de ouvir a visão de vocês sobre empreendedorismo na universidade. Seria mais uma forma de ofensiva ideológica? A segunda questiona: quais são os principais aparelhos privados de hegemonia que atuam sobre as políticas direcionadas à educação superior? A terceira é: quem são os intelectuais orgânicos ligados diretamente a Bolsonaro? E a quarta que diz assim: "é uma pergunta angustiada, com ingenuidade e desesperançada: que estratégias temos no campo das esquerdas, tão fragmentadas e em constante disputas, nesse contexto tão bem analisado pelo Gilberto Calil?".

Gilberto Calil: Então, duas questões excelentes. Duas, eu digo, porque eu agrupo. Acho que as três primeiras têm uma relação próxima. Começaria com a questão do empreendedorismo nas universidades, que tem um papel absolutamente gigantesco. Aqui, mais uma vez, é necessário fazer uma referência, que é a seguinte: há um legado dos governos petistas da forma de gestão,

da forma de concepção da decorrência dessa perspectiva de contentar a todos, e o governo petista deixa, entre muitos outros legados, o impulsionamento do empreendedorismo de uma vinculação das escolas com as empresas. Foi nos governos petistas que se aprovou a Lei de Inovação Tecnológica, que estabelecia um marco jurídico e dava um conjunto de estímulos para que a universidade se vinculasse e se subordinasse aos interesses do setor privado. Tem a ver com a lógica de uma universidade operacional, de uma universidade que, aspas, se autossustente, obtendo recursos, e isto implica em que não vai ter recursos públicos, não vai ter investimento público, mas as grandes empresas podem construir e equipar os seus laboratórios e direcionar a pesquisa para isso. O que essa lei faz é possibilitar que, inclusive, aqueles dentro da universidade que se disponham a fazer isso sejam recompensados, seja indiretamente, com bolsas, com recursos, com produtos, seja, inclusive, diretamente com acréscimos de ganhos. Portanto, há a construção de um ambiente favorável à subordinação das universidades à lógica empresarial. Poderia ampliar muito mais. Se a gente pensar em uma medida em que há um legado mais positivo dos governos petistas, como a ampliação do sistema, com a criação de novas universidades e ampliação de vagas, ainda assim, há grandes contradições. Qual é o custo disso e qual é a opção pela qual isso se deu? Isso se deu paralelo à constituição do Prouni, Programa Universidade para Todos, que como o Roberto Leher muitas vezes destacou e demonstrou, não era nem universidade (era faculdade), e era nem para todos, e, na maior parte das vezes, sequer com bolsa integral. O conjunto de recursos que foi redirecionado ao setor privado, se tivesse sido destinado à ampliação do setor público, poderia ter se dado não em

uma lógica precarizadora, que foi a lógica colocada em prática pelo Reuni, mas em uma lógica de ampliação efetiva propiciando as mesmas condições das universidades já existentes, criando novas universidades com as mesmas garantias. O Reuni, ao contrário, permitiu a imposição de um conjunto de formas degradantes, fragmentadoras, debilitadoras das condições de trabalho e de funcionamento das universidades.

Os aparelhos privados de hegemonia atuam de forma sistemática e são muitos. Eu nem teria como reconstituir isso aqui. Isso passa desde formas mais vinculadas a empresas e interesses econômicos específicos e nessa forma de construção de laboratórios, até perspectivas mais amplas, no sentido de disseminar uma determinada visão. E a questão dos intelectuais orgânicos do Bolsonarismo, que é uma questão fundamental. O pressuposto básico, lembrando, é que intelectual para Gramsci não é o cara que fala difícil, não é o cara erudito, que ostenta título. É o cara que cumpre qualquer função organizativa e importante para aquele projeto em curso. Se a gente pensar isso e pensar que uma função organizativa fundamental do bolsonarismo é a disseminação de *fake news*, é a operação dos robôs, a gente pode dizer que o Carluxo, ou seja lá quem está à frente do gabinete do ódio, é um intelectual orgânico. Por mais que ele contrarie radicalmente qualquer cristalizada do que seja um intelectual. Intelectual em Gramsci é aquele que é organizador dentro daquele projeto. O que o projeto fascista precisa em termos de organização é radicalmente distinto do que nós precisamos, então é claro que os intelectuais orgânicos deles vão ter outra característica e outra função. Ainda que haja um sujeito que não consegue elaborar uma única frase sem proferir um palavrão, que é o Olavo de Carvalho, ele cumpre uma

função organizativa, ele cumpre uma função, inclusive, formativa dentro da perspectiva fascizante. Então, os intelectuais orgânicos, a gente não precisa procurá-los na academia, nas universidades, porque não é esse o espaço. Dentro desse espaço, o que Bolsonaro tem são pessoas que se sujeitam e se subordinam a serem interventores para destruir a universidade. Isso infelizmente temos, e não são poucos. Mas o intelectual orgânico no sentido gramsciano é sobretudo este que opera as redes do esgoto bolsonarista. Aí não dá para pensarmos "de onde surge o Olavo e como ele se dissemina?". O Olavo, em 2005, quando ele é demitido do Globo, da rede de jornais para a qual ele escrevia e ele vai para os Estados Unidos. E foi como articulista correspondente - que escrevia semanalmente artigos para o *Jornal do Comércio*, da Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACESP), o que permitia a ele falar diretamente com a pequena burguesia, justamente com essa fração de classe que é base e substrato do fascismo. Mas quem dirigia a Associação Comercial de São Paulo e que garantiu ao Olavo suas condições de projeção e disseminação? Foi Guilherme Afif Domingos, que hoje está no governo Bolsonaro, mas que chegou a ser ministro nos governos do PT. Ou seja, por dentro da própria rede ampla de alianças dos que estavam no interior do projeto naquele momento se construíam as condições do que depois vai ser o golpe, que como foi bem observado por alguém nos comentários, é um golpe que atinge o governo do PT, mas que não é essencialmente um golpe contra o PT, é essencialmente um golpe contra a classe trabalhadora.

E a questão difícilíssima da estratégia da esquerda, eu não tenho resposta. Eu posso dizer que tem alguns passos que são fundamentais. O primeiro deles é que a gente tem que pensar na lógica da perspectiva de

rearticulação e reconstrução de uma esquerda classista. Eu acho que um dos pontos imprescindíveis para isso é a gente não pensar que haja qualquer organização existente hoje que seja já de forma acabada a esquerda que a gente precisa. A gente está no meio de um processo de reorganização, de reconstrução, e esse processo a gente precisa ter capacidade de ouvir muito, a gente precisa ter uma construção coletiva muito efetiva, e que, portanto, a gente tem muito além do que são as diferentes fundamentais, mas insuficientes, iniciativas e construções com as quais a gente conta hoje: o princípio da efetiva autonomia de classe é um princípio inegociável. Sem este princípio a gente é absolutamente preso à face de todos os processos de captura e, uma vez mais, o transformismo como uma questão fundamental. Em relação ao desafio mais imediato da estratégia de fascistização, eu penso que a gente precisa fundamentalmente ter uma estratégia de defesa e contra-ataque. Para se defender contra às ameaças das liberdades democráticas a gente pode sair à rua com qualquer um. É o que a gente chama de instrumentos de frente única ou de unidade de ação. A gente pode sair à rua com qualquer um, independente do que ele tenha feito no passado ou do que ele queira, mas a gente não pode, enquanto classe trabalhadora, enquanto organizações anticapitalistas, perder em um único milímetro a referência de autonomia. A gente sai junto em uma iniciativa em comum, mas mantendo a nossa autonomia e a capacidade de termos iniciativa própria. A nossa capacidade de autoconstrução, de autopercepção, de reflexão própria não pode se colocar junto a organizações burguesas que a gente sabe de antemão, porque a experiência histórica nos mostra, que não são e não serão consequentes com a luta antifascista. Então é necessária

uma estratégia de contra-ataque que entenda que a gente precisa afirmar o outro projeto, e esse outro projeto precisa colocar na ordem do dia a superação do capitalismo, uma vez que o capitalismo como um todo e muito mais ainda onde nos situamos, na periferia do capitalismo, há uma completa e absoluta inviabilidade de um projeto nacional de desenvolvimento, ou seja lá como a gente chame no jargão histórico da esquerda. Desfazer ilusões, entender que isso não é possível, entender as dificuldades com que a gente se depara, pode, em um primeiro momento, gerar angústia e desespero, mas é condição para que a gente construa a superação dessa situação. São mais dúvidas e incertezas do que uma receita pronta, mas a partir dessas dúvidas eu acho que a gente tem alguns indicativos de erros que foram cometidos e que não devem ser repetidos. Então, eu agradeço muito uma vez mais. Fico muito satisfeito com o debate realizado. Parabenizo enormemente. As outras mesas que a gente tem na sequência do evento são muito promissoras. Eu espero que os debates colocados aqui tenham continuidade e tenho certeza de que terão.

Marcos Del Roio: A ideia de empreendedorismo, assim como de empoderamento, de sinergia, de servidores “colaboradores”, compõe a linguagem do pós-modernismo neoliberal no esforço de persuadir e conformar a força de trabalho. É como classe operária, classe trabalhadora não mais existisse, apenas uma massa de “empreendedores” em disputa no mercado, num resgate da utopia liberal. O acaso ou a incompetência pode determinar o fracasso da empreitada. Aqui é que entra a educação, que deve formar técnicos e empreendedores para sobreviver no mercado. Mesmo os professores devem ser técnicos de educação. Essa

operação é amplamente facilitada pelas tecnologias de informação e comunicação.

Esse desenho de mercado de trabalho e de educação para o mercado é projetado por empresas privadas de tecnologia e empresas privadas de educação, com ampla supervisão e benefício do capital financeiro. O escopo é a robotização generalizada, de máquinas e humanos. A produção de ciência e tecnologia fica reduzida (em tendência) a esse fim. Em países periféricos e dependentes como o Brasil, não há necessidade de produção científica e tecnológica expressiva, pois essa é, e assim deve ser, de domínio do capital financeiro imperialista (que inclui empresas brasileiras também), que introduz o que for imperioso a seus fins.

A escola média e a Universidade devem também acompanhar esse caminho. O poder empresarial cresce tanto na ampliação da rede privada, que quase nada produz em termos científicos, com no avanço privatista sobre a Universidade pública / estatal. Bancos e empresas agroindustriais se beneficiam diretamente de acordos com as Universidades. As chamadas parcerias público/privada, mais em geral, invadem as Universidades e condicionam a produção científica. Exercem também pressão ideológica para que se altere os *currículos* dos cursos a fim de que sejam formados profissionais segundo suas necessidades.

Com tudo isso a depreciação da Filosofia, da Literatura, das Ciências Humanas, da Arte, passa a ser a norma. Na verdade, esse campo do saber só será bom se contribuir também na robotização humana em vez de se dedicar a formação humana.

Certo que se trava uma disputa política ideológica acirrada em muitas instancias sobre essas questões: na administração do Estado, nos aparelhos privados de

hegemonia, dentro das Universidades. A Universidade tem resistido, mesmo que fragilizada internamente por contar com amplo setor de professores que se convencem de aspectos do projeto privatista / mercantil. Cortes de verba, de bolsas, de financiamentos debilitam a pesquisa científica e a própria infraestrutura da Universidade, assim como a formação qualificada dos estudantes e professores (não esquecer dos servidores técnicos, imprescindíveis que são).

A disputa, por ora, é entre os que defendem a Universidade pública, laica, democrática, endereçada para a formação humana e para a produção de cultura, ciência, tecnologia segundo os interesses “gerais” do País e outros que querem a Universidade tecnificada e voltada para os interesses exclusivos do mercado (do capital, para melhor dizer).

Na perspectiva das classes subalternas a Universidade teria que ter outra organicidade e outros objetivos, mas na atual correlação de forças a ação que prevalece é defensiva, antes que ser de avanço. A situação é tal que a linhagem de intelectuais autoritários (com baixo padrão cultural) encontra-se alocada na administração pública e exercita forte poder de corrosão contra a cultura, contra a memória e as artes. Tudo que simboliza a luta popular está sob ataque cerrado. Esses intelectuais têm influência apenas pelo poder que exercem graças a sua submissão ao poder, mas contribuem na medida da ignorância de que são portadores para o avanço da barbárie tecnológica. O seu acesso e a sua influência de massa ocorrem por meio das mídias digitais, pela difusão massiva de informação que alimenta a barbárie, ao espalhar mentiras, inventar fatos, atacar o conhecimento científico, ao reforçar uma religiosidade espúria e oportunista.

Enquanto isso podemos observar como a intelectualidade de esquerda marxista cresceu em número e qualidade, mas não tem mostrado capacidade de se vincular às classes subalternas. Certo que são muitas as iniciativas de educação popular e de participação em iniciativas que partem do movimento popular, mas isso não é o bastante para confrontar a direita autoritária, a direita conservadora liberal ou os liberal-democratas.

Mas a debilidade política da esquerda, no fundo, deve-se a uma crise no seio das próprias classes subalternas, mormente da classe operária. As vertentes político-ideológicas que se desdobraram na sequência da revolução russa, mesmo com suas divergências interna e novas cisões, permaneceram ativas até os anos 80 do século passado. A crise e declínio do movimento operário respaldado por sindicatos e partidos socialdemocratas ou comunistas ocorreu com o esgotamento da era de revoluções passivas e início da crise estrutural do capital. No decorrer da fase de crise houve uma mudança morfológica profunda no seio das classes subalternas. A inovação tecnológica acompanhada de novas formas de gerenciamento sobre os trabalhadores tendeu a fragmentar a classe. A difusão da ideologia neoliberal, elemento constitutivo desse movimento aguçou essa tendência. O Estado burguês se reformulou para assumir uma face neoliberal com a privatização das empresas estatais e da esfera pública de intervenção, como educação, saúde, transporte, habitação, previdência.

A derrota das classes subalternas, do movimento operário popular foi dramática, derrota na luta de classes, derrota político ideológica. Isso aconteceu quase por toda parte, mais acentuada no núcleo imperialista e na América Latina.

O PT foi o último rebento sindical e partidário da fase fordista do capitalismo, um rebento social-democrata tardio -- mesmo com a presença de vertentes católicas, comunistas e trotskistas -- que logo se homologou à nova fase. O desafio foi o de manter vivo o movimento popular e ocupar espaços institucionais possíveis, até mesmo o governo federal, mas com o compromisso de não mover um dedo para confrontar a grande propriedade e os bancos.

Assim a esquerda marxista ficou diante do dilema de aderir a essa tática defensiva dentro da ordem neoliberal ou se ver isolada e fragilizada, mas com a tarefa de começar de novo o caminho da recomposição da classe que vive da venda da força de trabalho, de criar ou recriar organizações políticas que se eduquem com as manifestações e movimentos “espontâneos” das classes subalternas, mas que também as organize e eduque para o patamar de força antagônica ao capital e ao Estado burguês.

Com o eventual avanço da luta popular de um lado, e da reflexão marxista sobre a realidade, uma convergência pode vir mais a frente e recompor o vínculo orgânico entre intelectuais e classe ou povo / nação. Não por coincidência é que o esforço para neutralizar essas organizações, mesmo que pequenas e com peso eleitoral minúsculo, seja permanente por parte das camadas dirigentes do Estado. Certo que nesse momento da barbárie, de decaimento da hegemonia burguesa global, o debate político ideológico dentro e entre as organizações é muito acirrado e dificulta as convergências, ainda que o fundamental, que é a criação da frente única das classes subalternas, possa ser um ponto agregativo. O risco sempre presente é a intrusão na esquerda de formulações teóricas e práticas advindas do pós-

modernismo, ao modo da esquerda estadunidense, como as políticas identitárias, que contribuem na fragmentação da classe e não na sua agregação e unificação.

Ana Lole: Para finalizar, temos mais uma pergunta que diz assim: É sabido, a categoria hegemonia surge na obra de Gramsci sobre diferentes aspectos. No que diz respeito à constituição da hegemonia no seio do Estado Integral, ele distingue os *aparelhos hegemônicos* construídos no aparelho estatal (sociedade política) daqueles consolidados no seio da sociedade civil. A esses últimos ele se refere textualmente “vulgarmente denominados de aparelhos *privados* de hegemonia”. Se a denominação aparelho(s) *privado(s)* de hegemonia é vulgar e não se faz qualquer alusão, ainda que linear e mecânica, ao aparelho *público* de hegemonia, por que estudiosos de Gramsci insistem em empregar a categoria vulgar? Será que estão a colocar no mesmo domínio os *aparelhos hegemônicos* tanto da sociedade política quanto da sociedade civil?

Gilberto Calil: Eu lembro que tem uma outra passagem, até ia procurar aqui, mas não ia dar tempo, em que o Gramsci usa o termo aparelhos ditos privados de hegemonia. Eu penso que isso nos dá uma indicação. A leitura que eu tenho vai muito próximo do que o Guido Liguori⁴⁰ coloca quando ele diz que a relação que o Gramsci estabelece entre sociedade política e sociedade civil é de unidade-distinção, ou seja, elas não existem em separado, mas é metodologicamente importante distingui-las. Se isso é verdade, os aparelhos privados são ditos privados porque a sociedade civil, a organização privada

⁴⁰ LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

não é privada no sentido absoluto. Ela é constitutivamente distinta da sociedade política, mas está vinculada a ela. O processo de organização e de disseminação que se constrói na sociedade civil não é imune aos constrangimentos, incentivos que se propagam a partir da sociedade política. Eu entendo os ditos privados ou vulgarmente chamados privados como um alerta desse sentido, de que há uma conexão permanente, de que não se pode absolutizar a sociedade civil como uma instância em separado, que é o que o pensamento liberal faz, mas o que lamentavelmente, muitas vezes, também os intérpretes do Gramsci fazem. Nesse sentido eu concordo. Em um sentido que fosse mais amplo, de tirar disto a consequência de que os aparelhos privados não são privados, no sentido de que não são constituídos por sujeitos no âmbito da sociedade civil, eu veria como um problema, porque eu entendo que um dos núcleos fundamentais do conceito de hegemonia é o conceito de aparelho privado de hegemonia. A hegemonia não se constrói senão a partir da construção e operacionalização dos aparatos privados de hegemonia. Eu indicaria por esse caminho, de pensar a conexão do privado com o público como uma conexão de unidade-distinção, como diz o Liguori.

Marcos Del Roio: Existem aparelhos privados de hegemonia. Os grandes jornais, por exemplo, são aparelhos privados de hegemonia. São até considerados partidos. Marx, em 1848, praticamente diz isso: os jornais são partidos e são aparelhos privados.

Importante também lembrar que em determinado momento, Gramsci fala também em superestrutura da sociedade civil. A sociedade civil, a rigor, é aquilo que Hegel formula e Marx depois chama de infraestrutura.

Então, superestrutura da sociedade civil, em Gramsci, seriam as organizações, os aparelhos privados de hegemonia, os quais difundem a visão de mundo da burguesia. São jornais, editoras, livros, institutos sociais como clubes, associações científicas, escolas. A hegemonia burguesa se configura plenamente ao iniciar-se a época imperialista, quando a pequena burguesia e a aristocracia operária aderem ao nacional liberalismo.

No entanto, também há os aparelhos públicos /estatais de hegemonia. Públicos em termos, que é, digamos, a escola. Nessa discussão é comum que se introduza uma formulação de Althusser sobre os “aparelhos ideológicos de Estado”. A escola pode ser um aparelho privado de hegemonia e um aparelho ideológico de Estado, que prefiro chamar de aparelho público de hegemonia. Aqui encontramos um bom exemplo de como o público e o privado cumprem a mesma função, como as chamadas “políticas públicas” também cumprem função de hegemonia de classe e como sociedade civil (o mundo da esfera privada) e o Estado (mundo da esfera política/pública se interpenetram para definir uma totalidade contraditória, um bloco histórico. Falar em “Estado ampliado”, no sentido de expansão da dimensão pública e da força coercitiva, pode ser um erro que traz implicações políticas. Pode ser lido como as benesses trazidas por uma Estado providência ou como peso coercitivo do Estado sobre a dimensão privada. Entender como efetivamente faz Gramsci o Estado como uma totalidade orgânica que abarca as dimensões do público e do privado, separação que só existe segundo a ideologia burguesa, mas não na realidade concreta.

CONFERÊNCIA II

Regionalismo, Violência, Soberania Nacional

Conferencistas

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
Renato Luís do Couto Neto e Lemos
Luiz Claudio Duarte

Mediação

Aline Prado Atássio

Forças Armadas e a Política: paradoxos e contradição da participação militar na Constituinte de 1946

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

Posso começar? Muito bem, quero agradecer o convite. Muito bom estar com vocês, muito legal rever você, Aline, uma interlocutora de sempre, meu grande amigo Renato, também um interlocutor, um pesquisador dos quais eu me referencio sempre nessa temática, e ao Luiz Claudio, amigo de longa data, dos quais temos tido um diálogo muito rico. E Zuleide, muito obrigado pelo convite, estar presente mais uma vez, noutras palavras, poder estarmos todos juntos, e mais ainda, poder construímos e refletirmos sobre o presente momento. A despeito de ter pontuado a reflexão como eixo da participação militar na constituinte de 1946, na verdade eu vou falar do período mais amplo da República, enfocando brevemente três momentos históricos. Quero deixar o registro de que essa é uma pesquisa em curso e o que mais me chamou a atenção, na verdade, é a lacuna temática e a ausência de pesquisas relacionadas. Portanto, segue uma sugestão, se há colegas, pesquisadores com uma certa indefinição quanto ao objeto de estudo, temos um desafio de pensar essa questão dos militares na política relacionada às eleições e particularmente nas constituintes. Por que chamo

atenção, qual a razão? Porque houve um susto recente, aliás, um susto que se coloca e se recoloca a todo momento, a eleição de dois militares após 21 anos de ditadura militar, mas não somente a eleição de dois militares da extrema-direita, os quais não esconderam em nenhum momento suas posições e sua agenda conservadora, para não dizer reacionária, e no bojo dessa agenda, surgiu, ou melhor, está surgindo entre muitos analistas, um temor muito grande dessa aparente novidade. Nesse caso, vou reajustar o foco da minha exposição chamando a atenção em primeiro lugar para o fato de que eu não vejo isso como novidade. Podemos questionar se é justificável ou não, mas os militares sempre participaram da política no Brasil, em muitas ocasiões, de uma forma muito, muito incisiva ou atuante. Evidentemente com uma presença à direita e à esquerda, mas quando se busca sua participação e a presença no cenário político, a direita remete a um grau de aceitação nessas intervenções que se arvoram como expressão de legitimidade; enquanto os militares democratas ou de esquerda sempre vistos como expressão ou participação que confronta a hierarquia e a disciplina, ou seja, vista como erosiva não só dos pilares da instituição das forças armadas, mas também considerando um princípio da negação de uma legítima ação política. Não é o caso de discutirmos essa questão aqui nesse momento, mas quero chamar a atenção dentro da perspectiva que vai ter um foco talvez um pouco mais ampliado sobre essa presença dos militares na Constituinte de 1946, porque justamente o único dos momentos em que foi possível analisar comparativamente face o material disponível. Ou seja, nós temos uma lacuna para entender essa questão da participação dos militares nas eleições e, particularmente, nas constituintes. Agora, o pressuposto básico é

esse: os militares sempre participaram da política e vou apontar essa presença – temos especialmente sim um recorte específico e um foco com as eleições ou nas eleições – citando três momentos relacionados, a primeira Constituinte de 1891, seguida da de 1946 e, por fim, a eleição de 2018. Tenho algumas pistas das demais, como a dos anos 1930 e a Constituinte de 1934, bem como algumas participações eleitorais também no período de redemocratização; porém, vou somente apontar três eixos que têm proximidades interessantes nesses processos históricos. O primeiro, que é relacionado a esse grupo ou dessa ala ou desses militares que em grande medida se elegeram tendo um viés não só reconhecidamente conservador, mas fundamentalmente anticomunista. Claro que o anticomunismo do início do século XX transvestia-se de uma forma muito mais confusa e talvez não tão contundente dentro do debate político-ideológico da época, mas foi extremamente importante e significativo no período pós-1945, basta lembrar o que significou isso do ponto de vista do macarthismo na Guerra Fria; especialmente, quando não havia passado dez anos do movimento revolucionário de 1935, vulgarmente chamado de “Intentona Comunista”. Curiosamente ou não, esse mesmo pressuposto se apresentou na eleição de 2018; e talvez, a diferença maior é que o anticomunismo teve uma nova face do macarthismo no antipetismo. O que é um absurdo, sob todos os aspectos, seja político, ideológico ou teórico, mas ganharia a mesma dimensão e não deixa de ser um ponto interessante para pensar.

Agora o segundo eixo, como eu disse, é a própria questão da presença dos militares na política e nas eleições. Um dado interessante e que me chamou atenção na primeira Constituinte de 1891, é que, entre os

parlamentares eleitos, quase um quinto dos senadores (14 em 63) bem como entre os deputados (40 em 206) no Congresso era formado por militares. Aqui há um ponto que eu gostaria de ressaltar sempre, e sempre defendi essa tese, os militares não constituíam um bloco homogêneo, esse é um dado. Na verdade, toda a bancada que assumiu tinha posições políticas e ideológicas, muitas delas expressando as lideranças políticas do momento, alguns deles, inclusive, tendo projetos pessoais que se revelariam pouco depois na Guerra Civil subsequente. Porém, a primeira Constituinte veio no bojo de um projeto de Rui Barbosa, e após várias versões, mas quando veio à tona esses deputados e senadores eleitos, noutras palavras, as forças políticas e civis assumiram uma posição desafiadora deliberante. Não vou aprofundar essa questão, há muitos poucos trabalhos sobre isso, mas os anais até estão disponíveis, e destaco haver uma predisposta tese e muito interessante sobre essa presença militar, entretanto, é igualmente importante lembrar, ao menos para as gerações mais recentes ao vermos dois militares eleitos em 2018, que os dois primeiros presidentes eram militares, marechais, articulados a forças civis e, evidentemente, cada um expressando uma linguagem e expressando um projeto. É muito importante colocar essa problemática, mas estou problematizando essa questão. Ainda assim, naquele momento, já se apresentava no debate elementos muito fortes do debate anticomunista embora alguns também falassem em democracia. Poucos, atenção, mas já era muito forte o anticomunismo. Vale lembrar, o Brasil era um país recém-saído da escravidão e o anticomunismo aprendido como osmótico ao positivismo, e nossas elites não tendo qualquer visão de cidadania, mesmo limitada, expressa numa transição em que o barão virou coronel.

Para ilustrar e finalizar essa parte, somente 2% da população votou naquela época. Então, veja bem, estão postos os limites de qualquer discussão que fale em democracia, o que, a rigor, é meio complicado, embora haja alguns autores que até sustentem que havia certa oxigenação democrática, o que eu tenho minhas dúvidas. Ao longo do tempo, se seguiram no Brasil vários movimentos militares de oficiais; à direita e à esquerda, mas também a emergência de movimentos de praças, talvez o mais conhecido, a Revolta da Chibata, e nos anos 1920 o Movimento Tenentista, seguido da Coluna Prestes/Miguel Costa.

No entanto, há um elemento que veio exponencializar fortemente a política anticomunista no Brasil e vale mais uma vez lembrar, não surgiu após 1935, já estava presente desde o Império. Basta lembrar: Nabuco, que era um conservador liberal, se lembrarmos Chacon que escreveu sobre ele uma belíssima biografia, era visto como comunista somente pelo fato de ele falar na emancipação dos escravos. E evidentemente, a partir da Revolução Russa esse fenômeno exponencializou e, claro, caso social que era visto como caso de polícia passou a ganhar uma agenda política mais ampla, osmótica nessa presença nas páginas policiais. Mas, entre os militares houve várias correntes políticas e ideológicas se digladiando até a Revolução de 1930. Na Revolução de 1930 não foi diferente, mas chama atenção a participação enorme de militares, especialmente os tenentes, em sua maioria advindos de um campo conservador, mas que teriam um papel extremamente importante pós-1945. Aliás, não somente em 1945, mas também alguns em 1964; já que alguns deles, atuantes nesse período desde os anos 1920, foram ministros no governo Castelo Branco. Mas é este um outro debate.

Todavia, em 1930 tivemos agitações muito significativas nos quartéis, há textos muito interessantes que mostram claramente a questão dos militares e suas rebeliões, a rigor, foram 94 rebeliões em 02 anos, entre outras manifestações nos quartéis, muitas delas nucleadas por questões corporativas, embora algumas já influenciadas pelo integralismo e outras pelos comunistas. Nesse período é que se percebe uma rotação na configuração de forças e, atenção, são pistas e hipóteses, porém, em 1930 os tenentes estavam à frente do processo revolucionário com Getúlio Vargas; já em 1932, havia outros elementos que iam solidificar aquela que seria a doutrina de Góes Monteiro, noutras palavras, acabar com a política no exército e fazer a política do exército. A diferença, eu acho que é um dado interessante, é o reflexo desse processo, e o aparente controle dos tenentes em graus maiores ou menores, refletiria na Constituinte de 1934. Essa também é uma névoa ainda obscura do ponto de vista de estudar a relação dos militares, mas percebe-se que havia uma presença dos tenentes, mas muito poucos militares enquanto constituintes. Alguns podem alegar: "Bom, mas o Juarez Távora ainda era o grande rei do Norte". Muito bem, e Cordeiro de Farias entre outros militares de prestígio à frente de governos estaduais, noutras palavras, é possível inferir que estavam ainda muito próximos do poder, embora, gradualmente, acabassem sendo controlados por Getúlio Vargas. De qualquer forma, naquele momento houve uma Constituinte, que muitos até veem com uma perspectiva cidadã, e ao que tudo indica, os militares participaram pouco de sua elaboração. Fica aí no ar qual é a razão, esses limites, mas como ressaltado, não há muitos trabalhos.

O eixo central de minha exposição, é a Constituinte de 1946, tendo o ano de 1945 como o eixo a derrocada do Estado Novo, e um novo momento que se apresenta no cenário político. Mas na linha do exposto, essa fase também demanda estudos mais profundos, específicos. Não há muitos trabalhos, mas esse período em si nos traz algumas inquietações, entre elas, uma primeira e presente até 1964: não houve uma única eleição, atenção, uma única, que não houvesse um militar concorrendo à presidência da República. Esse é um dado. Segundo: em alguns momentos, no caso da primeira eleição direta, tivemos dois candidatos. Então, veja bem, esse é um primeiro ponto. Todas as eleições até 1964, por hipótese, que militares que concorreram à presidência da República também puxaram militares nas eleições estaduais, aos governos, às câmaras. Então o número de militares que concorreram deve ter sido muito grande. Nós não temos isso ainda levantado, salvo algumas pistas aqui que podemos oferecer quanto aqueles que foram eleitos, mas não necessariamente aqueles que concorreram. Por isso que eu estou chamando a atenção, vou trazer alguns elementos aqui para nós pensarmos, ou melhor, para percebermos que na questão do governo Bolsonaro, talvez, comparativamente, não tenha sido muito diferente. E é uma hipótese, dado o susto de sua eleição. Susto pelo candidato, pela sua proposta, pelas suas não qualidades, mas eu acho que há vários aspectos que explicam isso, inclusive a sua eleição. Mas se nós olharmos e analisarmos, todas as eleições do período democrático até 1964, provavelmente veremos o mesmo fenômeno, e não muito diferente em pesos e medidas de números em todos os níveis de governo que eles poderiam concorrer. E, inclusive, alguns sendo eleitos. Então 1945, é sempre bom lembrar: se

pautou a democracia com um anterior golpe de Estado, como foi a própria República; e veio à tona José Linhares como o primeiro presidente, um presidente de transição. Aliás, sempre temos que ter cuidado com o Supremo, preocupação hoje muito em alta, mas com José Linhares não era muito diferente. Ele assumiu por dois meses no período de transição e assegurou, de fato, as eleições, mas ficou mais conhecido por ter nomeado tantos parentes que ele era chamado de José Milhares, e não pensem que ele ficou envergonhado, e aos críticos, respondeu: "Eu prefiro ter contra a mim a opinião pública do que um parente me cobrando a vida toda um emprego que eu não dei".

Todavia, o cenário político que emergiu com vários partidos, e à frente deles candidatos militares. Um deles, o PSD, Partido Social-Democrata, que lançou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, um condestável do Estado Novo. Outro partido político, a UDN – União Democrática Nacional – legenda que tinha uma fortíssima presença militar, aliás, um aspecto também muito pouco estudado. Há um clássico sobre a legenda que é o livro da Maria Vitória Benevides, mas dedicando somente três, quatro páginas aos militares, mas acho que eles tiveram um peso muito maior. De qualquer forma, esse segundo partido teve muitos militares histórico entre seus quadros como Cordeiro de Farias e Juarez Távora, e lançou à disputa presidencial o brigadeiro Eduardo Gomes. É interessante, aliás, na Constituinte já se percebia na agremiação sinais muito claros de subserviência de setores militares ao imperialismo americano. Isso é muito pouco falado, mas tem que ser lembrado. Isso nos envergonha na história como também nos envergonha contemporaneamente quando a gente vê um Bolsonaro falar que aceitaria uma

base americana na Amazônia, e recuando até por pressão de setores militares; bem como entregar vergonhosamente a base de Alcântara pelos contratos acordados, que repudiam qualquer visão de soberania nacional. Ou, mais recentemente, circulou um vídeo, e fico imaginando se eu sou um oficial do exército brasileiro tendo por norte e doutrina a defesa da Amazônia contra a internacionalização, ter um militar presidente dizer para o Al Gore, ex-vice-presidente americano e ambientalista (que chegou a dizer anos atrás que a Amazônia não é dos brasileiros, é de todos nós), porém, Bolsonaro em um questionamento rápido, simples, ele literalmente disse: "Não, nós queremos desenvolver a Amazônia com os Estados Unidos".

Naquela ocasião nós tivemos alguns fatos extremamente constrangedores na Constituinte que mostra um setor militar, que depois iria ter um papel muito forte na Escola Superior de Guerra e posteriormente no golpe de 1964, capitaneados por civis e militares vinculados à UDN. Talvez um exemplo maior tenha acontecido com a vinda do general Eisenhower em visita ao Congresso Nacional, quando Otávio Mangabeira, um parlamentar até com certa tradição, liberal, pegou e deu um beijo na mão do então presidente dos EUA. A defesa desse gesto de subserviência veio de um militar, Juracy Magalhães, um ex-tenente. É importante esse resgate, já que, efetivamente, a Constituinte possibilitou ou demonstrou limites e possibilidades quanto a um efetivo Estado Democrático e de Direito.

A democracia emergiu concretamente, tanto é que os comunistas vieram à tona e disputaram as eleições, assegurado sua presença na política, enquanto a Guerra Fria não mostrou seu lado mais sombrio e quente. Houve um debate relacionado a um projeto de nação, um

parlamento eleito. Mas não somente, e ao resgatarmos os três momentos históricos, o anticomunismo foi igualmente central na eleição desses militares de um campo conservador, cuja exponencialização foi às alturas, especialmente no caso da cassação do registro do PCB pós-1947. Não tinham passado mais de 10 anos do pós-1935, emergindo com muita força, a despeito do papel e do reconhecimento da União Soviética na derrocada da Alemanha. Há outros aspectos, a postura de muitos militares comunistas presos e dignificados na prisão, ou heróis de guerra, como, por exemplo, Apolônio de Carvalho e de Dinarco Reis, militares que lutaram na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Civil Espanhola, ou outros militares, brasileiros comunistas que voltaram como heróis da FEB. Isso é importante para nós pensarmos, mas de qualquer forma é bom lembrar: o anticomunismo, que nós veremos talvez travestido como antipetismo, norteou e muito os trabalhos da Constituinte de 1946.

Aliás, o que eu vou dizer um pouco aqui é história: Dutra venceu as eleições com o apoio de Getúlio Vargas, de última hora, mas é bom lembrar o seguinte, somente 15% da população votou. Ou seja, saímos da primeira eleição na república de 2% para 15%. Mas o que eu quero chamar a atenção é que muitos militares foram eleitos. Na verdade, contabilizamos centenas de candidaturas, e mesmo os dados mais consistentes estão relacionados a esquerda militar, no total 28 militares foram eleitos naquela ocasião, um percentual mais ou menos de 10 a 12% do total. Não é muito diferente do percentual que nós vemos hoje no Congresso Nacional de militares eleitos em 2018, noutras palavras, não houve variação. O grande número de militares eleitos ocorreu na primeira Constituinte – 40%, embora essa última legislatura, que

adveio no bojo dessa onda conservadora, houve militares eleitos por vários partidos. Por exemplo, um dado que me chamou a atenção, o resultado não é muito diferente pelas restrições, mecanismos e casuísmos relacionados a algumas correntes à esquerda. Os grandes partidos tiveram um aumento de bancada de 20 a 30 deputados cada um em detrimento do PCB e do PSB; porém, das 180 cadeiras do PSD, 14 eram militares. A UDN, que é um partido que literalmente, é uma hipótese, tinha um setor militar, e que depois veio a ser conhecido como Cruzada Democrática, teve seus 89 parlamentares, cinco de origem militar. O PTB elegeu dois militares entre 22 deputados e o PCB, entre 15 parlamentares, quatro eram militares. Mas quando nós olhamos a bancada e em determinados momentos alguns militares assumiram por várias razões, e em determinado momento a agremiação chegou a ter seis militares em 15. Alguns dos demais que foram eleitos, igualmente tiveram uma presença militar em suas trajetórias, seja na época da escola militar, embora afastados da caserna, outros, embora operários, atuavam no arsenal da marinha do Rio de Janeiro. É interessante isso, o que não é contraditório.

O próprio Luís Carlos Prestes dizia que nos 30 era mais fácil construir o partido nos quartéis do que nas fábricas. E se você analisar o Comitê Central do PCB, em grande medida e ao longo do tempo nesse período, a maior parte de sua direção tinha uma presença militar ou uma origem militar. A partir de um tempo, os operários acabaram tendo uma proeminência maior, até porque era um partido operário, de vanguarda operária, mas é impressionante como isso também norteou a política da agremiação. No caso do PSB, agremiação estudada, havia também a presença dos militares na Constituinte, alguns de muito prestígio nas suas hostes como Herculino

Cascardo ou Miguel Costa que também foi filiado à agremiação bem como uma figura de saudosa memória, o brigadeiro Rui Moreira Lima.

Curiosamente, algumas questões sobre a intervenção dos militares de esquerda, e pelo menos pelo material preliminarmente levantado, embora atuassem em várias áreas, tiveram o cuidado enorme de não tocar especificamente ou com profundidade relacionada na agenda forças armadas. Embora o PCB programaticamente sustentasse o direito de voto amplo aos soldados eu acho que 1935 era muito recente e presente. É uma hipótese e somente queria chamar atenção para uma outra agenda que desperta controvérsias: a questão dos crimes do Estado Novo. Duas comissões foram formadas, mas sem muitos resultados, salvo no quesito denúncia, mas quem esteve à frente foi o general Euclides Figueiredo. Um personagem interessante, militar preso e exilado anteriormente pela ditadura Vargas, mas não me parece que foi torturado, embora tenha presenciado muitas torturas. Porém, atuou decisivamente, com muita insistência, para que fossem investigados os crimes do Estado Novo. Nisso ele teve o apoio de vários militares de esquerda, dialogando com vários deles, inclusive, alguns que foram torturados.

O material revelado pelas comissões é muito rico de denúncias, embora não tenha chegado à resultado algum, mas esse é um dado interessante, como essa questão do Estado Novo, e em especial Vargas, para esse grupo da UDN era um acerto de contas cuja corporificação maior de negação era Filinto Müller. Aliás, quem estava à frente era um militar conservador, e que nessa agenda não teve nenhum problema em dialogar com a esquerda, buscando uma anistia mais ampla que acabou sendo restrita aos militares de esquerda, inclusive no

quesito de reintegração e reincorporação, embora os integralistas pudessem voltar à ativa.

Ainda no caso dos militares e seu papel na nova carta é válido lembrar que na Constituinte de 1946 abriu-se uma possibilidade de presença, mas deixou uma nuvem jurídica que arrebentaria em 1964. Proibia, salvo os oficiais, que poderiam concorrer e ser eleitos, mas questionava o direito dos cabos, embora ficasse em aberto para os sargentos. Isso implicou em um problema político e jurídico posteriormente. Concluindo, deixando em aberto, quando expomos sobre o momento atual e o governo Bolsonaro, é interessante algumas considerações. Em primeiro lugar: o eixo do anticomunismo, de um conservadorismo extremamente significativo contemporaneamente. Segundo, ao olharmos para os dados do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – o órgão contabiliza 961 candidaturas de militares em 2018, e esse número salta para 1.137 se somarmos o conjunto dos policiais civis. Ao final, 70 deputados e senadores militares e policiais foram eleitos, conferindo mais ou menos quase 12% do total; noutras palavras, em nada muito diferente do percentual dos eleitos em 1946, e talvez das eleições subsequentes.

O viés anticomunista da maioria desses eleitos é inegável, porém já se percebe que também não é uma bancada homogênea, embora o seu eixo maior seja conservador e traz preocupação. Inegavelmente, uma bancada que cresceu e atua com desenvoltura é a chamada bancada da bala; e há também dados interessantes e preocupantes que remetem à presença de 6.130 militares da ativa e da reserva no governo Bolsonaro. Qual é o significado? Por um lado, para alguns, é uma demonstração da força e da volta dos militares ao poder,

mas avalio como sinal de fraqueza. Se Bolsonaro hoje tivesse com essa força tão consistente, acredito que já teria viabilizado o seu partido político Aliança Brasil, que com todo o apoio, inclusive de setores evangélicos, não conseguiu mais do que 3% de assinaturas. Portanto, chamo a atenção que, evidentemente, como dizem os mineiros da velha guarda: política é como nuvem – um dia está de um jeito, outro dia está de outro, e é sempre complicado fazer uma análise do governo do qual é impressionante a sua capacidade de autocombustão e de criar fatos políticos contrários a si e sem a presença de um projeto político que possamos minimamente dialogar com bases nacionais. Porém, eu chamaria a atenção que o fato em questão, historicamente, não é algo novo. Qual é a expectativa de futuro? A história dirá

Desculpe o avanço, muito obrigado a todos e vamos ao debate.

Conexões Empresariais-Militares no Brasil (1949-1964)

Renato Lemos

Boa noite a todas e a todos. Gostaria de agradecer o convite para estar presente nesse debate, nesse painel de comunicações, que já começou muito bem, tenho certeza de que vai terminar melhor ainda. Especialmente à Zuleide e a Luiz Claudio, organizadores do evento. Para mim é um prazer dividir a mesa com o Paulo Cunha, parceiro de longa data, e tenho a impressão de que, mais uma vez, nos cruzamos para aprofundar uma temática comum. Eu quero me identificar também os destaques que têm sido feitos desde a abertura dos trabalhos aqui na segunda-feira, ontem, a respeito das singularidades da conjuntura em que esse evento está sendo realizado. Não bastasse o quadro político, econômico, ideológico, cujas linhas gerais o Paulo Cunha já abordou aqui, mas também nós somos assolados pelos problemas de saúde coletiva que se agravam e agravam esse quadro. Então eventos como esse acho que são muito importantes para que a gente possa não só sobreviver intelectualmente, mas também ideologicamente, e pensar na construção de caminhos para inverter a correlação de forças políticas, sociais, que estão na base dessa conjuntura crítica que nós vivemos. É muito bom estar aqui, também, porque é uma oportunidade de apresentar resultados parciais de uma pesquisa que eu venho desenvolvendo no âmbito do

laboratório que a Aline mencionou, o Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) na UFRJ, que eu coordeno, mas também no grupo de trabalho Empresariado e Ditadura, que é um grupo não oficial de estrutura acadêmica, mas que reúne pesquisadores e professores de diversas instituições e que têm se dedicado há já cerca de dois anos a estudar exatamente a conexão entre empresários e regimes políticos, em especial a ditadura. Então, o trabalho que eu vou apresentar aqui é um resumo, uma adaptação de um capítulo que eu escrevi para um livro que nosso grupo está publicando, está em fase de revisão na editora, exatamente sobre empresariado e ditadura no Brasil.

A minha abordagem não chega à ditadura, chega até o golpe, porque responde a uma preocupação, que eu considero muito relevante, de entender não só as rupturas acontecidas em função do golpe de 1964, mas também as continuidades, em que o regime ditatorial implicou de continuidade com a ordem política democrática. Da mesma maneira que o Paulo Cunha apontou a presença de militares já na Constituinte que inaugurou o regime democrático pós-Estado Novo, é fundamental entender a presença militar nas linhas de força do processo político que se inicia em 1946 e que se interrompe para mudar de qualidade com o golpe de 1964. A minha ideia, então, é a de que essa temática que envolve militares e empresariado tem se atualizado pelos problemas da conjuntura em que vivemos. O Paulo fez essa ponte muito bem entre 1946 e o momento em que nós vivemos, a influência dos militares, o que que isso pode ter significado. Então, tomar isso em consideração eu acho que é muito importante para quem se preocupa em construir alternativas ao capitalismo. O meu propósito hoje é, em um enfoque específico, discutir as

conexões entre segmentos burgueses, especificamente empresariais, e militares brasileiros no período balizado pela fundação da Escola Superior de Guerra, em 1949, tema que será abordado na sua versão atual pelo Luiz Claudio depois, e o golpe de 1964.

Eu parto da ideia de que essas aproximações se dirigiram para a constituição de um programa econômico, ideológico e político que se tornaria um dos principais elementos dos processos de disputa pelo poder do Estado no período que se abre com o fim da Segunda Guerra Mundial e a elaboração da primeira Constituição democrática depois do Estado Novo. Essa aliança empresarial-militar de que eu falo, na verdade, permeou toda a política desse momento, foi um dos elementos específicos do regime democrático brasileiro nesse período que eu estou abordando e cimentou, criou condições para que se articulasse e consolidasse a conspiração contra o governo do João Goulart, e, em seguida, se tornou também um dos elementos estratégicos do regime ditatorial que se instituiu a partir do golpe. É, portanto, uma questão central para a historiografia brasileira. A caracterização do golpe de Estado de 1964 e do regime ditatorial que se constrói a partir daí é um tema em discussão na historiografia, é um tema que precisa ser aprofundado nessa linha do seu conteúdo social, do seu conteúdo classista. Há uma produção historiográfica forte nessa direção, mas ela precisa ser aprofundada. A intenção da minha pesquisa é contribuir para isso.

É necessário, também, observar que essa questão transcende as fronteiras nacionais. A questão da aliança empresarial-militar no período pós-Segunda Guerra Mundial é um fenômeno presente em todas as nações do mundo capitalista. Ainda que de maneira desigual, ela

está presente, especialmente, na América Latina. Fazer a comparação entre essas realidades, brasileira e dos países de língua espanhola, é uma tarefa fundamental que já está sendo cumprida, e eu não vou abordar aqui porque foge ao escopo da minha comunicação, mas eu deixo registrada essa preocupação. A conjuntura internacional em que a aliança empresarial-militar se desenvolveu no Brasil foi delimitada, então, por esse arco temporal que vai do imediato pós-Segunda Guerra ao fim do governo João Goulart, e ela pode ser identificada por dois traços fundamentais: o anticomunismo e o militarismo. Há diversos cruzamentos desses dois elementos nas várias conjunturas políticas que marcam o nosso processo social, político e ideológico de 1946 até 1964. Uma das dimensões que envolvem esse processo é exatamente o seu caráter internacionalizado, porque ele se expressa em um momento da dinâmica mais geral do capitalismo na sua fase imperialista. Esse fenômeno da internacionalização da aliança empresarial-militar é determinado, fundamentalmente, por interesses econômicos, mas ele tem apresentado variações nacionais e temporais, bem como desenvolvimentos autônomos em outras esferas, em especial a ideológica.

No plano econômico, esse fenômeno assumiu no mundo capitalista a forma de uma identificação de interesses entre segmentos empresariais e militares. Essa proposição checa um pouco a tradição de estudos sobre a participação de militares na política que concentra basicamente as atenções nas oposições e eventuais complementaridades entre militares e civis, sem qualificar devidamente esses civis. Se os militares já não compõem na nossa história um corpo homogêneo, principalmente nesse período pós-1946, o mundo civil muito menos. A expressão civil apenas designa o que não

é militar, mas não qualifica as qualidades de civis. De que civis estamos falando? Empresários, estudantes, padres, jornalistas? Dependendo do segmento que a gente está focando a análise terá que seguir outras direções. São expressões desse processo, por exemplo, a adoção do planejamento estratégico como uma tarefa primordial do Estado e a progressiva ampliação dos negócios com a guerra, a partir daquilo que vai se considerar, uma expressão lançada pelo presidente norte-americano Dwight Eisenhower em 1961, o complexo industrial militar, uma fusão de interesses entre o setor empresarial e o setor militar do Estado.

No plano ideológico, esse novo, a gente poderia chamar de novo militarismo pós-Segunda Guerra Mundial, assumiu um conjunto de valores, um conjunto de referências ideológicas bem claras, voltadas para a defesa dos fundamentos da ordem social em geral e da ordem econômica capitalista em particular. Várias referências políticas marcam essa adesão ideológica, por exemplo a sustentação do capitalismo geral, da democracia, em geral uma democracia de viés liberal, o liberalismo econômico e a hierarquia social. A gente está vendo isso hoje no campo do pensamento militar, que é necessariamente mais do que conservador, é mesmo reacionário, como se cruza a visão militar com a chamada agenda de costumes, a reação a mudanças importantes nas relações de toda a natureza identificadas com os costumes. Essa perspectiva funcionou como uma estratégia então defensiva de uma organização socioeconômica percebida como ameaçada pela expansão comunista, aquilo que convencionalmente se chama de Guerra Fria a partir de uma suposta ameaça de expansão da União Soviética, o que dificilmente se confirmaria pelas condições em que a União Soviética saiu da

Segunda Guerra Mundial de um lado, e de outro lado pela própria orientação política da União Soviética desde meados da década de 1920, que ela foi progressivamente abrindo mão de uma perspectiva internacionalista, revolucionária. Mas essa perspectiva ideológica também funcionou como uma estratégia ofensiva, uma estratégia voltada para o aprofundamento das estruturas capitalistas no mundo. Naturalmente, variando conforme a posição de um país, sendo pertencente ao campo central do capitalismo ou ao campo dependente. Mas, de qualquer maneira, o suporte fundamental dessa estratégia foi a hegemonia econômica e ideológica dos Estados Unidos no campo capitalista, hegemonia que, embora efetiva no período pós-Segunda Guerra Mundial, não foi construída nas suas periferias de uma maneira linear ou harmônica, foi um processo conflituoso entre necessidades de expansão do imperialismo, do capitalismo imperialista pela incorporação econômica das periferias, e movimentos internos a essas periferias, no sentido de projeto de desenvolvimento mais autônomo em relação ao centro capitalista mundial, ainda que sem proposta de ruptura dos laços de mecanismos fundamentais próprios ao sistema capitalista. Nesse quadro e na condição de sociedade capitalista periférica e dependente, o Brasil, passou na década de 1950 por algumas transformações que lançaram os fundamentos, os marcos das suas características contemporâneas, muitas delas hodiernas a nós, vigente hoje. Movimento estrutural básico que singulariza essa posição do Brasil no período e diz respeito à forma de inserção da economia nacional no sistema mundial do capitalismo.

Após a presidência do general Dutra, o bloco histórico personalizado por Getúlio Vargas retomou em 1951 à direção do Estado com a ascensão dele à

Presidência da República. A orientação assumida pelo seu governo entre 1951 e 1954 foi pragmática e ambígua diante do capital estrangeiro, e assumiu um matiz nacionalista que se poderia considerar uma perspectiva apoiada em complexos fundamentos objetivos. Isso porque, na verdade, o país tornava-se cada vez mais dependente de capitais externos, de tecnologias que ele não controlava e de investimentos intensivos de capital, fazendo com que todo o projeto de desenvolvimento de um capitalismo entre aspas nacional, ou seja, com maior margem de autonomia em relação ao centro mundial do capitalismo, fosse tolhido na base, tivesse limitações históricas importantes, apesar de economia nacional nesse período crescer muito. Foi um período de alta da taxa de crescimento do PIB em todo o mundo capitalista, e o Brasil nesse período esteve top de linha entre os países em crescimento, pegando carona na expansão do mercado mundial, mas isso não era suficiente, do ponto de vista econômico e político, para viabilizar um projeto realmente autônomo em relação ao centro capitalista. Nesse quadro de inserção do Brasil na economia internacionalizada, chama a atenção a posição da burguesia local, da nossa burguesia brasileira, principalmente de pressões que ela sofria para se associar ao capital estrangeiro, principalmente durante o governo Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961. Para satisfazer as crescentes necessidades impostas por essa fase nova do processo de acumulação de capital que se impõe tanto aos países centrais quanto aos países dependentes, seriam necessárias mudanças, redefinições no plano dos regimes políticos. Esse é um momento em que principalmente na área periférica nos encontramos, a partir de 1929 e 1930, mas depois da Segunda Guerra Mundial muito acentuadamente, muitas alterações nos

regimes políticos dos países de maneira a se adequar às necessidades de expansão do capital internacional nas áreas periféricas, nas áreas dependentes. Isso são impactos, necessidades que se abatem sobre os regimes políticos e as estruturas de Estado, ou seja, sobre as formas de dominação social e sobre o Estado que está estruturado com base na correlação de forças entre essas classes sociais dentro do capitalismo nacional de cada país. As articulações entre os principais setores econômicos mobilizaram representantes do capital nacional nas corporações multinacionais e das empresas e repartições estatais. Esse é um período em que o Estado brasileiro se adapta às necessidades de se relacionar com essas pressões expansionistas do capital estrangeiro, basta ver a administração do Juscelino, é um caso típico das mudanças ao nível da organização do Estado que ele opera para poder abrir a economia para um novo patamar da economia brasileira, viabilizando a sua internacionalização e as reformas do Estado. Essas articulações fizeram em um ambiente político definido em 1946, como já salientou o Paulo Cunha, que as constrangeu, que as condicionou determinando muito de suas características.

A partir de 1946, o Brasil tem um sistema político mais aberto, se comparado com o Estado Novo. Passa a ser um regime liberal de representação parlamentar, e os empresários agora, ao contrário do que faziam no Estado Novo, quando se relacionavam diretamente com a burocracia estatal, agora teriam que representar os seus interesses, é claro que continuariam fazendo isso através da burocracia, mas agora tem que ter representação parlamentar, participar de um processo de competição política de um tipo e em uma escala muito diferente daquilo que eles estavam habituados a fazer, pelo menos, a partir de 1930 e durante o Estado Novo. Mas um traço

muito forte do regime do Estado Novo permaneceria, seria uma das várias, aliás, continuidades entre a ditadura e o regime democrático da Constituição de 1946; esse elemento é exatamente o anticomunismo, e esse anticomunismo, como o Paulo apontou na fala dele, transcenderia o trauma militar da revolução de 1935, da Aliança Nacional Libertadora associada ao Partido Comunista. A essa vertente militar, que normalmente é um marco quase consensual na literatura sobre anticomunismo no Brasil, quer dizer, reconhece-se que o anticomunismo é presente até no século XIX, mas ele é considerado um campo político e ideológico decisivo na nossa estrutura nacional a partir de 1935, com o trauma militar em relação à Aliança Nacional Libertadora. Mas o que eu quero chamar a atenção é que especialmente a partir de 1946, a essa vertente militar do anticomunismo se acrescenta uma nova, que estou chamando de uma versão classista, uma vertente empresarial. Que as nossas frações burguesas sempre foram conservadoras é um truísmo afirmar, mas nós não temos ainda com muita clareza, compreensão de como ela se integrou em uma perspectiva anticomunista, que é internacional, mas que se firma muito aqui no Brasil e a dimensão e as formas como ela estabeleceu uma ligação orgânica com o anticomunismo militar, ou seja, de que maneira o anticomunismo militar se torna empresarial e de que maneira o anticomunismo empresarial se militariza também. É sobre isso então que eu vou falar um pouco. Na verdade, desde já início de 1950, já se registravam no Brasil os traços de alguma coisa que a gente poderia chamar provisoriamente de uma ideologia empresarial brasileira, baseada em uma visão de classe, mas com algumas características específicas do nosso momento histórico. No âmbito da Guerra Fria, essa ideologia daria

conteúdo às posições assumidas pelo segmento empresarial nas diversas conjunturas do pós-guerra, e depois do golpe de 1964 ela se tornaria mesmo um elemento central da ideologia de Estado durante a ditadura. O núcleo conceitual dessa ideologia era a noção de segurança nacional. A noção de segurança nacional costuma ser associada ao pensamento militar, mais especificamente à Escola Superior de Guerra, e ao regime ditatorial, mas na verdade é importante considerar que essa noção se tornou também um elemento da ideologia empresarial. Na verdade, se a gente for fazer a arqueologia da noção de segurança nacional, a gente vai encontrar que ela é um ponto de convergência de tradições teóricas e ideológicas várias, a maioria talvez civil, de origem civil; no pensamento político, pensamento geopolítico, geográfico etc. Não nos deve surpreender que o nosso empresariado tenha aderido à ideia de segurança nacional como um fator ideológico fundamental. Na verdade, desde o fim do Estado Novo, como o Paulo Cunha apontou, final do Estado Novo que resultou de uma operação basicamente militar, a deposição do Getúlio Vargas, setores castrenses vinham ampliando a sua participação política. O Paulo citou o grande percentual, o expressivo percentual de militares eleitos como deputados federais e senadores constituintes em 1946, mas houve, também, outras formas de participação política. Fosse através dos partidos, através de agências estatais, entidades da sociedade civil foram ampliando a sua participação direta ou indireta na vida política do país. Mas esse tipo de movimentação, ou seja, de partir para uma participação política mais ampla, no seio do empresariado só começa a se manifestar mais claramente no início da década de 1950. Essa é uma década muito importante para a gente localizar as continuidades do

regime democrático na ditadura pós-64, identificar certas tendências que já eram evidentes e atuantes, ativas no plano político e ideológico já no início da década de 1950. É quando lideranças empresariais se mobilizam, começam a se mobilizar para ampliar os seus instrumentos de defesa de interesses classistas no interior da estrutura corporativa herdada do Estado Novo.

Outra continuidade em relação à ditadura e o Estado Novo na democracia é a preservação da estrutura sindical corporativa, que envolve não só os trabalhadores, mas também os patrões, os empresários. Essa estrutura corporativa empresarial, assim como a dos trabalhadores já em meados da década de 1950, e vários dos seus setores vão começar a tentar explodir essa estrutura. O empresariado vai sentir necessidade até por influência internacional, isso é um outro campo fundamental de discussão que a gente não pode fazer aqui: a importação, o aprendizado que o empresariado brasileiro, segmentos seus de vanguarda, fazem das experiências internacionais do mundo capitalista em termos de atuação política, não mais corporativa. Não é mais através dos sindicatos e sim através de entidades da sociedade civil, por isso nós temos hoje os pares FIESP-CIESP, FIRJAN-CIRJ, os centros são entidades civis, as federações são sindicais, são reguladas diretamente pelo Estado. Bom, eu chamo atenção aqui para o Fórum Roberto Simonsen. Criado pelo Centro Industrial de São Paulo em 1948, ele surge como algo que a gente poderia chamar de um núcleo de expressão do movimento empresarial brasileiro em direção a uma posição mais ativa no processo político. Aqui no Rio de Janeiro eu tenho pesquisado a dinâmica do Centro Industrial do Rio de Janeiro nessa mesma época e o movimento é o mesmo. Dizem os empresários cariocas: precisamos ir à luta, precisamos sair do Centro,

precisamos ir ao Congresso, ir à imprensa, nos organizar para defender os nossos interesses e lutar contra o extremismo comunista. Mas o Fórum, que é o que eu vou apresentar aqui um pouco, foi criado originalmente como um núcleo de cultura de debate, e desde o seu início, aliás, está no seu estatuto, há a reserva de possibilidade de construir uma ponte com o Exército. No seu Conselho Consultivo, está reservada uma posição para um representante do II Exército, sediado na época em São Paulo. Manoel da Costa Santos, primeiro vice-presidente executivo do Fórum Roberto Simonsen, fez uma declaração à imprensa bem taxativa; ele entendia que entre os “amplos e meritórios objetivos do Fórum” estava o intercâmbio com entidades culturais e com órgãos técnicos das forças armadas sobre problemas de interesse comum. Quer dizer, reconhece a ampla margem de interseção dos interesses empresariais e militares. Eles se fundem em uma mesma perspectiva, e esse princípio foi reafirmado em 1959, 11 anos depois, quando o estatuto sofreu uma revisão, foi reformado, mas não nesse dispositivo. A trajetória do Fórum Roberto Simonsen traduziu a dinâmica da conjuntura econômica e política do Brasil. A despeito da questão de o nacionalismo ter se tornado um dos principais eixos da política nacional no período, o quadro ideológico dentro do empresariado foi enriquecido com outro tom ainda mais forte. Foi possível observar uma mudança de conteúdo nas discussões desenvolvidas, nos eventos patrocinados pelo Fórum em torno da questão do nacionalismo, de uma preocupação com o papel adequado do capital estrangeiro, portanto refletindo a questão da inserção da economia nacional, um aprofundamento dos laços de economia nacional com o sistema internacional e o modelo econômico e tudo

convergingindo, passando, se dirigindo a uma prioridade para a questão da segurança nacional. A partir da primeira metade da década de 1960, a agenda de discussões dos eventos promovidos pelo Fórum, que reunia militares e empresários de maneira geral, passou a jogar o foco claramente nos problemas da segurança nacional, na legislação social, direito de greve, vários aspectos da questão da sindicalização, e o papel dos trabalhadores no sistema político, que envolvia inclusive questões culturais e educacionais, como o combate ao analfabetismo. Os palestrantes que frequentavam o Fórum Roberto Simonsen na época eram ainda mais conservadores do que aqueles que o criaram, e desenvolviam considerações, postulavam teses que variavam de noções que iam das implicações negativas da legislação do trabalho para o empresário, obviamente para a acumulação de capital, até os perigos, percebidos como tal, apresentados pelo comunismo para os fundamentos da sociedade ocidental cristã. Mas a intensificação da luta de classes na primeira metade dos anos de 1960, especialmente entre 1962 e 1964, no quadro geral de crise da sociedade brasileira, crise econômica, crise sindical, crise militar, crise política, levou os setores empresariais que ainda defendiam algum tipo de nacionalismo reformista, principalmente em torno da plataforma das chamadas reformas base, a se aproximarem do campo político-militar que vinha se estruturando na oposição ao governo João Goulart. Desde 1962, o Fórum já funcionava como um espaço, um local de elaboração política de questões relativas à defesa da segurança nacional, associado ao poder militar e do mundo ocidental, elaborando críticas às esquerdas, à revolução cubana, que tinha recém-acontecido, em 1959,

compondo, portanto, uma agenda cada vez mais contrarrevolucionária.

A aproximação empresarial-militar gerou iniciativas conspiratórias que desembocariam no golpe de 1964. A conjuntura 1959-1964 foi muito rica em um aspecto que o nosso grupo de pesquisa Empresariado e Ditadura valoriza, foca muito, eu mesmo tenho orientado algumas teses que eu considero excelentes resultados focando na questão das entidades empresariais que surgem nesse período para fazer a ação política, não mais apenas corporativa do empresariado. E esse período de 1959 a 1964 foi muito rico no surgimento de entidades de um tipo que, acompanhando Antonio Gramsci, a gente podia chamar de aparelhos privados de hegemonia, quer dizer, entidades da sociedade civil focadas na defesa dos interesses empresariais imediatos, mas também políticos e de médio prazo, em termos de defesa da ordem capitalista percebida como ameaçada. Essas entidades se envolveriam e passariam a ser agentes e elevariam a um novo patamar as articulações contra o governo do João Goulart e contra o regime da Constituição de 1946. As instituições desse tipo mais famosas que a literatura conhece são o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD, o Conselho Nacional das Classes Produtoras, o CONCLAP, esses dois fundados em 1959, e o Instituto de Pesquisas, Estudos Sociais, o IPES, fundado em 1961. O IBAD e o IPES, particularmente, mobilizaram civis e militares que atuaram no sentido de desgastar, de desestabilizar o governo do João Goulart e o regime da Constituição de 1946, em termos de proposição de reformas constitucionais que mudariam vários dos seus fundamentos. Essas entidades atuaram, também, para promover o aprofundamento das conexões da economia nacional com o mercado internacional de bens e capitais.

Nas condições da Guerra Fria, essas articulações e atividades foram conectadas com estratégias e táticas do anticomunismo internacional. A pesquisa realizada e publicada pelo René Armand Dreifuss *1964: a Conquista do Estado*, uma literatura fundamental para a compreensão da conjuntura pré-golpe, do golpe e dos dois primeiros governos do regime ditatorial, ilumina com muito poder o caráter classista-militar e os detalhes operacionais dessa ação que vai desembocar na deposição do João Goulart e nas importantes mudanças em termo da organização do Estado Brasileiro a partir de 1964. Um livro com uma orientação teórica muito rica, desvendou a dinâmica dessas organizações classistas de direita rumo a uma conspiração, inclusive com conexões internacionais, rumo à opção pelo golpe a partir de certo momento e a participação dos seus representantes nos dois primeiros governos do regime ditatorial iniciado em 1964.

Vou falar agora brevemente sobre o braço militar dessa aliança. Setores industriais sempre foram parceiros de alguma coisa que muita gente chama de militarismo, é um termo polissêmico. Mas, de qualquer maneira, setores empresariais sempre tiveram uma congruência de interesses com segmentos militares do aparelho do Estado, qualquer que seja o sentido que se dê a esse militarismo. Mas após a Segunda Guerra Mundial, e a expansão e, na esteira da Guerra Fria, o aprofundamento do anticomunismo, contribuíram decisivamente para o estreitamento dos laços entre os empresários e o aparelho militar do Estado. O elemento central dessa aproximação é o conceito de segurança nacional. Ele vai orientar toda a definição do inimigo principal como o comunismo e vai também subordinar a estratégia empresarial-militar às conveniências das

estratégias norte-americanas para o anticomunismo, quer dizer, a questão central aí é de que maneira o empresariado brasileiro e os segmentos militares assumiram uma posição na divisão internacional do anticomunismo durante a Guerra Fria. Essas conexões empresariais-militares tiveram como centro de difusão no Brasil o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e a Escola Superior de Guerra (ESG), que era subordinada ao EMFA. A ESG já cumpria esse papel de aproximação entre militares e civis, faz parte das suas atribuições oferecer cursos, formar uma elite civil de alto nível, e ela cresce de importância nesse sentido, e as suas atividades têm um conteúdo claramente anticomunista, até o processo de seleção envolve a requisição de um “atestado ideológico” para que os seus futuros alunos, que eles chamam de estagiários, não fossem portadores de ideologias extremistas, como eles entendiam. E, do lado empresarial, como eu falei, várias instituições, principalmente no período, a FIESP e através do Fórum Roberto Simonsen, cumpriam esse papel também de aproximação. Então a gente tem, de uma maneira bem esquemática, ESG dando curso para empresários e a FIESP convidando militares para desenvolver atividades no seu interior, isso dando a solda dos interesses empresariais e militares. A partir da formação do IPES, esse contato empresarial-militar vai se fazer no seu interior e com uma perspectiva aí já mais claramente conspiratória, organizativa. Isso vai ser muito importante para a aproximação empresarial-militar. Com a perspectiva de garantir a vitória do golpe em 1964 em São Paulo, quando houve um diagnóstico de que o II Exército não estaria em condições de resistir a uma ofensiva legalista por parte do governo João Goulart, os empresários organizaram uma caixinha para fornecer material,

equipamento, veículos, material de reposição que tornasse o II Exército em condições operacionais para uma luta de uma duração mais longa. Foram cerca de 50 empresas paulistas de todos os níveis, grandes, pequenas, médias, nacionais e internacionais, que cederam materiais de diversos tipos e em diversas condições no dia 31 de março de 1964. Vitorioso o golpe, essa aproximação, um mês depois, se formalizou dentro da FIESP com o nome de Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), e esse grupo virou uma diretoria da FIESP. Toda aquela aproximação empresarial-militar que veio se gestando ao longo dos anos 1950 que ganhou um nível superior no interior do IPES e passou a ser, a configurar aquilo que, também acompanhando Antonio Gramsci, a gente podia chamar de Estado integral ou Estado ampliado, como preferem alguns intérpretes do Gramsci, que é a ideia de que setores da sociedade civil, FIESP, e setores do Estado, EMFA, que é quem indicava os representantes militares no GPMI, se fundiram em uma instituição, em um aparelho novo para executar funções de Estado; basicamente: promover o desenvolvimento industrial e a defesa da segurança nacional. O GPMI vai exercer essa função a partir de 1964, tem um papel bastante importante durante o primeiro governo da ditadura do Castelo Branco. E uma informação final importante também é que essa aproximação empresarial-militar levou alguns segmentos empresariais a se fundirem nos aparelhos repressivos da ditadura, o próprio SESI paulista, (Serviço Social da Indústria de São Paulo), foi meio que obrigado a financiar a instalação do Serviço Nacional de Informações em São Paulo, o escritório regional do SNI, da instituição que seria o centro, o coração da inteligência militar do regime ditatorial. E empresários nacionais e transnacionais também partici-

pariam, colaborariam de maneira decisiva para a instituição da Operação Bandeirantes (OBAN), aquela organização criada em São Paulo em 1969 que também levou a um novo patamar o sistema de informação e repressão da ditadura no seu período talvez mais grave, ali entre 1969, 1970, até ser substituído pelo DOI-CODI.

Portanto, a aliança empresarial-militar no Brasil, centrada no anticomunismo, nesse tema que está atualizado pelo atual governo, como o Paulo Cunha apontou, não se encerrou com o episódio do golpe, com o episódio da OBAN, com nada disso. Eu considero o elemento estrutural da sociedade brasileira, porque é um elemento estrutural dos segmentos importantes na sociedade, segmentos de classe média, segmentos empresariais que têm uma perspectiva contrarrevolucionária permanente, tem uma perspectiva de tentar, de um lado, evitar que crises políticas possam levar a situações que ameacem a ordem e, de outro, percebendo eventualmente que essas ameaças já existem, ajam reativamente, no sentido de impedir que essas crises se agravem a esse ponto. No meu entender, essa perspectiva contrarrevolucionária não desapareceu nem mesmo em 1988 com a nova Constituição. Ela muda de traços, ela muda de vestimenta, mas o Paulo Cunha também apontou algumas questões relativas à presença dos militares, mas a gente sabe que em 1988 foram preservadas várias áreas praticamente de monopólio dos militares ao nível do Estado, e isso com certeza não foi uma imposição aos civis; há trabalhos que mostram que foi produto de um acordo entre civis e militares. Essa perspectiva de defesa do ponto de vista de classe dentro da sociedade brasileira, que envolve militares e civis, não cessa, é um elemento estrutural que, no meu entender, deverá sobreviver enquanto sobreviver o capitalismo brasileiro. Obrigado pela atenção.

Os Manuais da Escola Superior de Guerra e sua Concepção de Formação Político-Ideológica

Luiz Claudio Duarte

Boa noite a todos os companheiros que estão conosco até esse momento, um grande prazer estar aqui com vocês, com o Renato, com o Paulo, dois queridos amigos e, mais do que amigos, inspiradores para os meus trabalhos, para os meus estudos, para as minhas pesquisas⁴¹. Um prazer também reencontrar a Aline outra querida amiga. Eu, por um lado, fico muito contente em ver que o interesse pelos militares volta a crescer como tema de pesquisa, no Brasil, despertando o interesse das pessoas para tentar entender esse setor importante da sociedade brasileira. Só lamento que seja em um contexto, em uma circunstância, tão ruim, em função de episódios tão negativos como a gente tem visto e vivido nos últimos tempos, nos últimos meses, ou pelo menos nos últimos dois anos, de uma presença militar muito conservadora e ameaçadora para a estabilidade

⁴¹ A minha contribuição a esse debate está tanto teórica quanto empiricamente fundamentado em minha pesquisa de doutorado. DUARTE, Luiz Claudio. **A Produção do Pensamento Militar Brasileiro Contemporâneo pela Escola Superior de Guerra: 1989-2006**. Niterói, 2012. 371 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

política do Brasil, como temos visto pelo menos de 2018 para cá. Mas é um tema que vale a pena ser estudado, inclusive para pedagogos. No caso da ESG, por exemplo, nós encontramos na documentação muitas coisas sobre como os militares pensaram a educação no Brasil. Eles disputaram muito, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, a Lei nº 5.692, de 1971, e disputaram outras legislações relativas ao ordenamento da educação brasileira, assim como também a questão da reforma universitária de 1968. Isso eu estou falando especificamente no âmbito da ESG, onde há um campo de pesquisa para os nossos estudantes da área da pedagogia, de graduação e de pós-graduação. E, recentemente, seis mil documentos que estavam classificados, isto é, não eram acessíveis ao público em geral, eram de acesso restrito, e somente militares que participavam de alguns dos cursos de formação da ESG podiam acessá-los, foram desclassificados e estão disponíveis para estudos.

A Escola Superior de Guerra foi criada em 1949 por um grupo de militares brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial como integrantes da Força Expedicionária Brasileira na Europa, sob o comando do V exército dos EUA (MAXIMIANO, 2004; RODRIGUES, 2017). Durante a experiência da FEB, mantiveram contatos direto com militares estadunidenses e dessa relação nasceu uma proximidade que depois desdobrou-se em contatos que contribuíram para a instalação da ESG do Brasil, inclusive com a vinda de uma missão do governo dos Estados Unidos, de militares estadunidenses, para assessorar a criação da ESG. Então, como disse inclusive o seu primeiro diretor, o general Cordeiro de Farias, a ESG nasceu filha de americanos, já nasceu diretamente ligada aos Estados Unidos não só no que diz

respeito ao processo de sua formação, mas doutrinariamente, ideologicamente, como eu vou tentar mostrar aqui em alguns momentos da minha fala. Mas é importante também salientar que a ESG não é filha única desse momento. Na verdade, a criação da ESG se insere em um contexto da geopolítica estadunidense ou da geoestratégia dos Estados Unidos de combate à União Soviética, de confrontação do imperialismo estadunidense com o movimento comunista em escala mundial. Ao mesmo tempo em que a ESG foi criada, no período de um ou dois anos de diferença, com pouco tempo de diferença, foram criadas escolas, centros de altos estudos militares, semelhantes em vários países na América Latina, Ásia, mas também na Europa. Foram criadas escolas com a mesma finalidade da ESG: propagar a doutrina de segurança nacional desenvolvida nos EUA, cujo cerne era o combate ao comunismo no âmbito de cada Estado nacional.

Uma coisa importante é que a ESG, ao contrário de outras escolas de formação superior militar, não é voltada à formação *stricto senso* dos militares, uma formação técnico-profissional, digamos assim. Ela é uma escola de formação política e ideológica, diretamente voltada à formação política e ideológica dos oficiais superiores e oficiais gerais. Mas uma coisa também importante, é que a ESG não fica restrita à formação de oficiais das três forças, mas também se abre para civis, como salientou o professor Renato Lemos. Em certos períodos o número de estagiários (alunos) civis superava o de estagiários militares. A inclusão de civis tanto como estagiários quanto na condição de colaboradores (professores) enquadra-se no objetivo da ESG de formar e qualificar as elites nacionais – elite econômica, política e militar, bem como formar parte do funcionalismo

público, posto que um dos objetivos centrais dos esguianos é, desde sua criação, introduzir no Estado brasileiro o princípio do planejamento. Como já disse, a formação que almejam em seus cursos não é necessariamente a do tipo técnico-profissional, mas a formação política e ideológica.

Nos manuais da ESG fica evidente que os esguianos consideram que a introdução do planejamento como método de atuação do Estado ainda é um objetivo que não foi plenamente alcançado. Portanto, a formação das elites nacionais, particularmente da elite política que dirige o Estado com base no princípio do planejamento mante-se como um objetivo a ser colimado.

Na análise crítica da produção intelectual/ideológica da ESG, o objetivo da minha fala é refletir criticamente sobre alguns conceitos que são utilizados, propalados, nos manuais e em outros documentos da Escola Superior de Guerra, mas vou ater-me especialmente aos manuais da escola, e analisá-los criticamente de maneira a capturar conceitos que permitam entender a concepção de formação da ESG voltada aos estagiários, como eles chamam os alunos, tanto civis quanto militares. A análise fundamentada no materialismo histórico dos manuais da ESG revela as entrelinhas da doutrina da Escola, aquilo que não é explicitado nos textos. E o que não é explicitado? É o sentido ideológico contido nos conceitos, especialmente nos conceitos como desenvolvimento e segurança.

A ESG diz em seus manuais que a sua grande contribuição à sociedade brasileira foi introduzir no Brasil a consciência do entrelaçamento necessário entre planejamento, desenvolvimento e segurança, o desenvolvimento planejado, planejar para desenvolver o país, desenvolver o país com segurança e ter segurança para

ter desenvolvimento. A ESG, ao articular as noções de planejamento, desenvolvimento e segurança, entende que o Estado brasileiro se portava e agia no improviso. Esse era um dos problemas do Brasil, do Estado brasileiro: a improvisação. Então, era preciso trazer o método do planejamento. Esse método, segundo os esguianos, é a grande contribuição que a ESG trouxe à modernização do Estado nacional. Então um de seus objetivos, no processo de formação das elites nacionais, é levar as elites – seus alunos – a adotarem o planejamento como método de ação, de organização do Estado, das empresas, enfim, da sociedade em geral. Esse planejamento, então, permitiria um desenvolvimento com segurança, sendo a segurança um elemento central para que o próprio desenvolvimento possa ocorrer. Desta maneira, desenvolvimento e segurança formaram um binômio e, mais tarde, se tornará um trinômio, sobre o qual falarei mais à frente.

O desenvolvimento e a segurança são os principais Objetivos Nacionais Permanentes, o planejamento é o método para alcançar tais objetivos.

Ainda que de forma bastante implícita, o discurso da ESG fala sempre em desenvolvimento da nação, a segurança da nação. O que podemos, na crítica materialista dialética, perceber nesse discurso, é que o desenvolvimento significa a reprodução e a prosperidade de um determinado sistema econômico-social, enquanto o termo segurança remete a algo mais do que a defesa do território nacional contra possíveis invasões estrangeiras. Ele relaciona-se na verdade à preservação e reprodução do sistema econômico com o qual a elite militar e os intelectuais esguianos identificam-se historicamente: o capitalismo. Apesar de nos manuais surgirem as expressões “desenvolvimento nacional” e “segurança

nacional”, à medida que os lemos criticamente, com a devida atenção, evidencia-se que o nacional, ou melhor, “o interesse nacional”, é o capitalismo. Trata-se de garantir e preservar o pleno desenvolvimento do capitalismo; trata-se de estabelecer a segurança do modo de produção capitalista e, portanto, a sua continuidade, a sua reprodução. Eis o objetivo da formação esguiana, qual seja, introjetar e/ou fortalecer nos estagiários da ESG a identificação com o capitalismo.

No ambiente histórico da criação da ESG – o imediato pós-Segunda Guerra Mundial – com o mundo já imerso na Guerra Fria, a identificação com o capitalismo teve como seu corolário a defesa do alinhamento político e ideológico com os EUA e, conseqüentemente, a oposição à URSS e ao Movimento Comunista Internacional (MCI), sendo o anticomunismo um componente essencial de todo o trabalho ideológico, educacional e propagandístico da ESG.

O alinhamento da ESG com as correntes políticas – militares e civis – de direita, liberais e antinacionalistas, evidencia-se nos posicionamentos dos esguianos – civis e militares – em todas as lutas políticas a partir da década de 1950. Tanto aquelas que envolviam mais diretamente os militares – a exemplo das eleições para o Clube Militar – quanto as de escopo mais amplo – a exemplo da campanha “o petróleo é nosso”. A ESG posicionou-se sempre contra as bandeiras socialistas, comunistas e nacionalistas de esquerda. Sempre se alinhou com as teses que defendiam o liberalismo econômico, a abertura ampla da economia brasileira à participação do capital estrangeiro, com a redução da atuação econômica do Estado – este deve ter um papel na garantia e estímulo aos investimentos privados, mas deve abster-se de ser um agente econômico direto, isto é, proprietário de meios

de produção. Se na economia os esguianos tendiam ao liberalismo e ao “entreguismo” (em oposição ao estatismo e ao nacionalismo econômico das esquerdas) em termos políticos (e morais) os esguianos, desde a origem, se definem como conservadores.

O professor Paulo Cunha já falou da questão do anticomunismo dos militares⁴² e o professor Renato Lemos, além da questão do anticomunismo, como elemento intrínseco à “contrarrevolução preventiva e prolongada”, abordou a histórica relação entre a ESG e o anticomunismo⁴³. Mas, vejam! O que me parece claro é que a ESG não apenas propaga o anticomunismo nos meios militares e civis, ela almeja mais, ela busca fazer a defesa do capitalismo, ela procura introjetar e fortalecer a convicção em torno do capitalismo como o único sistema social viável por ser compatível com “a natureza humana”, sendo, exatamente por aquela compatibilidade, o único capaz de possibilitar o progresso, estimular os homens a buscarem o desenvolvimento e a civilização.

⁴² CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e Militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2020. Id. Os Militares Perseguidos e a Democracia. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Orgs.). **Ditaduras**: Memórias, Violência e Silenciamento. Salvador: EDUFBA, 2017. BARBOSA, Jefferson Rodrigues; VIANNA, Marly de Almeida Gomes; GONÇALVES, Leandro Pereira; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). **Militares e Política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

⁴³ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, Anistia e Transição Política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. Id. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. Niterói, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da Universidade Federal Fluminense (NIEP-Marx/UFF), **Revista Marx e o Marxismo** v. 2, n° 2, p. 111-138, jan/jul. 2014. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/3>

O anticomunismo esguiando tem como sua contrapartida e corolário lógico a defesa do capitalismo. Os esguianos dizem, inclusive registram nos manuais da Escola, o porquê de se identificarem com o sistema do capital: "A natureza da nação é capitalista e democrática". Isto quer dizer que nós somos capitalistas porque é da "natureza" da nação brasileira ser capitalista e, portanto, os princípios fundamentais do capitalismo estão em nossa essência como nação. É importante observar que os esguianos não expressam apenas um juízo de realidade, reconhecendo objetivamente o caráter capitalista do sistema econômico vigente no país. Eles operam um juízo de valor, atribuindo tal realidade a uma natureza da nação, e com isso inscrevem o capitalismo na essência da sociedade brasileira, como uma natureza. Portanto, opor-se ao capitalismo significa ser antinacional.

Mas a "nação brasileira" não é somente por natureza capitalista e democrática, é também uma nação cristã. Para os esguianos são esses os elementos que formariam a "essência" da nacionalidade brasileira, o que foi bem verbalizado pelo general Golbery do Couto e Silva, para quem, somos, por herança da colonização portuguesa "incruenta", parte do Ocidente cristão e o Ocidente é também capitalista – entendido como economia de livre mercado – e democrático. Daí o "natural" e lógico alinhamento "geopolítico" do Brasil com o Ocidente no geral e na Guerra Fria em particular⁴⁴.

Nesta narrativa o capitalismo é legitimado como o sistema adequado ao Brasil por estar em conformidade com a natureza da nação, ou seja, conforme a natureza do povo brasileiro. Desse modo, ir contra o capitalismo

⁴⁴ SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional**: O poder executivo e a geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

significaria ir contra a própria nacionalidade. Todos, aqui, já assistiram a filmes produzidos nos Estados Unidos nos quais se você é comunista, você é antiamericano; se você não é pró-capitalismo, você é antiamericano; se você é anticapitalista, você é antiamericano, porque a “natureza” dos Estados Unidos seria capitalista. É algo parecido com o que se lê e se propaga nos manuais da ESG: ser contrário ao regime capitalista é ser contrário à própria nacionalidade. Portanto, torna-se imprescindível garantir a segurança desse sistema que está na natureza da nação. De acordo com os Manuais Básicos de 1993 e 2006, a segurança é um direito inalienável. “Ao nível da segurança individual, ao homem deve ser garantido direitos como os de liberdade, de propriedade e oportunidades sociais. Quanto à segurança individual, o homem deve ter garantido os direitos como os de liberdade, de propriedade, de locomoção e de proteção contra o crime, e o encaminhamento de solução dos seus problemas básicos, tais como saúde, educação, justiça e subsistência”⁴⁵.

Enquanto no manual da ESG de 1989, podemos ler: “Sendo o homem um ser essencialmente gregário, não lhe bastará apenas a segurança individual. Daí considerar-se também a segurança comunitária, que consiste na garantia de elementos que dão estabilidade às relações políticas, econômicas, sociais, preservando a propriedade, o capital e o trabalho para a sua plena utilização no interesse social”⁴⁶.

⁴⁵ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos Doutrinários**. Rio de Janeiro: ESG, 1993, p. 109. Id. **Manual Básico**. V. 1 (Elementos Doutrinários). Rio de Janeiro: ESG, 2006, p. 52.

⁴⁶ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico (Doutrina)**. Rio de Janeiro: ESG, 1989.

A garantia do direito de propriedade é um fundamento axiológico para os intelectuais da ESG, princípio que é reafirmado nos manuais. A proteção do direito de propriedade, então, é uma questão de segurança, não só de segurança individual, mas também de segurança nacional frente a possíveis ameaças subversivas. Ou seja, garantir a estabilidade do capitalismo é inerente ao conceito esguiano de segurança, por conseguinte é-lhe inerente a reprodução da propriedade privada, do capital privado e do trabalho assalariado, tal como existem no sistema capitalista. Temos, então, que a estabilização significa, efetivamente, a reprodução de tais elementos nas condições históricas em que existem e precisam existir no modo de produção capitalista. Qualquer tentativa de sublevar a ordem, ou seja, desestabilizar e impedir a reprodução desses elementos à maneira capitalista, tende a ser interpretada como uma ameaça à segurança e, portanto, à reprodução dos elementos indicados nos manuais como condição para a estabilização sistêmica. Tal perspectiva ideológica é, evidentemente, do interesse particular da classe burguesa, porém, difundida como do “interesse nacional”, do povo, no discurso esguiano.

Nos termos em que os conceitos de desenvolvimento e segurança aparecem nos manuais da ESG eles expressam o desenvolvimento e a segurança do modo de produção capitalista e, obviamente, da dominação econômica, política e sociocultural da burguesia. Por segurança, deve-se entender, portanto, a segurança da classe social dominante. Ou seja, à medida em que os manuais da ESG afirmam que é essencial ao homem e à nacionalidade a garantia do direito da propriedade, do capital e o trabalho assalariado, isso obviamente cria as condições para a identificação ideológica dos militares e

dos esguianos em geral com a classe social dominante, representante e dirigente no/do sistema: a burguesia. A unidade de interesses entre a burguesia brasileira e essa cúpula ou essa elite militar se torna fácil, porque defendem os mesmos valores, os mesmos princípios e a mesma forma de organização societária. Na verdade, os militares brasileiros desde cedo são doutrinados na base desses valores, não sendo necessário chegar até a ESG pois, a doutrinação político-ideológica já se inicia nas escolas e academias militares.

Em síntese, na doutrina esguiana, segurança significa estabilização, conservação, reprodução. Ora, a estabilização só pode ser do que está em vigor e, portanto, trata-se de conservar o que existe: o sistema vigente. A identificação dos interesses da burguesia com o interesse social e da segurança pública e econômica da burguesia com a segurança nacional não é fundamentalmente uma artimanha ideológica, mas sim o reflexo do ser social dos esguianos, o que faz deles intelectuais orgânicos da ordem societária do capital. Não por malícia, mas por identificação de interesse, por compartilhamento de uma mesma visão de mundo. Na verdade, o que eu quero dizer é que essa elite militar é doutrinada e formada no sentido de ter como valores naturais e de identificar como centrais à nacionalidade aqueles princípios que estruturam o modo de produção capitalista, especialmente a propriedade privada sobre os meios de produção. A partir daí, se constrói a unidade de interesses entre eles e a própria burguesia brasileira. Não é demais lembrar que a visão esguiana das relações sociais cinde as sociedades em elite e povo; o pensamento esguiano, além de conservador e identificar o interesse burguês de preservação da propriedade privada com o interesse nacional, também naturaliza a divisão entre dirigentes e

dirigidos, atribuindo às elites (política, militar e econômica) o papel natural de governar, comandar e dirigir o povo, que não é de forma alguma protagonista. Identifica-se, então, um interesse específico de uma determinada classe social com o interesse da nação como um todo.

Coerente com o elitismo teórico que orienta as produções esguianas, qual é o papel do povo? Bom, o povo deve ser passivo, não sendo responsável, por exemplo, pelas mazelas nacionais. Se o país vai bem, é mérito das elites por saber conduzi-lo, mas se o país vai mal a culpa também é das elites. Assim, é possível encontrar nos documentos da ESG muitas críticas às elites brasileiras, especialmente a chamada elite política. O povo é para ser liderado porque não porta autonomia. Este pensamento, de que o povo não reúne as condições intelectuais, morais e culturais para se tornar dirigente do processo, é profundamente elitista. Isso nos ajuda a entender muitas coisas, muitas questões contemporâneas do governo atual, enfim, da conjuntura hodierna.

É natural, para os esguianos, que em todas as sociedades existam grupos, elites, que possuam a capacidade de exercer a liderança e a massa a ser dirigida; cabendo aos quadros dirigentes do Estado, que fazem parte das elites, estabelecer quais são os interesses nacionais. Os próprios esguianos veem-se como parte dessa elite de funcionários públicos, e o trabalho que desenvolvem como voltado a qualificar as elites (funcionários públicos civis e militares, empresários e políticos), portanto, não é de estranhar que os valores e princípios que a eles são caros, que concebem como essenciais, naturais e fundamentais, sejam propagados como sendo os valores nacionais. Então, o direito de propriedade privada, por exemplo, é afirmado como um valor

nacional, é algo da nação brasileira, porque os próprios intelectuais esguianos se identificam com esse princípio. Eles transmutam em interesse social ou da nação os interesses burgueses os quais são considerados questão de segurança individual e comunitária, e a proteção desses interesses cabe ao Estado por ser o agente responsável pela ordem em curso, isto é, a proteção da propriedade privada, do capital e da reprodução do trabalho assalariado constitui-se em um assunto de ordem pública, na proteção da qual o Estado tem o direito e o dever legítimo de intervir coercitivamente.

Segundo seus manuais, o traço mais peculiar da ESG é a íntima ligação entre os problemas da segurança com os do desenvolvimento nacional, de tal modo que é impossível tratá-los como fenômenos independentes. Em seus fundamentos doutrinários, lê-se: "O real significado da ideia de segurança não pode ser perfeitamente compreendido se não estiver em sintonia com os anseios de evolução e transformação da comunidade nacional"⁴⁷. Surge, então o binômio segurança e desenvolvimento. E mais: "Afirmava-se no passado que a relação que unia os dois campos era de mútua casualidade; quanto mais desenvolvida fosse uma nação, mais segurança teria; quanto mais em segurança estivesse, mais facilidade haveria para o seu desenvolvimento. O que se deve afirmar é a interligação existente entre esses dois campos, sua interdependência, sendo qualquer prioridade entre eles estabelecidas apenas em função da conjuntura"⁴⁸.

⁴⁷ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos Doutrinários**. Rio de Janeiro: ESG, 1993, p. 106A e 106B.

⁴⁸ Ibid.

A partir dessa abordagem esguiana da interdependência entre segurança nacional e desenvolvimento nacional, evidencia-se que interferir na política nacional torna-se uma necessidade para a elite militar esguiana, e a maneira de fazê-la é por meio dos cursos que a ESG oferece e visam capacitar as elites nacionais. Assim, além de articular segurança e desenvolvimento é possível conservar ao mesmo tempo em que se evolui. Nesta perspectiva, em que conservar não significa estacionar o desenvolvimento e tampouco a evolução social, a evolução surge relacionada ao aprimoramento da estrutura social existente de modo a prevenir riscos à sua subversão. Fica claro nos manuais da ESG a pretensão da instituição de intervir na realidade nacional mediante a ação dos seus cursos, mediante certa ação pedagógica. Mas, a história nos mostra, como Renato Lemos chamou a atenção, que a ESG também participa ou participou em vários momentos por vias não tão civilizadas ou educadas de doutrinação.

René Dreifuss⁴⁹ comprovou que a ESG, juntamente com o IPES e o IBAD, compunha o trio de instituições que atuaram ativamente para desestabilizar o governo do presidente João Goulart e criar as condições para o golpe empresarial-militar de 1964. O complexo IPES-IBAD-ESG, analisado por Dreifuss, foi fundamental para a realização do golpe de 1964, e foram exatamente os integrantes desse complexo que ocuparam as posições de destaque e de influência nos governos que se instalam a partir de abril 1964. Então, não é só uma questão de interferência através da ação pedagógica, trata-se

⁴⁹ DREIFUSS, René Armand. **1964**: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Estado. 2ª ed., revista e ampl. Petrópolis: Vozes, 1981.

também de intervir na política à quente, não só a frio, para usarmos a expressão do Florestan Fernandes. Para os esguianos, “A segurança é necessária para impedir que o desenvolvimento seja obstado por processos subversivos, entendidos como a sequência de atos, normalmente com conotação ideológica de qualquer origem, forma ou natureza que se manifestam no âmbito interno do país atentando contra as conquistas e manutenção dos objetivos nacionais permanentes, seja, entre outras formas, por ação direta contra as instituições, seja pelo controle progressivo da população e pela destruição dos valores da nacionalidade”⁵⁰.

Ainda conforme os manuais esguianos, os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) devem ser estabelecidos pelo Estado nacional, ou seja, o aparato estatal dita os objetivos da nação e se alguém colocar-se contra é visto como um risco potencial de subversão, que deve ser neutralizado.

Até o final da década de 1980, quando a Guerra Fria já se aproximava do seu desfecho pró-ocidente, os manuais esguianos definiam os riscos de subversão nos termos clássicos da Guerra Fria, como uma ameaça comunista. Esta referência não é mais encontrada nas versões recentes do manual básico, publicadas no período posterior à derrocada do bloco soviético, pelo menos até 2006. Como na perspectiva esguiana, os processos subversivos são movimentos políticos com conotações ideológicas que transcendem as fronteiras nacionais em sua organização e em seus objetivos, a luta contra a subversão – visando a segurança e o desenvolvimento – deve transcender as fronteiras nacionais,

⁵⁰ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico (Doutrina)**. Rio de Janeiro: ESG, 1989, p. 190.

exigindo a colaboração e a solidariedade entre as nações ocidentais na defesa de seus valores. Daí a necessidade da segurança coletiva e o alinhamento com os Estados Unidos. Tenha-se em conta de que não se trata somente da vigência de relações diplomáticas e comerciais, de acordos e tratados políticos em função de uma ou outras questões e princípios, mas do estabelecimento de uma aliança visando a segurança coletiva dos países que então firmariam, em bloco, a aliança política e militar nos moldes do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A unidade política necessária para tal sistema de segurança certamente demanda a existência de algum interesse comum fundamental, capaz não de somente unir, mas também de preservar a unidade dos signatários apesar das lutas e contradições que possam existir entre eles. Se segurança significa fundamentalmente estabilização sistêmica, conservação da ordem vigente, participar de um sistema coletivo de segurança significa aceitar a hipótese de que, no caso de risco de subversão da ordem, outros países possam atuar para ajudar à burguesia de cada nação a preservar a segurança comunitária e coletiva, então, é possível entender a ocorrência de ações conjuntas das “elites orgânicas” econômicas, políticas e militares de diferentes países capitalistas, sob a direção e batuta do imperialismo estadunidense e europeu, para salvaguardar a reprodução do capitalismo como sistema mundial⁵¹.

⁵¹ ASSMANN, Hugo; SANTOS, Theotonio dos; CHOMSKY, Noam et al. **A Trilateral: Nova Fase do Capitalismo Mundial**. Petrópolis: Vozes, 1986. CANCELLI, Eizabeth. **O Brasil na Guerra Fria Cultural: O Pós-Guerra em Releitura**. São Paulo: Intermeios: USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista**

Temos, por exemplo, estudos mostrando que indivíduos (empresários e/ou, tecno-empresários, no dizer René Dreifuss) coligados ao complexo IPES-IBAD-ESG que participaram da conspiração para a derrubada do presidente João Goulart no Brasil, colaboraram na organização da conspiração golpista contra o presidente Salvador Allende no Chile, criando relações de solidariedade entre as burguesias sul-americanas e com, digamos, a cobertura maior ou a inspiração mais direta dos Estados Unidos nos golpes que sucederam ao golpe brasileiro: Chile, Uruguai e Argentina. Isso dentro da perspectiva da segurança nacional e desenvolvimento do capitalismo.

A defesa da reprodução do capitalismo não é um problema específico da burguesia brasileira, é um problema da burguesia mundial, que atua permanentemente contra os riscos de subversão da ordem capitalista em qualquer parte do mundo. Então, a segurança não é apenas uma questão individual, nem só uma questão nacional; ela é uma questão coletiva, no sentido dessa comunidade de nações que, com contradições diversas, forma o bloco dos Estados capitalistas que possuem interesses comuns e que se viam ameaçados pelo risco da subversão comunista. Que comunidade de nações (bloco de Estados capitalistas) é essa? É aquele conjunto de nações (todas capitalistas) que os esguianos chamam de

do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Estado. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. Id. **A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional [1918-1986]**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem Pagou a Conta? A CIA na Guerra Fria da Cultural**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Ocidente, cuja defesa objetiva preservar o capitalismo em escala mundial.

Em outro livro de leitura imprescindível, René Dreifuss⁵² demonstra ricamente como as “elites orgânicas”, como são descritos por ele os “intelectuais orgânicos” do imperialismo, atuam para garantir a segurança global da reprodução do modo de produção capitalista. E, neste sentido, organizações como o TIAR, a OTAN, o FMI, a OMC, a OCDE, a União Europeia, o Banco Mundial e outros organismos globais ou regionais, sob a influência e direção dessas elites orgânicas, por vários meios políticos, ideológicos e mesmo militares, agem com o fito de preservar o capitalismo. A existência e funcionamento desses organismos pressupõe que os signatários compartilham, com suas diferenças nacionais, de uma mesma ordem sistêmica e a preservação e reprodução dessa ordem é um interesse comum que justifica a vigência de um sistema comum de segurança, posto que a ruptura com a ordem de um dos signatários pode implicar em ameaça à preservação da ordem comum nos demais signatários, gerando o que os geostrategistas estadunidenses chamavam de efeito dominó. Portanto, quando se fala em sistema de segurança coletivo, estamos diante de uma perspectiva estratégica que conceitualmente só faz sentido se os signatários do tal sistema compartilharem uma unidade sistêmica. Em outras palavras, os signatários compartilham entre si uma mesma infraestrutura socioeconômica e as suas correspondentes superestruturas – ambas mediadas pelas particularidades nacionais – para cuja preservação

⁵² DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista**: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional [1918-1986]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

e reprodução concluíam os signatários de tal sistema coletivo de segurança ser proveitosa a combinação de esforços no sentido de protegê-las e reproduzi-las. Incluindo, se for o caso, a defesa do território. Até 1993, o entendimento do conceito esguiano de segurança como conservação de interesses individuais e coletivos se apresenta ainda mais evidente na distinção entre defesa e segurança nos manuais da ESG.

Ao citar o ditador e marechal Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura empresarial-militar; a ESG esclarece que, “[...] o conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares da segurança, e correlatamente sobre os problemas de agressão externa. A noção de segurança é mais abrangente, compreende por assim dizer a defesa global das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento, da estabilidade política interna. Além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica”⁵³.

Neste sentido, a ESG substituiu ao longo do tempo o conceito de defesa nacional pelo conceito de segurança nacional. Pergunta-se: qual o argumento usado pela ESG sob inspiração do marechal-ditador Castelo Branco para operar tal mudança conceitual? O argumento é o de que a defesa estaria mais voltada à defesa do território e da soberania nacional; mas a principal preocupação não era a soberania nacional, mas,

⁵³ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico (Doutrina)**. Rio de Janeiro: ESG, 1989, p. 183. Cf. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico (Extrato)**. Rio de Janeiro: ESG, 1992a, p. 55. Id. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1992b, p. 169. Id. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1988b, p. 60.

sim, a preservação do sistema econômico, do capitalismo. Então, mais importante do que a defesa nacional é a segurança nacional, na medida em que ela aponta para a segurança interna, enfatizando a necessidade e a possibilidade de combater o inimigo nos limites da nação.

A ênfase na segurança nacional teve uma série de implicações, particularmente no que diz respeito ao aparelhamento das forças armadas, pois chama a atenção o fato de as forças armadas estarem muito mais aparelhadas para fazer o combate interno, a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), do que para uma defesa efetiva da soberania nacional, do território nacional. Isso desde sempre. As forças armadas brasileiras sempre foram muito mais um aparelho repressivo do Estado voltado à manutenção da ordem interna, do controle da população, do que um aparelho do Estado voltado à proteção da soberania nacional.

Vitorioso o golpe empresarial-militar em 1964, a visão de segurança nacional advinda dos EUA no contexto da Guerra Fria, foi imposta ao Estado e à sociedade não apenas nos termos expressos pelo marechal-ditador Castelo Branco, mas também conforme o pensamento do marechal Juarez Távora – de longa tradição golpista – ao afirmar que, “nos dias atuais de combates perfeitamente caracterizados entre dois blocos mundiais antagônicos, o mundo ocidental, o democrático, e o mundo oriental, totalitário, são tão vivos e constantes os mecanismos revelados em todos os quadrantes do mundo na chamada Guerra Fria, e já transformados em focos incandescentes que toda a atividade política está voltada direta ou indiretamente para a segurança nacional, de tal forma que nenhum plano de desenvolvimento econômico, cultural ou social do país pode ser traçado independentemente de múltiplas

e por vezes rigorosas servidões impostas pelos imperativos da segurança nacional”⁵⁴.

No entanto, a matriz da doutrina de segurança nacional é estrangeira, mais precisamente estadunidense⁵⁵. Ainda segundo Elizér Rizzo de Oliveira, “[...] o conceito de segurança nacional surge inicialmente nos Estados Unidos. O conceito abrangente de segurança, entretanto, não surgiu no Brasil; não é uma resposta exclusiva ao caso brasileiro, nem se insere necessariamente no quadro clássico da guerra entre nações. Ao contrário, sua origem vem da teoria da resposta flexível, oficializada nos Estados Unidos pelo presidente Kennedy e pelo secretário McNamara, e da política de contrainsurreição desenvolvida pelos especialistas do departamento de defesa”⁵⁶.

Assim, reitero que, o conceito esguiano de segurança está voltado sobretudo à supressão de qualquer ameaça de subversão da ordem capitalista, ameaças que os esguianos e as elites orgânicas entendem como inimigo interno e agressão interna. A agressão interna não é, obviamente, uma agressão contra as fronteiras nacionais, mas uma ameaça contra a ordem econômica, política e social que vige no território nacional. Ela é a ameaça de subversão das relações de poder em vigor e, por esta razão, deve ser combatida, coerentemente com o conceito de segurança nacional.

⁵⁴ TÁVORA, Juarez. **A Segurança Nacional e a Estratégia:** conceituação e inter-relações. Rio de Janeiro: ESG, A-01-53, p. 13, apud. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas:** Política e Ideologia no Brasil (1964-1969). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978, 29 e 122. Cf. PEDREIRA, Fernando. **Brasil Político.** São Paulo: Difel, 1975, p. 35, apud. OLIVEIRA, op. cit., p. 122-123.

⁵⁵ OLIVEIRA, op. cit.

⁵⁶ Ibid., p. 122-123.

Neste contexto, é possível entender como essas questões se articulam com um dos elementos doutrinários mais importantes propagados pela ESG até final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o anticomunismo. Tornando um elemento lógico, o anticomunismo faz parte do objetivo central da doutrina ou do trabalho da ESG à medida que introjeta na oficialidade das forças armadas a legitimação do capitalismo. É interessante também destacar que poucas vezes o discurso esguiano afirma explicitamente estar defendendo o capitalismo; diz-se que se está a defender a democracia, o regime democrático, o regime de livre iniciativa, ou seja, uma série de eufemismos são utilizados para esconder a natureza efetivamente capitalista do sistema e o caráter classista do discurso da ESG. Nascida sob a inspiração da geopolítica estadunidense no período pós-Segunda Guerra Mundial, a ESG se propôs à tarefa de qualificar as elites brasileiras de forma a torná-las capazes de, empregando o método do planejamento, imprimir racionalidade ao Estado de forma a se alcançar, pela ação planejada do poder nacional o desenvolvimento com segurança e a segurança com desenvolvimento. Isto quer dizer que, o desenvolvimento e a segurança passaram a ser compreendidos como termos de um mesmo processo, sendo que a ênfase em um ou em outro dependeu somente dos imperativos conjunturais. O que nos demonstra, portanto, que os conceitos e categorias que estruturam os currículos e manuais da ESG e o trabalho pedagógico desenvolvido pelos intelectuais esguianos possuem uma clara função ideológica, qual seja, unir-se política e ideologicamente à burguesia na valorização e naturalização do modo de produção capitalista como a ordem societária racional e adequada à nacionalidade brasileiro. O capitalismo é, nessa perspectiva, o único

sistema econômico racional. O discurso pelo desenvolvimento – que deve ser protegido contra ameaças sistêmicas, contra o comunismo e a subversão – não é outra coisa senão o discurso pelo desenvolvimento do capitalismo.

Por sua vez, a segurança ganha um significado amplo e a segurança nacional integra-se à segurança coletiva do “Ocidente, democrático e cristão”, que, aliás, são duas caracterizações propagadas pela ESG no Brasil, tal como afirma general Golbery do Couto e Silva: “O Brasil é um país ocidental e é um país cristão. Já nasceu assim”⁵⁷. Em outras palavras: o Brasil já nasceu ocidental e cristão e, portanto, tentar modificar esta condição é atentar contra a própria nacionalidade. Deste modo, tornava-se aos olhos da intelectualidade esguiana imperiosa a aliança do Brasil com as demais nações “democráticas ocidentais” no combate ao comunismo internacional, o qual era apontado como uma grande ameaça ao desenvolvimento, à segurança e ao bem-estar dos povos ocidentais. Assim, da sua fundação em 1949 até a década de 1990, a ESG foi a grande propagadora da doutrina de segurança nacional, da tese do inimigo interno e da defesa do alinhamento direto com os Estados Unidos, apontados como nação amiga e aliados líderes na luta contra o comunismo, mesmo que rusgas eventuais ocorressem. Entretanto, na virada do século XX para o século XXI, a conjugação de alguns fatos levará a uma inflexão da antiga posição esguiana pró-Estados Unidos, especialmente a percepção dos efeitos considerados negativos da adesão pelo Estado brasileiro aos princípios da globalização e do neoliberalismo. Mormente, os efeitos

⁵⁷ SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional**: O poder executivo e a geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

dos ajustes econômicos sobre os orçamentos das forças armadas, as contrarreformas administrativa e previdenciária, o achatamento salarial dos servidores públicos, incluindo os militares. E aí temos uma questão interessante; ao contrário do que vemos hoje, dessa nova elite militar que está em torno do governo Bolsonaro, no final dos anos 1990, pegando especialmente os governos do Fernando Henrique Cardoso, encontramos na ESG muitas críticas à adesão do Brasil à globalização e ao neoliberalismo, o que não verificamos nos discursos da elite militar que apoia o presidente Bolsonaro. Tinha alguns esguianos que entendiam, como era o caso do general Meira Mattos, que a globalização era inevitável, era uma decorrência necessária do desenvolvimento científico e do *gap* tecnológico entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, portanto, não havia o que fazer em termos de oposição à integração à globalização e ao neoliberalismo; só restaria buscar a melhor integração possível, com o menor dano possível, mesmo sabendo que alguma flexibilização da soberania nacional teria que ser feita, não haveria alternativa. Mas, outros militares da ESG, a exemplo dos coronéis Jorge Calvario dos Santos e Manoel Cambeses Júnior, faziam um discurso bastante duro de oposição ao governo Fernando Henrique e à adesão do Brasil à globalização e ao neoliberalismo. Hoje, ao contrário, a posição antineoliberal defendida por esses militares – que eram anticomunistas, que defendiam o golpe empresarial-militar de 1964, mas que começaram a estranhar a relação com os Estados Unidos a partir, sobretudo, da administração de George W. Bush – foi, me parece, claramente vencida e superada.

A postura imperial adotada pelos Estados Unidos, notadamente nas administrações de George W. Bush na política internacional; os discursos provenientes dos

Estados Unidos e de nações europeias favoráveis à redução das forças armadas nos países dominados, a recorrência no uso da força militar para impor a vontade dos Estados Unidos, inclusive contra antigos aliados da Guerra Fria, tudo isso contribuiu para o aparecimento de um discurso crítico ao neoliberalismo e à nova geopolítica estadunidense, tendo como resultado um afastamento relativo da intelectualidade esguiana – ao menos de uma parcela – em relação ao antigo aliado. Pois, pelo menos pelo que se pode ver da realidade atual, que essa corrente crítica que se formou na ESG durante os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva foi derrotada. Tanto essa posição se desenvolveu no período citado que encontramos em certos momentos a ESG convidando, por exemplo, um dos dirigentes do PC do B para fazer palestra na Escola, o professor Luís Fernandes. João Pedro Stédile – principal líder do MST – foi convidado a fazer palestra na Escola. Em sites de extrema-direita, víamos alguns comandantes da ESG sendo chamados de melancia naquela analogia do militar que seria verde (patriota) por fora e vermelho (comunista) por dentro. Não tinha nenhum vermelho ali, mas a extrema-direita militar começou a se incomodar com alguns posicionamentos da Escola, de parte de alguns comandantes da Escola durante aquele período dos governos de Fernando Henrique e início do governo Lula, mas me parece que essa tendência mais crítica acabou por ser derrotada e se perdeu. Bom, é o que eu podia dizer no momento. Obrigado.

[DEBATE]

Aline Atássio: Eu peço desculpa porque eu não tenho o nome de quem fez as questões. Eu as separei conforme remeteram para os conferencistas. A primeira diz assim: Gostaria que o professor Paulo Cunha comentasse sobre o processo de construção de um senso comum de grande valorização das forças armadas e de defesa de um suposto patriotismo. Ainda para o professor Paulo Cunha: qual é o estado atual das conexões entre militares brasileiros e militares latino-americanos? No que tange a segurança interna, o papel das forças armadas no Brasil tem relação com a forma específica de desenvolvimento associado e dependente brasileiro?

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha: Alguns questionamentos foram, de certa forma, muito bem respondidos no desenvolvimento das exposições dos meus colegas, não somente porque algumas dessas indagações passam por essa afirmação do nacionalismo que teve esse viés de segurança construído pela ESG, conservador, pautado sobre um anticomunismo arraigado e valores cristãos e ocidentais. Porém, é bom sempre lembrar que o nacionalismo, que não é uma corrente homogênea, sempre permeou de forma plural as forças armadas. E quando você pega setores mais politizados das forças armadas dos anos 1950 e 1960, grupos pequenos, articulados ou não, você teve uma direita e uma esquerda militar, e a média do militar brasileiro é inegavelmente patriota, eu não tenho dúvidas. Eu acho

que atualmente ele, o militar, não se identifica com algum desses projetos, até porque nesse período do debate nacionalista se discutia e apresentava projetos, talvez em gestação, mas muito bem construídos em entidades como o ESG ou o ISEB, e a riqueza da reflexão sobre o país e o debate desse período é inegável, aliás com vários atores à esquerda e à direita. Então eu acho que não é uma questão de suposta ou não, entendo que existe, sim essa reflexão. O que eu acho é que hoje em dia você tem um problema sério, eu não vejo a instituição militar osmótica ao governo Bolsonaro, eu vejo fundamentalmente a presença interveniente de uma Ala Militar, aliás, construí uma reflexão que abre a 2ª edição de meu livro **Militares e Militância**, e no preâmbulo apresento as nuances de grupo e sua formação, cujas influências são advindas da obra do general Sérgio A. Coutinho bem como seus estudos sobre Gramsci e Olavo de Carvalho, que historicamente teve certa presença entre os militares através de seus escritos e exposições no Clube Militar, e procurou também influenciar o governo Bolsonaro. Essa Ala Militar, em um primeiro momento ficou em segundo plano, mas me parece que hoje está cada vez mais presente política e ideologicamente inclusive contrapondo a influência de Paulo Guedes, e talvez a média geral dos oficiais brasileiros passa por essas mediações, ao mesmo em alguma medida. Porém, há que registrar o seguinte: há um sério problema, não temos pesquisas consistentes para conhecer os militares brasileiros. Essa é uma lacuna; aliás, mesmo a classe política ou no Congresso Nacional, são poucos os parlamentares especializados nessa temática; na verdade, os melhores eram os do campo da esquerda como o Fernando Gabeira, Aldo Rebelo, José Genoíno, Raul Jungmann, todos no campo da esquerda, a despeito de uma certa amplitude para

apreender o significado de ser esquerda. Outro exemplo, até pouco tempo, tínhamos uma comissão de Defesa Nacional e outra de Relações Exteriores, mas hoje estão articuladas. Esse é um dado interessante para se avaliar, entretanto, não consigo ver as forças armadas atuando como um bloco monolítico, embora eventualmente na história aquilo que alguns autores chamam de Partido Militar possa ter ocorrido. Quanto à segunda questão da atual conexão dos militares brasileiros, sinceramente, eu não tenho como responder. Houve um esforço muito grande nos governos do PT via UNASUL de construir instituições de defesa sul-americana, noutras palavras, houve concretamente um debate maior, mais intenso nesse período. Mas, efetivamente, acabou, pelo menos nessa linha com o atual governo.

Provavelmente, o atual governo dialoga com setores mais reacionários a exemplo dos militares da Bolívia ou alguns deles, aliás, em alguns casos, a diplomacia provoca iniciativas à revelia dos militares, inclusive, dessa Ala Militar que compõe o governo (apoiava a invasão ou pelo menos indicava apoiar uma invasão da Venezuela), mas não me parece que hoje em dia haja um diálogo na linha de uma perspectiva política de um projeto de integração sul-americana. Aliás, algo que é preciso ser melhor estudado é a questão dos militares sul-americanos, exposto de forma muito pontual, aqui ou ali, mas não há muitas interfaces que nós possamos dialogar e explorar. A terceira pergunta é o papel da segurança; aliás, ficou muito claro, e aí acho que o Claudio e o Renato pontuaram a partir da formação da Escola Superior de Guerra e a implementação da doutrina de segurança nacional a partir da qual o inimigo maior passou a ser o povo brasileiro. Acho lamentável ainda essa percepção. Há exemplos históricos pouco

dignificantes da intervenção dos militares contra o povo; gosto muito de citar Canudos. Canudos, se você fizer uma regra de três a partir dos estudos do magistral clássico, **Os Sertões**, seriam hoje 400 mil mortos. E na guerrilha do Araguaia, fato que macula a história das forças armadas porque muitos guerrilheiros se entregaram com a promessa de serem protegidos, enfim, conscientes que seriam presos, julgados e condenados e depois foram assassinados. Então eu acho que é uma leitura ainda muito presente, eu acho que nós vemos ainda uma dificuldade enorme de um reconhecimento dos militares, ou pelo menos de setores militares, de perceberem que o povo é o seu maior aliado em um projeto de nação.

Aline Atássio: Tem uma questão aqui que eu acho que você não pode deixar de responder. É sobre o contexto contemporâneo em relação ao militarismo de esquerda. Existe alguma representatividade significativa nesse sentido hoje?

Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha: Rapidamente, primeiro é um equívoco falar em militarismo de esquerda. Há, vamos dizer, do ponto de vista de uma *esquerda* militar naquilo que eu pesquiso, há concretamente um movimento crescente, que não é de agora, particularmente entre os policiais. É bom lembrar que policiais compõem o campo militar no Brasil, juntos com os militares das Forças Armadas compõem uma unidade, embora não expressem a mesma identidade. Desde 1988 e os dados são do DIEESE, foram mais de 400 greves de policiais em todo o país, e mais recentemente, iniciativas pela esquerda, algo que era pontual em vários estados, mas já estamos caminhando para o 2º Congresso de Policiais Antifascistas e temos vistos dezenas de

candidatos policiais tentando se eleger vereadores, embora alguns já tivessem tentado antes uma eleição à Câmara Federal. No próprio Rio de Janeiro, o candidato a vice-prefeito pelo PSOL é um policial de esquerda. As dificuldades são enormes, primeiro, o de construir uma agenda de segurança na qual o inimigo não é o povo, que é a concepção de segurança nacional que permeia as instituições militares. Não é à toa que as polícias militares estaduais são constitucionalmente componentes auxiliares das Forças Armadas; porém, nos impressiona essa presença em vários estados de policiais antifascistas, e é muito positivo, a despeito das forças políticas de esquerda ou partidos ainda terem uma dificuldade de elaborar projetos, propostas e articulação com esses grupos. Por isso que muitas vezes você vê policiais com uma visão de cidadania, mas se você não dialoga e não tem um projeto como nos anos 1950 e 1960, é um problema, mas o que nós estamos vendo é um movimento muito positivo. Nas forças armadas, você teve até um tempo atrás dois movimentos muito significativos: o movimento de Capitanismo, formado por jovens oficiais que tentavam se eleger a uma bancada, mas não foi muito bem-sucedido e muito perseguido; e o movimento da APEB – Associação de Praças do Exército Brasileiro –, também barbaramente perseguido. Eventualmente, você tem em militares de esquerda, discretos, mas é muito, muito difícil se expor sem ter receio das consequências. Aliás, eu estava vendo agora, recebi o caso de um sargento da marinha que se candidatou, acho que pelo PSB, e está respondendo a processo. Acredito que na medida que você tenha forças políticas, partidos que busquem esse diálogo, e, atenção, não estou falando de partidarização e sim de democratização das forças armadas, esses grupos vão aparecer e emergir, bem como

se identificar e aí nós teremos, vamos dizer, aquilo que podemos chamar de uma esquerda militar e democrática mais consequente. No momento, eu diria que temos figuras isoladas, mas é o que eu posso dizer no momento.

Aline Atássio: Renato, fizeram umas questões que são mais amplas, mas acho que dá para responder tranquilamente, o que mostra como as pessoas estão muito ligadas nesse contexto nosso atual. A primeira questão: por que as escolas militares estão ganhando espaço na condução do ensino público em nosso país? O que realmente está por trás dessa ordem? Pode-se concordar com a ex-presidente Dilma, de que o golpe era inevitável porque o governo não contava com o apoio sólido do exército? E, por fim, é justo pensar que a cúpula militar considera que o Brasil não tem uma elite política empresarial capaz e, por isso, aceita a tutela militar como no atual regime?

Renato Lemos: Bom, as três perguntas não têm a ver com a minha comunicação, mas de alguma maneira têm a ver com a minha área de trabalho e pesquisa no laboratório, em que lido com essas questões. A questão das escolas militares: elas não estão conduzindo propriamente o ensino público, mas ela tem dois momentos. O primeiro momento, não são as escolas militares, são as escolas públicas que passam a ser administradas por membros da polícia militar, segundo uma série de regras do meio militar. Então a questão central é o abandono do ensino público, a redução nos investimentos. Essas escolas, inicialmente, são aquelas localizadas em áreas críticas. Do ponto de vista da segurança pública, e uma vez sob administração da polícia militar, vários dos fatores de crise são afastados por causa da presença da

repressão e, aparentemente, os alunos encontram melhores condições para estudar. Enfim, às vezes, o aluno não tem nem condições de assistir aula. Então cria-se um vácuo do poder público e com isso parte-se para uma solução pouco flexível, pouco civil, pouco democrática, porque essas escolas passam a ter um regime militar. O segundo momento, que é o momento atual, a partir da posse do Bolsonaro, aí sim nós temos as escolas cívico-militares. Esse é um projeto do governo que afeta o Estado, porque cria-se uma subsecretaria das escolas cívico-militares, comandada por mulheres, oficiais do corpo de bombeiros de Brasília que passam a orientar a fundação de escolas. Ao contrário do primeiro momento, que é o de reorganização de escolas já existentes, agora as escolas são fundadas para funcionar, fundamentalmente, sob um regime militar, regras militares; alunos batem continência, têm que usar certos uniformes, não podem usar cabelo assim, assado; menina não pode se maquiar, tem que fazer ordem unida, passar por revista. Enfim, seguem uma orientação extremamente conservadora, que lembra muito a orientação da moral e cívica adotada pelo regime ditatorial a partir de 1969. Então não é que as escolas militares estejam ganhando espaço na condução do ensino público. Elas estão em um espaço de disputa ideológica em que uma das correntes é altamente conservadora, provoca uma congruência de perspectivas entre militares e esses setores altamente influenciados pela perspectiva religiosa, de defesa da moral cristã etc. Isso é um processo. Está em disputa e cabe a nós tentarmos mudar essa correlação de forças, lembrando sempre que há outros processos paralelos como o projeto escola sem partido que faz parte de um panorama mais geral de questões que não envolvem apenas setores militares. Os militares não estão sozinhos nessa história.

Setores civis altamente conservadores apoiaram a militarização de escolas públicas, em Goiás, Mato Grosso, Pará e vários estados do Brasil e, agora, apoiam a criação de escolas cívico-militares.

Bom, a segunda pergunta: pode-se concordar com a ex-presidenta Dilma de que o golpe era inevitável porque o governo não contava com um apoio sólido do exército? Eu tenho vários problemas com essa questão. Eu começo pela ideia de golpe. Eu divirjo da maior parte dos meus companheiros de análise da conjuntura. Não entendo que o afastamento da presidenta Dilma tenha se configurado em um golpe. Acho que isso é um esvaziamento de conceito, do golpe mesmo no sentido mais amplo, de que não envolve necessariamente uma operação militar. No meu entender, para compreender a destituição da Dilma tem que se entender a política do PT, porque ela foi destituída quando seu principal aliado deixa a aliança, que era o PMDB. E acho que a questão central não era apoio militar, até porque o governo do PT, não necessariamente da Dilma, mas do Lula, desfrutou de pelo menos uma complacência militar muito grande. O Luiz Claudio falou dos problemas da ESG com o Fernando Henrique, mas não tinha nenhum problema se o Stédile foi fazer palestra na ESG, certamente era porque as relações entre o PT, no caso o MST – que era aliado do governo do PT – eram muito boas com as forças armadas. Eles, os militares, ajudaram a defenestrar o PT do poder, mas eles certamente terão saudades dos tempos em que o PT destinava verbas para os projetos do Ministério de Defesa etc. Não acho que tenha sido uma questão de apoio do exército, quem destituiu a Dilma foi a coligação que sustentou os governos do PT. O problema da Dilma, no meu entender, é um problema crônico do PT que fazia governo de colaboração de classes. A partir do momento

em que o PT deixou de ser muito útil para conter os movimentos sociais e foi perdendo, a partir de 2013, a legitimidade junto a essas novas formas de manifestação. Viram, então, que era o caso de afastar o PT do poder, para controlar o motim do Estado. No meu entender, o que está por trás imediatamente da destituição da Dilma é uma disputa pelo controle dos recursos do Estado. Acho que para entender esse episódio, não vale ter uma visão teleológica, de que o afastamento do PT conduziu à vitória do Bolsonaro. É preciso lembrar que a Dilma ganhou do Aécio por 3% dos votos em 2014. No meu entender, golpe houve mesmo na semana da divulgação dos resultados dessas eleições, quando a Dilma fez um 171, um estelionato eleitoral e aderiu ao programa econômico do derrotado, do PSDB. Isso foi um golpe, de fato, no eleitorado. Mas não entendo que a destituição dela tenha sido um golpe e muito menos que tenha acontecido por falta de apoio militar.

A terceira pergunta é complicada, eu não tenho *inside information*. Uma das limitações do meu trabalho com militares é não ter ligações com o meio militar, não gosto do meio militar, não tenho conexões orgânicas. Então, eu não tenho informações de como qualquer militar pensa, a não ser alguns militares de baixa patente que frequentam o meu laboratório, que me passam as suas impressões, mas certamente não são as mais importantes do ponto de vista da compreensão da dinâmica da cúpula militar. O que eu quero acreditar é que os militares não aceitam a tutela. Os militares estão sempre dispostos a exercer a tutela, estão procurando aumentar a sua parcela de influência junto aos organismos decisórios do Estado, junto às áreas estratégicas que eles desfrutaram desde a ditadura e, na sequência, desde a Constituição de 1988 que, por sua

vez, preservou essas áreas, garantindo-lhes posição importante no cenário político. Ou bem eles foram trazidos a essa posição pelos meios civis, por setores civis, ou bem esses setores civis aceitam rapidamente e se tornam parceiros dessa proeminência militar no cenário político, disso que considera em débito, inconstitucional etc.

Acho que é necessário analisar com muito cuidado. Os militares não têm presença política exclusivamente militar. Eles têm a presença política, como o Paulo acabou de lembrar. Não é uma presença política homogênea, inclusive é um nível hierárquico, há conflito, há dissidências que passam para fora do meio militar. E, nós conseguimos especular. Então, o máximo que eu posso dizer em relação a isso é uma especulação. Eu acho que os setores civis que estão comandando a nossa vida no momento e os setores militares nessa área têm uma comunhão em torno de um fator fundamental, que é a defesa da ordem. Essa é uma hipótese que eu já defendi publicamente em entrevistas, na Carta Capital etc. Eu acho que a questão central para civis e militares que estão no poder é garantir que a nossa ampla, geral e irrestrita crise econômica, social, política e ideológica não coloque a ordem capitalista em risco. Isso foi evidenciado pelas preocupações de ministros, de Bolsonaro e família, quando dos eventos do Chile, um dos filhos do Bolsonaro disse mesmo: "Se isso chegar no Brasil, nós temos o AI-5". Acho que essa é a questão central. Minha hipótese é a de que a hierarquia militar apoia o governo Bolsonaro enquanto ele for um fiador da ordem. Se ele deixar de ser um fiador da ordem — e, ao contrário, como estava até pouco antes parecendo como uma ameaça à ordem —, pode ser que haja um divórcio entre a hierarquia militar e o Bolsonaro. Mas, eu insisto, isso é uma especulação,

eu não tenho dados concretos para sustentar essa hipótese.

Aline Atássio: A experiência do exército na pacificação do Haiti foi transplantada na intervenção militar do Rio como experimento para uma democracia de segurança nacional? Militarização e milícias do Estado: você poderia comentar a relação? Por fim, uma pergunta que foi feita pela Rede Bolivariana, não tenho o nome da pessoa, mas você considera que o modelo colombiano e chileno de segurança são o que o imperialismo quer impor a todo o continente como sócios da OTAN?

Luiz Claudio Duarte: Vamos à questão da militarização e milícia. Eu não conheço nenhum trabalho que investigue especialmente a existência de vínculos nas forças armadas ou dos militares de alta patente das forças armadas com as milícias. Milícia no geral está muito ligada a policiais e ex-policiais: civis, militares e bombeiros. Pegando a questão das forças armadas: o Brasil de 1988 para 2006 teve dezenas de operações de garantia da lei e da ordem, uma das mais conhecidas foi a intervenção na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Muitas dessas intervenções foram absolutamente ilegais, ainda que sancionadas ou toleradas pelo Supremo Tribunal Federal; muitas delas violavam a legislação que prevê, que regula, as condições em que se pode estabelecer ou determinar uma GLO, refiro-me aos preceitos contidos no artigo 144 da Constituição Federal. Mas, uma das coisas que chamava a atenção nos casos das operações lá nos anos de 1990 era o receio que muitos comandantes tinham de que a participação dos militares nas operações de GLO pusesse a tropa em contatos constantes com a criminalidade e seu poder

financeiro de aliciamento. Nos governos Fernando Henrique Cardoso e no início do governo Lula, existiu muita reação, muita resistência do comando das forças armadas, especialmente do exército, no envolvimento dos militares com as ações de Garantia de Lei e Ordem como, por exemplo, as intervenções nas favelas do Rio de Janeiro. Isso porque existia ali um receio de que essa presença constante e essa convivência, essa participação intensiva do exército, dos militares, nessas regiões levassem à proximidade entre os militares, especialmente soldados e graduados (cabos e sargentos), com o tráfico e que isso pudesse contaminar o aparelho militar como já aconteceu em outros países – a Colômbia seria um exemplo disso. Então existia ali uma certa resistência. Existia resistência em relação a isso e existia resistência por não haver ainda uma doutrina de como se faria esse tipo de intervenção; existia resistência porque equipamentos, preparo de tropas e doutrinas disponíveis não seriam adequados; em regra, o soldado do exército não é preparado para exercer função de polícia, ele não sabe agir como um policial e aí pode provocar desastre, como foi, por exemplo, a execução de um músico que dirigia por uma rua do Rio de Janeiro e de um morador de rua que estava próximo. O carro que a vítima dirigia foi alvejado por cerca de 80 tiros. Isso diz respeito a um despreparo do exército, inclusive ideológico, para desempenhar funções de polícia. Aliás, é importante frisar que a intervenção no Rio de Janeiro comandada pelo general Braga Neto foi, do ponto de vista da segurança pública, um completo fracasso. Ao longo do tempo, especialmente nos governos Lula e Dilma, o governo do PT teve um papel enorme nisso, essas resistências foram sendo quebradas. O governo Lula avançou muito no que diz respeito à garantia jurídica de que militares envolvidos em

operações de lei e ordem não seriam criminalizados, isso se completou no governo Temer. Também o governo Lula criou uma brigada em São Paulo especificamente voltada a adestrar militares para participarem de ações de GLO e se começa a criar programas de readequação e armamento, como por exemplo o fuzil AI-2 com munição 5x56. Ou seja, as dificuldades jurídicas, doutrinárias, de equipamentos e preparo que causavam receios aos comandantes foram sendo – pelos governos do PT e depois pelo governo do MDB – superadas, favorecendo o engajamento do exército nessas ações que visam confrontar o que os militares passaram a denominar de Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), uma nova classificação que substitui o termo inimigo interno, terminologia comum da Doutrina de Segurança Nacional. Como resultado o exército passou a ter uma participação muito ativa e com grande frequência em operações de GLO. Mas eu desconheço, até o momento, casos de envolvimento de militares das forças armadas com as milícias que atuam em diversas áreas periféricas do Rio de Janeiro. Agora, algo que merece uma investigação séria e independente são as denúncias de desvio de armas e munições das forças de segurança em geral e das forças armadas em particular para as mãos de grupos e organizações criminosas. Por outro lado, no que tange às polícias estaduais, uma coisa que me chama a atenção é o seguinte: as milícias estão se tornando parte do Estado brasileiro; elas estão dentro do aparelho repressivo do Estado, no caso do Rio de Janeiro é muito claro isso, elas estão dentro do aparelho repressivo do Estado e elas estão no parlamento. Tivemos mais de um caso de milicianos eleitos para a Assembleia Legislativa. Eu não estudo especificamente a questão das milícias, mas tudo indica que a atividade miliciana no Rio de Janeiro virou

um grande negócio, constitui-se em uma atividade capitalista muito lucrativa. Grupos de policiais foram percebendo na conquista de determinados territórios das mãos dos traficantes a possibilidade de um ganho, de negócio. É importante ter em conta que o próprio Estado contribui para a passagem do sujeito da condição de agente da lei a de miliciano. Primeiro, a formação dos policiais, como a dos militares, é uma formação que valoriza os princípios básicos do capitalismo, isto é, a valorização do lucro, do enriquecimento pessoal como expressão de sucesso e é uma formação que replica a naturalização das relações autoritárias com a população pobre, preta e periférica. É algo que vai ser difícil de ser superado e corremos o risco de essas milícias ocuparem um espaço ainda maior dentro do aparelho do Estado como parte do processo em que estamos de corrupção da política e do poder. Em relação ao Haiti, uma coisa que me chamou muito a atenção é que vários dos generais que formam o governo Bolsonaro tiveram participação na ocupação do Haiti ou em outras missões, como é o caso do general Santos Cruz que comandou tropas de ocupação tanto no Haiti quanto no Congo. A ocupação (ou invasão) do Haiti é algo que precisa de mais estudo, a experiência brasileira no Haiti, esse assunto que precisa ser mais bem estudado, em uma perspectiva crítica; precisamos conhecer como os trabalhadores e a população pobre do Haiti avalia a presença dos militares brasileiros lá. Há trabalhos acadêmicos sobre a presença dos militares brasileiros, inclusive de mulheres militares, no Haiti, mas precisamos de pesquisas mais densas sobre o que foi exatamente a experiência brasileira no Haiti, a partir inclusive dos haitianos, do olhar dos haitianos, isso é algo que a gente está precisando produzir. Eu não tenho dúvida que o Haiti foi um grande laboratório para as

intervenções dos militares na área da segurança pública e momento importantíssimo para a articulação política e ideológica entre vários dos oficiais que ao retornarem ao Brasil passaram a atuar politicamente para voltarem a ter um protagonismo na política nacional, para retomarem posições e postos no aparelho do Estado e terminaram por se juntar na campanha e no governo de Jair Bolsonaro. Na verdade, essa questão das políticas de intervenção urbana, de controle de populações urbanas, isso já vem sendo desenvolvido nos Estados Unidos desde os anos de 1980. Lá na década de 1980 o exército estadunidense criou em Forte Knox uma maquete do que seria uma cidade sul-americana, como o Rio de Janeiro, Bogotá, Medellín, Cidade do México, para treinar tropas para atuar em áreas urbanas, em conflitos urbanos. No caso brasileiro, acho que o Haiti foi um grande laboratório; laboratório do tipo de armamento mais adequado com a substituição do fuzil 7x62 pelo fuzil 5x56, por exemplo. Desenvolveram táticas de ocupação, de lida com a comunidade, essa coisa de ocupar a região e junto com a intervenção levar assistência médica, educação, assistência social, lazer etc. Algo parecido com o que foi feito na Colômbia e se anunciou para as UPPs. Para esse tipo de coisa eu acho que o Haiti foi um grande laboratório, e uma das figuras importantes na ocupação do Haiti foi exatamente o general Augusto Heleno, que hoje é uma das lideranças da extrema-direita com maior influência no governo Bolsonaro. Esse é um tema relevante para se pesquisar, como se articularam – e com quais objetivos políticos – os generais e demais oficiais que participaram das forças de ocupação no Haiti e no Congo, ambas realizadas sob a administração petista. A terceira pergunta eu vou me desculpar, mas eu não vou ter condições de respondê-la, realmente eu não tenho

conhecimentos suficientes para falar sobre a chamada Revolução Bolivariana. A pergunta é pertinente, mas eu realmente não domino o tema. Também não tenho como argumentar sobre as conjunturas do Chile e da Colômbia para traçar um paralelo com as realidades internas dessas formações sociais e a política do imperialismo para a América Latina, com a possível tentativa do imperialismo estadunidense de criar algo no estilo da OTAN aqui no Cone Sul. O que eu sei, o que eu posso dizer em relação a isso é que há resistência no meio militar do Brasil em relação a esse nível de proximidade com o Estados Unidos; eles são pró-EUA, não é que não sejam, mas essas relações não são tão diretas nem tão simples. Então, por exemplo, eles têm tensões com os Estados Unidos, e já tiveram até alguns atritos com o governo Bolsonaro no que diz respeito à questão da presença estadunidense na fronteira brasileira: na Colômbia, no Peru e Paraguai. Aliás essa questão remonta ao governo FHC. Há algumas desconfianças. Por quê? Parece-me que especialmente pela questão amazônica, pelo risco de uma intervenção estrangeira e/ou multinacional na Amazônia em nome da questão ambiental, da questão indígena ou de direitos humanos. Há na cúpula militar brasileira uma coisa antiga que se replica: a ideia de haver um risco de internacionalização da Amazônia, então muitos dos problemas em relação às comunidades indígenas também têm a ver com isso, porque eles temem que essas comunidades indígenas possam se transformar em uma espécie de cavalo de Troia para uma entrada estrangeira em território amazônico. Então existem tensões. O Paulo chamou atenção que o Bolsonaro tinha e intenção e chegou a cogitar a possibilidade de ceder território brasileiro para a construção de uma base militar estadunidense. A

cúpula militar não favorece isso, se opõe a isso. Ao menos para o período que pesquisei em minha tese de doutorado (1989-2006) utilizado a documentação produzida por intelectuais civis e militares da Escola Superior de Guerra, existia entre intelectuais esguianos e oficiais gerais brasileiros a preocupação de que pudesse acontecer com o Brasil, ainda no governo Fernando Henrique, algo similar ao que acontecia na Colômbia, a presença intensiva de militares e agentes de segurança dos Estados Unidos em território colombiano. Então eu imagino que essa é uma relação tensa. Por mais que eles considerem os Estados Unidos como um país amigo, é bom lembrar que o controle deles sobre o território nacional é fator chave para o próprio peso político deles. Se eles perderem o controle do território para bases estadunidenses etc., qual será o sentido para a existência de forças armadas nacionais? Se eles se transformarem simplesmente em uma mera força policial qual é o valor que eles terão? Qual o poder de barganha que terão? Isso enfraqueceria o próprio poder de barganha deles junto ao aparelho do Estado, por exemplo com a obtenção de privilégios e ganhos como alcançaram na reforma previdenciária, além de serem resguardados dos danos impostos aos servidores civis na reforma administrativa etc. Então eu acho muito pouco provável, até onde eu sei, pelo que eu tenho visto até agora, que a cúpula das forças armadas, que o alto comando das forças armadas brasileiras vejam com qualquer simpatia a ideia de criação no Cone Sul de uma organização militar multinacional – sob comando estadunidense – no estilo da OTAN. Não vejo isso dentro da Marinha, do Exército, e da Aeronáutica, não vejo muitas possibilidades. Mas realmente não conheço estudos detalhados sobre o assunto.

Aline Atássio: Luiz Claudio, para finalizar uma pergunta da Zuleide, da nossa companheira. Como é sabido, o governo Bolsonaro porta hegemonia fraca, comprovadamente pelo fato de sequer reunir um número mínimo de assinaturas para fundar um partido à sua imagem e semelhança. Neste contexto, seriam possíveis conflitos internos? Haveria, alguma possibilidade de uma revolução dentro e ou contra a ordem com o apoio das forças armadas?

Luiz Claudio Duarte: Eu gosto das coisas fáceis assim. Eu tendo a concordar com a tese de que o Bolsonaro enfrenta o processo de fragilização política e que ele não tem hegemonia. O Paulo argumenta muito isso, de que o governo Bolsonaro expressa fraqueza à medida em que ele não consegue nem organizar o próprio partido. Na minha opinião, revolução dentro da ordem, como pensada pelo Florestan Fernandes, é uma impossibilidade estrutural no Brasil. Porque uma revolução dentro da ordem pressuporia uma aliança com os setores da burguesia, porque revolução dentro da ordem é transformar mantendo a estrutura, mantendo a reprodução do modo capitalista de produção. Eu não vejo essa possibilidade. Nenhuma perspectiva de uma revolução nacionalista, anti-imperialista na direção do nacional-desenvolvimentismo, que é uma ideologia, e das mais nocivas; não vejo essa possibilidade. Porque aí eu entendo que a burguesia em bloco, apesar das suas divergências, se une na defesa dos seus interesses estratégicos, da reprodução da ordem do capital, sem falar da própria ação do imperialismo aqui dentro. E aí nós temos um problema: estou convencido de que é muito difícil pensarmos uma revolução que não implique em uma disputa pelas forças armadas. As forças armadas, a

sua cúpula, enquanto instituição, eu não tenho dúvida: ela está do lado do capital, ela estará alinhada, defendendo os interesses da burguesia e potencialmente aliada ao imperialismo. Mas é bom lembrar que a base dessas forças armadas é formada pelos filhos do povo, pelas pessoas que moram nas favelas, nas periferias. Aliás, uma das preocupações que os comandantes expressavam em relação às Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) era esta, o soldado mora na favela, ele mora na comunidade, ele mora na periferia. Então, eu só consigo imaginar a possibilidade de uma revolução no Brasil em um contexto de acirramento tal da luta de classes que divida as forças armadas: a cúpula e a base. Lênin em algum lugar escreveu que a revolução antes de ser uma luta contra o exército é uma luta pelo exército, ou seja, é preciso dividi-lo, é preciso cindi-lo se não será muito mais difícil, se não houver um nível de cisão ali dentro, é no que acredito. Em tese, não estou garantindo aqui que esse caminho necessariamente se materializará, temos as experiências latino-americanas de revoluções e rebeliões populares nas quais em geral o exército não rachou, ele ficou do lado da burguesia e do imperialismo: Nicarágua, Guatemala, Honduras, Colômbia, são exemplos da unidade política, ideológica e operacional das forças armadas com os interesses do capital estrangeiro e nacional. É bom lembrar que o exército no Brasil pós-64 não é exatamente o mesmo que a gente tinha antes. No pós-64 foi feita uma limpeza ideológica; no pós-64, o cuidado na formação política e ideológica dos seus oficiais tornou-se muito grande, fortaleceu-se a doutrinação anticomunista e a tese do alinhamento direto com os EUA. Não brotou nenhum novo Lamarca, nenhum outro Gregório Bezerra, nenhum outro general como os generais Nelson Werneck Sodré e Estillac Leal; na marinha não

surgiu outro como o almirante Aragão e nem na FAB outro brigadeiro nacionalista, legalista e progressista como o brigadeiro Rui Moreira Lima. O alto comando cuidou para que a possibilidade do dissenso, de visões críticas e progressistas sobre a subordinação do Brasil ao imperialismo não conseguissem surgir nas academias militares e nas casernas. E isto é assim até hoje. Os governos ditos democráticos ou de esquerda do período pós-ditadura nada fizeram para mudar a linha geral da formação ideológica da oficialidade e das praças. Concordo com o Paulo que pode haver indivíduos e até pequenos grupos, mas não ao ponto de significar um racha na corporação. Grupos menores e dissidentes pode ser, mas um racha que coloque o exército ou uma parte grande desse exército em um campo da revolução, eu acho muito improvável.

Estamos fazendo futurologia? É. Como diz o Renato, estamos um pouco em uma perspectiva teleológica, mas é muito improvável. Eu acho que a gente precisa levar muito em conta o que a ditadura significou em termos da formação doutrinária dos militares brasileiros, e isso é o que me parece bastante importante. Por isso que a revolução no Brasil vai ser um negócio muito difícil, muito complicado, e essa perspectiva de uma revolução dentro da ordem, estou convencido de que ela não aconteceu e nem acontecerá. Ou as massas trabalhadoras conseguem fazer uma revolução contra a ordem ou não terá revolução alguma, pelo menos no meu ponto de vista. O Florestan Fernandes, lá atrás, já argumentou muito bem sobre a improbabilidade de uma revolução dentro da ordem, uma revolução nacional-democrática ou democrática nacional. Estou convencido de que será socialismo ou barbárie.

CONFERÊNCIA III

Tempos Conservadores, Política, Religião e Educação na América Latina

Conferencista

Tatiana Poggi

Mediação

Mauricio Margalho

O Fascismo como Projeto Social Global

Tatiana Poggi

Hoje tratarei de um tema sobre o qual venho me debruçando recentemente, que é o caráter internacionalista do fascismo contemporâneo ou a percepção do fascismo contemporâneo como um projeto social global. Refletir sobre essa dimensão internacionalista ou global do fascismo e da extrema-direita contemporânea é um tema polêmico e, em certo sentido, ainda pouco explorado. Isso porque a extrema-direita, entendida como um campo amplo, que inclui grupos fascistas e outros coletivos conservadores não necessariamente fascistas, mas, todavia, antidemocráticos, intolerantes, autoritários e violentos, foi historicamente associada ao nacionalismo e ao patriotismo exacerbado. Assim, as investidas em articulações internacionais nesse campo foram raramente investigadas e creio que perigosamente subestimadas. Mesmo com o amplo uso da internet e de mídias digitais pelos coletivos de hoje em dia e o crescimento avassalador da onda conservadora, observada a nível global, pouco avançaram as pesquisas e reflexões sobre essa dimensão global do problema.

É importante ressaltar que pensar o fascismo e o avanço do conservadorismo como um problema global não significa, de modo algum, ignorar as particularidades históricas desses movimentos, as correlações de força específicas da localidade ou do momento histórico em que movimentos desse cariz político encontram espaço para

florescer. Um olhar holístico sobre essa questão visa justamente jogar luz ou, ao menos, nos fazer pensar sobre o fato da solução autoritária, intolerante e violenta estar sendo cada vez mais a opção política vencedora em diversas partes do mundo, ou seja, nos permite pensar a solução de força como resposta a um problema global. Finalmente, nos ajuda a pensar o conservadorismo hoje não apenas como um somatório de experiências conservadoras pelo mundo, mas como fruto de uma articulação política global, um projeto de dominação e rearranjo do capital, organizado a partir de um processo de deterioração da capacidade de direção da burguesia em vários países. Tal fenômeno, por sua vez, responde a um processo de crise orgânica e global do capital, abrindo espaço para o crescimento e popularização de projetos autoritários e para a emergência de lideranças com propostas salvacionistas.

Minha proposta é tentar investigar esse problema superando dois tipos de resposta ou explicação do problema, apresentando uma terceira hipótese em alternativa. Nesse sentido, temos algumas análises de corte liberal empirista e positivista, que trabalham o problema a partir do estudo de um aglomerado de experiências locais. Essa abordagem é bastante comum em coletâneas sobre extrema-direita e em coletâneas sobre o fascismo contemporâneo, analisando o problema como um aglomerado de situações sem maior conexão, um conjunto estudos de caso, de situações peculiares de determinados países ou regiões continentais. Quando o leitor chega ao final desses estudos, fica com a impressão dessas experiências não passarem de uma assustadora coincidência, pois não há uma explicação que costure todas essas experiências, dando a elas uma explicação

totalizante.⁵⁸ Numa outra direção, temos uma hipótese também liberal, que procura explicar o avanço do autoritarismo no mundo a partir da chave do crescimento dos populismos entre a direita e a esquerda, ameaçando a democracia. Uma democracia que é liberal e burguesa, mas que é tratada de forma abstrata e politicamente esvaziada, como um valor universal. Essas explicações caem frequentemente num pessimismo, numa melancolia a partir de argumentos como “o mal de uma geração” ou o “mal do fim do século”, e são o tipo de resposta que, muitas vezes, a gente vê em livros de acadêmicos laureados pela grande mídia.⁵⁹

A minha proposta é procurar oferecer uma explicação totalizante, integral, orgânica do problema a partir do marxismo e do entendimento do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Sendo assim, é preciso que a gente retome as explicações que entendem o fascismo como um fenômeno associado às transformações e crises do capitalismo. O fato do fascismo ter angariado apoio de massa ou deter um discurso rebelde (de crítica à plutocracia ou à banqueiros) não invalida a realidade das relações capitalistas prevalecerem, dessa forma de organização social atender aos interesses do capital. Quando a gente entende o fascismo como uma

⁵⁸ MERING, Sabien von; McCARTY, Timothy Wyman. *Right-wing radicalism today: perspectives from Europe and the US*. London: Routledge, 2013.

WODAK, Ruth; KHOSRAVINIK, Majid; MRAL, Brigitte. *Right-Wing Populism in Europe: politics and discourse*. London: Bloomsbury, 2013.

TAYLOR, Max; CURRIE, P.M.; HOLBROOK, Donald (ed). *Extreme Right-Wing Political Violence and Terrorism*. London: Bloomsbury, 2013.

⁵⁹ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestigio, 2019.

forma de organização do capitalismo, conseguimos ter um entendimento macro e global do problema, interligando, então, todas essas experiências particulares e locais. O fascismo encontra espaço durante processos de crise de hegemonia, de crise de um determinado padrão de dominação e acumulação, quando a burguesia se encontra fragilizada politicamente e aposta numa saída de força para manter a dominação. Apesar das particularidades nacionais dos movimentos fascistas, acredito que essa situação de crise social geral seja um elemento subjacente e que nos permite compreender e dar sentido às expressões locais. Assim, essa abordagem que conecta o fascismo ao capitalismo é fundamental para a gente conseguir acessar essa dimensão global do problema.

O fascismo deve ser tratado como um problema global, acredito eu, porque o capitalismo é hoje, com raras exceções, a forma global de organização e reprodução da vida social. A dimensão global do fascismo se acentua cada vez mais nos dias de hoje justamente porque o capitalismo se expandiu e se mundializou numa dimensão muito maior do que na primeira metade do século XX. Por isso, esse caráter é muito mais aparente hoje. É claro que a crise construída no entre guerras vai assumir características muito diferentes da crise construída hoje. São particularidades da conjuntura que se articulam com a estrutura e não podem ser ignoradas. Assim, a conjuntura do pós-Primeira Guerra Mundial imprimiu desafios e contornos particulares à crise de hegemonia. Podemos mencionar o cenário de destruição social e infraestrutural, os desafios da reconstrução, o sentimento de derrota, os impactos sociais da crise de 1929, bem como o impacto da vitória de uma revolução socialista, ascendendo o movimento

operário europeu e colocando um desafio ao capitalismo ao demonstrar a possibilidade real de derrota da burguesia e da organização de uma forma alternativa organização e reprodução social.

Ora, por que eu estou falando isso? Se eu estou partindo do entendimento de que a gente precisa entender o fascismo conectado ao desenvolvimento do capitalismo, é importante que a gente entenda também que esse capitalismo se transformou com o passar do tempo. Não se pode presumir que um movimento fascista construído durante o capitalismo do entre guerras, em um cenário de crise do liberalismo, pós-guerra mundial e vitória da revolução socialista, vai se construir da mesma forma na passagem do século XX para o século XXI, responder às mesmas demandas e desafios do capitalismo neoliberal. A crise que a gente vê hoje é uma crise com um caráter bem particular, bem diferente daquela crise que a gente via no entre guerras. Apesar de a gente ter crise lá e ter crise agora, são crises com caráter diferente que, certamente, vão imprimir particularidades ao fascismo de cada época.

O agravamento da crise estrutural nos contornos do neoliberalismo levou ao crescimento de uma cultura do ódio, de expressões de violência e xenofobia contra ataques a minorias e grupos subalternos. Nós entendemos que, em parte, esse processo é uma consequência do próprio aprofundamento do neoliberalismo, que para garantir e aprofundar uma agenda de austeridade e de cortes em políticas sociais, precisa fortalecer sistematicamente o seu aparato de violência, de autoritarismo, de exclusão contra os setores populares.⁶⁰ Isso pode ser

⁶⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

visto pelo aumento do poder da polícia, pela criminalização de movimentos sociais, pela repressão intensa a manifestações, mas também através da exacerbação do individualismo, da lógica da competitividade, que arrebenta os laços de solidariedade, não apenas os laços de solidariedade de classe, mas de qualquer traço de empatia para com os setores subalternos, colocados constantemente na posição de “sangue sugas” do Estado, “vagabundos”, caçadores de privilégio. Grupos fascistas e de extrema-direita exploram essas fragilidades sociais, o desespero social e um cenário de retração ou falta de horizontes.

O fascismo oferece um horizonte alternativo, que estaria fundamentado na construção de um determinado mito de renascimento e regeneração da nação. Esse novo horizonte é construído a partir da destruição, do sacrifício, da morte, ou seja, da eliminação dos indesejáveis por parte de um grupo seletivo, entendido como padrão humano almejado. Nesse processo são reforçados preconceitos históricos, ou seja, preconceitos que fazem sentido para aquela determinada sociedade. Há um processo de construção de narrativas míticas, de um passado glorioso, ou supostamente glorioso. Essas narrativas vão canalizando o descontentamento advindo da crise, portanto um descontentamento que é legítimo em sua raiz, mas é canalizado no sentido do ódio, para a destruição, para o sacrifício e para a morte.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

HUNTINGTON, S; CROZIER, M; WATANUKI, J. *The Crisis of Democracy*. New York: New York Univ Press, 1975.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Biotempo, 2006.

O fascismo trabalha jogando as pessoas umas contra as outras, estimulando ressentimentos, construindo bodes expiatórios e um sentimento de guerra social, no qual para alguns sobreviverem, muitos outros têm que ser eliminados. No nosso cenário atual, o fascismo usa a necropolítica para reforçar um sentimento de que não há saída, senão a luta de todos contra todos, num jogo macabro pela sobrevivência, onde os diferentes, as minorias, a oposição política, os mais pobres, os mais vulneráveis são invariavelmente vistos como inimigos a serem eliminados. Esse processo se acentua no mundo a partir de 2008 e com ele as investidas do fascismo na sua articulação global.

Eu acredito que pensar o fascismo no mundo contemporâneo, implica a gente pensar não somente as condições que contribuem para o seu avanço, mas também a forma com que esses grupos fascistas e de extrema-direita vêm se mobilizando e se organizando desde a década de 1970. É impossível a gente pensar essas conexões transnacionais e a formação histórica de uma rede mundial do ódio sem levar em conta esse aspecto. Existem naturalmente algumas similaridades com a experiência histórica do entre guerras, mas, em outros aspectos, são dramaticamente diferentes. Então, eu vou traçar aqui alguns pontos que marcam essa forma particular de organização e mobilização da extrema-direita hoje. Isso nos ajuda a entender como o fascismo veio ganhando tanto espaço. Para além de condições favoráveis, como que eles vieram se organizando e se mobilizando? Que estratégias de luta se configuram hoje como eficazes nesse campo e que fizeram com que esses coletivos avançassem ou conseguissem difundir tanto a sua proposta, conquistando tantos corações e mentes?

O primeiro elemento dessas novas estratégias foram as conexões políticas estabelecidas dentro do campo do conservadorismo. A extrema-direita foi muito hábil nisso e essas conexões foram estabelecidas com outros grupos conservadores, particularmente com os grupos neoliberais conservadores. Existem correntes do neoliberalismo, como o social-liberalismo, que são um pouco mais democráticas e abertas ao multiculturalismo, abraçando a diversidade. Outras correntes do neoliberalismo são avessas a isso., apresentando-se como muito mais tradicionalistas e conservadoras em termos de costumes. A extrema-direita veio estabelecendo conexões estratégicas com esses grupos, com os neoliberais conservadores, com os grupos tradicionalistas e com fundamentalistas religiosos. Isso fortaleceu o campo conservador como um todo mundialmente.

Nos Estados Unidos, essa estratégia remonta ao pós segunda-guerra, ficando conhecida na literatura como fusionismo, um processo popularmente conhecido pela máxima “liberal na economia, conservador nos costumes” e que hoje é representado institucionalmente pelo *Tea Party*. O que se observa é que gradativamente grupos fascistas foram se aproximando dos fusionistas, empurrando essa articulação fusionista cada vez mais para a extrema-direita⁶¹. Os neoliberais foram sendo gradativamente taxados de fracos, refêns do *establishment*, de frouxos. Já a extrema-direita foi se fortalecendo, tomando à frente na renovação conservadora e se projetando no cenário político como a grande articuladora de um projeto de sociedade para além do neoliberalismo. Isso hoje é bastante visível nas propostas políticas da *Alt-*

⁶¹ PHILLIPS-FEIN, Kim. Conservatism: a state of the field. In: *The Journal of American History*, December 2011.

Right, por exemplo, ou do *The Movement*, que é um movimento articulado pelo Steve Bannon. Eles se colocam como os paladinos da civilização ocidental, os salvadores da cultura e da herança europeia, ameaçadas de destruição pela horda de bárbaros do Sul, do Leste, do Oriente⁶².

O segundo elemento que eu gostaria de destacar seria o uso político da mídia, da internet, da TV, vídeo games, sites, fóruns. A extrema-direita e os grupos fascistas entenderam muito cedo que a mídia é um campo de luta, um campo de disputa política. O uso inovador da tecnologia, desses espaços digitais e virtuais foi bastante explorado não apenas como um canal de divulgação das suas ideias, dos seus projetos políticos, mas também como canal de mobilização política, de organização política e de arrecadação de fundos. Esses grupos apostam em estratégias variadas, sofisticadas de construção política, visando muito mais que recrutar membros para determinadas organizações ou coletivos; eles visam recrutar para uma causa.

Com isso o fascismo e a extrema-direita de modo geral vêm reconfigurando radicalmente a forma de fazer política. De que forma? Produzindo materiais de mídia variados e em abundância; apostando em cultos religiosos ligados ao neopaganismo europeu ou correntes fascistas cristãs; organizando comícios, festivais culturais, congressos e eventos políticos.

Com relação ao investimento de construção de sites e plataformas de internet, podemos identificar alguns tipos: A) os sites dos grupos, particularmente, são os mais comuns.; B) sites de divulgação e articulação

⁶² TEILTELBAUM, Benjamin. *War for Eternity: inside Bannon's far-right circle of global power brokers*. Dey St. Books, 2020.

política que não pertencem à um grupo específico, funcionando como um hub, conectando indivíduos e difundindo atividades de vários grupos. Há alguns bem famosos, como o *Blood and Honour*, criado em 87; o *StormFront*, criado em 96, o *DailyStormer*, criado em 2013. C) as plataformas, que se configuram como espaços de trocas de postagens de vídeo, de mensagens, de divulgação de propaganda. Esses espaços seriam utilizados como canais de articulação política também, além de divulgação ideológica. Nessa gênero existem o *YouTube*, *Telegram*, *Discord* e *Reddit*, além de plataformas como *4 Chan* e *8 Chan*, que foram fundamentais para a organização, por exemplo, da campanha de Donald Trump⁶³.

A maioria dessas plataformas são americanas porque nos EUA é possível veicular todo o tipo material político livremente, sem barreira de censura. Essas plataformas e sites vêm estimulando conexões internacionais. Além de campanhas políticas, atos como o *Unite the Right*, aquela marcha de conservadores em Charlottesville contra derrubada de estátuas e símbolos confederados foi inteiramente organizada pelo *Discord*. Há plataformas criadas pelos próprios grupos de extrema-direita, quando eles são excluídos do *Facebook*, do *Twitter* ou do *YouTube*. O *Gab* foi uma plataforma criada nesse sentido, para acolher esse tipo de usuário excluído pelas plataformas mais tradicionais. O *BitChute* e *DChute* também foram criados nesse sentido⁶⁴.

⁶³ White Supremacy Extremism: the transnational rise of the violent white supremacist movement. *The Soufan Center*. September, 2019.

⁶⁴ White Supremacy Extremism: the transnational rise of the violent white supremacist movement. *The Soufan Center*. September, 2019.

Além disso, muitas dessas plataformas e sites têm ainda uma outra função, que é de financiamento e arrecadação de fundos. Já existem plataformas voltadas especificamente para isso. Há plataformas que procuram arrecadar fundos, inclusive, em Há espaços voltados somente para isso, que estabelecem campanhas de *crowdfunding*. Isso ajuda a entender também como esses grupos vão se financiando. Essa é uma pergunta que surge com frequência nos fóruns de debate: "Mas como é que esses grupos conseguem organizar e manter essa estrutura toda, manter esses sites, produzir esses materiais de mídia, manter essas rádios, essas gravadoras, essas editoras?". Para além da doação livre de apoiadores, as criptomoedas e o *crowdfunding* vêm se constituindo como canais importantes de financiamento. Aí a gente pode pensar: "Mas será que eles realmente conseguem arrecadar montantes de dinheiro com isso?". Eu recolhi alguns dados aqui de um relatório produzido em 2019 pelo *Soufan Center*, uma organização de pesquisa que monitora e recolhe dados sobre grupos de extrema-direita. Andrew Anglin, um notório neofascista e editor do *DailyStormer*, arrecadou 25 milhões de dólares em bitcoins. O *Southern Poverty Law Center*, que é uma organização não-governamental, monitora treze carteiras de bitcoins do *DailyStormer*. Em apenas em uma carteira foi recebido mais de 106 bitcoins, sendo que um *bitcoin* equivale a onze mil dólares. Percebam a quantidade de dinheiro que pode ser arrecadado através dessas plataformas. É um potencial enorme. Realmente, é bastante impressionante⁶⁵.

⁶⁵ White Supremacy Extremism: the transnational rise of the violent white supremacist movement. *The Soufan Center*. September, 2019. "Bitcoin and the Alt-Right." *Southern Poverty Law Center*. 2019.

Terceiro elemento: engajamento da juventude. A produção de materiais de mídias em si é um elemento que atrai bastante o público infantojuvenil e conforme foi se investindo na estratégia da produção maciça desses materiais, esse público etário foi se tornando um alvo de engajamento particular. Temos, então, a produção de HQs, de jogos eletrônicos, adesivos, pôsteres, memes, abordando questões políticas, pautas, que são caras a extrema-direita, como a questão da imigração, da criminalidade, da corrupção, do terrorismo, da homossexualidade. Nos jogos, por exemplo, é possível escolher os cenários, os armamentos, o perfil do jogador. Contudo, por mais que haja variações, o objetivo é sempre muito similar: matar, eliminar, destruir o diferente. Não há possibilidade, por exemplo, de subordinação do inimigo, ou aprisionamento. A mensagem passada é a eliminação. Esse é o objetivo. Esse é o sentido da vitória. Não se procura dominar ou explorar o inimigo, não há espaço para a diferença. A relação que você estabelece com o diferente ou com o divergente politicamente é de eliminação. É preciso eliminá-lo do cenário, matá-lo. São cenários são profundamente marcados pela violência explícita, pelo senso de aventura e uma certa dose de irreverência, ironia e sarcasmo⁶⁶. O mundo dos jogos e o universo *gamer* vêm se desenvolvendo bastante nos últimos anos e adquirindo contornos perigosos, se tornando espaços privilegiados de intimidação, assédio e violência por parte de indivíduos frustrados, especialmente homens brancos cis héteros sexualmente rejeitados. A cultura de trollagem, a exemplo da campanha

<https://www.splcenter.org/bitcoin-and-alt-right>

⁶⁶ POGGI, Tatiana. *Faces do Extremo: o neofascismo nos EUA 1970-2010*. Curitiba: Prismas, 2015.

Gamergate, vem se mostrando como uma estratégia bastante utilizada por rapazes brancos frustrados para disseminar ideais reacionários e misóginos.

Além disso, a organização de festivais culturais também engaja a juventude. Festivais de rock do ódio (*Hate Rock*), como *Aryan Fest* ocorrem desde 1989. Já existe desde o início dos anos 90 um investimento em gravadoras que são voltadas para estimular e dar suporte a grupos musicais iniciadores do ódio. Muitos desses festivais ocorrem nos EUA, mas esse é um processo que toma a Europa também a partir de um processo de fascistização dos *skinheads*. Na Inglaterra e na Espanha esse é um processo que se constrói a partir da disputa por uma juventude operária inglesa e espanhola, envolvendo arroubos de xenofobia e violência a partir da década de 70 e que vai se transformando em mais um foco de articulação e mobilização da extrema-direita. Na Inglaterra os *white power skins* se infiltraram com força a partir dos anos 1980, através de um processo de cooptação de bandas pela juventude do *National Front* e do *British National Party*. Bandas como *Screwdriver*, a organização do festival *Rock Against Communism*, a criação do *Blood and Honour*, uma plataforma de divulgação de materiais de extrema-direita, tudo isso é fruto de uma militância fascista que disputa politicamente esse campo da música jovem, em especial o campo do punk rock.

Podemos mencionar ainda o investimento da extrema-direita em atividades pedagógicas em escolas e universidades, como palestras e seminários. Essa é uma estratégia utilizada nos Estados Unidos desde a década de 70. O FBI faz um trabalho de monitoramento desses grupos de extrema-direita nos Estados Unidos desde a década de 1970, entendendo que eles representam uma

ameaça de terrorismo nacional em potencial. Em um dos relatórios do FBI, foram identificadas atividades de grupos neonazistas na Universidade de Georgetown, na Universidade George Washington, no Western Maryland College, na Universidade da Califórnia-LA, na Universidade do Texas e em escolas secundárias de Detroit entre 69 e 71⁶⁷.

O quarto ponto que eu gostaria de destacar seria a investida no trabalho de base tradicional. Grupos de extrema-direita tiveram bastante sucesso na construção do trabalho de base tradicional, organizando congressos, atividades em escolas, universidades, comícios e passeatas. Outra forma de trabalho de base, talvez menos ortodoxa seriam os sermões religiosos. É preciso falar sobre os sermões como trabalho de base porque a partir desses sermões há um processo de difusão ideológica, há um processo de formação e mobilização política, além de arrecadação de fundos para o movimento político. É uma estratégia de luta refinada porque ela se integra ao cotidiano da vida familiar das pessoas, construindo uma cultura particular. Esses cultos sedimentam no imaginário das pessoas uma mensagem política, um horizonte societário e uma determinada proposta de vida muito poderosos.

Os congressos são uma das estratégias mais antigas utilizadas pelo neofascismo e pela extrema-direita em geral. O congresso da *Aryan Nations* ocorre desde 1974 e ele rendeu frutos a ponto de atualmente termos o *International Russian Conservative Forum*, organizado em 2015 e a *Awakening Conference* organizada em 2017. Esses são espaços importantíssimos para discussões

⁶⁷ Federal Bureau of Investigation (FBI). Freedom of Information Act Section. Department of Justice. National Alliance, part 3 of 13, 1971.

políticas, apresentações culturais e para a formulação de projetos. O projeto do lar ariano no noroeste dos Estados Unidos surgiu justamente em um congresso da *Aryan Nations* de 1986. Esses espaços justamente pelo seu caráter transnacional são fundamentais para a organização, formulação de projetos e para a organização de atividades conjuntas. Eles são cruciais para a articulação entre grupos variados e um celeiro de novos grupos e lideranças políticas. Dentro desses espaços é possível observar o nascimento e o fortalecimento de uma série de teorias conspiratórias. Algumas delas são bastante antigas, como os Protocolos dos Sábios do Sião ou o Governo de Ocupação Sionista (ZOG) e a Nova Ordem Mundial, todas teorias de conspiração que falam sobre a articulação de banqueiros judeus para dominar o governo dos EUA e o mundo; o marxismo cultural; ou o projeto da guerra santa racial, que evoca uma revolução branca mundial como utopia do fascismo global. Todas essas teorias conspiratórias inspiram atos de terrorismo doméstico ou global. Nesse sentido, essas organizações devem ser tratadas como organizações terroristas ou com potencial terrorista porque elas inspiram atos de violência individual e coletiva. As ideias que circulam nesses espaços, sejam esses espaços culturais ou político-culturais, inspiram e promovem ações. Num relatório do FBI de 2019 foram investigados aproximadamente 850 casos de terrorismo doméstico, a maioria perpetrada e organizada por grupos neonazistas. O FBI entende que a ameaça representada pela extrema-direita é uma ameaça maior inclusive que a do Estado Islâmico.⁶⁸

⁶⁸ “FBI is Investigating More than 850 Domestic Terrorism Cases”. CNN.com. May 8, 2019. Acesso em Janeiro 2020.

A articulação dessa “Internacional fascista” se dá através desses espaços, que são espaços de intercâmbios, mas que atualmente começam a se organizar também através de empresas e instituições educacionais. E esse é o último ponto que eu vou tratar aqui. Empresas de dados, a exemplo da *Cambridge Analítica*, empresas de divulgação midiática, como a *Breitbart News*, e instituições educacionais, procuram formar e fornecer espaço de atuação política para novas lideranças da extrema-direita. Lideranças políticas podem atuar no campo diretamente político, ou seja, tornando-se cãndi-datos para disputar eleições parlamentares, ou podem atuar como grandes articuladores políticos. Esse é o caso de Steve Bannon no Ocidente e de Aleksandr Dugin no leste europeu e na Rússia.

Pautas nacionalistas, xenófobas, que procuram resgatar ou preservar uma suposta herança europeia ou uma cultura cristã, ameaçada de extinção pelo multiculturalismo, pelo cosmopolitismo, pelo liberalismo e pela democracia circulam, são promovidas e reforçadas nesses espaços. Essas pautas ainda que não sejam exclusivamente fascistas, integrando a agenda paleoconservadora, por exemplo, contribuem inegavelmente para um processo de fascistização nas sociedades no sentido em elas estimulam uma relação de guerra entre os grupos sociais, fortalecem hierarquias sociais, violências e exclusões.

Articuladores como Steve Bannon e Aleksandr Dugin trabalham justamente investindo em mídias alternativas, o que na linguagem gramsciana chamaríamos de aparelhos privados de hegemonia de caráter

<https://www.cnn.com/2019/05/08/politics/fbi-domestic-terrorism-cases/index.html>

transnacional, disseminando ideias antidemocráticas e discurso de ódio, promovendo projetos políticos conservadores e mobilizando um ativismo político em torno disso.

Qual é o grande trabalho desses articuladores? Eles vão criar essas redes e fortalecer os laços entre os grupos, intelectuais e lideranças de extrema-direita. Eles são responsáveis por imprimir uma direção programática comum, construir táticas e estratégias e assim gradativamente conformar um movimento fascista em âmbito global. Se em experiências passadas era possível observar uma tentativa de transnacionalizar ou fortalecer esses intercâmbios entre indivíduos e projetos de diferentes países, o que se observa hoje é um investimento na figura do articular transnacional, que é a liderança política que vai articular todos esses grupos e espaços da extrema-direita no mundo em prol do avanço de um projeto conservador, muitas vezes fascista, a nível global.

Breitbart News constitui um espaço que cumpre em parte esse papel. É uma rede de divulgação midiática que vai instigar polêmicas, atacar o politicamente correto, os direitos humanos e a decadência da democracia; vai defender a preservação de uma cultura europeia como base da própria cultura norte-americana. *Breitbart News* vai defender abertamente formas de opressão e intolerância sob a baia da liberdade de expressão. Esse é um ponto também bastante delicado para se pensar. Quais são os limites da liberdade de expressão? Deveríamos falar de limites de liberdade de expressão? Ou estamos diante um abuso da liberdade de expressão, uma vez que atualmente esta vem se tornando cada vez mais um discurso em defesa de uma liberdade de opressão? *Cambridge Analitica* é um outro tipo de empresa que também cumpre esse papel no processo de fascistização.

Uma empresa fundada em 2013 pelo bilionário Robert Mercer com o objetivo de coletar e analisar dados, usados para traçar perfis psicológicos e influenciar a opinião pública, promovendo assim projetos e candidatos conservadores e fascistas pelo mundo. Já *Citizens of American Republic* se constitui como uma escola de formação de lideranças. É fundada em 2018 e tem o objetivo tanto de oferecer consultoria sobre essa disseminação de dados e pesquisa, como a formação também de novas lideranças de extrema-direita.⁶⁹

Bannon esteve a frente da direção executiva da *Breitbart News* entre 2012 e 2017, quando se afastou para atuar na campanha de Trump, torando-se posteriormente acesso político em seu governo. Ao longo dos anos Bannon vem participando de diversas conferências, cursos e espaços ultraconservadores, divulgando ideias de notórios intelectuais neofascistas como Julius Evola e promovendo articulações importantes no Ocidente. Desde 2018, Bannon vêm trabalhando na construção da organização fascista global de nome *The Movement*, um organismo político com sede em Bruxelas, composto por grandes figuras da extrema-direita e do fascismo contemporâneo como Viktor Orban, Geert Wilders, Donald Trump, Eduardo Bolsonaro, Matteo Salvini, entre outros.⁷⁰

⁶⁹ White Supremacy Extremism: the transnational rise of the violent white supremacist movement. *The Soufan Center*. September, 2019.

⁷⁰ Viktor Orbán welcomes Steve Bannon's efforts on behalf of the European far right. *Hungarian Spectrum*. July 30, 2018. Acesso em Janeiro 2020. <https://hungarianspectrum.org/2018/07/30/viktor-orban-welcomes-steve-bannons-efforts-on-behalf-of-the-european-far-right/>

Jair Bolsonaro's Son Joins Steve Bannon's Nationalist Alliance. *Bloomberg*. February 2, 2019. Acesso em Janeiro 2020.

Aleksandr Dugin também vem construindo pontes entre grupos e partidos de extrema-direita do leste europeu, como o Jobbik na Hungria, a Aurora Dourada na Grécia e os nacionalistas turcos. Ele tem uma influência forte particularmente na Rússia, sendo um conselheiro de Putin, além de promover intercâmbios e participar de jantares e conferências. Nos anos 1990, sob influência de Julius Evola, um notório intelectual do fascismo contemporâneo, Dugin estabeleceu uma série de contatos com a *Lega Nord* na Itália. Como Bannon, Dugin também investe bastante nos cursos de formação política. Um deles é organizado dentro da Universidade Estadual de Moscou. O outro espaço educacional relevante é o *King Attila Academy*, fundado em 2012 com o propósito de formação de lideranças de extrema-direita.⁷¹

Dentre todos esses espaços a Rússia tem se mostrado o seu polo de articulação principal e isso está diretamente ligado à concepção neofascista de Dugin, que tem um forte componente eurasiático. Segundo ele, o Leste Europeu, não a Europa Ocidental, seria o bastião da tradição, da ordem, do patriarcalismo, até de uma pureza étnica e espiritual. No Leste se encontraria o verdadeiro antagonista e a real alternativa contra o “globalismo”, o secularismo e o multiculturalismo, com a Rússia ocupando o lugar de potência eurasiática, centro

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-02-02/jair-bolsonaro-s-son-joins-steve-bannon-s-nationalist-alliance#xj4y7vzkg>
Steve Bannon plans right-wing group in Brussels. Politico. July 22, 2018. Acesso em Janeiro 2020.

<https://www.politico.eu/article/steve-bannon-the-movement-plans-right-wing-group-in-brussels/>

⁷¹ White Supremacy Extremism: the transnational rise of the violent white supremacist movement. *The Soufan Center*. September, 2019.

do mundo eslavo, única capaz de regenerar a civilização e resgatar o leste da decadência e do jugo ocidental. É uma narrativa mítica que estimula o orgulho eurasiático, a exclusão e discriminação do “outro”, dos “indesejáveis” a partir da sacralização de um projeto nacional étnicamente e culturalmente orientado, mas que aos olhos de um leitor descuidado pode assumir tons de uma luta anti-imperialista, visando a libertação do subjugo do Ocidente, particularmente dos EUA.

Para encerrar a minha fala hoje, eu acho que um caso muito emblemático, no qual se pode observar concretamente esse tipo de articulação global da extrema-direita, é o caso da Ucrânia. A Ucrânia vem sendo usada atualmente como um laboratório de ações de colaboração fascista internacional. O processo tem início com a formação grupos paramilitares surgidos no seio de uma guerra civil que assolou a Ucrânia entre 2014 e 2019 contra os grupos separatistas pró-Rússia. O mais importante deles se chama Batalhão de Azov, que recebeu uma unidade de 17 mil voluntários vindos de 50 países. O Batalhão de Azov surgiu como um grupo paramilitar, mas atualmente foi formalmente incorporado à guarda nacional. Ao longo desse tempo, o Batalhão de Azov estabeleceu relações com grupos fascistas americanos, como o *AtomWaffen Division*, e vem recrutando estrangeiros vindos da Alemanha, do Reino Unido, dos Estados Unidos, da Suécia e até do Brasil, oferecendo treinamento, formação política, um entendimento sobre o uso de armas.⁷²

A partir do caso da Ucrânia a gente consegue ver como essas articulações mundiais da extrema-direita vêm se dando e vêm ganhando um espaço para além das

⁷² Idem.

margens da política conservadora tradicional, para além da mera disseminação de discursos de ódio e discursos antidemocráticos. Nós conseguimos perceber como esses discursos e projetos, surgidos dos limites e contradições do capitalismo, inspiram ações concretas; ações na direção de um mundo duro, violento, excludente e intolerante, um mundo de ódio, destruição e morte.

[DEBATE]

Maurício Margalho: Neste primeiro bloco do debate, temos três perguntas: a primeira diz assim: como vocês analisam as configurações que deram espaço para que o Movimento Escola Sem Partido ganhasse no debate público nos últimos anos? A segunda pergunta é: como analisam as configurações que deram espaço para que o Movimento Escola Sem Partido ganhasse impulso? E, a terceira, diz respeito ao movimento em torno do ensino religioso. Caso ele se torne obrigatório nas escolas públicas, como será respeitada a Constituição [de 1988]?

Tatiana Poggi: Sobre o Escola Sem Partido, eu acredito que há um processo, há uma construção histórica que, certamente, não é de hoje. O Movimento Escola Sem Partido ganha terreno numa sociedade assolada pela despolitização e esse é um projeto de longo prazo, que vem tomando corpo há décadas no Brasil. Tal construção histórica de despolitização contribui muito para o avanço e aceitação desse tipo de projeto, que

aprofunda a alienação do mundo contemporâneo no sentido da demonização da política. A construção de décadas de um imaginário de demonização da política, somado a um conjunto de políticas públicas de precarização da educação, de destruição da educação pública, de uma educação crítica, questionadora, contribuiu para sedimentar essa ideia de pensar a política como algo difícil, algo chato ou algo inócuo. E isso abriu terreno para o Escola Sem Partido.

Eu entendo que, há algum desencanto, uma frustração, gerada por uma crise de expectativas não atendidas a partir da chegada ao poder de governos de vistos como de esquerda e que não conseguem atender a dimensão de demandas sociais acumuladas, em grande parte por conta das articulações liberais que vieram costurando para conseguirem chegar ao poder. No Brasil, isso ocorre nos governos do PT. Essa frustração e a própria desmobilização política da base imprimida pelos governos do PT têm o seu lugar, mas o processo de despolitização, de destruição da educação pública é muito anterior. É um processo contraditório inclusive. O governo Lula da Silva foi um dos governos que mais investiu na área da educação, na formação ou qualificação de mão-de-obra, nas escolas técnicas, nas universidades, com a promoção de processos de qualificação intenso, programas de bolsas, política de cotas. Foram muitos os programas lançados na educação. O gargalo surgiu alguns anos depois, tendo esses estudantes encontrado cada vez mais dificuldade em conseguir arranjar um trabalho compatível com sua formação ou um trabalho dentro dentro da sua área de formação que não fosse precarizado.

Então, o que se verificou com o passar de dez, doze anos, é que muitas vezes essas expectativas ficaram

frustradas e isso é bastante aparente nos protestos de 2013. Eles demandavam justamente aquilo que havia sido prometido, pelo menos no discurso, por esses governos. Mais educação, mais saúde, mais emprego, ou, pelo menos, emprego com uma qualidade melhor. E o que foi oferecido a essa juventude que cresceu com todas essas expectativas? Emprego informal, precarizado, temporário, níveis crescentes, inclusive, de desemprego, no decorrer do governo Dilma Rousseff. Se o governo que supostamente se voltava para os interesses dos setores populares não cumpriu o prometido e ainda se envolveu em escândalos, que, por sua vez, entram em contradição com toda a histórica pauta moral do partido, isso gera uma desilusão muito grande e um desencanto por parte das pessoas. E esse desencanto estoura e atinge sua repercussão máxima nas Jornadas de Junho de 2013. A extrema-direita se aproveita disso, dessa frustração, dessa falta de expectativa, dessa falta de crença na esquerda, na política em geral, se alimenta dessa revolta e a canaliza para suas pautas.

Tudo isso vai sendo corroído no Brasil contemporâneo, tornando o terreno fértil para propostas como o Escola Sem Partido. A questão que fica é: devemos rejeitar a política, devemos rejeitar um posicionamento com relação a determinados temas ou adotar uma postura neutra? Na verdade, a neutralidade é impossível, porque todos nós somos pessoas visões de mundo, com posicionamentos. É impossível elaborar e fazer um discurso que seja neutro. Porém, dentro de um terreno de desencanto, de uma crise de legitimidade política, esse tipo de narrativa e proposta avança bastante.

Mauricio Margalho: Dado o adiantar da hora, não temos condição de responder a todas as perguntas.

Foram muito boas perguntas. É difícil aqui fazer uma seleção. Encaminharei três delas, encerrando, assim., o último bloco do debate. Aproveito para agradecer, desde já, aos palestrantes, àqueles que nos assistiram e aos meus colegas que fizeram a coordenação do evento.

A primeira pergunta é: como fica a formação docente da educação básica dentro dos tempos conservadores? A segunda: quais foram as articulações da extrema-direita mundial que mais tiveram ressonância com o contexto das eleições de 2018 no Brasil? E, a terceira: no Brasil, o nacionalismo é uma ideologia capaz de ser uma força mobilizadora das massas trabalhadores para uma revolução anti-imperialista ou mesmo anticapitalista ou seria necessariamente uma ideologia burguesa que tende ao conservadorismo?

Tatiana Poggi: Acredito que uma parte importante da nossa luta nessa trincheira deve ser na formação de professores, já que nós trabalhamos formando esses profissionais que vão chegar às escolas e em outros institutos de educação e pesquisa. É importante que essa formação seria engajada. Nós temos que ir além da questão dos conteúdos e formarmos novos professores a partir do princípio de que a função primordial de um docente não é apenas incutir informações e conteúdo, mas também estimular a reflexão, o questionamento e a problematização das realidades estudadas e vividas.

Muitas vezes, quando pensamos nas disciplinas, nós pensamos em conteúdos específicos e pouca relação estabelecemos entre esses conteúdos e o mundo vivido. Eu, particularmente, acredito que a história não se encerra em uma coletânea de dados e fatos, que a história não se encerra no livro didático, de que história não se limita às quatro paredes na sala de aula, mas que

fundamentalmente a história está na vida, em tudo que a gente produz, em todas as formas da produção humana. Então, nesse sentido, a História está no cinema, está na literatura, está na música, está na televisão, na internet. Se conseguirmos estreitar ou, pelo menos, estabelecer pontes cada vez mais fortes entre as disciplinas, integrando o conteúdo e a vida, acredito que estaremos contribuindo bastante para a formação de um bom docente, um docente como uma figura instigadora da reflexão e de questionamentos.

Sobre as eleições de 2018 no Brasil, acho que as forças de extrema-direita em 2018 demonstraram uma capacidade de articulação bastante aguçada. A eleição de Bolsonaro é resultado do sucesso dessas articulações que vão para muito além de um partido político. Fundamentalmente, foram as relações estabelecidas entre os políticos afiliados a partidos conservadores e as organizações da sociedade civil. Podemos falar desde organizações de caráter religioso até sofisticadas estruturas virtuais e midiáticas como o Brasil Paralelo.

Boa parte dessas organizações de extrema-direita foram, em alguma medida, financiadas por organismos por liberais da burguesia brasileira tradicional. Acho que o resultado da eleição de 2018 é um resultado também do sucesso desse tipo de articulação e de um investimento nesse tipo de proposta, que, muitas vezes, não surge necessariamente de uma organização com traços fundamentalmente de extrema-direita, mas no interior das próprias organizações liberais. Esse tipo de proposta foi adentrando os espaços políticos e se naturalizando, foram se tornando mais palatável, a ponto de no ano de 2018 surgir um candidato que professa ou defende pautas que há dez ou quinze anos atrás eram inimagináveis. Obrigada.

CONFERÊNCIA IV

Educação, Direitos Humanos e Políticas de Restrição de Liberdade

Conferencistas

Analia Umpierrez

Violeta Acuña Collado

Elionaldo Fernandes Julião

Mediação

Sandra Maciel

Educación, Derechos Educativos y Cárcel: una mirada desde una universidad argentina

Analia Umpierrez

Buenas tardes, muy contenta de estar hoy aquí con ustedes. Feliz y muy agradecida especialmente al profesor Elionaldo por la invitación y a los organizadores del seminario.

Voy a tratar de hablar lento, aunque no es lo que me caracteriza, pero haré el esfuerzo. Quería contarles, antes de comenzar con esta presentación, que con el profesor Elionaldo y con la profesora Violeta somos parte del grupo promotor del Encuentro de Tesistas e Investigadores en temáticas de cárceles y acceso a derechos educativos (EITICE) que hacemos anualmente. Un encuentro internacional que ya lleva cuatro años de trabajo y al que se ha sumado la Universidad de la República del Uruguay para pensar y trabajar colaborativamente, para expandir las posibilidades de dar a conocer las investigaciones en estas temáticas que son bastante marginales en los estudios de las universidades y encontrarnos. Lo que hemos identificado en estos años es que somos muchas y muchos los que estamos trabajando en esto. Pero tal vez todavía nos falta visibilizar y hacer más presente nuestra temática en

espacios como éste, porque agradezco nuevamente poder presentar aquí algunas líneas.

Bueno, voy a pasar a compartir una presentación para que sea más sencillo y que puedan acompañar mi exposición. Como me presentó recién Sandra, yo soy de la Argentina, de una universidad regional de la provincia de Buenos Aires. Mi exposición se basa em tres aspectos centrales. Primeiro, voy a dar una referencia general a la situación de la Argentina. Luego, una reseña específica a la educación en cárceles en Argentina vinculado al marco normativo de la educación y en particular de la educación universitaria. Posteriormente me enfocaré más en la temática de las universidades en la cárcel a partir de algunos reconocimientos a partir del trabajo que venimos realizando en la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires

Básicamente en la Argentina, ustedes saben de su territorio extenso, superamos los cuarenta millones de personas. Allí conviven dos sistemas de cárceles. Uno es federal, el que se distribuye a lo largo y ancho del territorio nacional y otro es sistema penitenciario denominado provincial, que se ubica en veintitrés jurisdicciones y tienen normativa propia al interior de cada una de ellas.

Tenemos unas cien mil personas detenidas en nuestro país. La mitad de esas personas están en la provincia que yo habito, que es la provincia de Buenos Aires. Es decir, que hay una gran concentración de personas detenidas en una de las jurisdicciones que concentra la mayor cantidad de población del país.

Aquí lo que muestro (Gráfico 1) es un informe⁷³ elaborado en 2018.

⁷³ Disponible en el sitio web



Gráfico 1- Población privada de libertad en Argentina. Fuente: Informe Ejecutivo del Sistema Nacional de Estadística sobre Ejecución de la Pena (SNEEP 2018).

Según se comunica, en ese momento había trescientos ocho unidades carcelarias entre las federales y las de la provincia de Buenos Aires – que suman alrededor de cien – y entre ambas concentran más del 60% de la población detenida del país. El resto del territorio nacional reunía doscientos catorce cárceles, con el 40% de los detenidos. Es decir, que hay una gran concentración de personas detenidas en un territorio provincial. Estos son datos nacionales, a partir de un informe que se elabora en el Estado. Quiero decir, además, que los datos son bastante pobres. Hay poca información estadística y esta estadística está elaborada mayoritariamente por los propios servicios penitenciarios. Por lo tanto, respecto de mucha de la información que es de acceso público, tenemos nuestras dudas sobre su veracidad.

<https://www.argentina.gob.ar/justicia/politicacriminal/estadisticas/sneep/2018>

Lo que aquí se informa es que el 94% de los detenidos son argentinos (Gráfico 2).



Gráfico 2- población Penitenciaria en 2018. Fuente: Informe Ejecutivo del Sistema Nacional de Estadística sobre Ejecución de la Pena (SNEEP 2018).

Esto es relevante señalarlo, porque hay una construcción social compartida respecto de que hay un alto porcentaje de extranjeros detenidos y en especial migrantes latinoamericanos, a quienes se les adjudica de modo directo una relación con el delito. Bueno, no, los detenidos son mayoritariamente argentinos, el 95% varones, lo que devela cierta xenofobia exacerbada por los medios de comunicación. Lo que además se ve es que son personas jóvenes, el 70% tiene menos de treinta y cinco años y se informa que el 67% de las personas detenidas ha completado la escolaridad primaria o al menos cursó alguna parte de la escolaridad primaria, lo que luego vamos a ver en el campo real. Es decir, en las cárceles, que muchas de estas personas efectivamente se convierten en analfabetos por falta de ejercicio. Es decir,

que son personas que han ido a la escuela, pero que no se acuerdan de leer o de escribir o se acuerdan muy poco.

Otro de los datos que me pareció importante, traer hoy de ese informe oficial, refiere a la formación para el trabajo y la educación, dos aspectos señalados como “tratamentales” durante la detención.

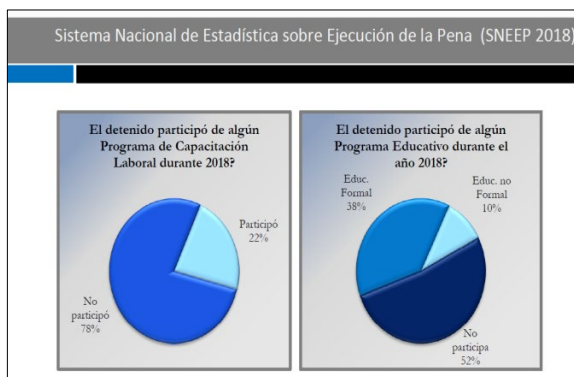


Gráfico 3 - Participación en Programa de Capacitación Laboral o Programa educativo. Fuente: Informe Ejecutivo del Sistema Nacional de Estadística sobre Ejecución de la Pena (SNEEP 2018).

En este censo de 2018, se indica al respecto de la capacitación laboral recibida estando detenidos que el 78% no ha participado o está participando en capacitación laboral. Respecto de la educación (Gráfico 3), el 52% dice no estar participando en algún tipo de actividad educativa. El 10% estaba participando en educación no formal, es decir, con cursos, talleres, actividades que se ofrecen por fuera de las escuelas y sólo el 38% de los detenidos del país dice estar asistiendo a alguna oferta educativa en el momento de su detención.

Aquí les voy a mostrar datos de otra investigación⁷⁴. Lo importante acá es mirar la altura de las torres (Gráfico 4).

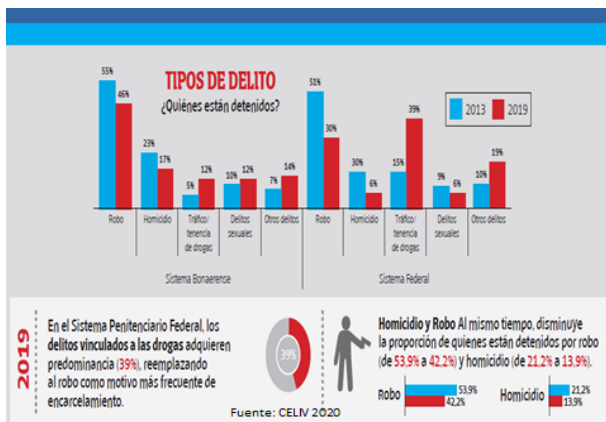


Gráfico 4 – Tipos de delito en el Sistema Federal. Fuente: Informe e Infografía del Estudio Población privada de libertad en Argentina: un análisis comparado en perspectiva temporal 2013-2019 (CELIV/UNTREF).

Este es informe de un equipo de la Universidad de Tres de Febrero, que se presentó hace muy poquito en la Argentina, donde comparan periodos entre los años 2003 y 2019, ¿qué pasó con la población detenida? Acá solamente se toma del sistema bonaerense, que está a la izquierda de la imagen y el sistema Federal. Es decir, que el resto del país, ese 40% que veíamos que no entraba entre estas no está considerado aquí. Sólo se está mirando al sistema bonaerense y federal ¿Qué es lo relevante? Que básicamente lo que crecieron son los delitos vinculados a la tenencia o al tráfico de drogas,

⁷⁴ Datos tomados de Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional de Tres de Febrero (CELIV/UNTREF). Disponible en el sitio web <http://www.celiv.untref.edu.ar/descargas/200806-infografi-a-celiv-2013-19-digital.pdf>

tanto en el sistema federal como el sistema de la provincia de Buenos Aires, y los recuerdo, conjuntamente conforman el 60% de los detenidos del país. Creció mayoritariamente este delito y bajó el delito con relación al robo y al homicidio. ¿Esto por qué es importante señalar?

Por un lado, por el crecimiento del narcomenudeo y la prisionización creciente de sectores históricamente vulnerados en sus derechos sociales y humanos en la “lucha contra el narcotráfico”. Pero además interesa poner en evidencia otra construcción falaz que impidió la aplicación de penas privativas alternativas a la cárcel en período de pandemia.

Una de las razones con que se argumentó en este período de pandemia la negativa respecto de aplicar penas alternativas a la prisión para poder descomprimir las cárceles, tenía que ver con que se asociaba a que las personas detenidas mayoritariamente tenían causas asociadas a homicidios y ataques sexuales. Entonces, la sociedad en su conjunto argumentaba que no correspondía que estas personas pudieran tener una pena alternativa como podría ser una prisión domiciliaria en este período de pandemia. Sin embargo, los datos muestran que las detenciones mayoritariamente no estaban vinculadas ni a delitos graves, ni a ataques, digamos, en los que entrarían los homicidios y los delitos sexuales.

Ya nos vamos hacia la provincia de Buenos Aires. En esta jurisdicción, además, es donde está la universidad en la que yo trabajo y donde tengo la experiencia que luego les voy a contar.

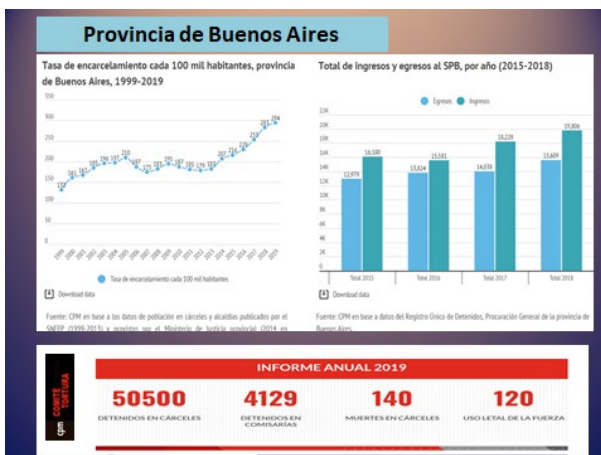


Gráfico 5 – Tasa de encarcelamiento. Fuente: Informe anual 2019. El sistema de la crueldad XIII: sobre lugares de encierro, políticas de seguridad y niñez en la provincia de Buenos Aires (CCT/CPM)⁷⁵.

Una de las cosas que se pueden observar en esta curva (Gráfico 5), es cómo la detención y la cantidad de personas detenidas en la provincia de Buenos Aires se fue incrementando. Si miramos el gráfico de la izquierda, la curva va mostrando cómo crece en habitantes, entre los años 1999 y 2019, la cantidad de personas detenidas y sobre la derecha lo que podemos ver es la barra más clara y baja marca cuántas personas salen y la más oscura sobre la derecha cuántas personas ingresan.

Vemos entonces, cómo la cantidad de personas que están detenidas van creciendo con relación a las que consiguen su libertad.

El informe de la Comisión Provincial por la Memoria del año 2019 reconocía que en la provincia de Buenos Aires había 50.500 personas detenidas.

⁷⁵Disponible en el sitio web

https://www.comisionporlamemoria.org/archivos/cct/informesanuales/Informe_2019.pdf

Claramente una de las cuestiones que aquí vamos a ver (Gráfico 6) es cómo la cantidad de plazas disponibles, que es la barra de abajo, la azul, son 20 mil plazas sobre cuarenta y cinco mil a cincuenta y cinco mil personas que había detenidas.

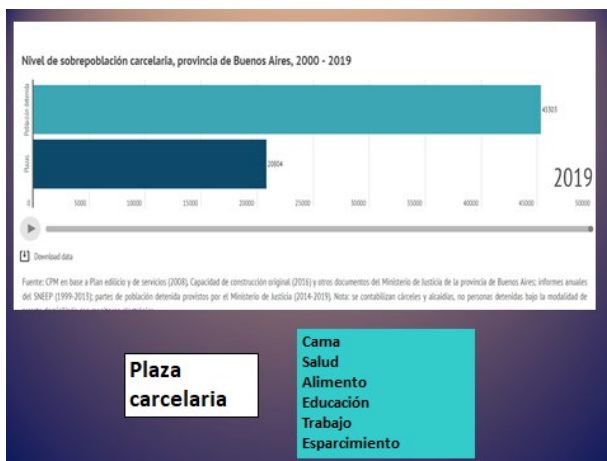


Gráfico 6 – Nivel de sobrepoblación carcelaria. Fuente: Informe anual 2020. El sistema de la crueldad XIV: sobre lugares de encierro, políticas de seguridad y niñez en la provincia de Buenos Aires (CPM)⁷⁶.

Esto significa que había un 119% de sobrepoblación en la provincia de Buenos Aires, que implica pensar en la plaza carcelaria. Implica pensar no sólo en la cama que va a ocupar esa persona, que no alcanzan ya que estaba duplicándose la cantidad de personas alojadas, sino que además esto conlleva pensar en el acceso a la salud, las condiciones de alimentación, claramente a las plazas educativas. Es decir, si yo tengo

⁷⁶ Disponible en el sitio web

<https://www.comisionporlamemoria.org/archivos/cct/informes anuales/informe2020/InformeAnual2020.pdf>

más del doble de las personas para los recursos disponibles y no incremento la cantidad de oferta educativa, las personas no van a tener posibilidades de inscribirse en un nivel educativo, ni van a tener posibilidades de pensar en acceso a otras actividades, al trabajo o actividades culturales, recreativas que lleven hacia el esparcimiento.

A continuación, voy a pasar a presentarles muy sucintamente algunos aspectos que tienen que ver con cómo se organiza o cómo se piensa la dimensión legal respecto de la educación en Argentina.

Básicamente tenemos una Ley de Educación Nacional sancionada en 2006, que señala que la educación es un bien público. Se la reconoce como un derecho y que debe ser garantizada por el Estado como una responsabilidad principal. ¿Qué quiere decir? Que el Estado se hace responsable del financiamiento pleno o debiera hacerse responsable pleno del financiamiento de la educación pública.

Una de las novedades de esta ley es que se incorpora como una de las modalidades a la educación en contextos de privación de libertad. Por primera vez en la historia de la educación argentina, en la normativa aparece contemplada la educación en contextos de privación de libertad como una modalidad específica.

Otro detalle que es muy importante en el marco de esta educación, de esta ley nacional es la definición de que la educación secundaria es obligatoria, es decir, que, sin importar la edad de las personas, la educación secundaria debe llegar a todos y a todas, incluidas las personas adultas e incluidas las personas en contextos de privación de libertad. Es decir, que este es un marco que habilita que las personas reclamen por este derecho,

que es justamente acceder a un nivel obligatorio de educación.

Ahora bien, si pensamos en la educación universitaria, también es una educación que ha sido pensada en el marco de otra ley, que luego voy a presentar. En nuestro país la educación es entendida como un derecho, un bien social que debe estar disponible para todos los ciudadanos del país.

Un detalle que se menciona en una de las investigaciones es que ellos reconocen y señalan un crecimiento en el número de personas alojadas en cárceles que transitan por la educación superior: de 3.5% de personas detenidas estudiando en la universidad en 2013, para el año 2019 se registra casi 6% de personas detenidas estudiando en la universidad.

Es muy interesante ver el incremento y luego voy a contarles por qué se da este incremento, pero claramente lo que acá se ve es que el número de personas que llegan a la universidad sigue siendo muy baja, ¿verdad? Porque estamos hablando de menos del 6% de las personas detenidas llegan a la universidad.

Bien, en nuestro país tenemos unas cincuenta y cinco universidades nacionales reguladas por la Ley de Educación Superior (LES) – sancionada y promulgada en el año 1995 –, que ordena la vida y el acceso a la educación universitaria. La educación universitaria es pública, es abierta para todas aquellas personas que quieran estudiar en este nivel. Es, además, gratuita.

Desde hace no tantos años se sancionó una reforma a la LES en la que se prescribe que debe ser irrestricta⁷⁷. ¿Qué quiere decir? Que no debería haber

⁷⁷ Modificación a la Ley de Educación Superior (LES) 2016. En el artículo Nro. 7 establece el acceso a la universidad como libre e

exámenes selectivos y eliminatorios para aquellos que deseen ingresar a la universidad. Además, existen algunos atajos, algunos modos para que personas que no han logrado completar el nivel anterior, es decir, el nivel secundario, puedan de todos modos, acceso a la universidad a través de un ingreso especial para mayores de veinticinco años que puedan acreditar saberes.

Es decir, que la universidad en Argentina intenta..., no quiero decir que lo logre en su totalidad, pero intenta ser muy receptiva, abierta y amplia en el ingreso. También hay políticas públicas vinculadas a la retención, a la permanencia y a la graduación a través de becas y otras formas de acompañar el acceso de diferentes grupos de aspirantes. Esto se vio muy afectado durante período de gobierno anterior, el gobierno del presidente Mauricio Macri, porque el presupuesto de las universidades se vio muy afectado y entonces esta retención, también se vio muy afectada.

Hoy estamos en un momento más propositivo, pero muy afectados por la pandemia. Por lo tanto, también tenemos muchas dificultades.

Al marco legal vigente para el sistema educativo, hay que tener agregar como relevante una modificación de hace unos años a la Ley de Ejecución de la Pena, que se conoce como Estímulo Educativo⁷⁸. Esta modificatoria

irrestringido para todas las personas que aprueben la educación secundaria y señala la inconveniencia de exámenes eliminatorios u otros mecanismos de exclusión.

⁷⁸ Artículo 140: Estímulo educativo. Los plazos requeridos para el avance a través de las distintas fases y periodos de la progresividad del sistema penitenciario se reducirán de acuerdo con las pautas que se fijan en este artículo, respecto de los internos que completen y aprueben satisfactoriamente total o parcialmente sus estudios primarios, secundarios, terciarios, universitarios, de posgrado o trayectos de

alienta a las personas detenidas a seguir estudiando o a acreditar experiencias educativas, porque esta trayectoria les permitiría poder pedir beneficios de modo anticipado. Es decir, las personas suman años o meses de estudio y esto les permitiría solicitar y conseguir un beneficio unos meses o unos días antes. Esto hizo que haya mayor demanda y presión hacia la participación en el sistema educativo y respecto de la educación superior, especialmente por parte de aquellos que completaban la escolaridad secundaria en la cárcel y desean poder ingresar a un nivel superior para poder continuar sus estudios.

Aquí quisiera detenerme un minuto contándoles que las universidades nacionales, las universidades públicas de la Argentina nos hemos organizado y a lo largo de los últimos diez años hemos logrado construir una red nacional de educación en contextos de encierro. Justamente hoy, un poco más temprano, se estaba haciendo la séptima mesa de Trabajo Nacional y se estaba dando un informe que estoy compartiendo aquí con ustedes, algunos datos.

En nuestro país hay veintiuna universidades públicas identificadas, tal vez hay más, pero identificadas porque son miembros de esta red, que están trabajando en cárceles del país. Esta presencia de universidades públicas se da de modo diferente. Muchas ofrecen carreras de grado, algunas hasta alguna formación de posgrado, hacen extensión, hacen investigación y hay menos, pero hay un interesante e incipiente avance respecto de ofrecer formación laboral y oficios. También

formación profesional o equivalentes, en consonancia con lo establecido por la ley 26.206 en su Capítulo XII

algunas universidades trabajan en el acompañamiento de las personas liberadas, personas que ya salieron de la cárcel y con sus familias en vinculación específicamente a la articulación con el mundo del trabajo.

¿Cuál es la tarea de esta red? Básicamente, la articulación entre universidades, el apoyo mutuo, porque sin dudas, esta temática es periférica en las agendas de los gobiernos y de las propias universidades. Es una temática que no tiene los recursos que necesita para trabajar, que no tiene un lugar de relevancia adentro de las propias universidades. Por lo tanto, la primera cuestión fuerte que la red ofrece es el intercambio de información, de saber acumulado, de orientación, de asistencia entre nosotros. Pero el norte de la conformación de la red es incidir en las políticas públicas vinculadas a la educación en contexto de privación de libertad. También articular con los organismos de derechos humanos, con las diferentes dependencias del Estado nacional y de las Jurisdicciones y además, fortalecer el trabajo con los niveles precedentes a la universidad, es decir, la articulación con el nivel secundario, con la escolaridad primaria. El fortalecimiento y la oferta de cursos y propuestas de alfabetización, porque es muy alto el nivel de analfabetismo que existe al interior de las cárceles de nuestro país.

Ahora si, ya sería el último tramo de mi presentación. Les voy a contar brevemente algunos aspectos vinculados a nuestra experiencia como universidad y particularmente en este caso la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, donde me toca coordinar la propuesta del programa Educación en contextos de encierro.

Nosotros ofrecemos Licenciatura en Comunicación Social, la Licenciatura en Antropología Social y Profesorados en estas dos disciplinas. Les voy a mostrar algunas imágenes de las aulas.



Foto 1 - Aula Universitaria en Unidad Penal de varones, máxima seguridad. Prensa de la Facultad de Ciencias Sociales UNICEN, noviembre de 2019.

Nosotros trabajamos con aulas. Esta es una unidad de máxima seguridad (Foto 1). Una de las que tiene más historia del país, es una cárcel emblemática por algún motín que tuvo. Esto es un aula adentro de la cárcel, quienes están sentados allí son nuestros estudiantes universitarios y ahí nos visitaba el vicerrector de la universidad el año pasado.



Foto 2 - Aula Universitaria en Unidad Penal de varones, mediana seguridad.
Registro personal, marzo de 2019.

Esta es otra aula (Foto 2). ¿Qué pasa aquí? Los docentes asisten, dan clases en la unidad penal. Sin embargo, los estudiantes rinden exámenes en la sede de nuestra Facultad. Tenemos un sistema que consiste en llevar material, dar allí clases de orientación y muchas de las materias las estudian de modo libre, pero tienen estos espacios que son las aulas en las que ellos tienen biblioteca, computadoras y dispuestos espacios de estudio.



Foto 3 - Aula Universitaria en Unidad Penal de Mujeres. Máxima seguridad.
Registro personal, marzo de 2020.

Este es el aula en una cárcel de mujeres (Foto 3). En todas las aulas, las y los estudiantes tienen la oportunidad de asistir más allá de que haya o no haya docentes presentes. Entonces, sobre esto quería contarles. Este es el desafío de pensar a la universidad y pensar a la cárcel.

Claramente este encuentro entre la universidad y la cárcel plantea diferentes cuestiones.



Gráfico 7 – Interacción Universidad y Cárcel.

Por un lado, la universidad que se propone democratizar. Es decir, permitir que las personas en su conjunto, los ciudadanos, lleguen a sus aulas y tengan acceso y cumplimiento del derecho a la educación. Para ello, la Universidad genera algunas estrategias pedagógicas y algunas cuestiones más estructurales respecto a la gestión de sus propuestas para poder ingresar a la cárcel.

La cárcel, claramente, es un territorio que nosotros no gobernamos, que todo el tiempo intenta someternos, que es visto por la sociedad como aquel lugar donde la gente que llegó allí debiera quedarse para siempre, o debiera morir allí adentro; donde y además, sistemáticamente se vulneran los derechos de las personas.

En este contexto, nosotros hemos generado, hemos ideado como dispositivo digamos, como modo de organización, la instalación de aulas, aulas universitarias y las hemos entendido como enclave estratégico, ¿qué

quiere decir?, que este sería el lugar donde la universidad se instala y desde allí genera y promueve el acceso al derecho a la educación. Las aulas son los espacios físicos, el territorio donde la universidad se hace presente y donde es visible su presencia.

Ahora bien, las aulas hacia adentro reúnen estudiantes y esos estudiantes conforman centros universitarios. Entonces, ya no estamos hablando de aulas como una cosa, sino que estamos hablando de una organización y esa organización lo que permite es entender que esa aula tiene que ser visto como una unidad pedagógica. ¿Qué quiere decir? Que va a tener sus propias reglas, que va a tener un tiempo y un espacio, que va a tener actores, que va a tener normativas propias, que le van a dar un orden, que ya no va a ser ni el orden de la cárcel, ni el orden de la universidad, sino más bien va a ser un tercer actor. Ese es el lugar, esa aula, con ese centro organizado, se convierte en un actor social que dialoga, que negocia, que discute, que disputa tanto la universidad como a la cárcel. Entonces, en esta construcción, lo que nosotros entendemos que básicamente lo que estamos ofreciendo es un espacio para formarse como ciudadanos y ciudadanas a los estudiantes que ocupan estos espacios y que se constituyen en interlocutores tanto de la universidad como de la cárcel, de su unidad para conformarse como sujetos políticos básicamente. Espero que se entienda lo que estoy diciendo. Ahora, para cerrar y muy rápidamente para mostrarles también otra faceta que tenemos dentro de la universidad, es un centro cultural que depende de la Secretaría de Extensión⁷⁹, pero que también es otro

⁷⁹ Se puede conocer más a través del sitio web <https://extension.unicen.edu.ar/tema/carceles-2/> y en

programa que me toca coordinar, en el que ofrecemos cursos y talleres permanentes abiertos a la población y también espectáculos y una variada propuesta artística. Sólo voy a mostrar algunas imágenes para que ustedes tengan idea de las cosas que la Universidad Nacional del Centro hace y de las que se podrían hacer, pensando que no es solo carreras lo que la universidad puede hacer (foto 4 y foto 5).



Foto 4 - Taller de Teatro Mujeres Protagonistas. Autor: Claudia Castro, septiembre de 2016.



Foto 5 - Taller de yoga regenerativo y huerta orgánica. Autor: Claudia Cabrera, octubre de 2017

Tener un programa de radio que sale al aire por la radio de la Facultad, hace siete años, es aportar a la construcción de nuevos sentidos sobre sus vidas que les da poder pensarse comunicadores. La radio hoy, en medio de la pandemia, es un espacio donde nuestros estudiantes y otros detenidos construyen discursos que son muy potentes, en los que se reflexiona y se piensan a sí mismos, que nos interpelan como sociedad desde la cárcel (Foto 6 y foto 7).



Taller de radio—Unidad de
mediana y máxima seguridad

Foto 6 - Taller de radio. Autor: César Ebery, Octubre 2016.



Foto 7 - Taller de radio en la FM 90.1 - Radio Universidad. Registro personal,
diciembre 2017.

Básicamente entendemos que son espacios de producción y disfrute de artefactos artísticos, como por ejemplo cuando se hace cine dentro de las una de las unidades penales, se presentan espectáculos u otro tipo de actividades (Foto 8).



Foto 8 - Taller de cine y teatro. Autor: José Martín Delgado, junio 2017.

Hay cuatro cortos producidos adentro de la cárcel que están disponibles en un sitio web de la universidad⁸⁰ y pueden ver ustedes esos cortos filmados adentro de una de las cárceles en las que trabajamos. Como ven, intervenimos paredes, ofrecemos talleres de teatro, de informática, producimos revistas, llevamos elencos de la propia universidad a actuar, tenemos un festival de cine propio que exhibe producciones realizadas por estudiantes de diferentes carreras producidos en las cátedras (fotos 9 y 10).

⁸⁰ Serie Márgenes disponible en <https://www.abratv.com.ar/buscar.php?q=margenes>
Cortos producidos en el Taller de cine disponibles en el canal de Youtube Centro Cultural El Musquito.



Foto 9 - Mural colectivo en Unidad Penal de régimen abierto.
Registro personal, julio 2017



Foto 10 - Obra Caminito de Amor en Unidad Penal de Varones, máxima
seguridad. Autor: José Martín Delgado, abril 2016.

En fin, tenemos una serie de propuestas variadas y móviles adentro de ese centro cultural. Me gustaban estas fotos para ir cerrando.



Foto 11 - Abrazo simbólico a la Universidad Pública., en el marco de un reclamo y lucha docente. Autor: Romina Salvadé, abril 2018.

Una (foto 11) es de una clase pública y abrazo simbólico a la Universidad que hicimos adentro de la cárcel por el derecho a la educación pública, en el marco de los paros docentes. Es una foto de hace dos años.

La otra (foto 12) es una bandera que fue pintada por estudiantes de una de las unidades penales para que lleváramos los docentes en su nombre, a las marchas en la ciudad.



Foto 12- Para estar acá, el aula universitaria, primero tuvimos que estar presos.
Autor: Daniel Valiente, 2015.

Cierro con esta frase, que es una invitación a la reflexión como sociedad y la planteó un estudiante hace mucho, cuando yo le quería mostrar lo importante de la presencia nuestra y de la universidad de la cárcel. Y él me señaló: “claro, sí, pero para estar acá primero yo tuve que estar preso”. Parágrafo

Esto es un llamado a la conciencia y al trabajo necesario antes de la cárcel, que creo que cada uno de nosotros tiene que tomar nota y pensar como política de Estado si queremos más cárceles y más universidad dentro de la cárcel, o queremos una universidad comprometida con un territorio y trabajando para que haya menos personas detenidas, menos personas y menos delito.

Muchas gracias.

Educación en Cárceles Chile, Rol de las Universidades, Derecho a la Educación de los Privados/as de Libertad

Violeta Acuña Collado

Es un gusto y un placer estar y compartir con todas y todos los compañeros y compañeras brasileñas en este seminario y agradecer la invitación a sus organizadores, quiero iniciar comentando que con Elionaldo Fernades compañero de Brasil y Analia Umpierrez compañera de Argentina, con quienes compartimos este panel, y también la organización de los Encuentros Internacionales de Educación en Contextos de Encierro (EITICE). Pertenece a universidades públicas de países latinoamericanos y compartimos nuestras realidades y nuestro compromiso por el derecho a la educación de los privados de libertad.

En Chile, la Universidad de Playa Ancha donde ejerzo como académica, intenta como universidad del Estado, instalar al interior de las cárceles la educación universitaria, entendiendo que no solo debe haber escuelas y liceos al interior sino también educación superior.

En primer lugar, haré una contextualización del marco legal que permea las condiciones de las cárceles en Chile y su situación actual. En la segunda parte de mi presentación me referiré a la experiencia de la univer-

sidad al interior de las cárceles y para finalizar daré algunas conclusiones de nuestras investigaciones.

Para iniciar, en lo que respecta al marco legal chileno que regula la relación jurídica penitenciaria, debemos tener en cuenta los tratados internacionales ratificados por Chile como son, la Declaración de Derechos Humanos, el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, la Convención Americana de Derechos Humano y las Reglas de Tokio, que nos entregan las primeras pautas sobre cómo esta regulada en parte la realidad penitenciara en nuestro país.

Sin embargo, en Chile, existe una gran cantidad de normas que no se encuentran en un cuerpo legal sistematizado y ordenado que permita el desarrollo de esta área. Puede ser paradójico, desde una mirada política, que haya una cantidad de leyes en gobiernos de centro izquierda y también en los dos gobiernos de derecha que transitan desde leyes de libertad condicional, prontuarios penales y certificados de antecedentes, beneficios de salidas diarias y dominicales, ley orgánica de gendarmería, penas sustitutivas, rehabilitación de recursos condenados mediante la capacitación laboral y el trabajo en los establecimientos penales, responsabilidad de adolescentes por infracciones a la ley penal, entre otras.

Se ha avanzado como se mencionaba anteriormente con diversas modificaciones legales y creación de decretos que permiten decir que actualmente se ha progresado en una dirección correcta, por otro lado, la Ley Orgánica Gendarmería que crea el servicio público de Gendarmería, fue promulgada el año 1979 en época de dictadura.

Por su parte, durante los años de transición y democracia se han hecho grandes modificaciones, por

ejemplo, al sistema de responsabilidad penal adolescente, tanto desde un gobierno de la “Concertación”, partidos de la época de centro izquierda, por el presidente Ricardo Lagos y también por un gobierno de derecha al mando del presidente Sebastián Piñera. Es una situación bien especial esta comparación que se da entre dos gobiernos de tendencias políticas distintas.

Quiero mencionar más allá de los datos, algunas situaciones particulares en Chile. En el año 2018 fueron privadas de libertad 3.200 personas injustificadamente. Explico esta situación: en nuestro país, las personas son condenadas y también quienes hay otras que están en prisión preventiva a la espera de un dictamen o sentencia, por tanto es muy injusto para muchos de nuestros compatriotas haber estado en prisión preventiva y luego después de mucho tiempo los declaran inocentes. En los últimos 90 días, por las últimas informaciones que tenemos, la cifra de aplicación de esta medida cautelar ha sido duplicada.

En nuestras cárceles, actualmente hay graves situaciones de violación de derechos humanos a propósito del estallido social del 18 de octubre de 2019, asimismo las situaciones al interiores de los centros penitenciarios del país. Existe una población con considerable riesgo, dado el estado de hacinamiento y las condiciones de encarcelamiento, los prolongados tiempos de encierro, los presos están muy poco tiempo fuera de su celda. A las tres, cuatro de la tarde tienen que encerrarse, por lo tanto, el tiempo que están fuera del módulo o de la celda es muy poco, hay malos tratos y mucha crudeza en las cárceles de nuestro país.

Sin embargo, quiero señalar y destacar que en abril del 2020 se aplicó, a propósito de la pandemia, el indulto conmutativo a 1.720 personas, de las cuales 139

hombres recibieron y siete mujeres, lo que representa un 8,5% de reincidencia de las 1.720 personas que fueron puestas en libertad. Se les dió el indulto, por ejemplo, a los mayores de 65 años, personas que estaban a punto de completar las pena. Hubo una serie de criterios con la finalidad de descongestionar las cárceles en el país.

Hay que señalar que, en nuestro país, los medios de comunicación no nos ayudan mucho, las acciones delictivas objetivas se ven exacerbadas por las noticias reiteradas en los canales de televisión y la prensa escrita respecto a la delincuencia. Chile es el país con la tasa de homicidio más baja de Latinoamérica.

De acuerdo con los datos hay un riesgo mayor de morir al interior de un penal que en la vía pública. Entre el 2010 y el 2016, el promedio de homicidios por cada 100 mil reos del recinto penitenciario bordeó los 90, pese que la media nacional de homicidio fuera de la cárcel es por cada 100 mil personas de 3. 5, es decir, una persona que está presa tiene mucho más riesgo de morir por homicidio que en el medio libre⁸¹.

En tiempos de pandemia, disponemos de datos generales sobre el contagio en las cárceles. No tenemos información de en qué lugares o en qué prisiones ocurre, pero ha habido hasta ahora, septiembre 2020, 1.772 contagios a personas presas, donde 1.312 son funcionarios y han fallecido 13 personas y 2 funcionarios.

En las cárceles, algunas más congestionadas que otras, se relacionan con el número de habitantes de los diferentes lugares, las más congestionadas del país son: el centro de detención preventiva Santiago Sur, ex penitenciaría, donde hay una sobrepoblación del 92%,

⁸¹Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (Onudd) de 2019.

dado que hay 4.580 personas y la capacidad es para dos 2.384. Luego está el complejo y el centro penitenciario de Colina 2, que también está en la Región Metropolitana, tiene un 56% de exceso respecto a su capacidad. En tercer lugar es el Complejo Penitenciario en la región de Valparaíso, donde hay un 34% de sobre población.

Por otra parte, también me gustaría referirme a los temas que hoy están en permanente tensión, como es la llamada reinserción social. Hay muchos comentarios que podemos hacer respecto al concepto de reinserción. Sabemos que hoy dentro de las cárceles la mayoría son jóvenes, que partieron en centros de detención juvenil y que nunca han trabajado o vienen de hogares muy vulnerables.

Entonces, cuando se refieren a reinserción social, se debería reflexionar primero si alguna vez estas personas estuvieron insertas en la sociedad, lo que nos lleva a preguntarnos: ¿tuvieron una familia?, ¿tuvieron derecho a la educación?, ¿tenían condiciones dignas?, etc.

No obstante, después que una persona está presa, se dice que se debe reinsertar, por lo tanto, los mecanismos de reinserción social o rehabilitación o como queramos llamarlos son procesos muy complejos, dado que, las condiciones iniciales que llevan a esa persona cometer un delito generalmente son de mucha privación y limitaciones socioeconómicas.

Por un lado, la actividad jurisdiccional debe estar ligada a la protección del derecho y se hace necesario que sea regulado, todos los programas de reinserción deberían estarlo, por otro, hasta ahora no ha habido una solución alternativa al encarcelamiento como castigo para el delincuente, es decir, la persona comete un delito la encarcelamos y pareciera que ese es el fin.

Por tanto, cuando nosotros hablamos de reinserción es una expectativa que tenemos muy asociada a la educación y al trabajo, en los centros penitenciarios se cree que sólo el trabajo es una posibilidad real de reinserción, pero también están las expectativas respecto a la educación.

Para cerrar el tema de este marco general de la relación jurídica penitenciaria, estamos diciendo que el Estado debe asumir un rol de cuidado y protección en virtud de las reglas anteriormente mencionadas. Toda persona privada de libertad tiene derecho a ser tratada con dignidad especial condición de garante del Estado. La cárcel es una institución total, se regulan todos los aspectos de la vida de la persona y las personas privadas de libertad son sujetos de derecho. Unos están transitoriamente privado del derecho libre de circulación, entonces es el Estado debe ser garante de estos derechos básicos a la vida y a la dignidad de las personas.

Pero de acuerdo a estos antecedentes nos hacemos esta pregunta: ¿Cuáles son los problemas que hoy día tenemos? La dispersión de normas y la falta en Chile de una ley de ejecución penal, es lo que están diciendo los diferentes magistrados y académicos de nuestro país.

Hace muy poco, muy significativamente, el 11 de septiembre de este año, el senador de la República, Felipe Harboe, concitó a grandes personalidades en el país para discutir la necesidad de la ley de ejecución de pena. Es tan importante este proceso porque en nuestro país pareciera todo el proceso penal llega hasta instalar al preso al interior de la cárcel y posterior a ello no hay tribunales y no hay ningún espacio legal que lo pueda defender.

Otro de los problemas que hoy están latentes, cuando hacemos este tipo de eventos como seminarios, congresos, es que seguramente hay personas que nos escuchan y no entienden porque estamos en esta lucha. Pero sabemos que históricamente ha habido una representación social de lo que es el delincuente, esas personas que están presas. no se lo reconoce como ciudadanos, están al margen de la sociedad. Para ellos y ellas sólo está el castigo. Entonces esas personas, esos condenados tienen y merecen el trato inhumano. Esas personas pasan a ser el desecho de lo que la sociedad, hoy día, no fue capaz de resolver.

Por lo tanto, llegan a las cárceles y ahí no se olvidamos, no hay respeto a los derechos humanos, ya a nadie le interesan. La percepción de la ciudadanía, entonces en cuanto al hecho delictual, a quién lo cometió es que debe pagar el delito en la cárcel. La cuota de humanidad que debemos tener para todas las personas pareciera diluirse.

Hay que entender que ese delincuente ya está pagando, porque se le privó la libertad en el medio libre, por lo tanto, está encerrado y cumpliendo su pena. La pena no debe ser un fin en sí mismo, la sentencia no sólo no se debe ver como una única situación posible.

Me parece oportuno citar lo que dijo Carlos Kunsmüller⁸², que señala respecto de la Ley de ejecución de Pena, planteando qué, históricamente la fase ejecutiva fue quedando huérfana de toda atención. Por parte del jurista, “agotada la fase declarativa del procedimiento penal, prácticamente no interesaba a nadie, salvo a honrosas excepciones, saber qué sucedía después de la

⁸² Carlos Kunsmüller, abogado, ex ministro de la Corte Suprema de Chile.

firmeza de la sentencia condenatoria”. Y el jurista sigue, “existe actualmente la necesidad de complementar la importante modificación legislativa que se realizó en nuestro país hace algunos años de materia procesal penal, con una reforma directa al sistema penitenciario, lo cual debe sustentarse en una reforma legal que estructure de manera orgánica un cuerpo normativo que conozca de la ejecución de la pena de forma sistematizada y coherente”.

A continuación, señalaré algunos datos que publica en su página web, *Gendarmería de Chile*⁸³. Entonces ustedes pueden buscar todo lo necesario.

En Chile, actualmente tenemos 46.989 personas en el subsistema cerrado, 3.424 son mujeres y 43.565 son hombres, lamentablemente son solo estadísticas, solo verán numéricamente cómo se avanza mes a mes la cantidad de detenidos en los sistemas cerrados, abiertos y post penitenciario. La experiencia educativa en las 82 unidades penales en uso a nivel nacional, 77 de ellas tienen oferta educativa a través de colegios al interior de las cárceles. Esto quiere decir que al interior de los recintos tenemos colegios, escuelas básicas y liceos. Lo que no se oferta o es muy escaso es la educación universitaria. Las Universidades no tienen experiencias al interior de las cárceles.

El trabajo que particularmente he desarrollado en la cárcel, como académica la Universidad de Playa Ancha estos años, se inicia con la motivación de conocer la experiencia argentina de educación universitaria al interior de las cárceles. En su oportunidad, lo que me impactó en lo personal y generó la fuerza para

⁸³ Página de Gendarmería de Chile. <https://www.gendarmeria.gob.cl>

incursionar en la posibilidad real de instalar educación universitaria al interior de la cárcel, fue entender que es posible formar profesionales que se les ha dado una oportunidad pero que están detrás de la reja. Esta vivencia generó una serie de preguntas y desafíos que me llevo a iniciar esta cruzada.

Afortunadamente, el año 2015 firmamos un convenio con Gendarmería de Chile para dos tareas, para investigar y también para desarrollar un proyecto piloto. Estamos claros que educar en la cárcel no es fácil, comparto con ustedes algunos de los siguientes datos: la cantidad de personas por región que están en las que estudian en las cárceles, claramente un 89% de personas de sexo masculino y un 11% femenino. El total son 16.878 personas que hoy día están estudiando en las cárceles de nuestro país.

Respecto a la Ley General de Educación, nosotros tenemos declaraciones generales sobre educación de adultos y cárcel. No tenemos como la ley argentina, apartados distintos, la educación de jóvenes y adultos y la educación para privados de libertad, sin embargo. Tenemos un marco de la Ley General de Educación del año 2009, que nos indica que “la educación es el proceso permanente que abarca las distintas etapas de la vida de las personas”. En el artículo número 3 de esta ley dice que “el sistema educativo chileno se constituye sobre la base los derechos garantizados de la Constitución, así como los tratados internacionales ratificados por Chile y que se encuentran vigentes y, en especial, del derecho a la educación y la libertad de enseñanza”⁸⁴, por lo tanto, este marco legal nos sitúa en que las universidades tenemos

⁸⁴ Disponible en el sitio web
<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1006043>

que hacernos cargo, no sólo de las personas en el medio libre, sino que también de quienes están privados de libertad.

Respecto al reglamento de los establecimientos penitenciarios también nos abre una puerta, una pequeña puerta, donde dice que todo interno tiene derecho a que la Administración Penitenciaria le permita, dentro del régimen del establecimiento, efectuar estudios de enseñanza básica en forma gratuita y yo constituirá una obligación para la Administración Penitenciaria con los alcances y limitaciones que las disposiciones legales pertinente establecen para la población no recluida. La Administración Penitenciaria incentivara con fines de reinserción social a que los internos efectúen estudios de enseñanza media técnica o de otro tipo. Entonces, al decir técnica o de otro tipo, ahí se puede instalar la necesidad de la educación universitaria.

El protocolo que firmó la Universidad manifiesta la posibilidad de hacer investigación conjunta entre la Universidad Gendarmería de Chile, como también desarrollar un proyecto piloto de educación superior. Estos son los dos acuerdos firmados en el 2015 para poder realizar educación al interior de la prisión.

¿Cuáles son los temas que hay que profundizar y resolver en educación? Primero, la socialización de los alumnos en otros espacios para apoyar el cambio. En nuestra propia experiencia, los mismos estudiantes nos pidieron que, dentro de los efectos que hay de la prisionización al interior de las cárceles, el aula es tan importante porque se genera al interior una relación.

Ya lo habló mi compañera Analía, respecto, a la importancia del aula como espacio donde, el profesor y el estudiante pueden desenvolver libremente. Por lo tanto, se genera otro tipo de lenguaje, otro tipo de código de

comunicación y eso los estudiantes quisieran que se repitiera mucho más. Una vez que empiezan a estudiar, quisieran que los espacios educativos pudieran repetirse.

Esa es una situación que está pendiente y que no ha sido muy fácil. Por otro lado, ya en términos más pedagógicos, apostamos a una didáctica que transforme el espacio educativo, una didáctica transformadora, una didáctica integrativa, una didáctica no desde el punto de vista tradicional, o sea, la cárcel, los internos, los profesores es un mundo que no puede ser un símil del mundo exterior. Sin embargo, hay que entender que se está bajo el control del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Aquí entonces se produce la tensión entre ambos Ministerio, Ministerio de Justicia y Ministerio de Educación.

Otro de los aspectos importantes que destaco es la capacitación a los profesores para atender un espacio de reclusión. No todos los profesores, a pesar de tener mucho entusiasmo o ganas de trabajar, pueden cumplir el rol que se requiere, lo que también es una población sin atender e invisibilizada.

Por otra parte, la idea de continuidad estudios no es suficiente. Sabemos que en todas las cárceles de Latinoamérica hay una gran población de personas que son analfabeto/as, que no han terminado la educación básica y que no han terminado la enseñanza media.

Sin embargo, pareciera que hasta ese nivel sería lo requerido. Creo que Brasil y los otros países tienen que avanzar brindando la educación universitaria. Nosotros estamos recién en esta ruta. Estamos convencidos/as que los presos pueden aprovechar mayor su tiempo estudiando al interior de los recintos y no sólo dándole una importancia al trabajo. Educación y trabajo son dos temas que tienen que estar siempre relacionados.

Por una parte, es fundamental generar coordinación con las otras instancias de la cárcel es otra tarea pendiente, hay muchas iniciativas al interior, con fundaciones, organismos técnicos, organizaciones no gubernamentales, entre otras. Por otra parte, debemos situarnos en los aspectos pedagógicos, debemos profundizar en los modelos educativos, tanto los de Gendarmería como también las concepciones que desarrollamos los educadores, enfoques de aprendizaje, curriculares y enfoque epistemológico respecto al conocimiento.

La universidad desde su misión se enfrenta a varios compromisos: cumplir las leyes y los acuerdos internacionales, diseñar un modelo de educación continua que considere la cárcel, la cual es nuestra aspiración, mostrar la experiencia nacional e internacionalmente, impulsar el trabajo colaborativo entre los ministerios, aportar con propuestas concretas en materia de políticas públicas y generar posibilidades de reinserción social.

Para finalizar mi presentación, quisiera mencionar algunas ideas que han surgido desde las investigaciones y del trabajo realizado en las cárceles. Los entrevistados, estudiantes y docentes se centran mucho en las expectativas del sujeto que aprende, el sujeto que enseña y por supuesto las estrategias que se usan de aprendizaje en el aula. Las expectativas del estudiante apuntan o se dirigen a proyectar su vida futura, a apoyar a la familia, al crecimiento como persona, a la valoración al trabajo y a la tranquilidad.

Les comentaré algunas frases de los estudiantes de esta experiencia universitaria, respecto a las expectativas de seguir estudiando, aprendiendo, creciendo y enriqueciéndose porque “se imaginan como una nueva persona”. Otro estudiante dice que “fue algo muy bueno porque lo vi como una opción para poder irme

luego de este lugar y para contarle a mi familia la experiencia de estudiar en la universidad”.

Hay que destacar que esta opinión de este estudiante es muy frecuente. Muchos han dicho que afuera, en el medio libre, no habrían tenido oportunidad de estudiar en la universidad, sin embargo, esto de estudiar al interior de la cárcel para ellos es toda una posibilidad.

Mi expectativa, dice un tercer estudiante, es “poder terminar esta carrera y poder concretar en libertad mi sueño, lo que nunca pude tener por mi inmadurez, tener trabajo, familia y vivir en mi casa tranquilo”. Respecto a las opiniones, referidas a las estrategias de enseñanza, el ambiente, y la actividad en el aula, los estudiantes opinan que se ocasiona un buen clima y organización en la sala, un buen ambiente, una relación de profesor alumno y de alumno profesor muy positiva.

“Quando resuelvo duda y responden a mi pregunta, entonces aprendo más, los profesores hacen entonces más simple los ejercicios y puedo aprender”. “Cuando los profesores hacen preguntas los hacen participar porque ellos van enseñando, entonces nos dan ganas de aprender, de poder preguntar para resolver dudas que van teniendo en el transcurso de la clase”. En esto contexto, los profesores precisan de creación, de un ambiente de trabajo el cual debe estar caracterizado por la confianza de todos los actores al interior del aula, y hacer emerger de ellos las mismas necesidades educativas, de tal manera que estas necesidades puedan ir entregando una conexión con los contenidos que están en los programas diseñados.

Aprovechar las experiencias que los alumnos tienen como portadores de una narración, de una vida personal y desde ahí, desde el conocimiento de su

historia, empezar a construir significados nuevos. A partir de nuevos conocimientos que el profesor intenta transmitir y que en esa transmisión no quiere solamente eso, sino que debe ser una construcción conjunta de significados, es decir, una especie de negociación construida a partir del diálogo, que legitime a los estudiantes como sujetos portadores de conocimiento.

Con respecto a las opiniones de los profesores y estudiantes tienen relatos comunes referidos a una categoría que hemos llamado *focos didácticos* – producto de un entrecruzamiento de relatos de aula que coincide en el rescate de la experiencia vital, más allá del relato de lo anecdótico. Existe una coincidencia de apreciaciones sobre el estilo comunicacional de los docentes hacia los alumnos que recíprocamente se funda en un saberse respetado como un legítimo otro.

En sus escritos, Humberto Maturana manifiesta lo que hemos intentado decir: “crear una democracia comienza en el espacio de la emoción, con la seducción mutua para crear un mundo en el cual continuamente surja de nuestras acciones la legitimidad del otro en la convivencia, sin discriminación, ni abuso sistemático [...] el aspecto fundamental del ser humano está en el amor”⁸⁵.

En el espacio aula no está la cárcel, así como el espacio cárcel no está la escuela, sino que la escuela está la interacción *entre* el docente y el alumno, en ese *entre* que genera un realidad emergente, única, creativa, *entre* dos adultos que se reconocen como legítimos, en un espacio que ambos reconocen, porque lo *experimentan* a

⁸⁵ MATURANA, Humberto. **Emociones y lenguaje en educación y política**. 8.ed. Santiago de Chile, CL: Dolmen, 1995.

la manera de un *fenómeno* novedoso que ahuyenta barreras mentales y barrotes físicos que los separan.

La conclusión es simple: existe un encuentro entre dos personas que entienden sus roles en la institución escolar que, aunque se esté en la cárcel en un periodo de condena, los desafía ambos a romper esa “totalidad”⁸⁶ a través del espacio y tiempo educativo que, a su vez, resguarda la singularidad de los sujetos puestos en relación.

Especialmente me identifico con el planteamiento pedagógico de Henry Giroux referido a romper barreras, arriesgarse, romper sus propios límites de comprensión en un entorno pedagógico seguro⁸⁷. La acción educativa, al interior de la cárcel, es el encuentro de docentes y privados de libertad, nuestros estudiantes, habitando un espacio de castigo, es en este lugar, donde se produce un fenómeno especial, una actividad cívica, que busca ampliar las condiciones de justicia y democracia, las capacidades críticas de las personas y eliminar la violencia material y simbólica de la sociedad.

Para finalizar una cita de Paulo Freire en el diálogo con Antonio Faundez, en su libro *Pedagogía de la pregunta*, en la cual se promueve la posibilidad que docente y dicente interactúen y que se ponga en el centro la pregunta cómo una estrategia central de trabajo, “todo conocimiento comienza con la pregunta”⁸⁸, si además este

⁸⁶ GOFFMAN, Erving. **Internados: ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales**. Buenos Aires, Ar: Amorrortu Editores, 1979.

⁸⁷ GIROUX, Henry A. **Cruzando Límites. Trabajadores Culturales y políticas educativas**. Buenos Aires, Ar: Editorial Paidós, 1997.

⁸⁸ FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por una pedagogía de la pregunta**. Crítica a una educación basada en respuestas a preguntas inexistentes. Buenos Aires, Ar: Editorial Siglo XXI, 2013.

espacio en la prisión logra transformarse en un lugar donde existe la libertad para generar conocimientos, las murallas de la cárcel no lo impedirán. Si se evoluciona en esa dirección, este ejercicio se convierte en una propuesta innovadora que emerge desde uno de los contextos más complejo desde donde situamos el aprendizaje.

Con estas palabras de grandes intelectuales comprometidos termino la presentación agradeciendo a todos y a todas por la paciencia de haber escuchado en español y por la posibilidad de compartir este espacio de diálogo con compañeros y compañeras de América Latina.

Educação, Direitos Humanos e Políticas de Restrição de Liberdade no Brasil

Elionaldo Fernandes Julião

Gostaria de começar agradecendo o convite, a possibilidade desta mesa no evento, por ser um tema invisível, invisibilizado e negligenciado pela sociedade, pelo poder público e pela universidade. É fundamental ocuparmos esse espaço para (quase que pedindo socorro) possamos cobrar atenção da sociedade sobre as questões que envolvem as prisões na sociedade contemporânea.

Gostaria de aproveitar a oportunidade e parabenizar a todos da organização do evento. Imagino as dificuldades superadas para conseguir dar conta de um evento dessa dimensão em um formato remoto neste momento de pandemia. É um evento que vem se consolidando na agenda acadêmica da Universidade Federal Fluminense e construindo uma importante trajetória no debate acadêmico brasileiro. Meus parabéns, professora Zuleide Silveira e toda equipe pelo trabalho realizado.

É uma honra está fazendo parte dessa mesa e dialogando com as professoras Analia Umpierrez, Violeta Acuña Collado e Sandra Maciel, companheiras de longa data.

Más una vez, muchas gracias por la oportunidad, Violeta e Analia!

Sou professor do Instituto de Educação de Angra do Reis e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Atuo na linha de pesquisa Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação. Nessa linha, venho desenvolvendo pesquisas sobre educação de jovens e adultos, principalmente refletindo sobre a diversidade dos sujeitos demandantes das políticas de educação.

Ao longo de 25 anos, venho desenvolvendo pesquisas sobre educação em espaços de restrição e privação de liberdade. Trabalho com as diversas questões que envolvem a educação para os sujeitos jovens e adultos presos e para os adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas. Tanto a minha dissertação de mestrado quanto a tese de doutorado, foram sobre o tema da educação nas prisões. Ao longo da minha trajetória profissional, atuei na gestão pública e como consultor de organismos nacionais e internacionais sobre o tema políticas de restrição e privação de liberdade.

Desde 2012 tenho coordenado um grupo interdisciplinar chamado Grupo de Trabalho e Estudos Sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade. Esse grupo tem como perspectiva desenvolver estudos sobre o tema da privação de liberdade e também tem tentado, na medida do possível, manter um diálogo com poder público e com a sociedade, procurando contribuir, sempre que possível, com as reflexões e formação de profissionais que atuam nas políticas de segurança pública, direitos humanos e sistemas prisional e socioeducativo.

Atualmente estou realizando como pesquisa, uma Cartografia das experiências de políticas de educação implementadas para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade na América do Sul.

Infelizmente, por conta da pandemia, fui surpreendido e só consegui fazer parte da pesquisa que consistia inicialmente em visitar experiências de educação nas prisões de dez países da América do Sul. Lamentavelmente, só foi possível visitar cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Para otimizar o tempo e o diálogo aqui na mesa, o meu objetivo é trazer algumas questões e reflexões sobre a educação implementada para os sujeitos jovens e adultos que estão em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil.

Antes de entrarmos especificamente nas questões que envolvem o cenário brasileiro, eu gostaria de trazer algumas sobre o cenário sul-americano. Acredito que nos ajudarão melhor compreender a situação do Brasil neste contexto internacional.

Acabei de concluir parte dessa pesquisa e consegui analisar as experiências desses cinco países visitados. O resultado desse estudo será publicado em um livro, onde teremos a oportunidade de aprofundar algumas reflexões sobre a educação implementada nesses espaços na região sul-americana⁸⁹.

A América do Sul é uma das regiões mais violentas e que mais desrespeitam os direitos humanos no mundo. Em dados brutos, hoje encarceramos mais de 1 milhão e meio de pessoas. Somente o Brasil, que hoje é o terceiro

⁸⁹ JULIANO, Elinaldo Fernandes. Cartografia das experiências de educação de jovens e adultos nas prisões da América do Sul. Niterói: EDUFF: FAPERJ, 2020. O livro pode ser baixado gratuitamente no sítio da Editora. Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/cartografia-das-experiencias-de-politicas-de-educacao-para-jovens-e-adultos-nas-prisoas-da-america-do-sul-e-book-pdf-667>

país do mundo que mais encarcera em dados brutos, responde por mais de 800 mil pessoas.

Dos cinco países pesquisados, com exceção do Uruguai, o crescimento populacional nos presídios foi superior a 60% nos últimos dez anos. Quando a gente compara o número de vagas desses países e o número de presos, evidenciamos um super encarceramento e uma superlotação em quase todas as unidades prisionais. A Argentina, por exemplo, a taxa de ocupação é de 122%, com 46% de presos provisórios, ou seja, presos que não foram ainda sequer condenados.

Sobre essa questão dos presos provisórios, há um documentário muito interessante. intitulado *Sem Pena*⁹⁰. Produção brasileira, sob direção e roteiro de Eugênio Puppó, o documentário, lançado em 2014, mostra o quanto essa questão precisa ser resolvida e o quanto, cada vez mais, vem se tornando um grande problema para os sistemas prisionais.

Infelizmente, a questão da superpopulação prisional, com um número enorme de presos provisórios, não é apenas um problema somente do Brasil, mas sim de toda a América do Sul.

No Brasil a taxa de ocupação é de 171% e 33% são presos provisórios. No Chile a taxa de ocupação é de 101% e 35% são presos provisórios. No Paraguai – esse é um dado assustador –, a ocupação é de 337% e 76% são presos provisórios. No Uruguai a taxa de ocupação é de 103% e 69% são presos provisórios.

Essas informações são fundamentais para evidenciarmos o caos da política de execução penal da

⁹⁰ Resultado da parceria entre o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e a Heco Produções, o documentário encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b6RDgB8GVW8>

América do Sul e, principalmente, para compreendermos a situação brasileira nesse contexto.

Como eu disse anteriormente, o Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China, que encerraram, cada um, mais de um milhão de presos.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DePeN), no Brasil de 2019 havia 773.151 pessoas presas. Deste total, 45.000 são mulheres, o que representa 5,2% da população presa no país. Embora seja um número bem menor em comparação a população masculina presa, é importante ressaltar a necessidade de uma política de execução penal que leve em consideração a realidade desta população feminina e, especialmente, reconheça as especificidades para uma política de gênero. Infelizmente, historicamente a política vem sendo pensada somente para o público masculino.

Ainda sobre o perfil da população prisional, no Brasil, 54% são jovens na faixa etária entre 18 e 29 anos⁹¹; 73,4% são adultos, na faixa etária entre 18 e 45 anos, que compõem a população economicamente ativa (PEA); 63,5% se declaram pretos e pardos; 66% não concluíram a educação básica, sendo 51,3% não concluíram o ensino fundamental e 14,9% o ensino médio.

Essas questões nos chamam atenção para entendermos sobre quem estamos mantendo privados de liberdade. Loïc Wacquant, no seu livro “A prisão das misérias”, afirma que a sociedade está criminalizando a

⁹¹ Segundo a Lei nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Nesta faixa etária, a referida Lei classifica os jovens com idade entre 15 e 18 anos como adolescentes.

pobreza e colocando para debaixo do tapete as nossas mazelas sociais.

Sobre a questão da educação no ambiente prisional, nesse contexto que encarcera uma enorme população pouco escolarizada, somente 10% dos presos no país têm acesso a alguma atividade educativa.

Embora desde 1984, com a aprovação da Lei de Execução Penal, e em 1988, com a Constituição Federal, que prevê a educação como um direito humano fundamental de todos, inclusive dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade, a organização da política nacional de educação para esses sujeitos no Brasil somente se inicia por volta de 2005, já no governo Lula, com a criação da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁹² no âmbito do Ministério da Educação.

Embora seja recente as discussões para a organização de uma política nacional, já existiam antes diversas experiências estaduais em desenvolvimento. O Rio de Janeiro, por exemplo, desde 1967 tem uma experiência de política de educação nas prisões com escolas públicas de ensino fundamental e médio em várias unidades prisionais do estado.

Pensando especificamente nas discussões e nos encaminhamentos para implementação de uma política nacional, várias são as conquistas. Uma primeira, foi a compreensão de que estamos falando de duas políticas:

⁹² A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, criada, em 2004, no primeiro governo Lula da Silva, teve sua denominação e sigla modificadas, no ano de 2011, para SECADI, ao adotar a agenda da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Tendo sido extinta no mandato Bolsonaro, reconhecidamente como de cunho conservador-regressivo, a SECADI veio a ser recriada no terceiro governo Lula da Silva, em curso.

política de educação e política de execução penal, e que para consigamos efetivamente implementar uma política de educação no ambiente prisional será fundamental que o trabalho seja construído e realizado em diálogo com os Ministérios da Educação e da Justiça.

Por que estou chamando a atenção para a relação entre os dois referidos ministérios? Porque tal interação isso se configura como uma importante mudança de paradigma na concepção de política de execução penal. Antes, o Ministério da Justiça respondia por todas as políticas implementadas no sistema prisional.

Um intelectual canadense muito importante nos estudos sobre a prisão na sociedade contemporânea, Erving Goffman, disse, em seu memorável livro “Manicômios, prisões e conventos”, que as prisões são “instituições totais”. Neste sentido, os órgãos responsáveis pela execução penal, no caso brasileiro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, são também os responsáveis por todas as ações/políticas implementadas no ambiente prisional.

A mudança de paradigma encontra-se no ato de compreender que os sujeitos privados de liberdade estão apenas privados do direito de ir e vir na sociedade, mas continuam detentores dos demais direitos, como a educação, a saúde, o trabalho, a cultura, o lazer, a convivência familiar e comunitária etc. E que, conseqüentemente, torna-se necessária a atuação do poder público por dentro do ambiente prisional, através dos seus diferentes órgãos e instituições, para garantir todos esses direitos.

Assim, com o Ministério da Educação assumindo a sua responsabilidade pela política de educação nas prisões, caminhamos sob a perspectiva da constituição de um novo paradigma de política pública de execução

penal, definida por Antônio Carlos Gomes da Costa⁹³, importante intelectual brasileiro, como *incompletude institucional*.

Nesta nova concepção, novo paradigma, é como se os muros tivessem, metaforicamente, sendo abaixados. Ou seja, o poder público, com todas as suas instâncias previstas na organização do Estado, passa a ser responsabilizado por garantir esses direitos, tendo acesso ao ambiente prisional que anteriormente não tinha.

Na proposta de organização da política nacional de educação no ambiente prisional foram aprovadas, por exemplo, as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (Resolução CNE/CEB nº 2/2010), pelo Conselho Nacional de Educação, e as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais (Resolução CNPCP nº 3/2009, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, garantindo, assim, a oferta da educação básica (ensino fundamental e ensino médio), da Educação Profissional e o acesso e permanência na Educação Superior para/da população carcerária.

Antes porém, a Lei de Execução Penal, Lei 7.210/1984 havia tornado obrigatória a oferta do ensino de 1º grau ao mesmo tempo em que a integrava ao sistema escolar vigente, cujo ensino profissional era ministrado em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico. Ao longo dos anos, esta Lei veio passando por modificações significativas, de modo a que, no ano de

⁹³ Antonio Carlos Gomes da Costa (1949-2011) foi um pedagogo que lutou pelos direitos da criança e dos jovens, atuou no ensino de 1º e 2º graus e ensino supletivo, contribuiu na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na criação da Convenção Internacional do Direitos da Criança,

2015, consoante à universalização do ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, este nível de ensino foi implantado nos presídios. Uma conquista!

Também conseguimos uma reformulação da Lei de execução penal com relação a remição de pena pela educação, antes só prevista pelo trabalho. A partir de então, tanto o preso que trabalha e/ou estuda pode remir parte da sua pena através do estudo e do trabalho.

Hoje, discute-se no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos estados, a questão da remição também pela leitura. Particularmente, é um tema bastante polêmico que precisa de uma reflexão mais aprofundada. Por conta do tempo, não terei como entrar em detalhes, mas eu e a professora Ana Cláudia Godinho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estamos produzindo um livro que investirá neste debate. Em breve, teremos uma importante publicação que contribuirá imensamente com as discussões sobre o tema⁹⁴.

Como importantes encaminhamentos para consolidação de uma política nacional de educação nas prisões, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária aprovou a Resolução CNPCP n° 9/2011, que edita as Diretrizes Básicas para a Arquitetura Penal, visando a construção, a ampliação e a reforma de estabelecimentos penais, locais, em parceria com o governo federal, de acordo com a Lei de Execução Penal de 1984. Esta remodelação da arquitetura prisional possibilitou a construção de escolas e/ou espaços educativos na estrutura das novas unidades prisionais.

⁹⁴ JULIÃO, Elionaldo Fernandes; GODINHO, Ana Claudia. Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2022.

Considerando que, as políticas públicas no Brasil e em toda a América do Sul são fragmentadas, descontinuas, pontuais, verdadeiros “tapa-buracos”, em 2017, o ilegítimo governo Michel Temer, por meio do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária revogou a Resolução CNPCP nº 9/2011, desresponsabilizando o poder público de planejar e construir espaços educativos nas novas(???) unidades prisionais.

Tratava-se de importante conquista, trazida pela referida Resolução de 2011, para a reorganização da política nacional de educação do ambiente prisional, Contudo, o ex-presidente Temer, com uma única canetada promove um retrocesso.

Também em 2011 foi aprovado o Plano Nacional de Educação nas Prisões e, conseqüentemente, em anos subsequentes os estados precisaram aprovar os seus Planos Estaduais de Educação. Esse também foi mais um marco para a consolidação da política pública prisional no Brasil, pois atrelava, inclusive, a possibilidade de recurso do governo federal para as experiências estaduais.

Se, de um lado, o Brasil é reconhecido internacionalmente pelos seus marcos legais progressistas. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude, do Idoso são considerados, tanto na América do Sul, quanto na Europa, documentos muito progressistas; de outro, quando analisamos os marcos operacionais, é possível verificar o descompasso entre o que está previsto na lei e o que efetivamente vem sendo implementado. Muito do previsto é desconsiderado, desrespeitado.

Como a professora Eneida Shiroma da Universidade Federal de Santa Catarina diz no seu texto “A

outra face da inclusão”, publicado na Revista Teias da UERJ, os instrumentos legais são “documentos de papel”.

Nós temos ótimas e importantes normativas, invejadas e/ou consideradas modelos para outros países, que na prática, sabemos que são meramente verdadeiros documentos de papel.

Olhando todos os encaminhamentos implementados para a constituição de uma política de educação para os sujeitos jovens e adultos que estão em situação de restrição e privação de liberdade, evidenciamos importantes avanços, principalmente com a aprovação de normativas que regulamentam e organizam a política nacional.

Conforme previsto na Constituição Federal, a educação é um direito humano fundamental e subjetivo, isto quer dizer que a educação não é um privilégio e tampouco um benefício destinado aos presos, mas sim um direito, que segundo seu artigo 205, tem como objetivo o desenvolvimento pleno da pessoa, a formação para a cidadania e qualificação para o mundo de trabalho.

Com este entendimento, a educação nas prisões passa a ser concebida como a educação de jovens e adultos, modalidade da educação básica, que deve ser garantida conforme a legislação vigente, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Chegamos a compreensão de que o debate na atualidade deve se dar sobre as questões curriculares e pedagógicas. Como no debate sobre a educação de jovens e adultos em geral, passamos também a pensar sobre questões fundamentais para uma proposta político-pedagógica que leve em consideração a educação implementada nos espaços prisionais.

Alguns intelectuais vêm nos ajudando a refletir nesta direção. O professor Marc De Maeyer, intelectual

belga incorpora ao debate uma questão muito importante, qual seja, muitos destes sujeitos privados de liberdade tiveram acesso a escola quando em liberdade, mas não tiveram sucesso no seu processo de escolarização. Assim, Mayer defende que a educação a ser implementada no ambiente prisional não deve ser a escolar, organizada em um formato tradicional, mas, sim, centralizada nas bibliotecas das prisões. Esta perspectiva de educação não escolar encontra-se fundamentada no que compreendemos na América do Sul por educação popular.

O intelectual belga entende que através do incentivo à leitura cada sujeito do sistema prisional poderá construir, com autonomia, o seu processo de aprendizagem.

Dois outros intelectuais, o professor Francisco Scarfó, e o professor Hugo Rangel, argentino e mexicano, respectivamente, defendem a educação escolar, porém fundamentada nos direitos humanos. Para ambos, a América Sul possui enorme contingente de pessoas analfabetas e, ou, que sequer concluíram o ensino fundamental, o que exige da educação escolar voltar-se para a elevação de escolaridade da população, em geral, e dos privados de liberdade, em particular.

Outro intelectual, da Costa Rica, professor Vernor Muñoz defende a educação na perspectiva da formação integral dos sujeitos por meio da educação escolar integrada a não escolar. A perspectiva da formação integral dos sujeitos de Muñoz pressupõe a proposta político-pedagógica que incorpora ao currículo atividades esportivas, culturais e artísticas, mas também voltadas para o trabalho, o lazer e o ócio.

Antônio Carlos Gomes da Costa defende que precisamos pensar em uma reorganização dos sistemas

prisonal e socioeducativo, principalmente garantindo um projeto político institucional (PPI) para as unidades prisionais e socioeducativas, em que cada uma tenha uma identidade. Cada unidade prisional (e/ou socioeducativa) deve incluir em seu PPI a proposta curricular e pedagógica para a educação dos seus internos, tanto quanto as escolas constroem os seus projetos políticos pedagógicos (PPP).

Conforme previsto na legislação nacional e internacional, em que a pena, a medida de segurança e a medida socioeducativa têm que ser individualizada, que os sujeitos privados de liberdade, além de estudar e trabalhar, têm que ter uma vida cultural, esportiva e que lhes sejam também garantidas a convivência familiar e comunitária. Para isso será fundamental a construção de planos individuais de atendimento (PIA).

Como podemos evidenciar, temos um grande desafio para pensar em uma política de execução penal que leve em consideração todas estas questões.

Como eu disse no início da nossa discussão, temos um número enorme de presos provisórios que muitas vezes não estão separados dos presos sentenciados, condenados. Ao mesmo tempo, as prisões não separam o preso que ficará por trinta anos de um outro que ficará apenas um ou dois anos, não fazendo qualquer distinção nesse sentido.

Em alguns estados, como o Rio de Janeiro, a coisa ainda é mais complexa e perversa. Além de tudo isso, os presos são separados por facção a que pretensamente se identificam.

Em um país em que pouco sabemos sobre cada sujeito privado de liberdade, em que a ausência de informações públicas sobre o sistema prisional é uma realidade, muito ainda precisamos para realmente

avançar na consolidação de uma política pública que garanta o previsto na legislação.

Uma questão importante para pensarmos: como é possível implementar políticas públicas sem dados?!

Tradicionalmente, na América do Sul, os dados divulgados sobre o sistema prisional não são qualificados. Em geral, são informações consolidadas obtidas de forma duvidosa, em que a população sequer compreende a metodologia utilizada.

Para que minimamente consigamos pensar em uma proposta educativa que siga as ideias de Antônio Carlos Gomes da Costa e de Vernor Muñoz, precisaremos de uma verdadeira reforma estrutural da atual política de execução penal e, conseqüentemente, do sistema prisional.

Ao longo de anos, acumulamos importantes discussões que fundamentam decisões para pensarmos sobre as propostas curriculares e pedagógicas para a educação nas prisões.

O acúmulo dos debates que se materializam em instrumentos legais é resultado dos movimentos organizados em universidades públicas brasileiras que buscam permanentemente manter o diálogo com o poder público sobre essas questões, principalmente apresentando subsídios para a constituição de uma política de educação de qualidade para o sistema prisional.

Lamentavelmente, desde o golpe parlamentar que provocou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, todas as conquistas para a implementação da política pública de educação nas prisões estão ameaçadas.

Antônio Carlos Gomes da Costa usa uma metáfora que nos ajuda a melhor compreender e analisar as políticas de execução penal, no Brasil, qual seja, *as*

políticas de restrição e privação de liberdade são o terreno baldio das políticas públicas.

É muito importante entendermos o que ele está chamando atenção com essa metáfora. Em uma hierarquia de prioridades na implementação de políticas públicas, as questões prisionais e socioeducativas são as últimas para a nossa sociedade. Só são priorizadas, muitas vezes, quando apresentam algum problema que vulnerabilize diretamente a paz social, principalmente através de rebeliões organizadas pelos sujeitos privados de liberdade.

Nesse momento em que grande parte dos países, principalmente o Brasil, vem ardendo em chamas, com os problemas da pandemia de Covid 19, a população presa está totalmente esquecida.

O que hoje sabemos sobre o que está acontecendo no ambiente prisional neste momento de pandemia?

Durante décadas da minha vida, eu sempre lutei em defesa da educação nas prisões, inclusive enfrentando narrativas de gestores nacionais, estaduais que diziam muitas vezes que a educação nas prisões é *artigo de perfumaria*.

Hoje, diante de tudo que estamos vivendo, depois de visitar durante quase três meses vários presídios em cinco países, estou revendo a minha posição.

Sem sombra de dúvida, não imaginamos o que está acontecendo dentro das cadeias espalhadas pelo mundo, super, hiper lotadas etc. Atrevo-me a dizer que a questão vai muito além da superlotação.

Nós não conseguimos, há décadas, garantir os direitos humanos fundamentais dos presos. Muitas vezes a sociedade parece tratar essa população como coisa, nem como animal. Imaginemos agora o que está

acontecendo nesse momento de pandemia no ambiente prisional.

Todas as unidades prisionais e socioeducativas do país, desde março deste ano de 2020, estão totalmente isoladas. Foram criadas barreiras que somente os profissionais dos sistemas prisional e socioeducativo têm acesso às unidades prisionais e socioeducativas.

A pesquisa divulgada há poucos dias pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em artigo da Pastoral Carcerária, diz que mesmo com toda a questão da subnotificação de casos de Covid que sabemos que está acontecendo, essa instituição afirma que as taxas mostram que a Covid-19 dentro dos presídios é mais letal e mais complicada. Segundo eles, enquanto a taxa de casos no Brasil em geral por 100 mil habitantes está na faixa de 0.29, no sistema prisional, é de 31.

O artigo *A pandemia no Cárcere: intervenções no super isolamento*⁹⁵, publicado pela Revista Ciência & Saúde Coletiva, afirma que estamos vivendo no cárcere a pandemia do caos. Neste contexto, eu participei das discussões organizadas pela Fiocruz para a produção da cartilha intitulada *Covid-19 e população privada de liberdade*⁹⁶

⁹⁵ CARVALHO, Sérgio Garófalo de Carvalho; SANTOS, Beatriz Silva dos; SANTOS, Ivete Maria. A pandemia no Cárcere: intervenções no super isolamento. Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 25, n.º 9, Set 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/GCbXVPLqVYQ7Kxz7SsVCjVS/?format=pdf&lang=pt>

⁹⁶ Documento voltado para gestores e profissionais de saúde dos sistemas prisional e socioeducativo, tendo como objetivo reunir e divulgar as informações disponíveis, até a data de sua publicação, sobre a pandemia da COVID-19 nas instituições de privação de liberdade do Brasil e seus impactos na saúde física e mental de pessoas encarceradas e cumprindo medidas socioeducativas, trabalhadores das

É muito difícil pensarmos sobre as condições que essas pessoas estão sobrevivendo. É muito difícil imaginar que a melhor alternativa neste momento seria liberar os presos dessa situação de confinamento. Mas ao mesmo tempo sabemos o quanto se torna impossível ter o apoio da sociedade para dialogar com o poder público sobre qualquer coisa nesta direção no contexto político e social contemporâneo conservador que vivemos.

A professora Analia Umpierrez, no início do trabalho desta Mesa, afirma que muitos dos crimes cometidos em vários países da América do Sul são crimes considerados leves, que razoavelmente não demandariam a necessidade de privação de liberdade. Mas, vivenciamos um contexto conservador, de *tolerância zero* para as políticas de segurança pública, o que torna difícil sustentar qualquer discussão que possa mobilizar e convencer a sociedade nesta direção.

Por que chamo a atenção para este fato? Porque as atividades educativas em todos os estados brasileiros não estão acontecendo no ambiente prisional nesse momento pandêmico. Não é um lamento, mas sim um chamado para pensarmos um pouco além. As pessoas presas estão sendo infectadas e morrendo silenciosamente, sem que a sociedade tome conhecimento sobre o genocídio que vem ocorrendo nas prisões.

Nesse quadro de pandemia da Covid-19, pensar a educação propriamente dita é, na minha opinião, artigo de perfumaria. O momento está a exigir pensar e agir em

unidades prisionais e profissionais do sistema de garantias de direitos, bem como reunir orientações para prevenção, cuidado e atenção psicossocial. NOAL, Débora da Silva *et. al.* **Covid-19 e população privada de liberdade.** Ministério da Saúde: Fiocruz, [Acesso aberto Fiocruz], 2020. Disponível em: https://profsaude-abrasco.fiocruz.br/sites/default/files/publicacoes/cartilha_sistema_prisional.pdf

torno dos direitos humanos básicos, de modo a que a população carcerária tenha uma vida digna não só neste momento de pandemia, mas durante todo o seu processo de execução penal.

Muitos dos que estão participando deste evento talvez nunca tiveram a oportunidade da experiência de entrar em uma unidade prisional. Muitos talvez nunca atentaram para os números que geralmente são divulgados em poucas linhas pela imprensa sensacionalista. Para sensibilizá-los sobre o tema, principalmente provocá-los a pensar sobre o que dizemos nesta mesa, sugiro recuperar a memória sobre as imagens do Holocausto e de manicômios, como o de Barbacena, aqui no Brasil. Faz pouco tempo, estas imagens foram bem divulgadas. É dessa mesma forma que muitas pessoas vivem em vários presídios na América do Sul.

Com essas imagens na memória, eu gostaria de finalizar a minha exposição, mobilizando e convidando a todos os presentes para enfrentar o poder público e cobrar da sociedade a responsabilidade sobre tudo que está acontecendo no ambiente prisional.

Não podemos continuar de braços cruzados, ouvindo, por exemplo, como aqui no Brasil tem sido o que se tornou corriqueiro, aqui no Brasil: “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos é para humanos direitos”. Precisamos garantir o que está previsto na Constituição e em tratados internacionais que foram firmados pela maioria dos países da América do Sul.

Precisamos compreender que os presos estão privados dos direitos de ir e vir na sociedade, mas são detentores de todos os demais direitos previstos na nossa Constituição.

Precisamos romper com esse extremo individualismo que vem corroendo as estruturas sociais e que

não se sensibiliza com a dor do outro. Não podemos continuar defendendo, conforme David Garland, os direitos humanos do EU em detrimento dos direitos humanos do OUTRO.

Diante de tudo que estamos vivenciando, é fundamental que entendamos, que nós estamos falando de direitos humanos, e que direitos humanos é direitos de TODOS.

Na minha humilde opinião, a universidade tem um papel fundamental nessa direção, contribuindo para mudanças de mentalidades! Como profissional de universidade, não posso me eximir da responsabilidade da universidade em tudo que está acontecendo.

Neste sentido, finalizo agradecendo e parabenizando o Grupo Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: pensamento crítico latino-americano e tradutibilidade de Antonio Gramsci (GPETED) pela oportunidade do diálogo sobre esse tema tão invisível, invisibilizado e negligenciado pelo poder público, pelas universidades e pela sociedade.

Salve o Brasil! Salve a América do Sul!

CONFERÊNCIA V

Educação e Crise do Capital e (Des)Medidas Conjunturais

Conferencistas

Roberto Bitencourt da Silva

José dos Santos Souza

Zuleide Simas da Silveira

Mediação

Luiz Claudio Duarte

Crise do Capital: algumas questões de natureza teórico-conceitual

Roberto Bitencourt da Silva

Muito obrigado, professor Luiz Cláudio. Um bom dia a todos. É uma enorme satisfação estar participando desse importantíssimo seminário, desse evento acadêmico tão bem organizado, toda a equipe de estudantes, mestrandos, doutorandos, equipe da professora Zuleide Silveira e demais colegas da Faculdade de Educação da UFF, que revelam uma dedicação, uma competência muito grande na organização desse evento, mas, sobretudo, levando em consideração as vicissitudes do presente momento, as dificuldades para organizar um evento de tamanho porte por meio de uma plataforma técnica digital, agregando tanta gente distinta e distante. Saudar então a toda equipe, a organização do evento, agradecer bastante, registro o meu agradecimento sobretudo à professora Zuleide Silveira pelo generoso convite, eu fico honrado, inclusive, por participar do grupo de pesquisa por intermédio de um convite feito pela professora Zuleide, salvo engano, há dois, três anos no primeiro seminário, numa mesa em que tivemos juntos; rolou uma confluência de ideias muito grande entre todos os integrantes da mesa e o público presente, foi muito enriquecedor.

Desde então, eu tenho participado à medida das minhas possibilidades, em função dos compromissos do

trabalho, mas sempre tenho participado das reuniões, dos debates, das leituras e tenho aprendido muito. Todas as atividades decorrentes do grupo de pesquisa têm enriquecido e contribuído bastante para a minha formação e desenvolvimento de estudos, escritos e pesquisa. Muito bem, então agradeço bastante. Saudar toda a mesa.

O que é que eu pretendo aqui fazer? Qual é a questão principal? Quais são os tópicos e como é que está organizada a minha intervenção? Eu vou tomar como foco de reflexão estritamente o eixo temático Crise do Capital. Eu quero abordar determinadas nuances, aspectos, características e explorar algumas hipóteses daquilo que se possa compreender, delimitar como Crise do Capital. O que significa isso, quais são suas características no tempo presente, os desafios e dilemas que essa chamada Crise do Capital provoca para todos os setores sociais comprometidos com a promoção, com a criação, com a contribuição para a gestão de um ambiente social, coletivo mais humano e assentado em princípios de bem-estar, princípios democráticos e igualitários de bem-estar social e de exercício da soberania por parte dos povos.

Então, tomando como foco exclusivo essa noção de Crise do Capital, a minha intervenção aqui procura estar ordenada na demarcação de dois momentos, dois cenários específicos no tempo presente. Um é o cenário econômico-social que estava caracterizado por uma intensa crise promovida pelo capitalismo, pelo sistema civilizatório capitalista até anteontem, antes da deflagração da crise sanitária do Covid, da pandemia do Covid-19. Então eu vou expor algumas questões de natureza teórico-conceitual ao descrever, discorrer sobre esse primeiro cenário, e explorar também alguns dados

estatísticos oferecidos por relatórios e documentos, particularmente de organismos supranacionais, para a gente mapear alguns aspectos e algumas características centrais do sistema capitalista nos anos recentes. O segundo cenário que eu pretendo explorar, algumas nuances, alguns aspectos, e em grande medida também em caráter meramente especulativo e hipotético, o segundo cenário diz respeito a questões, dilemas e desafios que têm sido gestados, provocados por conta da crise sanitária do Covid-19, desafios e dilemas que têm criado uma intensidade, dado tonalidades mais fortes à crise econômico-social promovida pelo sistema civilizatório do capitalismo em escala global.

Tomando como ponto de partida o Covid-19, a pandemia, pretendo abordar alguns aspectos da crise econômica e social promovida pelo capitalismo nos anos recentes e no presente momento, entrando também na senda de uma especulação em torno de determinadas questões, desafios ou hipóteses que possam descortinar a partir das mazelas que estão sendo provocadas pela intensa crise capitalista que se desenrola nesse ano. Bom, então feito isso, eu vou começar, ao assinalar o primeiro cenário da crise econômica e social promovida pelo capitalismo, eu vou abordar inicialmente algumas questões, procurar delimitar alguns conceitos e explorar algumas ferramentas interpretativas, alguns parâmetros avaliativos que permitam lançar luzes sobre alguns dos problemas que enredam o nosso tempo.

Na primeira questão, tendo em vista oferecer contornos conceituais e refinar um instrumento de reflexão, o nosso instrumento de reflexão, uma primeira questão que me parece decisiva ao tocar no tema Crise de Capital, vou tratar como equivalente, Crise do Capitalismo. A primeira questão que cumpre observar,

nessa reflexão, é indagar: o que é, o que significa efetivamente ou quais são os sintomas efetivos de uma crise do capitalismo, uma crise do capital?

Na gramática usualmente mobilizada pelas linhas editoriais dos conglomerados de comunicação no Brasil e alhures, na retórica mobilizada, explorada também não só por setores da direita política em geral, mas também por lideranças e atores convergentes com a esquerda partidária e institucionalizada no Brasil, não é raro, quando se fala em crise do capital, crise do capitalismo, se associa ou se atribui como sintomas dessa crise a redução das taxas de crescimento econômico, a redução do PIB, a elevação das desigualdades sociais e a diminuição do emprego.

Fundamentalmente, no universo de perspectivas e percepções, inclusive entre vastos setores da esquerda institucionalizada brasileira, você vê essa identificação quase que imediata, entre crise do capital, redução da taxa de crescimento econômico, redução das taxas de emprego e aumento da desigualdade social. Esse conjunto de equivalências entre problemas de natureza distinta, ou eventualmente complementares, esse processo de equivalência de identificação me parece que não toca na questão central do que é o sistema capitalista.

Na verdade, ao identificar esses tipos de sintomas, como manifestações, configurações peculiares de uma crise, pretensa crise do capital, na verdade está se explorando muito mais contingências, aquilo que é contingente, circunstancial na história do capitalismo, particularmente em determinado intervalo histórico no século XX, em que o crescimento econômico, a geração de emprego e a atenuação das iniquidades sociais eram focos importantes, variáveis importantes no debate

político, particularmente nos países que estavam erguendo as suas infraestruturas e economias após o fim da Segunda Guerra Mundial, mas também alguns países da periferia do sistema, como o próprio Brasil.

A ideia de crescimento econômico e de geração de emprego, essas questões são muito mais contingenciais, atendendo a características e peculiaridades históricas do capitalismo do que propriamente se configuram em aspectos centrais do capitalismo. E isso é importante chamar atenção, porque tem implicação política ao se atribuir a elevação do crescimento econômico como foco para combater qualquer crise do capital. Mesmo os setores e as lideranças das esquerdas, na esfera partidária institucionalizada no Brasil, tendem a se colocar como eventuais “salvadores”, apresentando-se como eventuais bons gestores do sistema do capital. Isso é visível na retórica e nas movimentações táticas de diversos agentes políticos e institucionais no Brasil, sobretudo à esquerda.

Mas, o que fundamentalmente caracteriza, singulariza, o sistema capitalista independentemente do contexto histórico? Duas questões básicas, dois fatores, duas variáveis são centrais e incontornáveis para se pensar o capitalismo.

Primeiro lugar: expandir o seu anseio, o anseio por mercantilizar tudo, derrubar todo e qualquer tipo de fronteira geográfica, moral, ética, social, enfim, que venha a virar obstáculos para a expansão do princípio da mercantilização. O princípio fundamental no capital é o de mercantilizar tudo, tudo que for possível submeter à lógica do lucro, converter em mercadoria que se possa conferir um valor de troca. Esse é o aspecto central do capitalismo e é assim que ele atua. Os seus agentes, porta-vozes e atores que coordenam o sistema capitalista

global, visam a atender a esse princípio elementar do sistema civilizatório com uma segunda variável determinante e diretamente associada à necessidade de ampliar os núcleos da circulação de capital e a acumulação dos detentores do capital.

Se essas duas variáveis efetivamente estiverem sofrendo algum tipo de obstáculo e limitação, podemos falar efetivamente numa crise do capital. Essas são questões centrais que me parecem ultrapassar determinados contextos ou conjunturas históricas, de modo que o resto, inclusive o crescimento econômico ou a geração de emprego, tende a ser fenômenos muito mais marginais e subsidiários do que centrais ao capitalismo, que atendem determinados contextos históricos.

A eventual capacidade de as classes trabalhadoras — subalternas, subordinadas, proletarizadas — reivindicar e apresentar demandas do seu interesse para sobreviver com a elevação das condições de vida e de trabalho pode incidir diretamente na produção da agenda pública e formar a opinião pública. Então, essa é uma dimensão importante para entender a questão do crescimento econômico, principalmente nos países periféricos.

A outra diz respeito ao nível das forças produtivas disponíveis, ao perfil da inserção econômica dos países na divisão internacional do trabalho, se o Estado encontra-se numa posição hegemônica ou se a economia revela graus de marginalidade e complementaridade, sendo apenas subsidiária ao centro do sistema.

Enfim, tudo isso afeta a promoção dessa agenda que eventualmente possa se atribuir como importante para o capitalismo, a de geração de emprego e crescimento econômico. E, sobretudo na periferia, como muito bem chamou atenção Samir Amin durante muitos anos,

ao analisar os fenômenos decorrentes da chamada globalização, tratar-se de nova etapa mais expansionista do capitalismo imperialista. O grande economista franco-egípcio e marxista afirmava que a característica decisiva do capitalismo contemporâneo é de predomínio dos monopólios. Por esta razão, ele denomina capitalismo dos monopólios generalizados.⁹⁷ O que é que significa isso?

É que todo e qualquer grande capital que tenha mera atuação regional ou nacional, mesmo assim, ele não deixa de ser subordinado aos monopólios, aos grandes conglomerados multinacionais que operam em escala internacional. Os grandes monopólios, portanto, têm força de influência e capacidade para moldar as relações econômicas internacionais e transformar setores regionalizados ou nacionais em meros terceirizados, fornecedores de matérias-primas ou de serviços, limitando, assim, a sua atuação em nível regional ou nacional.

E o que é que significa, na verdade, isso? Significa que, a empresa ao tornar-se um monopólio passa a dominar a oferta de determinada mercadoria, utilizando ferramentas de poder para introduzir, reconfigurar, ressignificar, recriar sistematicamente novos valores de troca, novas formas de obtenção de rentabilidade e lucro, e de acumulação de capital, de concentração de capital, concentração de meios de produção, sem necessariamente criar novas máquinas, novos equipamentos, ampliar a infraestrutura, gerar emprego, portanto, gerar nada em termos eventualmente de crescimento econômico.

O monopólio pretende única e exclusivamente ampliar a margem de lucro como atores fundamentais do capitalismo. Visando ampliar as margens de lucrativi-

⁹⁷ AMIN, Samir. *A implosão do capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

dade, de rentabilidade de capital, acumular, concentrar os meios de produção e capital, de modo a evitar a concorrência, o monopólio dá origem ao oligopólio.

Para Samir Amim, o estrato dominante do capital deveria ser caracterizado como *capital financeiro oligopólico*, não no sentido de se referir aos capitalistas que operam no setor financeiro como bancos e outros, mas sim para referir-se aos capitalistas que têm acesso privilegiado ao capital necessário para o desenvolvimento de suas atividades, o que pode abarcar vários setores da economia (produção industrial, comercialização, serviços financeiros, pesquisa e desenvolvimento).

Sendo assim, com os oligopólios e os monopólios internacionalizados, a própria ideia de crescimento econômico como uma variável importante do capitalismo perde fôlego, principalmente nos países da periferia do sistema. À esta especificidade do desenvolvimento em países periféricos, Samir Amin chama *lumpen-desenvolvimento*, que tem ocorrido sob ritmos e influxos específicos a cada estado nacional, a cada país nas últimas décadas.

No Brasil, esta forma específica de desenvolvimento tem batido à porta com os processos intensos de desnacionalização econômica e de desindustrialização, que vêm ocorrendo desde o início dos anos 1990. Conforme Samir Amin, as classes dominantes dos países periféricos, ao longo tempo e com o aprofundamento daqueles processos, convertem-se, cada vez mais, em avaros especuladores. E, passam a adotar posturas, do que ele chama, de compradorização, ou seja, cada vez mais, elas são desenraizadas, os seus meios de exercício de poder, o seu controle dos meios de produção torna-se pulverizado e elas são transformadas em rentistas,

participes minoritárias e subalternas do grande capital oligopolizado transnacional.

Então, é isso que gera evidentemente um ambiente que não chega a ser hostil ao crescimento econômico e refratário à geração de emprego. As implicações são de outra ordem. Essa é uma questão importante de natureza conceitual que eu gostaria de chamar atenção. Portanto, o capitalismo é um monstro irrefreável. Porém, alguns porta-vozes do grande capital doméstico internacional, dos chamados agentes de mercado, do mundo fictício dos bancos, dos conglomerados de comunicação, alardeavam a imagem de que o sistema estava seguindo bem antes da pandemia. Até o presidente lesa-pátria, Jair Bolsonaro, chegou a ventilar, acenar para essa... projetar essa imagem do sistema econômico que caminhava bem. Aí a pandemia da Covid-19 chegou e implementou um corte, introduziu um corte, que implicou em problemas, em dificuldades para a ordem econômica.

Trata-se de uma narrativa ficcional. Não é nada disso. O importante é observar que, antes da pandemia o capitalismo estava promovendo uma série de mazelas, dilemas e desafios, adotando medidas em escala internacional, sobretudo, na periferia do sistema. As burguesias locais e periféricas desapossavam, proletarizavam, cada vez mais, e tem proletarizado e desapossado cada vez mais amplas faixas da humanidade, para atender aquele espírito irrefreável da acumulação e da espoliação do parasitismo.

Bom, outra questão conceitual relevante é a de que o capitalismo, funciona, basicamente, sob as condições de hierarquização, estabelecendo relações assimétricas de dominação em duas vertentes. Uma, capital sobre o trabalho, os países centrais portadores de

controle da tecnologia de ponta e de inserção privilegiada, hegemônica na divisão internacional do trabalho; outra, países centrais polarizando com os países periféricos dotados de economia marginal, complementar, fornecedores de matérias-primas ou submetidas a uma *industrialização recolonizada*, como chamava Darcy Ribeiro, que são apenas as montadoras, as maquiladoras, sem nenhum domínio tecnológico interno, nacional.⁹⁸

Então, essas duas vertentes de relações de espoliação e de assimetria são fundamentos decisivos e características do capitalismo. Fazer com que o capital submeta o trabalho, fazer com que um pequeno núcleo de países, que detém controle tecnológico e dos fluxos de mercado, fluxos comerciais, fontes de matérias-primas, enfim, os países centrais polarizem e criem mecanismos de espoliação e parasitismo sobre um grande conjunto de nações. O capitalismo basicamente funciona assim.

No Brasil, boa parte das nossas esquerdas tendem a operar com o marxismo razoavelmente e, assim como a direita, apresentam traços de colonialismo mental, colonialismo intelectual. Portanto, não é raro apropriarem-se do marxismo sob a ótica ocidental, eurocêntrica. Então, tendem a considerar apenas a variável capital/trabalho, esquecendo da dimensão nacional, das relações assimétricas desiguais, profundamente desiguais (espoliativas) existentes. Trata-se de uma problemática. A conjugação daquelas duas vertentes com essa problemática impõe à luta de classes configurações peculiares e manifestações bastante heterogêneas.

Essas questões já foram abordadas por pensadores críticos, afinados, mais ou menos, com o instrumental filosófico marxista como, Darcy Ribeiro,

⁹⁸ RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1978.

Florestan Fernandes, István Mészáros e, mais recentemente, Domenico Losurdo, filósofo italiano, cuja repercussão, no Brasil, se deve às publicações do historiador Jones Manoel sobre a obra do autor italiano⁹⁹.

Agora, eu passo a tratar dos números disponibilizados por relatórios e documentos de organismos supranacionais, de modo a evidenciar, quantitativamente, as manifestações das duas vertentes do capitalismo. Relação capital/trabalho, em primeiro lugar. Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho, o levantamento foi realizado no intervalo de tempo compreendido entre os anos 2004 e 2017.

A participação dos salários dos trabalhadores na renda mundial, no PIB mundial caiu entre 2004 e 2017 de 54% para 52%.¹⁰⁰ No Brasil o desemprego, melhor, o salário no ano de 2018, você veja, 60% dos trabalhadores em 2018 estavam recebendo no máximo 928 reais, isso significava um valor que ultrapassava pouco mais de duas cestas básicas, isso no ano de 2018, estava abaixo do salário-mínimo 60% dos trabalhadores brasileiros. Em 2017, 40%, dados do IBGE, 40% da população brasileira recebia rendimento médio de 376 reais segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicas, DIEESE, esse valor correspondia a números inferiores a própria cesta básica do Rio de Janeiro. Isso em 2017.¹⁰¹ Então as mazelas sociais, as desigualdades sociais, a degradação das condições de

⁹⁹ LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental**. São Paulo: Boitempo, 2018.

¹⁰⁰ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. The global labour income share and distribution. Genebra, jul. 2019.

¹⁰¹ DIEESE. Valor da cesta básica diminui em todas as capitais em 2017. São Paulo, 5 jan. 2018.

vida e trabalho estavam a toda sendo incrementadas no Brasil e, claro, que em outros países do mundo. Ainda em relação aos números da OIT, aí já observando a imbricação de problemas que dizem respeito à relação capital/trabalho, mas também que dizem respeito a relação de países centrais e periféricos. Participação de salários na renda mundial. Na Europa e nos Estados Unidos as parcelas dos salários giraram em torno, entre 2004 e 2017, de 56% e 58% do PIB regional e nacional. União Europeia e Estados Unidos os salários correspondiam entre 56% e 58%. Nas demais regiões, sobretudo na periferia, a média da participação era cerca de dez pontos percentuais a menos, 45% a 50% do PIB na periferia, correspondendo, portanto, aos salários. Isso significa dizer que há uma diferença grande em relação a questão salarial entre centro e periferia.

Daí, cumpre lembrarmos do grande sociólogo e economista brasileiro, um dos fundadores da teoria marxista da dependência, Ruy Mauro Marini, que formulou o conceito de superexploração do trabalho. A superexploração do trabalho é uma dimensão decisiva que vai configurar e ordenar diferentes círculos de sociabilidade e marcar as instituições dos países periféricos, incluindo o Brasil.¹⁰²

É o que podemos verificar com outros dados. Dois economistas do Banco Mundial, nesse ano de 2020, identificaram diferenças substantivas entre três grandes grupos de países, classificados por eles da seguinte maneira: economias avançadas; mercados emergentes e economias em desenvolvimento; e, países de baixa renda. Nas economias avançadas, os orçamentos familiares

¹⁰² MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

tendem em média a comprometer o máximo de 30% dos recursos com a alimentação. Nos denominados mercados emergentes, como o Brasil, esse percentual sobe a 55% da renda dos lares. Nos países pobres mais de 60%, quase 70% da receita doméstica é reservada para o atendimento das necessidades de alimentação familiar.¹⁰³

O que estes dados revelam? Que uma das configurações mais destacadas e salientes da assimetria capital/trabalho, diz respeito aos padrões de consumo e o acesso a determinados direitos subjetivos e materiais, tangíveis e intangíveis, entre os conjuntos das classes trabalhadoras no centro e na periferia. Essas são questões de natureza conceitual, que eu gostaria de chamar atenção. Os dados estatísticos dizem respeito, portanto, ao cenário econômico social em degradação que vem sendo pulverizadas em diferentes condições de trabalho e vida, particularmente dos trabalhadores, nos países de baixa-renda, assim caracterizados por serem economias marginais e de inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

De posse desses dados, podemos determinar as consequências e efeitos que se desdobraram da crise sanitária trazida pela Covid-19. Agora, sim, nós podemos efetivamente falar com propriedade a respeito da crise capitalista ou crise do capital. Por quê? Porque essa crise sanitária efetivamente afetou aos processos de circulação, de reprodução do capital e a lucratividade do capital. Interessante lembrar que, logo no início dessa crise sanitária, ocorreu uma verdadeira torrente, um fluxo gigantesco de avaliações e proposições teóricas sobre a

¹⁰³ BAFES, John Baffes; NAGLE, Peter. Las perspectivas de los mercados de productos básicos y los efectos del coronavirus en seis gráficos. **Banco Mundial blogs**, 23 abr. 2020.

conjuntura que visavam descortinar determinadas características ou desenhar determinadas formas que deveriam ser assumidas pelas sociedades após a crise sanitária, em um mundo pós-pandêmico. Como todos devem ter acompanhado, isso ocorreu em meio a uma experiência muito peculiar a que estamos submetidos aqui no Brasil. Experimentamos uma série de ações que podem, sem exageros, ser chamadas de medidas de caráter genocidas, irresponsáveis, que desconsideraram a preservação e a integridade física das pessoas, da população, grossa parte da população, da maioria esmagadora.

Muito bem, as muitas avaliações apresentavam expectativas floridas, inclusive de setores de esquerda como... talvez a figura mais conhecida dessas esperanças acalentadas, que eu entendo como floridas, demasiadamente floridas e sem lastro na realidade, vieram, por exemplo, de um performático, filósofo muito badalado, o Zlavoj Žižek. Bom, eu não vou me estender. Consagrado e reconhecido como um personagem que opera com o instrumental, a ferramenta teórica marxista de esquerda e articula psicanálise, marxismo, cultura, Žižek tende, entre outros, a desconsiderar completamente a conformação básica do capitalismo, a polarização entre centro e periferia. Ao desprezar isso, ele tende a considerar o mundo como se fosse uma planície homogênea, mais ou menos homogênea.¹⁰⁴

Trata-se, portanto, de um traço inclusive da perspectiva pós-moderna, que alega existirem classes transnacionais que imperam de maneira desenraizada,

¹⁰⁴ SILVA, Roberto Bitencourt da. O desprezo eurocêntrico pelo anti-imperialismo. São Paulo: *Lutas Sociais*, PUC-SP, v.23, n. 42, jan./jun. 2019, p. 220-223.

como se os estados nacionais não tivessem mais papel no mundo. Tem que avisar isso aos Estados Unidos, à Itália, à Alemanha, enfim, e aos demais países da União Europeia, ao Japão, à China. Visões floridas, demasiadamente floridas, identificáveis na produção do Žižek, que considerava que em meio à crise se poderia desdobrar a possibilidade de um comunismo reinventado¹⁰⁵.

Ora, esta é uma perspectiva demasiadamente empolgada e nutrida por um olhar espontaneísta sobre a política, como se as mazelas da realidade, as mazelas sociais e econômicas intensificadas pela pandemia e a realidade social fossem transparentes, nítidas sem a mediação com a educação política, sem a mediação da subjetividade, sem a mediação de atores que intervenham no processo oferecendo valores e perspectivas alternativas de organização da vida coletiva.

De modo geral, era essa a perspectiva no início da crise sanitária. Um olhar demasiadamente empolgado e desenraizado, etéreo, que considerava a possibilidade de uma reinvenção, uma nova sociedade, quase como se o capitalismo fosse desmoronar por conta da pandemia. Um pensador muito interessante e muito importante, um cientista político argentino, teceu críticas também, fez questionamentos muito aguçados, perspicazes, criticando as avaliações empolgadas do Žižek. Mas, também incorreu num certo espontaneísmo, num olhar que considerava a realidade transparente, mesmo que de maneira mais tímida. Refiro-me ao cientista político Atilio Borón, grande referência intelectual, mas que considerava que a primeira e principal vítima da pandemia seria

¹⁰⁵ ŽIŽEK, Slavoj. *Pandemia: covid-19 e a reinvenção do comunismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.

a versão neoliberal do capitalismo, o neoliberalismo estaria em erosão.¹⁰⁶

Aqui no Brasil, encontramos-nos em uma posição quase estratégica para problematizar esse tipo de observação. Entretanto, essas avaliações pecavam por aquilo que, lá no início do século XX, Lenin chamava a atenção, o culto ao espontaneísmo, como se a realidade fosse transparente em si mesmo, como se os problemas e as soluções para equacionar esses problemas fossem nítidas, os responsáveis pelos problemas sociais e econômicos fossem facilmente identificáveis pelas pessoas.¹⁰⁷

Ora, isso é desconsiderar essa subjetividade política, desconsiderar a cultura, o papel central que a cultura desempenha para forjar a identidade, para forjar comportamentos, para orientar e moldar as categorias de percepção, óculos especiais com os quais as pessoas vão enxergar a realidade. Esta é uma questão fundamental no antes da pandemia, no meio da pandemia e no pós pandemia. Estamos, aqui, recuperando o aspecto central do pensamento de um grande teórico político, que foi Vladimir Lenin. Trata-se de uma noção caríssima no seu pensamento, a educação política. Sem educação política, mediação de uma atividade política organizada e a promoção deliberada de uma nova subjetividade, não há possibilidade de dar qualquer resposta efetiva às mazelas que estão sendo incrementadas pelo capitalismo em meio a pandemia.

¹⁰⁶ BORON, Atilio. La pandemia y el fin de la era neoliberal. Buenos Aires: Clacso, *Pensar la pandemia* – observatorio social del coronavirus, 3 abr. 2020.

¹⁰⁷ LENIN, V.I. *O que fazer?* São Paulo: Boitempo, 2020.

Essas são algumas questões importantes para chamar a atenção sobre a pandemia e, portanto, a crise do capitalismo. falar de uma crise do capitalismo por conta do fato de o comércio global ter ficado bastante restrito, a capacidade de consumo caiu drasticamente no mundo inteiro, os fretes internacionais foram reduzidos, é óbvio que a circulação de mercadorias, circulação de capital, reprodução de capital, margens de lucratividade, rentabilidade caíram bastante.

Para se ter uma ideia, somente no Brasil os quatro principais bancos (Itaú, Santander, Bradesco e Banco do Brasil), mesmo tendo um lucro líquido em torno de R\$ 4 bilhões, sofreram uma queda da taxa de lucro recorrente de 40% no segundo trimestre de 2020.

Vejam alguns números oferecidos por relatórios formulados por organizações supranacionais como o Banco Mundial, o FMI, a CEPAL e a OMC. Por serem porta-vozes do grande capital internacional, as suas estimativas e projeções vêm articuladas com recomendações para enfrentar a crise e incentivar o crescimento econômico. A OMC estimava que, no segundo trimestre deste ano de 2020, haveria uma queda no comércio global entre 13% e 32%. enquanto o Banco Mundial projetava que a economia global despencaria entre 5,2% e 8%. Já o FMI previa uma queda em torno de 5% negativos do PIB mundial. Também indicava que países como Brasil e México, muito mais que as economias avançadas, sofreriam maior retração do seu crescimento. O Brasil estimado em 9,1% de queda no crescimento, de crescimento negativo, e o México em 10,5%. A OMC projetava para o primeiro semestre uma retração do crescimento econômico do PIB latino-americano na faixa de 11%. A CEPAL, em informe conjunto com a Organização Pan-

americana de Saúde, alegava que a queda seria próxima a 9%.

Esses são alguns números que afetam, principalmente, a todos os países, cada um com desafios emergentes peculiares, mais ou menos peculiares.¹⁰⁸ O que interessa fundamentalmente, os países de economia periférica e marginal, complementar, de economia subordinada na divisão internacional do trabalho, são países que priorizarem o setor primário-exportador, produção de exportação de minérios, energéticos ou não, a produção de *commodities* agropecuárias, matérias-primas. Enfim, para esses países, os dois economistas do Banco Mundial avaliam que o ano de 2020 será marcado por uma queda muito acentuada nos preços das *commodities*, principalmente de produtos energéticos como o barril do petróleo. Esses dois economistas identificaram o preço em dezembro de 2019 girando em torno de 65 dólares e no meio do ano estava em 35, e projetam para o ano de 2021 a redução em torno de 25%, um quarto do valor, abaixo de 50 dólares.¹⁰⁹

Não é desnecessário, demasiado recordar que o Brasil é uma dessas economias, que depende de uma fonte importante para a formação de receita fiscal, da exportação. Portanto é um país subordinado e periférico. Os principais itens da nossa pauta de exportações são

¹⁰⁸ WORLD BANK GROUP. *Saving lives, scaling-up impact and getting back on track* – World Bank Group covid-19 crisis response approach paper, jun. 2020. FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. *Actualización de las perspectivas de la economía mundial*. Jun. 2020. CEPAL; OPAS. *Informe covid-19 – salud y economía: una convergencia necesaria para enfrentar el covid-19 y retomar la senda hacia el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe*. 30 jul. 2020.

¹⁰⁹ BAFES, John Baffes; NAGLE, Peter. Las perspectivas de los mercados de productos básicos y los efectos del coronavirus en seis gráficos. *Banco Mundial blogs*, 23 abr. 2020.

precisamente minério de ferro e soja, tudo isso afetado. E isso vai afetar decisivamente países como Brasil e os demais países periféricos, vai atingir, portanto, a sua capacidade de formação de receita. Considerando a minha renda por conta do isolamento social, da preservação dos esforços por redução do contágio sob recomendação da OMS, países como o Brasil e todo mundo, todo mundo se deu com a redução da queda tributária por conta da queda de consumo, isso afeta a arrecadação tributária, a elevação de gastos para atender as necessidades emergenciais, contratando profissionais de saúde, equipamentos, insumos médico-hospitalares, entre outros.

Tudo isso cria um ambiente que vai afetar o endividamento dos estados nacionais na periferia e no centro. Pela ótica do FMI e do Banco Mundial isso vai criar condições restritivas sobretudo aos países emergentes pobres, enfim, na linguagem adotada por esses organismos supranacionais. A gente pode ver que o mundo periférico, portanto, vai estar submetido a um grau de condicionalidade e restrições mais intenso ainda em função dessa crise econômico-social, essa verdadeira crise capitalista decorrente ou intensificada pela crise sanitária do Covid-19. Parágrafo

As propostas e recomendações do Banco Mundial e FMI criam um ambiente mais nocivo ainda a preservação das condições de vida e de trabalho da periferia do capitalismo, afetando inclusive as margens, reduzindo ainda mais as margens de exercício de soberania nacional desses países.

Vamos lá, o Banco Mundial, por exemplo, sugere, recomenda, a garantia de um ambiente favorável ao investimento estrangeiro, quer dizer, submeter a política econômica sempre a entrada do capital internacional.

Isso vai implicar em privatizações, que é outra bandeira, outra recomendação, a evitar, a criticar o protecionismo alfandegário, a defender também parcerias público-privadas, financiamento público de instituições privadas. O FMI recomenda na esteira de um jargão que tem sido muito utilizado nos meios negocistas, empresariais, tem utilizado, tem defendido soa a lógica do aproveitar a oportunidade no período de crise, tem defendido a supressão de direitos trabalhistas, o que o FMI chama de mudanças estruturais de mercado de trabalho. Isso tudo, evidentemente, cria um ambiente mais restritivo, mais problemático para os países periféricos, são maiores condicionalidades, maiores restrições, maiores exigências.

Portanto, imperativos do capital internacional têm delimitado e criado um ambiente mais nefasto, mais desfavorável e hostil para as condições de vida, trabalho e exercício de soberania entre os países periféricos, justificando, portanto, a todo e qualquer governo subalterno, a todo e qualquer governo que tem uma orientação política e econômica subalterna e subordinada, e que atue como um verdadeiro títere do capital internacional e dos EUA, como é o caso do Jair Bolsonaro, o presidente da República, a defender qualquer medida draconiana para atender essas exigências ou recomendações de organismos supranacionais.

Uma das questões importantes que cria esse ambiente hostil e restritivo dizem respeito ao fato de que o papel que cabe em conformidade com os desígnios, os ditames dos imperativos e do imperialismo da divisão internacional do trabalho, moldado pelo imperialismo, o grande capital internacional sediado nos países do centro, o papel atribuído aos países marginais, de economia marginal complementar e periférica, subalterna, que é esse papel de transferir excedentes e lucros

para o centro, isso sofreu um estancamento, uma restrição, uma redução drástica desse período ainda evidente nesse período da pandemia.

Então isso reduziu a própria formação de receita e de acumulação de capital entre os países centrais. O bombeamento, a sucção de recursos, da periferia para o centro sofreu estancamentos, estrangulamentos óbvios em função da pandemia. Isso, considerando ademais que os países centrais estão enredados também problemas fiscais, porque tem que atender as mesmas necessidades emergentes e tem que atender a princípios que assegurem algum grau mínimo de legitimidade, estabilidade social nos seus países, mitigando as mazelas do desemprego, oferecendo, ampliando receitas aos mais vulneráveis, tendo que adotar medidas de geração de emprego, satisfação de medidas sanitárias médico-hospitalares. Tudo isso são questões que vão criar um ambiente mais restritivo e maior rigor, afetando as condições de vida e trabalho no mundo periférico.

Em relação ao mundo do trabalho, o Banco Mundial entende que esse ano metade da população trabalhadora vai sofrer com o desemprego. A OIT, considerando exclusivamente empregos de melhor qualidade, os de tempo integral, prevê, a perda nesse segundo semestre em torno de 300 milhões de postos de trabalho. A CEPAL e a OPAS alegam que o desemprego na nossa América Latina vai ampliar de 8,1% a 13,5%. Mas projetam também que mais da metade da população vai ficar mergulhada na miséria por conta da intensificação do subemprego e do desemprego, mergulhada nas dificuldades da pobreza e da miséria, da extrema pobreza.

Bom, essas são questões que caracterizam o cenário anterior ao da pandemia da Covid-19 porém intensificadas neste quadro pandêmico. Não tenho

tempo. Mas, no debate, podemos retomar estes pontos. Eu fiz referência e problematizei alguns ângulos e formas de abordagens tomados/feitas por Žižek, e Bóron. Todavia, eles apresentam, de maneira muito interessante e pertinente, uma agenda, propõem determinados princípios e medidas que devem ganhar reverberação, repercussão por parte das forças subalternas, das forças sociais políticas, que tenham em vista mudanças nos rumos do perfil de sociedade que tem sido imposta, cada vez mais erodindo direitos e condições de vida e trabalho. A agenda para a qual eles chamam atenção é de natureza socializante e intervencionista, do ponto de vista econômico, atribuindo ao Estado um grau de participação mais amplo. Ao mesmo tempo, defendem a desmercantilização dos diferentes setores da vida social.

A respeito das alternativas para responder aos desafios do mundo pandêmico e pós-pandêmico, a CEPAL e a OPAS recomendaram, entre outras medidas, a internacionalização da produção tecnológica e industrial de insumos e equipamentos hospitalares, a adoção da tributação progressiva, o pagamento de uma renda básica aos mais vulneráveis, a desmercantilização sobretudo da saúde. Enfim, essas são algumas questões de natureza socializantes que são propostas, tanto por alguns autores de esquerda consagrados internacionalmente, como os organismos regionais sediados no nosso continente latino-americano. Luiz Cláudio, muito obrigado. Obrigado a todos pela atenção.

Crise do Capital, Formulação e Desenvolvimento das Políticas Educativas

José dos Santos Souza

Bom dia a todas. Bom dia a todos. Muito obrigado ao GPETED pelo convite, que aceitei com muito prazer. Eu queria aproveitar para cumprimentar a professora Zuleide Silveira, que está nessa mesa também, mas cumprimentá-la na condição de grande líder desse evento, que articula uma equipe bastante empenhada em promover o debate, a discussão em um momento tão ingrato e tão difícil para todos nós. Eu também queria aqui prestar minha solidariedade às centenas de famílias que perderam seus familiares para o Covid-19. É lamentável saber que esse número poderia ter sido bem menor se tivéssemos um governo comprometido com os interesses dos trabalhadores e não apenas ensadecidamente comprometido com o capital. Queria também cumprimentar o Prof. Roberto Bitencourt da Silva, que me acompanha aqui nessa mesa, e que fez uma fala brilhante que me antecedeu e que já vai me poupar de muitas considerações, permitindo-me usar o meu tempo em outros elementos. Queria também cumprimentar a comissão organizadora, que está excelente, pessoal muito organizado que me acolheu muito bem, dando toda

assistência. Parabéns aos organizadores do evento. Eu espero não ter esquecido de cumprimentar ninguém.

Na minha fala sobre a Educação, Crise do capital e (Des)Medidas conjunturais, eu vou inverter um pouco a ordem. Vou falar primeiro da crise do capital e depois tentar falar como esta crise interfere na formulação e no desenvolvimento das políticas educacionais e, a partir daí, trazer elementos da conjuntura que possam ilustrar esse processo de transformação, de mudanças e de intensificação da precariedade do trabalho e da vida dos trabalhadores em sociedade.

Pois bem, primeiro eu queria chamar atenção, quando a gente fala de crise, o Roberto Bitencourt já me adiantou bastante, mas eu queria chamar atenção de que a cada dia eu estou mais convencido de que a crise que vivenciamos não é uma mera crise estrutural, ela é bem mais que isso. Os grandes autores clássicos que abordam a crise do capital que vivemos hoje, e que teve início no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e que se desdobra até hoje, ela não é uma crise que se restringe ao campo estrutural, como os próprios autores David Harvey, Eric Hobsbawm, Ricardo Antunes, István Mészáros apontam. Todos eles, embora se refiram à crise como uma crise estrutural do capital, em suas obras, deixam bem claro que a crise do capital é uma crise orgânica, no sentido em que atinge tanto o campo estrutural quanto o campo superestrutural.

É nessa perspectiva que o Gramsci traz uma contribuição fundamental para a nossa compreensão da crise em que o capitalismo se encontra hoje. Bem, então só para resgatar alguns elementos dessa crise, poderíamos caracterizá-la como uma crise que foi provocada pelo esgotamento das bases de acumulação do modelo de desenvolvimento fordista, que se deu basicamente pela

obsolescência do regime de acumulação rígida do capital, marcado pela forma de organização do trabalho e da produção que vinha desde o Pós Segunda Guerra. Isso combinado com seu modelo de regulação social baseado numa espécie de relação entre Estado e sociedade pautada pela perspectiva de um Estado de Bem-Estar Social.

Essa combinação de um regime de acumulação fordista com um modelo de regulação social keynesianos de bem-estar social começa a não dar condições para a manutenção das taxas de acumulação de capital. No caso do Brasil, os efeitos dessa crise, dessa desestabilização daquilo que o Mészáros chama de metabolismo social do capital, para nós começa a ficar mais evidente já no final dos anos 1970. É justamente a partir desse momento, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1970, que o Brasil começa a sofrer demandas de reordenamento, não só da produção, como também de uma recomposição, de uma redefinição da relação entre o Estado e a sociedade, que nada mais era do que a ideia de romper com uma organização produtiva rígida pautada na especialização do trabalhador específico para postos específicos de trabalho. Mas também uma apologia a um tipo de relação entre Estado e sociedade completamente diferente do que se tinha estabelecido até então.

Começa a prevalecer a ideia de um Estado mínimo, e esse Estado mínimo é só uma ideia mesmo, porque na realidade, o Estado é mínimo para a classe trabalhadora, é mínimo para atender as demandas da classe trabalhadora, mas acaba sendo um Estado benevolente, condescendente e bastante generoso com o grande capital. A partir de então, passa-se a desenvolver um processo de recomposição da burguesia para

retomada de suas bases de acumulação corroídas pela crise orgânica do capital. Então essa recomposição burguesa acaba sendo a explicação das transformações que o capitalismo passa a vivenciar desde o final do século XX e que tinha no taylorismo e fordismo seu regime de acumulação e no Estado de bem-estar, seu modo de regulação social.

A despeito do avanço da ciência e da tecnologia, bem como do processo civilizatório, essa recomposição burguesa tem intensificado ainda mais a precariedade do trabalho e da vida, caracterizando-se talvez como a mais perversa ofensiva do capital contra a classe trabalhadora.

No Brasil, assim como em boa parte do mundo capitalista, essa conjuntura traz como principais consequências o desemprego estrutural. O que é esse desemprego estrutural? É um desemprego que não é causado por oscilações na disputa intercapitalista, é estrutural porque as formas encontradas para reorganização da produção implicam em eliminação de postos de trabalho dentro de uma lógica de enxugamento das empresas. Isso tudo beneficiado pelo avanço da ciência e da tecnologia, principalmente da microeletrônica e da informática. Outra consequência é o combate à livre organização coletiva dos trabalhadores. Se no modo de regulação anterior a organização coletiva dos trabalhadores era fundamental para manter viva a ideia da negociação tripartite e paritária, onde trabalhadores, empresários e governos supostamente poderiam, dentro de uma perspectiva paritária, negociar interesses a ponto de promover o desenvolvimento como um interesse comum desses três segmentos.

Trata-se de uma fórmula estranha, porque interesses comuns entre capital e trabalho não existem, são duas classes absolutamente antagônicas, não pode

haver interesses comuns entre aquele que tem a maior parte do valor do seu trabalho apropriado por outra classe. Então, só isso já estabelece qualquer impossibilidade de interesse comum, de negociação paritária, ainda mais mediada por um Estado concebido como neutro, quando na verdade nada mais é do que um escritório da burguesia. Bem, outra consequência além da desregulamentação dos direitos trabalhistas é a terceirização, a instituição do banco de horas, a regulamentação do trabalho intermitente, a proliferação do trabalho informal, a proliferação do trabalho *part time*, do trabalho em domicílio ou do que alguns teóricos vêm chamando de uberização do trabalho, como Tom Slee.

Além dessa ampla reestruturação produtiva, faz parte dessa recomposição burguesa para retomar suas bases de acumulação a reorientação do papel do Estado e de sua relação com a sociedade. É deste contexto que emanam as mudanças substantivas na política pública de formação humana. Uma destas mudanças consiste na flexibilização do trabalho pedagógico, na formação de técnicos especializados ou de tecnólogos para conduzir a operacionalidade de produção de bens e serviços numa perspectiva de produção enxuta, num regime de acumulação flexível do capital com base em princípios do modelo japonês de produção.

Pois bem, temos que considerar aqui que o capitalismo tem uma contradição ontológica que consiste na necessidade dos empresários em qualificar a força de trabalho, ou seja, de dar a classe trabalhadora acesso a um limitado conhecimento científico e tecnológico para que ela possa tocar a produção, para que ela possa ser produtiva, e isso se dá justamente em função da concorrência entre os capitalistas e esta concorrência implica o avanço cada vez maior da aplicação da ciência

e tecnologia nos processos de produção. Então, para garantir maior produtividade e competitividade das empresas, faz-se necessário ampliar o nível de conhecimento científico e tecnológico da classe trabalhadora. Por outro lado, esse mesmo processo desemprega, informaliza as relações de trabalho, desregulamenta o trabalho, precariza as relações de produção e tudo isso em um contexto de desemprego estrutural.

Isso significa que o capital, hoje, para se desenvolver, precisa cada vez menos força de trabalho e, ao mesmo tempo, na medida em que descarta uma parcela considerável da classe trabalhadora e que essa parcela não é necessária no mundo da produção, cria-se um problema social que alguns autores até já chamaram das classes perigosas, ou seja, há um contingente imenso da classe trabalhadora que não precisa ser inserido no mundo da produção, ou melhor, ele não é imprescindível para a acumulação de capital.

Porém, esses trabalhadores existem e eles precisam ser conformados nessa nova condição de excluídos do mundo do trabalho produtivo formal, de modo que hoje há uma política de formação humana que, de fato, forma quadros profissionais, mas essa mesma política também tem ações que conformam profissionais, ou seja, não forma, mas conforma profissionais por meio da ideologia do empreendedorismo, da empregabilidade. Passe-se para esses trabalhadores a ideia de que é necessário se qualificar para ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

No entanto, essa qualificação não os qualifica, mas funciona como justificativa individual para o próprio fracasso do trabalhador no mercado de trabalho. Dito em outras palavras, boa parcela de indivíduos passa por uma Educação Básica de nove anos de escolaridade no Ensino

Fundamental, mais três anos de escolaridade no Ensino Médio e, mesmo assim, continua analfabeta, com precário conhecimento matemático, com praticamente nenhum conhecimento das ciências naturais, das ciências sociais e sem domínio da língua materna ou pelo menos sem o domínio da língua materna formal.

Estes indivíduos carregam em si a responsabilidade de seu próprio fracasso, porque têm certificação de Ensino Fundamental, certificação de Ensino Médio e quiçá diversos outros certificados de cursos de formação profissional aferidos pelo Sistema S ou por qualquer outra organização não governamental. Na maioria das vezes, a formação profissional inicial para fazer bolo, para fazer depilação, para cortar cabelo e por aí vai, mas que muitas vezes, tanto a formação básica, quanto a formação profissional não são suficientes para lhe dar acesso ao conhecimento de um modo tal que lhe permita ser realmente um trabalhador potencialmente capacitado para ocupar um posto de trabalho. Então, essa grande contradição acaba permeando a formulação e o desenvolvimento das políticas educacionais.

O que eu queria chamar atenção é que para a gente compreender toda essa conjuntura e a forma como ela interfere na educação, a gente precisa resgatar a ideia de bloco no poder, até porque vivemos na conjuntura atual a ascensão de um chefe de Estado... Parece que apareceu a apresentação agora, então vamos lá. Bem, então as referências teóricas que eu apresentei até agora, só sistematizando. Vejamos. A partir dessa crise, ocorre um processo de recomposição burguesa que se dá em duas dimensões, tanto no campo estrutural como no campo superestrutural. Então temos um processo de reestruturação produtiva e temos também um processo de reconfiguração dos mecanismos de mediação do

conflito de classes. Então temos o campo estrutural e o campo superestrutural dessa recomposição da burguesia para enfrentar a crise orgânica do capital.

Tomando essas duas dimensões da recomposição burguesa, no campo da reestruturação produtiva, temos um processo de flexibilização do trabalho e da produção; a desregulamentação das relações de produção; a naturalização do trabalho informal, terceirização, informalização, uberização do trabalho e várias outras formas de precarização; a criminalização do sindicalismo combativo; o surgimento de estratégias de formação e de qualificação e requalificação para o trabalho, no sentido de formar um trabalhador de novo tipo; o recrudescimento da teoria do capital humano sob um patamar renovado.

A teoria do capital humano é a ideia de que o investimento em qualificação profissional, em qualificação humana, se reverte em ganhos materiais para o trabalhador, para o empresário, para o Estado e para a sociedade em seu conjunto. Essa Teoria – que poderíamos até discuti-la, que não caberia aqui no momento, mas que é importante destacar – é retomada sob novos patamares, de modo que, se antes o investimento em qualificação profissional era atribuído ao Estado, nessa recomposição da burguesia, o que ocorre é que o investimento em qualificação passa a ser de responsabilidade do próprio trabalhador. Então é o trabalhador, com a sua própria renda, que vai investir em si próprio. Para isso vem a ideia de empreendedorismo e de empregabilidade justamente para justificar essa recomposição no campo da teoria sobre a formação do trabalhador. Surgem aí também várias estratégias de geração de trabalho e renda, justamente para atender a um grande número de desempregados.

Já no campo superestrutural, a gente tem um processo de apologia ao Estado mínimo, que como já vimos não é mínimo para todos; combate a qualquer perspectiva de um Estado de Bem-Estar Social; surgem estratégias despolitização da política. A todo tempo é colocado como se as ações da classe trabalhadora, ao serem políticas, seriam negativas e a ação do Estado passa a ser entendida de uma forma mais tecnocrata, entendendo que qualquer processo político seria negativo.

Ocorre também uma sofisticação nas estratégias de manutenção do consenso, o que vivenciamos no governo FHC, mas muito mais no governo Lula e no governo Dilma. Ocorre também um condicionamento do controle social sobre as decisões estatais, justamente como consequência dessa apologia, dessa estratégia de despolitização da política e da sofisticação das estratégias de manutenção do consenso. Temos também uma reconfiguração das parceiras público-privadas. Parceria público-privada não é algo novo, o Estado sempre teve parcerias público-privadas, mas o diferencial na atual conjuntura é que essas parcerias ganham relevo e, de certo modo, elas passam a ser uma referência para a relação entre o Estado e a sociedade. Ocorre uma racionalização de gastos públicos com políticas sociais, especialmente as políticas sociais voltadas para a classe trabalhadora. Também ocorre uma implementação de reformas gerenciais beneficiadas pelo avanço da informática e da microeletrônica, bem como das mudanças que ocorrem no mundo empresarial, na organização do trabalho e isso é trazido para o setor público como uma forma de racionalização de gastos, o que coaduna com a ideia de um Estado mínimo.

Bem, explicitadas essas duas dimensões da recomposição burguesa para a retomada de suas bases

de acumulação, eu penso que é preciso atentarmos para um aspecto que muitas vezes se confunde. A reforma do Estado muitas vezes é entendida de forma não muito concisa, mas poderíamos caracterizar a reforma do Estado como uma apologia à lógica mercantil; o combate ao modelo de bem-estar social; racionalização e cortes orçamentários; reformas gerenciais; privatização; parcerias público-privadas.

Mas, a reforma gerencial não é a reforma do Estado, ela é apenas um aspecto dela, certo? As vezes tratamos a reforma do Estado como se fosse a reforma gerencial. Daí, reduz-se consideravelmente a análise para um aspecto imediato e não se consegue perceber a essência da reforma do Estado.

Eu gostaria de resgatar aqui a ideia de bloco no poder. O bloco no poder é um conceito de Poulantzas para expressar uma relação existente entre diferentes frações da classe dominante e o Estado. Na minha compreensão, a esquerda brasileira costuma olhar a burguesia como um corpo harmonioso e sem conflitos, quando na verdade a burguesia tem suas frações. E é até interessante, acho que a contradição mais evidente dessa realidade é o fato de que hoje, no Brasil, o presidente da Câmara critica o chefe do executivo, mas, ao mesmo tempo, quando o chefe do executivo é ameaçado de impeachment, é exatamente esse presidente da Câmara que impede que o processo de impeachment se desenvolva. Então como explicar isso? Como explicar Rodrigo Maia sentar-se em cima de mais de 100 pedidos de impeachment e fazer com que nenhum deles chegue à votação, para impedir que Jair Bolsonaro chegue a ser afastado.

Trata-se de uma unidade contraditória entre as diferentes frações da classe dominante em nome de seus interesses coletivos diante da luta entre as classes

sociais. Essa unidade é protagonizada pelo Estado que atua como instituição educadora da sociedade civil para um consenso, de modo a mediar o conflito entre as classes sociais em nome dos interesses burgueses. Portanto, trata-se de uma unidade política, econômica, ética e moral entre as diferentes frações da burguesia como meio para manter a sua dominação sobre a classe trabalhadora.

Então a partir dessa compreensão de que a burguesia não é unificada, mas tem um limite para as suas contradições internas, e esse limite é justamente a manutenção de sua hegemonia e a necessidade de subjugar a classe trabalhadora aos seus interesses de valorização do capital. A partir do Gramsci, é possível apreender que a hegemonia se constrói dentro da fábrica. Às vezes a gente pensa a hegemonia só no campo da sociedade, no campo das relações de poder.

A hegemonia já nasce na fábrica, em decorrência das demandas objetivas do processo de valorização do capital. A superestrutura é uma dimensão do metabolismo social do capital onde se constrói o consenso em torno dos interesses dominantes da sociedade, mas ela tem suas origens nas relações de produção.

Assim, a engenharia institucional de um diálogo social, como o europeu, por exemplo, que é um modelo, se constitui em um reordenamento das relações de poder na sociedade na medida em que ela funciona como mecanismo de mediação do conflito entre as classes sociais, amortecendo esse conflito sob a falsa ideia de negociação tripartite e paritária entre trabalhadores, empresários e Estado. O diálogo social, dessa forma, tem como função criar mecanismos de controle dos organismos dos trabalhadores e rebaixar seu nível de consciência política, forjando um novo pacto social,

condicionando o desenvolvimento social e humano à dinâmica do capital monopolista.

Pois bem, é claro que tudo isso que eu estou trazendo à discussão é parte de uma concepção de Estado, da teoria do Estado formulada por Gramsci, na medida em que incorpora o conceito de hegemonia e amplia a concepção de Estado, concebendo-o como resultado da condensação de forças políticas em disputa na sociedade civil. Então, de acordo com esse quadro analítico gramsciano, o aspecto dialético do desenvolvimento das políticas públicas de formação humana na ordem social burguesa ganha mais clareza, a ponto de ver nelas alguma possibilidade de ação contra hegemônica, o que nos permite enxergar elementos que frequentemente as análises acerca da ação pública, no campo da formação humana, não consideram.

Caminhando para o fechamento dessa análise, eu quero demarcar como essa recomposição burguesa materializa-se no campo educacional brasileiro. A contrarreforma burguesa, ou seja, a recomposição burguesa que está em curso para retomar suas bases de acumulação acaba acionando uma contrarreforma no campo educacional, com vistas a atender às novas demandas de formação e de qualificação do trabalhador brasileiro. Em linhas gerais, ela pode ser definida como um conjunto de mudanças no planejamento e na gestão educacional, bem como nos projetos pedagógicos, que se estenderam desde o governo FHC, passando pelo governo Lula da Silva, tendo continuidade no governo Dilma Rousseff, provocando mudanças substantivas no trabalho educativo realizado pelas instituições de ensino.

No decurso dessa contrarreforma fica evidente o esforço do empresariado e do Estado, unidos em parceria, para conferir ao trabalho pedagógico um caráter mais

pragmático, imediatista e interessado, preocupados em atender de forma mais imediata as demandas atuais de produtividade e competitividade das empresas, ao mesmo tempo em que visam mediar o conflito de classes por meio de uma pedagogia política renovada, capaz de educar a classe trabalhadora para encarar com naturalidade a intensificação da precariedade do trabalho e da vida em sociedade.

Para isso, as ideologias da empregabilidade, do empreendedorismo e da sustentabilidade acabam sendo providenciais. Só que nesse processo, a partir de 2016, a passamos a vivenciar experiências um tanto turbulentas e que, se essa conjuntura que eu estou trazendo para vocês já era desoladora, a partir daquele ano, se torna desesperadora. Com o enterro do jogo democrático, uma completa negação do Estado democrático de direito, com ameaças à democracia, acaba trazendo para a realidade brasileira uma instabilidade política que condiciona consideravelmente a organização e a luta dos trabalhadores na construção de um projeto alternativo de resistência à recomposição da burguesia.

De 2016 para cá, temos vivido uma realidade bastante curiosa, não sei se com vocês é assim, mas comigo, em particular, eu pensei: "2017 está sendo um ano terrível, vamos ver se 2018 melhora". Veio 2018 e foi pior ainda. Então, a esperança foi para 2019, e aí começa o governo Bolsonaro em 2019, e a gente pensava assim: "Tomara que 2020 seja melhor". Então, veio a Pandemia de COVID-19 que tornou 2020 uma catástrofe absoluta.

No Brasil essa nefasta pandemia do Coronavírus acaba chegando quando o governo Jair Bolsonaro já experimentava suas mais grotescas manifestações de identidade com o neofascismo. Ainda que essa identidade tivesse ficado bastante clara no início de sua campanha

eleitoral, é no momento da Pandemia que ela se materializado em ações concretas, com impactos sociais devastadores como, por exemplo, a ação do governo federal no enfrentamento da própria pandemia. Mas não só. Poderíamos mencionar também o enfrentamento do problema da questão ambiental, o enfrentamento da questão política industrial, ou seja, não tem uma só área do governo que não seja a expressão desse caráter devastador de sua política de desmonte.

Além da notória incompetência do governo para enfrentar os grandes problemas estruturais da nação, chega a ser estarecedora a forma como o presidente e seu ministério se comporta diante dos problemas sociais, diante do desespero da população mais vulnerável acometida pelos efeitos econômicos da pandemia. O governo age com desdém, com ironia e fomenta o negacionismo para relativizar os impactos da doença causa pelo COVID-19 na saúde dos trabalhadores e também na vida em sociedade.

Os noticiários não param de relatar os pronunciamentos do presidente em que ele desrespeita a dor do luto dos que perderam seus entes queridos. Isso é tão devastador que a TV Globo passou a parecer simpática e aliada dos trabalhadores, diante de tanta crueldade do governo – mera aparência, no entanto. É indecente a forma como um chefe de Estado desdenha do número de óbitos causados pelo COVID-19 justamente quando olhares do mundo inteiro se voltam para o país apontando-o como o mais recente epicentro da Pandemia.

Em resposta às críticas dos jornais mais importantes da mídia mundial, como por exemplo, o Financial Times, o The Telegraph, o The New York Times, El Pais, a Rede de Televisão CNN, Jair Bolsonaro reage com argumentos infundados, acusando-os de serem

esquerdistas. Pasmem! Considerar o The New York Times, o Financial Times como de esquerda chega a ser absurdo, mas trata-se do governo dos absurdos.

Temos uma dificuldade muito grande: se, de fato, não temos um Estado neofascista, talvez nem tenhamos um governo que poderíamos chamar de neofascista. Entretanto, é claro que temos um chefe do executivo neofascista e pelo menos três ou quatro ministros declaradamente neofascistas ou poderíamos até considerar todo o ministério neofascista.

Mas que governo é esse? Quem ele representa? Apesar de evidentes traços neofascistas, em lugar do ultranacionalismo típico dessa ideologia política, o governo Bolsonaro se institui a partir do entreguismo como plataforma governamental. Não foi por acaso que na semana da pátria do ano passado, quando comemorava a independência do Brasil, Jair Bolsonaro tenha posado em foto ostentando uma bandeira dos Estados Unidos.

Desde a campanha eleitoral, o governo Bolsonaro conserva as características autoritárias típicas de um projeto político neofascista, com demonstrações de ímpeto para o exercício de poder ditatorial, para reprimir as forças opositoras com o uso da força repressiva do estado. Com esse ímpeto, o presidente também não se furta de propagar ideias anticomunistas e arregimentar os segmentos mais conservadores da sociedade, em especial uma determinada fração do empresariado mobilizado em defesa incondicional do lucro acima da vida humana.

O desprezo pelas instituições democráticas, o moralismo e a religiosidade cristã de vertente neopentecostal, articulados aos valores mais sórdidos da sociedade brasileira que são o racismo, a homofobia, a

misoginia, xenofobia, discriminação de classe etc. são as bases ideológicas que sustentam a condução de Jair Bolsonaro ao poder, as quais podem tranquilamente ser classificadas como neofascistas.

É nesse contexto que nos encontramos hoje, com uma política educacional pautada na ideia de empreendedorismo, empregabilidade e sustentabilidade, com pandemia e um governo notadamente neofascista. Então, devido ao meu tempo, que certamente devo ter ultrapassado sete minutos, eu queria encerrar por aqui e desenvolver outras questões a partir do debate. E queria agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui nessa discussão, nesse evento tão valoroso. Muito obrigado.

Os Rumos da Educação em Questão

Zuleide Simas da Silveira

Aproveito o momento para congratular-me com todos vocês, colegas de mesa, Luiz Cláudio Duarte, José dos Santos Souza e Roberto Bitencourt da Silva, meus queridos orientandos, Danielle Sampaio, Livia Mouriño, Mahalia Aquino, Marivalda Rofino, Roberto Barbosa e Rogério Tauã, a todos e a todas que se manifestam no chat e se fazem presentes desde o primeiro dia do Seminário.

Em primeiro lugar e antes de começar, eu gostaria de dedicar minha fala a dois colegas muito queridos que perdemos recentemente. Um deles, faleceu no dia 20 de agosto, o Professor Jorge Najjar, ex-diretor da Faculdade de Educação e ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação desta Universidade, coordenador e fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Políticas Públicas em Educação. O outro, Carlos Eduardo Rebuá, o perdemos no dia 7 de setembro. Também professor desta Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação e, em algum momento, professor da Universidade Federal da Paraíba. Ambos muito jovens. O Najjar havia completado 60 anos de idade e o Rebuá não tinha sequer 40 anos de idade. Duas pessoas brilhantes, amáveis, amigáveis. Então essa minha fala é dedicada a eles com todo o respeito e carinho.

Vou iniciar minha exposição, citando a Crítica ao Programa de Gotha. Um texto de crítica ao projeto educacional e societário de 1875, da social-democracia alemã, que traz em seu bojo não apenas a crítica a social-democracia, mas, sobretudo, como aponta Lênin, há nele uma teoria de Estado. “Depois da realização do congresso de coalizão, Engels e eu publicaremos uma curta nota, esclarecendo que nos distanciamos totalmente desse programa de princípios e não temos nada a ver com ele (...) além disso, é minha obrigação não reconhecer um programa que, como estou convencido, é absolutamente nefasto e desmoralizador para, no caso, o partido. Cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”¹¹⁰

Como é sabido, a social-democracia no Brasil deu seus sinais de esgotamento nas Jornadas de Junho de 2013 e veio a sofrer um golpe parlamentar no ano de 2016, e foi preterida nas urnas das eleições de 2018. Sobem ao poder forças ultraconservadoras de traços fascistas, sobre o que retomarei mais adiante. Vivencia-se a perseguição às escolas e às universidades públicas, assiste-se à morte de Mariele Franco e à prisão de Lula da Silva, e amarga-se a disseminação de notícias falsas, vulgarmente chamadas, por aqueles que incorporam o imperialismo cultural, de fake news.

Com a citação da carta de Marx, para além de sublinhar que, o movimento do real é mais importante do que uma dúzia de programas - tal como vem sendo editado pelo atual governo -, quero chamar atenção que nas atuais condições de crise estrutural do capital, os problemas do Estado Integral (sociedade política e

¹¹⁰ MARX, Karl. Carta a Wilhem Bracke, de Londres, 5 de maio de 1875.

sociedade civil) se complexificam e assolam diferentes dimensões do ser social.

Há domínio com crise orgânica, isso é uma hegemonia fraca tal como Marcos Del Roio chamou a atenção, na conferência da terça-feira de manhã. Diferentemente das revoluções passivas e suas gradações por meio do americanismo-fordismo, que (re)glutinam as frações de classe burguesas e, segundo Gramsci, “acolhem uma parte qualquer das exigências das classes subalternas e nela engendram expectativas e esperanças”, no domínio no domínio com crise orgânica, isto é, na revolução-restauração, o aspecto da revolução se limita ao desenvolvimento da ciência e tecnologia como força produtiva, com destaque à inovação, e, simultaneamente, ao aprofundamento de sua irracionalidade destruidora da natureza e da força de trabalho.

A respeito da relação metabólica entre homem e natureza, que põe em risco a sobrevivência de todas as espécies de seres vivos, Marcos Pinheiro Barreto, historiador, professor aposentado desta Faculdade de Educação, afirma que, “agências estatais, empresas privadas e mesmo algumas organizações não governamentais mais pragmáticas, trabalham nos marcos de uma sustentabilidade conservadora, produzindo discursos e práticas oficiais, valorizando noções científicas e técnicas como se fossem neutras, tratando os mecanismos de gestão ambiental (conselhos, leis, selos e mercadorias verdes) como um campo da ação preferencial de especialistas, conseqüentemente desvalorizando a participação mais efetiva da população”¹¹¹.

¹¹¹ BARRETO, Marcos Pinheiro. Educação e meio ambiente: a urgência de uma utopia vermelha e verde. In: SILVEIRA, Zuleide S.; DUARTE, Luiz Claudio. A contribuição do pensamento latino-americano: resistir

Marcos Barreto está a apontar para o distanciamento do debate público em relação às tomadas de decisões, que não deixam de ser autoritárias na medida em que são realizadas no âmbito do aparelho do Estado em nível nacional e dos organismos supranacionais.

Marcado pela exacerbação da valorização financeira, pela retomada da força do dólar americano como meio internacional de pagamento, pelo aprofundamento do processo de centralização de capitais e pela informação e comunicação automáticas, o domínio com crise orgânica, isto é, a revolução e restauração, engendra conflitos, discrepâncias, desinteligências de toda ordem.

Na prática, como este fenômeno ocorre? O governo Trump instala uma polarização geopolítica no continente latino-americano. De um lado, instala bases militares no Brasil e na Argentina, subordina o México a uma política externa agressiva, aprofunda a política de bloqueio à Cuba, amplia sanções e ameaças ao governo Maduro e organiza o Grupo de Lima, de modo a derrubá-lo (o governo Maduro), alimentando-se de um subimperialismo entreguista e garantindo a superexploração da força de trabalho. De outro lado, os movimentos dos subalternos, embora sem organização e direção políticas e, por conseguinte, sem força o suficiente para saírem-se vitoriosos, oferece ameaça ao capital. Agudizam-se, assim, as forças políticas que abrem as possibilidades de revoluções e contrarrevoluções.

e transformar do lado de cá [E-Book]. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em:
<https://www.editoranavegando.com/livro-e-possivel-resistir> . Acesso em 02/out./2020.

Neste contexto de crise orgânica do capital em sua temporalidade neoliberal, surgem algumas questões, e elas estão relacionadas ao título da nossa conferência de hoje. Primeira: para onde vai a educação? Na segunda questão, aproprio-me do texto de Carlos Rebuá, intitulado Das Normalidades: Fascismo e o Brasil de Bolsonaro, publicado no blog da Boitempo, em 25 de julho de 2019: "Por que ainda temos tanta polidez no uso do conceito de fascismo, quase sempre prene de prenomes latinos, aspas e constrangimentos os mais diversos?". A terceira questão: quais desafios estão postos à classe trabalhadora e à democracia na América Latina?

Aqui, encerro a introdução dessa fala, passando a tratar da temática em basicamente duas sessões para, em seguida, adentrar nas considerações finais. A primeira intitula-se

Crise do capital, crise sanitária e a produção cultural da ignorância

O Brasil do século XXI, assolado pela concentração de riqueza, de um lado, e pelo aumento exponencial da pobreza e da miséria, vem marcado por doenças como a malária, particularmente na região Amazônica, e a tuberculose, mantido em grupos mais vulneráveis como os presidiários. Outras doenças como a hanseníase, a raiva, o tracoma, a esquistossomose, além da emergência de outras tantas novas como, a dengue, a zika e a Chikungunya, apresentam um número elevado de casos nos últimos dois anos.

Também não se pode negligenciar o ressurgimento do sarampo, com aproximadamente 2.500 casos, e ainda a febre amarela, cuja última epidemia se arrasta desde o ano de 2006 até este ano de 2000. À estas

doenças de nível nacional somam-se aquelas de nível regional e internacional, de origens zoonóticas, causadas por vírus como H1N1, descrito como gripe suína - relacionada à criação industrial de porcos; o ebola, conhecido como febre hemorrágica ebola, devido a manipulação de carne crua de animais silvestres do continente africano; o MERS-CoV, denominado de síndrome respiratória do Médio Oriente, supostamente relacionada ao uso de camelos; e, o SARS-CoV-2, identificado como síndrome respiratória aguda, cuja doença é conhecida por Covid-19.

Segundo Sarah Gilbert, responsável pelo desenvolvimento da vacina de combate ao Coronavírus na Universidade de Oxford, a proliferação de doenças zoonóticas deve aumentar significativamente nos próximos anos devido a relação entre homem e natureza neste contexto de irracionalidade da ideologia dominante. Vivemos, pois, em contexto de intervenção irracional da natureza, de destruição, seja ela do corpo humano, da força de trabalho, seja ela objetiva, do meio ambiente.

Isto quer dizer que, as questões contemporâneas em torno da saúde coletiva estão para além da crise sanitária que se manifesta no ressurgimento de antigas doenças tida como superadas e, também, nas emergentes doenças. Elas estão relacionadas às formas expansionistas do capital e, de seu correlato, o aprofundamento das expropriações, particularmente as expropriações primárias.

É claro que, independentemente da condição geopolítica e econômica de cada Estado-Nação, a Covid-19 apresenta caráter de classe, pois que, ao engendrar a crise sanitária, manifesta-se nas seguintes contradições: capital (estatal e privado), trabalho e educação (formal e não formal). Abro um parêntese. O capital é tanto o fundo

público, aqui entendido como um ex-ante - um pressuposto da extração do mais-valor -, como afirma Francisco de Oliveira, quanto é aquele que se encontra nas mãos do empresariado brasileiro. Fecho parêntese.

Outra contradição encontra-se na relação dialética entre imperialismo e dependência, além de outras como produção e destruição da natureza, incluído aí o trabalho vivo; produção, consumo e distribuição; desenvolvimento das forças produtivas, desemprego e formas precarizadas de trabalho; produção de riquezas e generalização da miséria; aumento do fundo público e crescimento da dívida pública; aumento do fundo público e expropriação dos direitos sociais e subjetivos; necessidade de produção do consenso e tomadas autoritárias de decisão; produção do conhecimento científico-tecnológico; folclore, religiosidade e senso comum.

No Brasil, segundo colocado no ranking mundial de mortes, onde já se registra mais de 134 mil mortes, Jair Bolsonaro vem banalizando, desde o mês de março, a pandemia e desqualificando as orientações das autoridades no assunto, brasileiras e internacionais, quanto ao isolamento social e ao uso de máscara, engendrando um dilema de cunho político, econômico e ideológico entre vidas e economia de mercado.

Trata-se, pois, de um governo representativo do movimento anticiência e do fundamentalismo religioso que, ao desafiar intelectuais singulares e coletivos de todas as áreas do conhecimento - Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias/Tecnologia, Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; | Ciências Sociais; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes -, Bolsonaro e seu correlato, o bolsonarismo, engendram um movimento, denominado por Jean Miguel de produção cultural da ignorância. O texto de Jean Miguel, intitulado

Coronavírus, Bolsonarismo e a Produção da Ignorância, publicado no Boletim Cientistas Sociais e Coronavírus, Associação Brasileira de Antropologia, é bem interessante e vale a leitura.

Tal produção cultural da ignorância se desenvolve com o apoio de intelectuais orgânicos do bloco no poder e aparelhos hegemônicos em uma dinâmica contínua de, conforme Richard Sennett, “corrosão do caráter”¹¹² e, sobretudo, de ataques à escola e à universidade públicas.

Sob a vulgata do marxismo cultural e da doutrinação ideológica, já mencionada nas conferências anteriores, perpetrada pelo olavismo e pelo bolsonarismo, por mediação do aparato tecnológico da informação e da comunicação automáticas, a produção cultural da ignorância evidencia a agudização de forças políticas em torno da (contra)reforma intelectual, moral, cultural, bem como do que José dos Santos chamou a atenção, nesta mesa, da (con)formação dos sujeitos em sociedade.

E, todo esse processo, é incorporado pela cultura popular e educação popular. Afinal, conforme Gramsci, um modelo de acumulação somente funciona a contento se todos em sociedade, ou senão em sua maioria, se comportam como tal. Não é só a classe trabalhadora que precisa se comportar a contento do modelo de acumulação, mas também e inclusive a classe burguesa e suas frações.

Passo, agora, para outra sessão, com a seguinte questão: *quanto aos rumos da educação, como ficam?*

Sendo uma forma de relação social que envolve diferentes sujeitos (homens, mulheres, jovens e crianças) de carne e osso, segundo as classes sociais e respectivas

¹¹² SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. O desaparecimento da virtude com o novo capitalismo. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

frações de classe, o gênero, a etnia, a raça e a nacionalidade/naturalidade, o capitalismo possui uma especificidade tal no Brasil que se manifesta de modo dependente, associado, subalterno, exportador, concentrador e excludente. Baseio-me, aqui, em autores estudiosos da teoria da dependência como, Ruy Mauro Marini, Theotonio Dos Santos, Vânia Bambirra, mas também na sociologia de Florestan Fernandes e de Otávio Ianni e também na análise do filósofo e historiador Argemiro Brum.

Aqui gostaria de retomar a questão do fascismo sem, no entanto, pretender aprofundar o debate na medida em que o tema foi abordado por historiadores e cientistas políticos nas conferências anteriores. Busco apenas incorporar ao debate as contribuições de Theotônio Dos Santos, em *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano* (1978)¹¹³, sobre a viabilidade, a possibilidade e as características do fascismo se manifestar na América Latina, de forma dependente.

Theotonio Dos Santos fez um belo estudo evidenciando as formas pelas quais o fascismo pode se manifestar de outras formas que não aquela histórica do capitalismo alemão e italiano por meio do nazismo e do fascismo, respectivamente. O cientista político defende a tese de que, o fascismo apresentou as suas faces nas décadas de 1960 e 1970, aqui, na América Latina, particularmente nos golpes de cunho empresarial-militar, no Brasil, na Argentina e no Chile.

¹¹³ Publicado originalmente pela *Edicol*, México. Sua versão em língua portuguesa veio a ser publicada depois de 40 anos (isso! Depois de 40 anos!) pela Editora Insular – Coleção Pátria Grande, em 2018, sob os cuidados do Prof. Dr. Nildo Ouriques (IELA/UFSC).

Com Theotonio Dos Santos, é possível verificar, no Brasil de 2019, a chegada ao poder de um movimento fascista de forma subordinada, que não consegue instaurar um Estado propriamente fascista, mas somente formas parciais. É, neste sentido que Armando Boito Jr., em *Porque caracterizar o bolsonarismo como neofascismo*, artigo publicado na Revista Crítica Marxista, de março de 2020, atualiza o debate, caracterizando o governo Bolsonaro e o movimento que o apoia de neofascista.¹¹⁴

O fascismo se converte em uma força capaz de chegar ao poder e nele permanecer, somente, quando atraí o interesse e o apoio do grande capital. O movimento fascista cumpre um papel de regenerador do capitalismo porque expressa exatamente os temores, os desejos, as ambições e os valores pequenos burgueses. Esses valores servem ao grande capital em função do anticomunismo que professam e da ânsia por liderança autoritária capaz de unificar, pela violência, uma classe desorganizada em suas relações políticas, econômicas e sociais. E permitem ainda justificar a repressão ao comunismo e à revolução.

Repressão ainda mais aceitável, afirma Theotonio Dos Santos, para um pequeno burguês que odeia o proletariado por ser menos culto, mais bruto e malvestido. E continua o cientista político: o fascismo não deixa de ser uma expressão extrema dos elementos constitutivos da ordem liberal. Theotonio Dos Santos empregou a categoria liberal no contexto da década de

¹¹⁴ Por ocasião das conferências realizadas no decurso do *III Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: Para onde vai a Educação? – Crise do capital, conservadorismo e desafios à democracia na América Latina (200 anos de Friedrich Engels)*, o livro intitulado *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*, de Marcelo Badaró Mattos, não havia sido publicado. O historiador enfatiza a manifestação do neofascismo no governo Bolsonaro (2018-2022).

1970. Hoje, acrescento o prefixo *neo* para evidenciar que, aquele liberalismo vem aprofundado nessa temporalidade que se arrasta desde a década de 1970 aos dias atuais.

Então, o neofascismo não deixa de ser uma expressão extrema dos elementos constitutivos da ordem neoliberal, nos limites de uma democracia blindada. Isto quer dizer que, experienciamos um movimento fascista não de cunho ditatorial como se manifestou anteriormente. O neofascismo, ainda que apresente traços ditatoriais, o seu contraditório possui elementos democráticos. Acrescenta-se que, o nacionalismo de Bolsonaro não passa de mera retórica. Eis que houve o aprofundamento dos processos de desindustrialização e desnacionalização que se manifestaram no leilão da seção onerosa de campos petrolíferos, a liquidação da BR Refinaria, a venda e o desmembramento da Embraer.

No quadro de crise sanitária, o isolamento social iniciado em março de 2020 impôs o fechamento das instituições de ensino que por sua vez sofrem medidas que distorcem a característica da formação humana em seus aspectos sociais, cognitivos, afetivos e psicofísicos. Com base em uma discussão de caráter circular que busca estabelecer diferenças conceituais entre ensino a distância e ensino remoto, a imposição da transposição do ensino presencial e do estágio obrigatório para atividades remotas vem se fortalecendo e se ampliando em todos os níveis da educação básica e da educação superior, desconsiderando por completo o debate público entre professores, estudantes, pais e responsáveis.

Obviamente o presente é resultado de um processo histórico. Já nos anos de 1990 nos deparávamos com o ideário de que a educação é um bem público passível de comercialização, particularmente se mediada pelo aparato da informação e comunicação automática.

Hoje, o Zoom, o Google entre outras plataformas e aplicativos, os quais, vocês mais jovens devem conhecer mais de uma dezena, cumprem papel decisivo nos processos de mercantilização e privatização da educação.

Não sem razão, grandes grupos empresariais tomaram para si a educação pública como responsabilidade sua, disputando espaço não apenas na sociedade civil, mas também na sociedade política nas esferas municipal, estadual e federal, ganhando poder de barganha em torno do fundo público. Vale lembrar que os organismos supranacionais são intelectuais coletivos de relevância em meio ao movimento de disputas em torno da educação. Conhecido como parceria público-privada, o fenômeno se manifesta, hoje, sob a proposta de reforma administrativa enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional, por meio da PEC nº 32 de 2020.

No que diz respeito à produção do conhecimento, à produção de ciência e tecnologia, cabe destacar: a PEC nº 32 de 2020 atualiza os termos da Lei da Inovação — Lei nº 10.973/2004 —, exarada no governo Lula da Silva, e atualiza o Marco Legal de Ciência e Tecnologia — Lei nº 13.243 de 2016 —, publicado no governo Dilma Rousseff. Ela (a PEC-32 de 2020) atualiza porque prevê compartilhamento de espaço físico e de pessoal sem contrapartida, ou seja, a esfera privada adentra, se apropria do que é público — o que chamamos de privatização por dentro — para depois, então, privatizar todo aquele conhecimento, todo aquele trabalho — seja ele produtivo ou improdutivo —, produzido e realizado pela tal parceria público-privada, no sentido de obter cada vez mais lucros.

O ensino a distância compõe o arcabouço da mercantilização e privatização da educação. Assim, o ensino remoto neste quadro pandêmico abre espaço para,

no futuro pós-pandêmico, ampliar a oferta de parcelas significativas do currículo na modalidade a distância.

De caráter produtivista, o atual ensino remoto não apenas expropria o direito à educação como elemento concreto da totalidade social, mas também torna o trabalho docente precário na direção do desmonte da escola e da universidade públicas. Instituições como as universidades, os institutos federais, os Cefets, as escolas agrotécnicas, os colégios de aplicação, o Colégio Pedro II e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, cuja formação se pauta no tripé ensino, pesquisa e extensão, portam reconhecimento social e histórico pelo fato de seus projetos políticos pedagógicos exigirem autonomia administrativa, financeira e didática e, sobretudo, serem executados na direção da concepção de educação tecnológica em Marx e Engels, da escola unitária em Gramsci..

Reconhecidas como de qualidade, elas são financiadas *stricto sensu* pelo fundo público, Tal financiamento estatal tem se mostrado vacilante, na medida em que a autonomia universitária, a dos Cefets e IFs, dos colégios de aplicação, das agrotécnicas etc., vem sendo entendida, há mais de 20 anos, como um atributo de aproximação subserviente ao interesse das burguesias brasileira e estrangeira. É neste sentido que o governo Bolsonaro lançou o Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores, mais conhecido como Future-se, oriundo do PL nº 3.076 de 2020. O referido PL, já em sua quarta versão, busca adaptar o orçamento do MEC à Ementa Constitucional nº 95, desresponsabilizando assim o Estado dos direitos sociais e subjetivos dos brasileiros, em geral.

Não menos importante é a contrarreforma do ensino médio trazida pela Lei nº 13.415 de 2017, que

alterou as diretrizes e bases da educação nacional (LDB/1996) e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, flexibilizando a sua oferta e o percurso formativo de jovens nele matriculados. Também resultado de um processo histórico, a atual contrarreforma deita raízes no ensino médio inovador e no Projeto de Lei nº 6.840/2013 que tramitava no Congresso no governo Dilma Rousseff.

O que eu estou querendo dizer, para encerrar a minha fala, é: há medidas e desmedidas, conjunturais, próprias do atual governo Bolsonaro, no entanto elas se manifestam como resultado de um processo histórico, cuja gênese não se encontra no governo Temer ou no mandato Bolsonaro.

Para finalizar gostaria de enfatizar que as desmedidas aqui elencadas, desde a banalização da pandemia, do sofrimento e da perda de vidas, a produção cultural da ignorância, passando pelo entreguismo do atual fascismo de caráter associado, subalterno e dependente, até as mencionadas contrarreformas educacionais, põe-nos — sujeitos da classe trabalhadora — um desafio que, segundo Theotonio Dos Santos, é um desafio tático.

Qual é o nosso desafio? — os desafios colocados à democracia na América Latina, os desafios colocados a nós sujeitos da classe trabalhadora. Hoje tanto quanto nas décadas de 1960 e 1970, quando os governos ditatoriais faziam a América Latina sangrar, encontramos mergulhados no dilema socialismo ou fascismo. Como o governo Bolsonaro se apresenta como farsa da social democracia que o antecedeu, o desafio da classe trabalhadora ou das classes subalternas está em compreender a unidade necessária e intrínseca entre as tarefas democráticas, anti-imperialistas, anticapitalistas

e as tarefas socialistas, bem como aprender o seu sucesso — o nosso sucesso, o da classe trabalhadora — está condicionado à capacidade de conduzir o processo sem se comprometer com alianças espúrias, enfrentando a política do pânico, a repressão e a máquina de notícias falsas, lutando contra o fascismo e os monopólios. Agradeço a atenção.

[DEBATE]

Luiz Claudio: Nós tivemos um número significativo de questões que poderíamos dividir em quatro blocos de debate. No entanto, entendo que não haverá tempo suficiente para os conferencistas responder a todas elas. As quatro primeiras são bem abertas/amplas, quais sejam, (1) - mediante os fatos apresentados podemos dizer que o capitalismo conseguiu vender para o consumidor que escola particular é sinônimo de qualidade em detrimento da escola pública precária? E, por que muitos professores optam pelo ensino particular para os seus filhos? (2) - Diante de um cenário de intensificação da austeridade fiscal e da precarização do trabalho, qual é o espaço para a radicalização da luta de classes nos países da América Latina? (3) - Como vocês avaliam a política de expansão dos IFs e o relacionamento atual do governo com essa política? (4) - Como se encaixa nessa perspectiva de formação de mão de obra os institutos federais? Seriam estas exceções tendo em vista

a existência de uma boa formação humana atrelada ao ensino técnico?

Roberto Bitencourt da Silva: Não tenho capacidade de responder a tudo isso. Há ângulos e ordem de problemas que não tenho familiaridade, mas vou tentar responder, conforme uma ou outra questão. Vou começar por aquela que se refere à intensificação da austeridade fiscal e à precarização do trabalho para saber qual é o espaço para a radicalização da luta de classes nos países da América Latina? Essa pergunta é ótima e ela tem uma implicação prática, obviamente, a partir de tudo aquilo que foi considerado, que as pessoas também pensam sobre o cenário nacional, regional e internacional como um todo.

Bom, entendo que há dois terrenos a partir dos quais é possível fazer uma avaliação: Um é o terreno sociológico, o outro, político. Do primeiro terreno, o sociológico, é necessário saber como estão ordenadas as classes e os grupos sociais, levando em consideração que as classes subalternas, oprimidas, subordinadas, no interior de uma civilização capitalista são aquelas classes dedicadas ao trabalho assalariado, explorado, alienado, subordinadas à produção de bens, serviços e mercadorias. Em tese, desapossadas dos meios de produção e, portanto, possuem apenas a sua força de trabalho. Tomando isso como pressuposto, só tem, portanto, a sua energia, talento, capacidade e habilidade técnica profissional para trocar por um salário, porque estamos falando do proletário em geral, independentemente se ele se encontra ou não sob o abrigo dos direitos trabalhistas.

Do ponto de vista sociológico, os trabalhadores podem obter mais possibilidades ou menos possibilidades de ação política, em função do perfil do mercado de

trabalho. Daí, surgem algumas questões: como está desenhado esse mercado de trabalho? Quais são as garantias, os direitos e o regime de proteção de direitos a que o trabalhador tem acesso? Quais são os níveis de sindicalização e de familiaridade com o universo sindical, ou seja, levando em conta que o sindicato é o vetor decisivo para semear perspectivas críticas, predisposições comportamentais favoráveis a uma crítica à relação hierárquica entre capital e trabalho? O sindicato ainda é um espaço incipiente, mas inicial para que o trabalhador tenha acesso a níveis elevados de politização e, portanto, de aguçar a sua educação política e elevar seus graus de consciência, mesmo do ponto de vista germinal, uma semente ainda.

Ainda do ponto de vista sociológico, conforme abordado nesta Mesa, há um processo de erosão, no qual estamos mergulhados há décadas, vivenciando, experimentando, particularmente no Brasil. Está em curso um processo de erosão, de pulverização dos direitos e das garantias trabalhistas. Processo este que se intensificou, se agudizou nesses últimos anos pós-golpe de 2016, o golpe parlamentar, midiático e jurídico de 2016.

Na perspectiva sociológica, é possível verificar as taxas de subemprego, desemprego, informalidade e de sindicalização. São dados que têm revelado números acentuadamente negativos, do ponto de vista das possibilidades de auto-organização e capacidade crítica de enfrentamento do trabalho em relação ao capital.

Isso é o que a perspectiva sociológica, *stricto sensu*, naquele universo de fatores e fenômenos que condicionam o comportamento, que criam margens e limitam, determinam as margens de comportamento dos atores individuais e coletivos, nos permite enxergar. Há muitas limitações, muitas restrições quanto à organiza-

ção da classe trabalhadora e à formação de determinada subjetividade crítica, contestatória, emancipatória.

A partir do segundo terreno, em contraste com a dimensão sociológica, do ponto de vista político, o resultado da avaliação acima não chega a ser necessariamente um problema, pois o ângulo propriamente historiográfico, o ângulo da ciência política, sempre acena para aquela abertura em que o inesperado, a subjetividade, a margem de ação livre, a liberdade de escolha— mesmo sob condicionantes, limitações e margens estreitas –, mas, ainda assim, trata-se de o campo aberto à ação, à iniciativa. A ciência política sempre leva em consideração, vamos dizer, o pai da disciplina é Maquiavel, e um dos personagens centrais de toda a formulação teórica de Nicolau Maquiavel era a figura do líder, que tem capacidade de galvanizar vontades, de propor ideias, de propor iniciativas, propor ações. Isso é uma figura importante do ponto de vista do pensamento político.

Do ponto de vista historiográfico é a mesma coisa, vemos a abertura ao inesperado. Então, aquilo que a sociologia, os dados estatísticos não permitem, não oferecem luz, o inesperado da história e da ação individual, da ação de pequenos grupos, enfim, pode ocorrer. Eu vou dar um exemplo. Então, do ponto de vista “sociológico” brasileiro, do ponto de vista da experiência brasileira, a gente pode dizer que há muita determinação restritiva, muito problema que embaraça a resposta a essa radicalização a que se refere a pergunta em torno da plausibilidade de emergência da radicalização da luta de classes.

Há muito embaraço. Então, o cenário só vai propiciar o quê? A timidez, a acomodação e a docilidade. Isso, do ponto de vista sociológico. Agora, vamos dar um

exemplo recente de um país vizinho sul-americano. Mobilizando tanto essas questões de natureza sociológica, como histórica ou política. O caso venezuelano, que é sempre um caso candente, sempre suscetível a muitas opiniões acaloradamente divergentes, mas o caso venezuelano é uma referência importante do ponto de vista político da agudização, da radicalização da luta de classes. No início dos anos 1990, Hugo Chávez surge, como tenente-coronel do exército, ele surge no cenário político venezuelano e busca romper o sistema, mobilizando frações de tropas que lhe eram submetidas, na tentativa de um golpe militar e político que destituísse um presidente de orientação neoliberal e que havia sido responsável por um verdadeiro massacre de mais de 200 pessoas; uns protestos populares que haviam ocorrido e que reivindicavam, entre outros, por comida. A fome estava imperando. Chávez surge na esteira do *Caracazo*, no início da década de 1990, isto é, pouco tempo depois da gigantesca manifestação popular, duramente reprimida pelo governo neoliberal e oligárquico, pró-EUA, de Carlos Andrés Pérez.

Bom, nesse contexto histórico, melhor dizendo, nesse cenário venezuelano do início dos anos 1990, os índices de subemprego e desemprego eram elevadíssimos, no máximo 30% da população, 35%, da população trabalhadora, possuía uma rede protetora de garantias de direitos e recursos de auto-organização e, portanto, de experiências de solidariedade e cooperação sindical forjando identidade. Me refiro ao universo de 30%, 35%; os demais membros da classe trabalhadora venezuelana estavam mergulhados na fome, no subemprego, na informalidade absoluta, no desemprego e no subemprego crônico.

A Venezuela mesmo nesse cenário sociológico, com essas características do seu mundo do trabalho, ocorre uma retumbante e inesperada investida de um segmento radicalizado do exército, dotado de veia nacionalista, popular e anti-imperialista na Venezuela. Depois a tentativa de destituição de Andrés Perez saiu frustrada e o resto é história. Hugo Chávez e seus comandados foram presos e depois ele, no processo eleitoral, se torna presidente e a gente sabe mais ou menos como as coisas têm se desenhado. Chávez é uma grande referência na luta anti-imperialista e terceiro-mundista internacional, inegavelmente. Bom, então é o inesperado, é o inesperado, é a subjetividade e ela pode surgir e se desenvolver a despeito das determinações sociológicas ou dialogando com essas determinações, mas superando os limites dados pelo terreno sociológico. Entende? Quando você olha para o Brasil de hoje, obviamente é o desalento do ponto de vista político. As nossas esquerdas, lideranças, elas são demasiadamente domesticadas pelos parâmetros da institucionalidade, de uma institucionalidade que é fruto, como toda e qualquer instituição, conjunto de instituições, é fruto sempre da correlação de forças sociais e políticas numa determinada conjuntura histórica.

E a nossa conjuntura é de uma institucionalidade para assegurar o quê? O capitalismo típico dos países dependentes periféricos. Durante um determinado tempo arranjava ali, fazia uma compatibilização de interesses, mesmo de maneira marginal, de frações das classes trabalhadoras, isso se traduziu na Constituição de 1988. Só que esse processo, esse pacto se esboroou, está entrando em um processo nítido de pulverização. É uma nova institucionalidade, assim, que surge, em que nenhum reclamo popular tende a ser ouvido ou

considerado pela estrutura de poder, pelo Estado e pela correlação de forças sob a prevalência desses segmentos do grande capital doméstico e do capital internacional. Então o que eu posso dizer aqui: Há espaço para a radicalidade? Há espaço, mas há a necessidade de uma auto-organização política orientada por anseios e agendas que se choquem com os cânones e as categorias de percepção prevalentes, inclusive que supere, portanto, os limites desse terreno sociológico mais restritivo.

Não tenho capacidade de responder a tudo isso. Há ângulos e ordem de problemas que não tenho familiaridade, mas vou tentar conforme uma ou outra questão. Vou começar por aquela que se refere à intensificação de austeridade fiscal e à precarização do trabalho para saber qual é o espaço para a radicalização da luta de classes nos países da América Latina? Essa pergunta é ótima e ela tem uma implicação prática obviamente, a partir de tudo aquilo que foi considerado, que as pessoas também pensam sobre o cenário nacional, regional e internacional como um todo.

José dos Santos Souza: Bem, eu acho que tem uma pergunta que para mim é bastante interessante. É quando alguém... Eu não anotei o nome das pessoas... Mas alguém fez a pergunta: Por que professores de instituições públicas colocam seus filhos em instituições privadas? Bem, isso é um tema interessante porque tem duas questões em jogo aí: uma é a ideia de que tudo que é privado tem melhor qualidade, e essa ideia é uma ideologia, pois tem base social. A gente tem no meio social pessoas que confirmam essa ideia. Portanto, ela se instituiu como uma ideologia e, como tal, ela passa a nortear as formulações e as ações das pessoas, ou seja,

as pessoas passam a conduzir a sua vida tomando como referência essa ideia. Os professores e professoras fazem parte dessa sociedade. A gente tem, muitas vezes, uma visão um pouco romantizada da educação e também do professor e da professora. Eles são trabalhadores e, portanto, como trabalhadores, são sujeitos sociais suscetíveis a toda correlação de forças políticas existentes na sociedade. Então, eles também são conformistas de conformismos que às vezes vão contra sua própria existência. Para isso, para superar essa visão do senso comum de que tudo que é privado tem melhor qualidade do que o público, é preciso uma tomada de consciência. Esse professor ou professora teria que se conscientizar disso, do seu papel social, ter uma consciência mais aprofundada acerca da política educacional para que ele pudesse avançar nesse aspecto. E também é importante dizer que essa ideia de que a escola privada tem melhor qualidade é uma ideia curiosa, pois não há estudos que comprovam isso, eu não conheço nenhuma pesquisa científica que avaliou a qualidade do público e do privado comparativamente. O único dado que temos é o do Censo Escolar do INEP, certo? Uma pesquisa quantitativa, um levantamento quantitativo de dados que dá elementos para várias abordagens qualitativas. Uma coisa é certa, a maioria das escolas privadas são absolutamente desprovidas de espaço físico adequado para atividades de ensino e aprendizagem, conta com professores com baixíssima qualificação, com processos de gestão absolutamente autoritários, ao contrário de várias escolas públicas que contam com espaço físico, com professores bem qualificados e com uma gestão com mecanismos mais democráticos do que muitas das escolas privadas. Os dados mostram, o próprio censo mostra que as escolas públicas que recebem maior investimento, como é o caso

das instituições federais, despontam como instituições de melhor qualidade do que muitas escolas privadas que a sociedade considera de boa qualidade. Então existem muitas variáveis nesse debate, mas uma coisa é certa: a classificação das instituições escolares como serem de qualidade ou não serem de qualidade demanda uma discussão acerca de que qualidade a gente está falando. Mesmo no nosso meio, muitas pessoas consideram de qualidade uma formação propedêutica, ou seja, aquela formação que prepara para a universidade. Na minha concepção, a educação de qualidade vai muito além disso. Para mim, educação de qualidade é uma educação que dá ao estudante a capacidade de interpretar o mundo no seu aspecto físico e também social e político, de uma forma tal que ele se torne capaz não só de controlar quem lhe governa, mas também de governar. Isso para mim é uma formação de qualidade. Talvez essa formação não seja preparatória para o ensino superior, mas eu tenho certeza de que ela dá plenas condições para o indivíduo chegar ao ensino superior, embora muitos professores e responsáveis talvez não partilhem dessa concepção de qualidade. Com relação aos Institutos Federais, por exemplo, eu queria chamar a atenção para o fato de que o processo de reformulação da educação profissional iniciada pela Fernando Henrique Cardoso teve prosseguimento no governo Lula, com substituição da legislação pelo Decreto nº 2.208/1997, pelo Decreto nº 5.154/2004 que institui a parceria com organizações não governamentais. Isso no Decreto já do governo Lula. Institui parcerias com organizações não-governamentais para expansão e oferta da educação profissional, regulamentou os cursos superiores de tecnologia, que até então, no governo FHC, não estavam claramente regulamentados. No ano de 2007, o Lula instituiu o Programa

Brasil Profissionalizado, por meio de um decreto, sem discutir com a sociedade. E dá sequência a um processo de ampliação da educação profissional no país de acordo com as diretrizes dos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial. Ainda no governo Lula, foi promulgada a lei nº 11.892/2008 que instituiu a rede federal na forma como a gente conhece hoje. Essa rede foi composta na época por 644 unidades, distribuídas em 67 instituições de ensino, são elas: 38 Institutos Federais, dois CEFETs, 25 escolas técnicas vinculadas a universidades e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, mais o Colégio Pedro II, que foi conduzido ao *status* de Instituto Federal. Vale ressaltar que, em 2010, essa rede era composta por 356 unidades e, em 2016, já contabilizavam-se 644 unidades. O governo Lula também implementou o FIES, o ProUNI e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica e Profissional, o PROEJA, e também o PRONATEC, certo? Então, nesse sentido, a gente tem que superar um mito. Nesse sentido, tanto o governo FHC, quanto o governo Lula promoveram a mesma plataforma política para a educação profissional. Essa plataforma é a plataforma do Banco Mundial, não tem diferença. Eu até diria que aquilo que FHC não conseguiu fazer porque não tinha apoio, não tinha base popular, Lula conseguiu fazer. Por exemplo, FHC só instituiu os cursos superiores de tecnologia na rede privada; só com o governo Lula, com o consentimento ativo que os profissionais da rede federal lhe conferiam, foi possível implementar em toda rede federal os cursos superiores de tecnologia. É curioso também observar que nesse mesmo período, que pega de 2004 a 2017, ocorreu a maior ampliação que tivemos no ensino superior e esta se deu principalmente na iniciativa privada e não na pública. É verdade que a gente teve o

REUNI, que é um programa Universidade para Todos, que ampliou a oferta de matrículas no ensino superior, mas também é verdade que essa ampliação foi muito maior na rede privada no mesmo período. Então, por último, para concluir. Quando a gente fala de qualidade, até se perguntaria se essa política de expansão é também uma política de ampliação da qualidade. A gente tem que observar que a maior parte dos cursos superiores de tecnologia é na rede privada e não na rede pública. A rede federal não chega nem a 14% da oferta de vagas de cursos superiores de tecnologia. Então, quando a gente fala de curso superior de tecnologia, temos que olhar para as instituições privadas que estão com mais de 85% de oferta nesses cursos e são cursos de carga horária mínima, na maioria das vezes oferecida na modalidade de educação a distância e têm como público-alvo a população negra, pobre e de periferia urbana, certo? Então a gente pode dizer que os cursos superiores de tecnologia, junto com as licenciaturas, se transformaram nos graus acadêmicos voltados para a população pobre escolarizada, que é o que a gente chamaria do precariado, certo? Então, aqui não dá para desenvolver muito esses dados, senão extrapolaria muito o tempo, mas vale a pena dar uma olhada nos artigos que a gente vem publicando a partir das pesquisas desenvolvidas no GTPS. Tem artigo publicado na Revista Trabalho Necessário, na Revista Práxis Educacional e na Revista Trabalho, Política e Sociedade que dão conta da ilustração dos dados acerca disso que eu estou abordado aqui.

Para concluir, eu gostaria de falar sobre a rede federal pois ela está relacionada à uma das perguntas. Quero dizer que, a articulação da rede federal tem nos Institutos Federais sua principal referência de engenharia institucional para promover uma ampliação da oferta

de educação profissional, tanto no nível médio e técnico, como no superior. Essa rede cumpre um papel importante na recomposição burguesa, frente a crise do capital. Essa rede de ensino acaba por instituir a flexibilidade necessária para que a política pública de formação profissional possa cumprir, de modo eficiente, uma dupla função, ofertando no mesmo tipo de instituição todos os níveis e modalidades de formação humana interessada e imediatista e pragmática, seja para atender objetivamente as demandas do mercado, formando quadros realmente qualificados, mas também para conformar um amplo contingente de trabalhadores jovens fadados ao desemprego e à informalidade do trabalho, por meio de princípios do empreendedorismo, do desenvolvimento sustentável e da empregabilidade. Então, às vezes, dentro de um mesmo instituto, você tem um curso de técnico em informática de forma integrada, de modo que o aluno entra às oito da manhã e sai às cinco da tarde, mas tem também o curso do PROEJA, onde o aluno entra, às vezes, às sete horas e sai às nove e meia, para ser formado em manutenção e suporte de informática. Ambos vão sair com o mesmo diploma de ensino médio e técnico, mas, com certeza, um está qualificado para ser técnico de informática e o outro está qualificado para ser desempregado e ir para sua casa e ficar trocando placa de computador ou então para ficar reconfigurando o seu computador, prestando o serviço de caráter informal. É isso que nós temos: uma dualidade educacional de novo tipo. Então temos que atentar para essas contradições que a rede federal comporta e nunca esquecer que ela não chega a ser nem 14% da oferta de cursos superiores de tecnologias no Brasil. Ok? É isso.

Zuleide Simas da Silveira: Bom, em relação à questão da luta de classes nos países da América Latina, eu acho que o Roberto, que me antecedeu, foi primoroso na resposta, no enriquecimento do debate. Contudo, entendo que precisamos ver as diferenças que estão colocadas de país a país, aqui na América Latina.

Veja bem, nós tivemos grandes problemas na Guatemala com a deposição do Manuel Zelaya em 2009, depois Fernando Lugo no Paraguai em 2012, a própria Dilma Rousseff em 2016, além de uma série de conflitos contundentes que vem acontecendo na Nicarágua, no Equador, no Peru, na Argentina, no Chile, principalmente, na Bolívia, na Colômbia. Então, há diferenças. Por quê? Porque o capital é uma relação social, certa relação produção e reprodução da vida; no entanto, o que determina a implantação e a implementação de políticas reformistas ou contrarreformistas e o que possibilita uma revolução ou uma contrarrevolução é exatamente a luta de classes internas a cada país, é a agudização da luta de classes.

Se, tomarmos o continente latino-americano como um todo, ele apresenta-se como um barril de pólvora, aliás, como sempre esteve prestes a explodir. Ele sempre foi um continente que requereu muita atenção do imperialismo, particularmente do imperialismo estadunidense.

Voltando o olhar para o Brasil, para a especificidade brasileira — e, claro, podemos estender o olhar para outros países, sem citar, para não cair em qualquer equívoco — e levando em conta que o Roberto é um cientista político e, portanto, domina melhor o assunto do que a mim, podemos afirmar que, vem ocorrendo o que o Mauro Iasi chama de oscilação da consciência de classe

do Partido dos Trabalhadores¹¹⁵. O Partido que, originalmente tem em suas bases o socialismo e levanta bandeiras socialistas, aos poucos veio se transformando, transformando a sua consciência de classe de trabalhadora para consciência burguesa, marcada pelo projeto de poder. Quando chega ao poder, o PT já é um partido burguês que, obviamente, passa a executar, como afirmei em minha tese doutoral¹¹⁶ a política da social-democracia de mãos dadas com o neoliberalismo, particularmente as políticas macroeconômicas que não diferem de país para país, até porque elas são organizadas pelo alto, a partir do Fórum Econômico Mundial entre outras organizações supranacionais, e à revelia do debate público.

Portanto, todo o governo tido como responsável é aquele que leva a cabo os interesses burgueses, coerentemente com os organismos supranacionais e com o papel do Estado Integral democrático de direito burguês. No nível macroeconômico, ele acaba por executar os ajustes fiscais, enquanto as políticas microeconômicas como, no caso do governo Lula da Silva, elas diferem daquelas introduzidas por países como, Venezuela, Bolívia, sejam elas relacionadas aos direitos sociais e subjetivos, sejam elas de ordem político-econômica.

Ao invés de lançar o programa de geração de emprego e renda, poderia ter estabelecido uma política que, de fato, dê direito ao emprego, aos trabalhadores, o que não deixaria de articular-se às políticas sociais, pois

¹¹⁵ IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

¹¹⁶ SILVEIRA, Zuleide Simas da. *Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010)*. Tese (Doutorado em Educação). Niterói: UFF, 2011.

que viriam se sobrepor a programas como o Bolsa Família etc. Não sou contra, mas não podemos cair em um engano. Torna-se necessário, diferenciar políticas de foco/focais/focalizadas daquilo que são as políticas universais. É claro que, não podemos negar o alimento a uma pessoa com fome. Urge saciar a fome dela antes mesmo da universalização de uma política. Porém, cabe entender que uma política emergencial e focalizada não pode se tornar permanente, mas sim deve tornar-se universal.

É neste contexto de oscilação de consciência de classe, nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, que emerge o transformismo, nas palavras de Gramsci¹¹⁷. O Partido dos Trabalhadores junto aos seus aliados promoveu todo um processo de despolitização da classe trabalhadora. Ele foi responsável pelo maior nível de (des)concientização da classe trabalhadora e (des)organização. Isto quer dizer que, além da desorganização propriamente da produção, da reestruturação produtiva, que incorpora a reorganização espacial, deslocando os trabalhadores de um estado federado para o outro, de uma região para outra, de um país para o outro, extinguiu-se a consciência crítica de todo trabalhador.

Quanto ao governo Bolsonaro, ele se aproveita desse processo e segue surfando nessa marolinha de despolitização da classe trabalhadora produzindo e reproduzindo, cada vez mais, a cultura da ignorância. Então qual espaço nos resta? Entendo que, no Brasil de hoje, a tarefa não é a das mais fáceis ante o trabalho de desorganização da classe trabalhadora empreendido

¹¹⁷ GRAMSCI, Antonio, Cadernos do cárcere. v.3. Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

pelos governos neoliberais - PSDBistas, PMDBistas, PTistas. No entanto, o que nos resta é o espaço mesmo de organização, (auto)conscientização da classe trabalhadora em diferentes lugares.

Bom, com relação à questão dos por quês de os professores matriculem seus filhos em escolas da rede privada, entendo que o José já falou muito bem sobre o assunto. Só gostaria de fazer um breve comentário. Penso que ele mostrou muito bem, falou de certa visão, aliás geral, que recai sobre a escola pública, a universidade pública e, particularmente, da visão romantizada que o professor se deita sobre a escola pública. Então, pode-se afirmar que, o professor da escola pública ou da universidade pública realmente está impregnado de ideologia.

Fato é que, todos nós, independentemente de ter uma consciência minimamente crítica, vivermos em meio ao que Gramsci chama de folclore, trabalhamos por dentro do senso comum. Por esta razão, Mészáros enfatiza que não sabemos o quanto e até onde estamos impregnados de ideologia¹¹⁸. Agora, imagine aqueles que não têm uma leitura crítica ou não conseguem fazer uma leitura crítica da realidade concreta. Assim, nos deparamos tanto com professores críticos da realidade, conscientes da realidade, conscientes do papel da escola pública e da universidade pública, quanto os professores não críticos.

Neste contexto, torna-se importante enfatizar que, a escola da rede privada não é necessariamente uma escola de qualidade, mas também lembrar que na rede pública de ensino há escolas de excelências. Eu citei

¹¹⁸ MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo; Boitempo, 2004.

várias delas aqui. O problema está em quando se fala de escola pública, remete-se, imediatamente, para as escolas municipais e estaduais da periferia e, por conseguinte, generaliza-se o que é particular. Isso quer dizer que, promove-se uma abstração da realidade, divulgando o ideário de que a escola pública não é de qualidade. Isso é ideologia.

A qualidade a que nos referimos depende da alocação administrativa da escola, da dotação orçamentária, do projeto político-pedagógico, do plano de carreira dos docentes e de outros profissionais da escola e sobretudo da formação inicial e continuada do pessoal docente, administrativo etc. Assim classificar uma escola como de qualidade ou não tem implicações políticas que não nos cabe neste momento avaliar.

Ora, além desses aspectos, é sabido que parcela significativa dos professores é pequeno-burguesa no que diz respeito à sua consciência de classe. Há professores que defendem as escolas das redes federais de ensino (Cefets, IFFs, Agrotécnicas) e, no entanto, matriculam seus filhos, seus netos, seus bisnetos, na rede privada de ensino, desde a educação infantil até a educação básica, Isso é uma visão pequeno-burguesa. Por quê? Porque lá está a formação humanista. Mesmo defendendo a formação plena e universal dos sujeitos em sociedade, mesmo assim, seus filhos, netos, bisnetos, tataranetos seguem numa escola cuja formação, tende à formação unilateral.

Sim, a formação estritamente humanista distancia-se da formação ominilateral. O germe da formação ominilateral, ou da educação tecnológica em Marx e Engels, ou da politécnica conforme a tradução de educação tecnológica feita pelos russos revolucionários para o seu contexto, encontra-se na Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Interessante observar que os filhos da classe trabalhadora ao acessar uma das instituições de ensino da referida Rede têm a possibilidade de aproximarem-se da omnilateralidade, enquanto os filhos daquela parcela dos professores pequeno-burguesa dela mantêm-se afastados. Contradições. São contradições postas pelo próprio de modo de vida dos sujeitos engendrado pela consciência de classe.

Quanto à pergunta sobre a formação de “mão de obra” nos IFFs, no atual contexto do capitalismo em sua fase neoliberal, vale acrescentar que o meu entendimento sobre a educação tecnológica, tanto sob a perspectiva de Marx e Engels quanto na ótica burguesa, foi forjado por dentro da Rede, da qual sou devedora e, digamos, filha. Estudei na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, de 1973 a 1975, em seguida, no ano de 1979, tornei-me professora da instituição, então, recentemente transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, o Cefet-RJ, e nela atuei durante 33 anos. Esta trajetória permitiu-me elaborar alguns trabalhos acadêmicos, dentre eles a dissertação no Curso de Mestrado e a tese no Doutorado, ambos em Educação. Deste modo, acompanhei as transformações pelas quais passou a Rede, em geral, e o Cefet-RJ, em particular.

Tal entendimento permite afirmar que a história dos Institutos Federais não se inicia no ano de 2008 com a mudança na denominação da Rede e a elevação dos “Cefetinhos” a status de instituição de educação superior. Ora bem sabemos que estas instituições têm sua origem no início do século XX e passam por uma série de modificações em suas denominações, projetos político-pedagógicos e sobretudo no aspecto relativo à autonomia

administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica. Hoje, a denominada Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica comporta uma Universidade Federal Tecnológica do Paraná, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Rio de Janeiro e Minas Gerais), trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFs), vinte e duas Escolas Técnicas Federais Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II¹¹⁹.

Antes, porém, dentro da Rede fazia-se uma distinção entre os “Cefetões” e os “Cefetinhos”, obviamente dois jargões que buscavam sintetizar a autonomia didático-pedagógica de umas e outras instituições. Os três primeiros Cefets, CEFET-MG, CEFET-RJ, CEFET-PR, criados em 1978, dotados de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, tendo como objetivos ministrar ensino em grau superior de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia e tecnólogos (cuja origem remonta aos cursos de engenharia de operação); oferecer cursos de licenciaturas plena e curta, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas ministradas no ensino de 2º grau e nos cursos de formação de tecnólogos; ministrar ensino de 2º grau, com vistas à formação de auxiliares e técnicos industriais, incluindo, mais tarde, a formação de técnicos para atuar no setor de serviços; promover a verticalização do ensino profissional; promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando

¹¹⁹ CEFET/RJ - Seu tempo e sua história: 90 anos de formação profissional. Brasil, 2007. Direção: Zuleide S. Silveira. Duração: 40 min. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=fdBaCFcMSSM&t=24s>

a atualização profissional na área técnica industrial; realizar pesquisas na área técnica industrial, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade e ao setor produtivo mediante cursos e serviços¹²⁰.

Já os “Cefetinhos”, também originados das escolas técnicas federais, passaram pelo processo de cefetização iniciado no ano de 1989 com a Escola Técnica Federal do Maranhão e levado a cabo ao longo da década 1990. Embora dotados de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, voltavam-se sobretudo para a oferta do ensino de 2º grau, cursos de aprendizagem (hoje denominados de cursos de qualificação). Na educação superior, ofereciam, apenas, licenciaturas (Física, Química e Matemática) e cursos superiores de tecnologia.

Portanto, não ofereciam os cursos de bacharelado em nível de graduação como os primeiros CEFETs e tampouco cursos de pós-graduação (lato sensu, mestrado e doutorado). Foi somente com o processo de ifetização, no ano de 2008, que estas instituições adquirem certa autonomia didático-pedagógica, mas não a mesma dos CEFETs (RJ e MG). Aliás, esta é uma das razões pelas quais os CEFET-MG e CEFET-RJ não terem aderido ao processo de ifetização trazido pela Lei nº 11.892/2008, no segundo mandato do governo Lula da Silva.

¹²⁰ SILVEIRA, Zuleide S. Contradições entre capital e trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico. Jundiaí: Paco Editorial, 2010. SILVEIRA, Zuleide S. Contradições entre capital e trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2007.

Observem, então, a responsabilidade atribuída às instituições da Rede no bojo de sua expansão e interiorização, cada vez mais clara, desde 1978: formar parte do “corpo do trabalhador coletivo”¹²¹. Afinal, ela forma e qualifica profissionais para os diversos setores da economia em estreita articulação com a divisão internacional do trabalho e os arranjos produtivos locais, em consonância com os programas governamentais de geração de trabalho e renda. Ressalto, o processo contraditório de expansão e interiorização da Rede sobre o qual não temos a pretensão de debruçar nos limites desta publicação.

Para concluir, remeto brevemente para a questão relacionada à política de expansão dos IFs no atual governo [Bolsonaro].

A resposta a esta questão não pode se descurar das propostas da Emenda Constitucional nº 95/2016 e do Future-se ou Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, lançado em 2019. O governo mete no saco/no pacote dos cortes as contrarreforças da educação, evidenciando o interesse em desmontar uma política de

Estado — a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — desenvolvida ao longo do século XX e primeira década do XXI.

O que o Future-se prevê? Ora, o Future-se prevê o desmonte das carreiras do funcionalismo público, sobretudo das carreiras de magistério superior, de ensino básica, técnico e tecnológico (EBTT) e de técnicos administrativos. A autonomia financeira das instituições de ensino da Rede e universidades públicas passa a ser

¹²¹ MARX Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro I. São Paulo: Boitempo, 2017; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

vista como um atributo que busca captar recursos junto ao setor privado, através de fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário das IFE. Esse movimento incide sobre a autonomia pedagógica pois os docentes tornam-se empreendedores e captadores de recursos. A autonomia administrativa deixa de existir na medida em que a gestão deve ser feita por Organizações Sociais, de caráter privado, a exemplo do que já vem ocorrendo com os hospitais universitários.

O que é que isso significa? Privatização. Não é a esmo o contingenciamento da verba destinada ao apoio à expansão e ao funcionamento da Rede. Portanto, não há uma linha de continuidade na política pública de expansão da Rede, salvo se for nas mãos da propriedade privada. É isso que o atual governo [Bolsonaro] está prevendo tanto para as universidades tradicionais quanto para os IFs e Cefets. Bom, eu vou parar por aqui porque já tenho bastante tempo de fala.

Luiz Claudio: Como o nosso tempo está se esgotando, passo a palavra para os três membros da mesa para as considerações finais.

Roberto Bitencourt da Silva: Quero agradecer bastante. Obrigado, Luiz. Quero agradecer bastante, fazer uma saudação especial a todos os organizadores que estão operando com essas plataformas técnicas e atendendo a todas as necessidades e satisfazendo todos os requisitos para poder nos propiciar debates tão enriquecedores como os que têm ocorrido desde segunda-feira, eu tenho acompanhado também os diferentes debates. Uma saudação especial a todos que participaram, aos colegas da mesa, ao Luiz Claudio, professor

José dos Santos, professora Zuleide, as pessoas que acompanharam. E umas últimas palavras que poderiam... umas observações finais como um desdobramento da exposição que eu fiz, levando em consideração toda uma série de problemas e vicissitudes que estão se desdobrando no cenário de crise capitalista, bastante intensificada por conta dos desafios promovidos pela pandemia do Covid-19. Isso tem uma série de implicações também no campo da educação, evidentemente, de restrições do ponto de vista orçamentário, restrições que os governos vão mobilizar e pretender justificar para asfixiar mais ainda a realização de direitos sociais tangíveis e intangíveis, direitos assegurados pela Constituição. Então um processo de desconstitucionalização e de asfixia de diversos direitos, inclusive, evidentemente, a educação. E isso exige de nós educadores, a todos nós educadores atuantes nas instituições da educação básica e da educação superior do setor público e no setor privado, capacidade organizacional para que a gente tenha possibilidade de resistência, não só de resistência, mas de propor alternativas, uma visão alternativa desde a unidade essencial e elementar de atuação de atividade profissional e política nossa, que é a escola, que é a universidade. A gente, portanto, tem a capacidade organizacional de prover ideias e valores alternativos que confrontem os cânones endeusados décadas a fio pelo neoliberalismo, de celebração irrefletida e demasia conferida à empresa privada, de individualismo exacerbado. Que a gente, portanto, tenha capacidade, condições engenhosas e criativas, ultrapassando aquilo que eu estava me referindo, dos limites que a sociologia nos permite descrever e identificar, sobretudo a partir do mundo do trabalho, nos impondo aquelas determinações todas de asfixia, estrangulamento de direitos. Enfim,

então, que a gente tenha engenho político criativo para disseminar visões alternativas e confrontar efetivamente, ao longo do tempo, como a professora Zuleide mencionou, isso não é da noite para o dia, mais ainda considerando um país da dimensão continental do Brasil. Mais engenho criativo e projeto alternativo são necessários, e que a ação política não se prenda, portanto, aos marcos da institucionalidade e aos esquemas e às categorias de interpretação que há 20, 30 anos predominam nas esquerdas do Brasil e chegou a um ponto de estrangulamento, a um beco sem saída. Ou a gente muda a nossa perspectiva e temos capacidade de demonstrar engenhosidade para propor alternativas ou a gente vai ficar somente submetido à erosão de direitos. Muito obrigado mesmo. Uma satisfação enorme participar desse debate maravilhoso. Muito obrigado, gente.

José dos Santos Souza: Eu queria, nessa palavra final, considerar que a organização e a luta dos trabalhadores passam necessariamente pela construção de uma consciência de si enquanto classe, ou seja, é a superação da sua condição de classe em si para a tomada de uma consciência de classe para si, quando ele se reconhece como classe social, e uma classe em luta e em conflito com o capital. Só que, no Brasil, a gente teve um refluxo da formação política pelos movimentos sociais. Digo isto referendado pela guinada que a Central Única dos Trabalhadores promoveu a partir dos anos 90, buscando traçar a luta pelos interesses da classe trabalhadora por meio da negociação tripartite e paritária, e abandonou toda a ideia de um sindicalismo combativo e substituiu por um sindicalismo de resultados, a ponto de chegar ao final dos anos 90 sem nenhuma diferença da força sindical. Mesmo com o surgimento de centrais sindicais

alternativas, que é o caso da CSP-Conlutas, a própria conjuntura determinada pela ofensiva burguesa não tem permitido uma rearticulação desse movimento no sentido de uma construção de consciência de classe. Os nossos partidos políticos de esquerda há muito tempo abandonaram um projeto político mais amplo contra o capital em nome de projetos mais imediatos, ou seja, temos partidos que têm como projeto a eleição de um presidente e não têm um projeto de sociedade claramente construído junto com a sociedade, construído junto aos trabalhadores. Muitas vezes, esse projeto de sociedade está apenas no papel. Um bom exemplo disso é o PCdoB e o PT que agora recentemente votaram a favor da isenção dos impostos das igrejas e tudo isso em nome de eleição de Lula em 2022. Então, as ações dos partidos no Brasil estão muito mais voltadas para um projeto eleitoral do que para um projeto de sociedade. É óbvio que eu não estou aqui sendo ingênuo achando que eleição não se disputa, que não é prioridade, claro que é, mas tem outras prioridades. Eu diria que precisamos saber hierarquizar as prioridades, porque a consciência da classe trabalhadora precisa ser trabalhada e isso está cada vez mais evidente com os processos eleitorais que temos tido, onde tivemos a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, Marcelo Crivela à prefeitura no Rio de Janeiro, João Dória à Governador em São Paulo, o Wilson Witzel à Governador no Rio de Janeiro, e poderia enumerar aqui vários episódios que demonstram como essa esquerda eleitoral tem causado um dano considerável para a constituição de uma consciência da classe trabalhadora. Na questão educacional, isso se reflete muito bem. A gente tem hoje uma esquerda na educação que abandonou há muito tempo um projeto educativo da classe trabalhadora e se conformou com as

relativizações da visão pós-moderna, onde tudo é possível, tudo é aceito e onde a luta de classes não é mais uma referência de condução da vida, a ponto de os projetos pedagógicos hoje estarem muito mais voltados para as individualidades do que para um projeto de sociedade. E isso ficou evidenciado agora na pandemia, quando a classe dominante tentou ressignificar a educação a distância, trazendo à tona um ensino remoto, dizendo que é diferente da educação à distância, como se o ensino não fosse educação e o remoto não fosse distante. Como saldo, temos o fortalecimento das proposições do ensino híbrido, que favorece a lucratividade das empresas de ensino privadas. Curiosamente, eu tenho colegas de esquerda defendendo o discurso dominante e postando nas redes sociais como está maravilhoso o ensino remoto. Primeiro que é mentira, que não está maravilhoso, não é maravilhoso a gente estar aqui sentado nesse momento, há cerca de três horas. Maravilhoso seria se a gente tivesse num auditório, pudéssemos ter um contato mais efetivo. Por outro lado, a pandemia trouxe permanências. Eu creio que, daqui para frente, nossos eventos jamais poderão se desenvolver sem essas plataformas, mesmo que a gente esteja em um auditório juntos presencialmente. Mas a gente está aprendendo que, dentro das contradições, essas tecnologias que já estão disponíveis há muito tempo e são muito utilizadas pela educação a distância, vieram para ficar e daqui para frente um evento científico presencial sem essas ferramentas, permitindo pessoas que estão distantes fora do local participarem, será um evento fadado ao fracasso. Então, assim como isso está colocado, tem diversas outras permanências que a gente vai ter que atentar. Inclusive, na Revista Trabalho, Política e Sociedade, a gente está trabalhando num dossiê

tratando justamente sobre o que a pandemia trouxe e que tende a se tornar permanente no contexto do trabalho, da política e da sociabilidade. Eu acho que é um debate que a gente precisa travar, assim como o limite da organização político-partidária voltada apenas para uma estratégia eleitoral, sem a preocupação de construir na sociedade um consenso em torno de projetos alternativos ao do capital. E eu queria agradecer, agradecer não, na verdade eu quero parabenizar a Zuleide e o seu grupo de pesquisa por essa iniciativa. Também queria parabenizar a qualidade do trabalho, a dinâmica do seminário, como também a qualidade dos debates, a qualidade dos palestrantes que estiveram aqui e que eu estive observando. Todos trouxeram contribuições muito importantes e fizeram desse evento uma referência para o debate num contexto tão adverso, num contexto tão perverso e também num contexto muito triste. Por isso, participar de um evento como esse em um momento como o que estamos vivendo é bastante gratificante. Então, eu só tenho a agradecer. Agradecer ao Roberto Bitencourt da Silva, que dividiu a mesa comigo; agradecer a Zuleide também, acho que nossas discussões se complementaram de uma forma interessante. E agradecer ao Luiz Claudio Duarte, que eu estou vendo que já está cansado, está doído que o evento acabe, mas parece que ainda tem mais ainda para você, e parabenizá-lo pela condução da mesa. Obrigado.

Zuleide Simas da Silveira: Quero, mais uma vez, agradecer a participação dos colegas nesta Mesa, uma participação maravilhosa. O esforço dos palestrantes dessa mesa, parece-me, deu respostas à questão, surgida neste momento no chat, sobre a relação entre o capitalismo atual e o neoliberalismo. Entendo que remetemos,

ao longo da atividade desta Mesa, para o capitalismo em sua fase neoliberal. A riqueza dos dados trazida pelo Roberto sobre as manifestações da relação entre os organismos supranacionais e a burguesias locais dos países da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular; evidenciamos o presente como resultado de um processo histórico desencadeado com a implantação das políticas neoliberais. Políticas que foram e são respostas à crise estrutural do capital.

Trata-se, conforme Mézaros, de uma crise rastejante¹²² que se manifesta em todas as dimensões da sociedade, desde quando o modelo taylorista-fordista de acumulação deixa de dar respostas aos interesses burgueses. Esta fase do capital, em curso, alguns de nós chamam-na de neoliberalismo, Virginia Fontes chama de capital imperialismo, os liberais, de modo geral, não assumem a denominação “neoliberalismo”. Cada intelectual ou grupos de intelectuais pode empregar uma ou outra denominação conforme a apreensão da totalidade social. Talvez daqui a uns 50 anos, a um século, nossos futuros colegas pesquisadores cheguem a um nome mais acertado para essa temporalidade que se arrasta desde os 1970 e se manifesta no Brasil de 1988-1989, por meio do mandado de Marcelo Alencar na prefeitura do município do Rio de Janeiro, no entanto, marcadamente a partir da subida de Collor de Mello à Presidência da República, em 1990. Entendo, portanto, que respondemos à questão.

Quanto à afirmação, postada nesse momento no chat, de que “a diferença dos IFFs [em relação às outras instituições que ofertam o ensino médio] é a formação integral”. De fato, esta é basicamente o nosso lema, o que

¹²² MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2006

defendemos e queremos. No entanto, vale ressaltar, não se trata, ainda, de formação integral, ela se dá em meio as contradições entre capital, Estado, trabalho, produção, consumo, circulação etc. São várias as contradições que se manifestam em diferentes escolas e, sobretudo, nas instituições da Rede porque nela se materializa uma política de Estado.

Elas não são uma política qualquer governo. São uma política que, independentemente do governo, tem a sua continuidade histórica. Suas origens encontram-se nos anos de 1909, transformaram-se em seus aspectos físicos, denominação, projetos político-pedagógicos, e se modificaram à medida que a burguesia veio se modificando e amoldando o Estado aos seus interesses. Como qualquer outra instituição que oferece cursos enquadrados na educação superior, a exemplo das universidades tradicionais (humboldtiana e napoleônica) das origens do Estado moderno, os IFFs e os CEFETs articulam-se aos interesses imediatos do Estado.

Trata-se, pois, de uma tensão permanente e inerente dentro/à universidade e instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, qual seja, servir ao Estado e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, à classe trabalhadora, oferecendo uma formação que se aproximada daquilo que Marx [e Engels] denominou educação tecnológica.

Ao usar a expressão educação tecnológica, Marx buscava afastar-se da proposta da escola politécnica napoleônica, uma das instituições de ensino superior francesa. Remetia, então, para as escolas agrotécnicas como instituições que contém o germe da educação tecnológica, que possibilita a classe trabalhadora superar os limites da formação burguesa. É exatamente por esta razão que ocorre as lutas intraclasse burguesa e entre as

classes burguesas e trabalhadora em torno da organização e funcionamento dos IFs e CEFETs.

Para chamar à realidade concreta, observem que o governo Dilma Rousseff submeteu a política de uma Rede histórica a um programa, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O que significa isso? É a expressão das lutas antes mencionadas entre capital, Estado, trabalho e educação, pois ao capital não interessa apenas a formação altamente qualificada de trabalhadores, mas também aquele menos qualificada, a formação aligeirada e fragmentada na medida em que a máquina produtiva

Esta contradição é analisada por Marx no Capítulo VI Inédito d'O capital¹²³. Ela é importantíssima para discutirmos a produção de ciência, tecnologia e inovação, a produção de conhecimento novo e a produção de inovação, a formação de engenheiros, arquitetos, dos jornalistas, dos professores, técnicos de nível médio etc.

Ricardo Antunes¹²⁴ bem mostra esta necessidade contraditória do capital que, cada vez mais, requer, de um lado, pessoal altamente qualificado porque ele imprime um ritmo à produção, particularmente de inovação, para lançar cada vez mais mercadoria no mercado de consumo; e, de outro, força de trabalho de baixa qualificação.

Nesse sentido e ao mesmo tempo, estou respondendo à pergunta sobre a alfabetização funcional, sob a

¹²³ MARX, Karl. Capítulo VI inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867, O capital, livro I. São Paulo: Boitempo, 2022.

¹²⁴ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2003.

qual parcela mais empobrecidas da classe trabalhadora apreendem minimamente o domínio de algumas ferramentas, de modo a conviver em sociedade, a exemplo de apertar botões no caixa eletrônico do banco.

Quem, hoje, não lida com computador? O trabalhador mais desqualificado e da periferia ele precisa portar um aparelho de celular, um microcomputador, para matricular o filho na escola pública, necessita do cartão do banco e, por meio de um computador, o caixa eletrônico, sacar o Bolsa Família. Estes são os códigos presentes na sociedade contemporânea, os quais o trabalhador precisa minimamente dominar. Daí, a alfabetização funcional, que é também tecnológica. Enfim, é o que lhe permite transitar na práxis cotidiana, permite reproduzir a sua vida cotidiana. Enfim, gente, para quem pretende continuar o debate, convido para participar do GPETED, nosso Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: pensamento latino-americano e tradutibilidade de Antonio Gramsci.

Obrigada!

CONFERÊNCIA VI

Gênero, Raça, Classes e Perspectivas Teórico-Empíricas

Conferencista

Jorgelina Loza

Formas de Organización de Las Mujeres Trabajadoras del Hogar en América Latina: la interseccionalidad como una herramienta de análisis

Jorgelina Loza

Bueno, Kenia, muchas gracias por esta cálida bienvenida. Claro que recuerdo el encuentro del año pasado. También un evento hermoso, es una pena que no se haya podido dar presencialmente este año esta convocatoria, pero agradezco que hayan trabajado tanto en transformarlo en esta actividad de modalidad remota. Voy a hablar despacio porque voy a hablar en español para que no haya pierdes en el bilingüismo que vamos a compartir esta noche.

Primero, además de agradecerle Kenia la presentación, agradezco a Zuleide y a Luís Claudio la invitación que me hicieron y tal como vos decías, quería resaltar que esta convocatoria llega en un contexto muy excepcional en el que nuestro trabajo académico se reconvierte a modalidades excepcionales en las que estamos obligadas a ser creativas para buscar información, para entrar en contacto o para sostener contactos con nuestros objetos de estudio, con nuestros sujetos de estudio y eso también nos enfrenta a las desigualdades, al riesgo de considerar que el y el privilegio de hacer cuarentena, de quedarnos en casa, de probar nuevas

recetas, de disfrutar tiempo con la familia, de pasar más tiempo con nuestros hijos y ocuparnos de tareas del hogar, se refiere a una nueva normalidad, a una normalidad extendida y en realidad, para quienes usualmente son parte de nuestros trabajos académicos, para quienes son nuestros sujetos de estudio es probable que esta no sea una nueva normalidad, que no estén en condiciones de disfrutar de este privilegio de estar a salvo en casa, de esperar que esto pase en la comodidad de un hogar, probablemente en hogares que no están acondicionados para pasar los días completos, las semanas enteras con todos los habitantes de esa casa y tampoco estén disfrutando.

En el caso que justamente voy a relatar hoy, tampoco probablemente estén disfrutando de una comodidad laboral, ¿verdad? Pero al mismo tiempo, desde el punto de vista académico, las dificultades para hacer trabajo de campo. En mi caso, que tenía planeado abordar a trabajadoras del hogar remuneradas que se organizan regionalmente para extender sus demandas políticas.

Esa dificultad no me deja sin tareas, sino que estoy convocada a pensar mis marcos teóricos tal como propone esta conferencia y como me permite el tiempo que tengo disponible en estas condiciones, pensar el presente, pensar el aumento de la violencia basada en género que se está dando en los hogares latinoamericanos y que evidencian las estadísticas que llegamos a tener, lo irrefrenable de los femicidios en nuestros países, la matanza de sujetos a manos de la policía por características raciales, los levantamientos en torno a esa violencia institucional, la desigualdad en la distribución de tareas de cuidado en los hogares que habitamos y que se refleja en el ámbito académico en un aumento de la

cantidad de trabajos que han podido presentar investigadores varones contra el decrecimiento de la cantidad de trabajos que han logrado presentar en estos últimos meses investigadoras mujeres.

En este marco tan excepcional, pero tan interesante también y tan agotador, por cierto, yo quisiera compartirles aquí algunas ideas que surgen de mi recorrido por distintos aportes teóricos, por algunas indagaciones empíricas que me permiten ir construyendo lentamente, paso a paso, mi propia mirada sobre los procesos sociales que analizo y sobre los que investigo. Fundamentalmente me permiten ir consolidando mi propia forma de trabajar.

En este momento me encuentro trabajando sobre las formas en que se organizan mujeres trabajadoras del hogar remuneradas y ese proceso social y político, ese grupo de personas que en América Latina consolidaron hace algunos años, como les voy a contar, una red transnacional para expresar sus demandas específicas, aun cuando hay grandes diferencias entre los países latinoamericanos respecto de este tema.

Me abre un montón de preguntas y por eso me parecía que era un buen tema para traer a esta mesa. Una es la vinculación que estas trabajadoras del hogar han tenido con las movilizaciones de mujeres y específicamente con los movimientos feministas latinoamericanos, esa vinculación ha sido históricamente muy conflictiva y es importante desentrañar esa situación, porque las razones por las cuales existe cierta invisibilización, cierto conflicto, no existe un contacto fluido entre estas vertientes, digamos, entre estas manifestaciones, esa razón tiene un, seguramente, un contenido histórico, teórico que podemos ver, sobre el que podemos reflexionar aquí.

Las diferencias de clase en ese vínculo han sido centrales, han sido constitutivas de esa distancia. En tanto tomar la causa del trabajo doméstico suponía que las mujeres profesionales de clase media y clase alta revisaran su propia condición de empleadores de otras mujeres. Esa trivialización del trabajo de ama de casa que impacta de lleno en el feminismo influye también no sólo en esa distancia, sino en los salarios muchas veces por debajo del salario mínimo aceptado en los países latinoamericanos que las trabajadoras domésticas reciben y que, además, siguiendo con esa lógica de la desvalorización, aleja a sus demandas de las demandas feministas, mujeres feministas y movimientos feministas que nunca tomaron el oficio y la condición de ama de casa como propia.

La que logró exponer finalmente el problema del trabajo doméstico remunerado e incluirlo en un movimiento de mujeres mucho más amplio fue la propia demanda de estas mujeres. Esa vinculación, sin embargo, sigue sosteniendo una fuerte diferencia de clase, ya que la lucha es por el reconocimiento de mejores condiciones laborales para las trabajadoras domésticas, pero no para modificar la forma en que son comprendidas y repartidas las tareas domésticas dentro del hogar. Es decir, la división sexual del trabajo continúa sin ser revisada a pesar de la solidificación de estas demandas que yo les comento hoy.

La discusión sobre el trabajo en el hogar va a aparecer en los encuentros feministas latinoamericanos en la década del 80 vehiculizada por organizaciones de mujeres que sostienen un contacto fluido con las luchas de las trabajadoras del hogar. Esos espacios sirvieron para consolidar alianzas con organizaciones de mujeres, para capacitar a activistas, así como para la investigación

y la divulgación que se dio desde ese contacto sirvió para divulgar las condiciones en las que el sector se encontraba.

Respecto de la internacionalización del movimiento de trabajadoras del hogar tenemos que resaltar la relevancia de las conferencias internacionales convocadas por la Organización Internacional del Trabajo, la OIT para fortalecer ese movimiento, ya que es allí desde donde salen fortalecidas, desde donde pueden consolidar coaliciones transnacionales y a la vez visibilizar internacionalmente sus condiciones de trabajo y de vida y obtener cierta legitimidad para sus demandas.

En las conferencias 99 y 100 de la OIT, es donde se discutieron las normas internacionales para las trabajadoras del hogar, dando espacio a convenios que aún hoy son fundamentales para las decisiones legislativas que los países toman sobre este sector. Ese momento marcó además el fortalecimiento de las organizaciones nacionales de trabajadoras del hogar y, sobre todo, la creación de la Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar, la CONLACTRAHO. La CONLACTRAHO fue creada durante la primera reunión de trabajadoras del hogar realizada en Colombia en 1988.

La organización transnacional permitió articular demandas y presentar el reclamo por la mejora de las condiciones laborales en espacios globales que ejercieron luego presión sobre los estados nacionales, algunas con modificaciones positivas, otras un poco más lentas, como es el caso de Paraguay, que es uno de los casos nacionales que estoy tomando. La CONLACTRAHO fue creada durante la primera reunión de trabajadoras del hogar realizada en Colombia en 1988. La organización transnacional permitió articular demandas y presentar el

reclamo por la mejora de las condiciones laborales en espacios globales que ejercieron luego presión sobre los estados nacionales, algunas con modificaciones positivas, otras un poco más lentas, como es el caso de Paraguay.

El reconocimiento internacional también impactó directamente en las integrantes de la organización transnacional, ya que al intercambio de experiencias se sumó la participación en instancias de formación y la difusión de la concientización respecto de las condiciones de trabajo, respecto de los derechos de las trabajadoras del sector.

Ahora bien, qué podemos ir pensando en términos teóricos a partir de estas experiencias. Indagar sobre la interacción entre las escalas nacional y la escala internacional de la acción colectiva. Es decir, el escenario internacional en el que estas mujeres se animaron a participar activamente. Nos permite dilucidar además las dinámicas internas de esos procesos políticos e identificar segregaciones y omisiones que se fundan en prácticas colonialistas que están internalizadas también en el ámbito científico académico y en las organizaciones políticas. Me refiero a la distancia, que mencionaba inicialmente respecto del feminismo y de organizaciones de mujeres que ocupan lugares más hegemónicos.

Está indagación nos permite preguntarnos por distintas y coexistentes formas de construcción de transnacionalidad. Cuál es la región que piensan. Cuál es la región a la que aspiran en términos políticos y en términos simbólicos las trabajadoras que sostienen y construyen lazos a través de las fronteras. ¿Ese es el sistema internacional que estamos mirando, o estamos mirando desde nuestros diseños de investigación el sistema internacional diseñado por los Estados nación,

diseñado por los organismos internacionales? ¿Estamos contemplando el sistema internacional que construyen los sectores populares? De qué manera contribuyen esos sectores populares a lo que Sonia Álvarez llamó esa comunidad feminista organizada, esa comunidad feminista imaginada, ¿no?, retomando el concepto de Benedict Anderson, ¿cómo vamos a entender a esa comunidad?

Es una pregunta y una decisión epistemológica fundamental también para reflexionar sobre el lugar que le vamos a dar desde el punto de vista analítico a las diversas manifestaciones de mujeres y de mujeres feministas, cómo pensaremos los procesos hegemónicos que se dan entre esas manifestaciones que tienen lugar en esos espacios en los que se define, qué demandas son prioritarias y cuáles no y por qué no.

Siguiendo con el caso de la CONLACTRAHO, cuando se vio fortalecida, fue cuando se apoyó en la experiencia de sindicalización y de activismo político de algunos de los países latinoamericanos. Otros países impedían la sindicalización o no otorgaban el reconocimiento jurídico específico a la sindicalización de trabajadoras del hogar. La reorganización de esas trabajadoras, el armado de un proyecto político regional se encontró rápidamente con obstáculos que tienen que ver con él la forma en que esa actividad se desarrolla, con el tipo de actividad que estas mujeres desempeñan.

Son limitaciones que además siguen siendo obstáculos para la organización a nivel nacional y que se suman a conflictos que atraviesan al vincularse con otras organizaciones sindicales ya que al mismo tiempo que los Estados no otorgan ese reconocimiento jurídico, las centrales sindicales tampoco vehiculizan su participación en demandas de la clase trabajadora. Es por esto que la

organización de las trabajadoras del hogar remuneradas sostiene aun lazos formales e informales con organizaciones regionales que sí toman sus demandas y dan lugar a la difusión de sus reclamos.

Existe una fuerte dificultad para que estas mujeres se organicen, que está fundada en la procedencia de ellas mismas, de las trabajadoras del hogar remuneradas, puesto que muchas de ellas mayoritariamente provienen de hogares pobres, usualmente de zonas rurales, de áreas marginales de las grandes ciudades latinoamericanas. Además, en una gran mayoría cuentan con bajos niveles de escolarización, lo cual implica que atraviesan pocas instancias para el conocimiento de derechos y para la desigualdad a la hora de negociar sus salarios, sobre todo en instancias tan privadas, tan íntimas como son las del trabajo doméstico.

También existen otros obstáculos como la diversidad interna del sector, dada la procedencia indígena o afrodescendiente de trabajadoras del hogar en algunos países de América del Sur. Estas características pueden contribuir a la explicación de por qué muchas de estas trabajadoras desconocen sus derechos laborales y por qué es tan dificultosa su inclusión, su involucramiento en una organización y que ese proceso de involucramiento requiere, además de una fuerte formación política.

Otras explicaciones que podemos ensayar, que podemos discutir, obviamente todo esto es objeto de debate y podemos retomarlo más adelante con las preguntas, otras explicaciones, decía, tienen que ver con las características del trabajo específicamente, trabajan en hogares privados en los que muchas veces sus tareas son invisibilizadas, es decir, no son reconocidas como trabajadoras aún dentro del hogar, ¿no? es la segunda

mamá, la persona que ayuda, la chica que está en casa, ni siquiera reciben un nombre de trabajadora.

Cumplen con larguísimas jornadas de trabajo que les impiden realizar otras actividades, lo cual complica la posibilidad del encuentro con pares. Su condición laboral impide que esas organizaciones ya consolidadas entren en contacto con las trabajadoras y las convoquen a participar. Los horarios de trabajo extensos otorgan pocas horas de descanso y entonces pocas horas para la recreación, para agruparse los fines de semana y los bajos salarios, además, tampoco otorgan excedentes para destinar el tiempo libre, a la participación política, al encuentro con pares, etcétera.

En el caso de Paraguay, además, se suma otra dificultad para tener en cuenta, que es que las trabajadoras del hogar remuneradas realizan sus tareas a menudo en zonas urbanas donde no residen. Por lo cual el acceso a sus lugares de trabajo, es decir, el viaje que tienen que atravesar hasta llegar a los lugares donde trabajan, consume una parte significativa del tiempo disponible.

Además, hay características propias del sector que explican la invisibilización de sus demandas en las políticas públicas de los gobiernos latinoamericanos. En Paraguay, la previsión social, el entramado de políticas para la asistencia y protección social excluyeron centralmente al trabajo del hogar y al trabajo reproductivo, así como al cuidado de menores y de adultos mayores, tareas que recaen íntegramente en mujeres.

A la par contamos con una fuerte invisibilización del tema en los debates académicos. Sobre esto podemos decir que las mujeres trabajadoras del hogar fueron negadas en tanto objeto de estudio por no considerarse su actividad un trabajo formal, por no dar el peso relativo

a la tarea reproductiva. A la vez que sus dificultades para la organización política les negaron un espacio como agentes de movilización política y entonces el protagonismo en los estudios sobre movilización colectiva.

El marco epistemológico de la teoría poscolonial en este punto es el que nos permite construir herramientas para pensar las matrices de opresión que operan sobre estas mujeres trabajadoras. O sea, todas estas características que yo menciono parecen datos sueltos si no encontramos una explicación de proceso histórico a las matrices de opresión sobre las que sus condiciones han sido consolidadas.

No podemos dejar de subrayar entonces en ese sentido, la relevancia de la condición de migrantes de muchas de estas trabajadoras ya sea de un país a otro, donde existan mejores condiciones económicas o propuestas laborales, o bien del campo a la ciudad en sus propios países.

En definitiva, el trabajo doméstico es depreciado siempre, así sea realizado por una mujer en su propia casa o por una persona que lo realiza a cambio de dinero, sumado a las condiciones previas de pobreza, de desigualdad, respecto de quienes las contratan, la mayoría femenina, un alto porcentaje de migrantes internas o extranjeras de quienes usualmente ejercen esta actividad.

Todos estos factores contribuyen a que las condiciones laborales de esta actividad sean peores que las de otros tipos de actividad. Pero no podemos analizar la situación de este sector sin tener en cuenta que se entrecruzan en ese campo relaciones de dominación y explotación que están históricamente vinculadas entre sí, al mismo tiempo que sostienen características diferentes.

Es esta condición multidimensional la que aleja a la lucha feminista hegemónica centralmente europea y blanca de las reivindicaciones de las mujeres así llamadas del tercer mundo y que las hace objeto de lo que Gayatri Spivak nos explicó que era violencia epistémica, dada su ausencia de los temas de debate académico.

Los problemas de las mujeres trabajadoras domésticas se vinculan con la violencia patriarcal y las pautas que este sistema impone en términos de división del trabajo, pero no se reducen solamente a eso, su situación está directamente relacionada también a su condición migratoria y al racismo que atraviesa la matriz nacional de la alteridad de los países latinoamericanos.

Para poder abordar este tema de manera integral, una posible solución pareciera residir en adoptar la interseccionalidad como postura metodológica, como enfoque metodológico, pero también como perspectiva política.

La interseccionalidad se nos presenta como una herramienta de análisis que permite detectar el carácter relacional y agravante de las violencias de raza, de género, de clase, de etnia. En tanto estrategia metodológica, la interseccionalidad nos permite resaltar que las categorías de género incluyen a otra diversidad de experiencias de explotación y subordinación y que esa diversidad debe resaltarse, ello implica dejar de lado la supuesta universalidad de categorías de género, de raza, de clase, de etnia, de edad para el análisis de la situación de las mujeres trabajadoras del hogar y subrayar la intersección entre sus condiciones de vida y sus categorías de género, su pertenencia de clase y sus características raciales.

En los países latinoamericanos como Paraguay y Argentina, los procesos de racionalización de la otredad

han sido tan profundamente instalados que el racismo no aparece como una dimensión relevante, ni siquiera en los análisis académicos. En Argentina, hablo por Argentina particularmente, el racismo no es un tema de discusión académica. El trabajo doméstico resulta un espacio donde estas dimensiones de dominación se interseccionan, dado que así se legitiman desigualdades sociales que naturalizan la asimilación de posiciones subordinadas en el espacio social con determinado tipo de trabajo, es decir: a determinadas posiciones de la estructura social, le corresponden actividades laborales específicas.

La interseccionalidad permite identificar jerarquías invisibles pero sustantivas entre causas y mujeres, entre luchas y situaciones de subordinación. Estos procesos de jerarquización y de construcción de fronteras deben entenderse como históricamente construidos, pero con una fuerte base ontológica. Es decir, la interseccionalidad nos propone una lectura radical.

La concepción del trabajo doméstico como una tarea afectiva basada en la entrega y no en la calificación o en la dedicación laboral, contribuye a sostener esa representación de la actividad que la deja fuera del reconocimiento estatal, sindical, gremial. La carga afectiva atribuida al trabajo doméstico legitimó la informalidad de las condiciones laborales de esa actividad. A su vez, la condición migrante y la pertenencia a sectores populares de una amplia mayoría de las trabajadoras domésticas no hace más que reafirmar la racionalización que caracterizó a las relaciones de dominación en las naciones latinoamericanas.

Las jerarquías así construidas y ontológicamente incorporadas redundan en una distribución desigual de recursos, pero también en escalas de valor propias de esa

sociedad y prácticas relacionadas con la moralidad resultante que dan espacio a procesos de inferiorización y explotación. Pensar de esta manera, la matriz de dominación de los países latinoamericanos implica reavivar una categoría de análisis que ha sido tradicionalmente obliterada, al menos en Argentina, que es la raza.

Como la construcción racial categoriza a partir de la adjudicación de características específicas a grupos determinados habilita biologizar la desigualdad, es decir, racionalizar la dominación. Dado que este proceso histórico estuvo dominado por la blanquitud se opacó la contribución de otros grupos étnicos, se etnizó a las diversidades, se legitimó un orden blanco y eurocéntrico en el que la subalternidad tendría asignadas determinadas características y espacios propios.

Ya hemos leído Aníbal Quijano y a colegas de la Escuela Decolonial afirmando que es en la conquista de América cuando emerge o donde se fortalece el concepto de raza. Dando pie así mediante la violencia a un nuevo modo de dominación social sin precedentes.

Este nuevo modo o forma de relación social está basado en la idea de superioridad, inferioridad en este binomio, que ha conformado a las estructuras de dominación desde entonces y hasta el presente como elemento constitutivo de la materialidad de las relaciones sociales, pero más importante aún, de la materialidad de las personas que participan en esas relaciones sociales.

Los argumentos de Quijano nos muestran que los estragos que la colonia tuvo no han desaparecido en nuestros países. El racismo permeó profundamente a la modernidad y sus efectos se combinan con el desarrollo del capitalismo: flexibilización, explotación del trabajo,

trabajo esclavo contemporáneo, control de las subjetividades, etcétera.

Precisamente, el punto clave de la decolonialidad que esta escuela propone es la desnaturalización de esas estructuras. Es decir, pensar que ha habido otras formas diferentes a las construidas por la colonización, que algunas persisten de una u otra manera, e incluso la posibilidad de construir nuevas y diferentes formas de vida respecto de la actual forma de vida hegemónica.

Por eso, desde la teoría poscolonial y desde los aportes decoloniales, puede entenderse la especificidad del racismo como indisociable de las relaciones históricas que han sido condicionadas por los procesos de colonización y decolonización y la diseminación del capitalismo.

El racismo no es simplemente xenofobia, es más bien el resultado de la traducción interna de la división internacional del trabajo que participa en la alterización de la precariedad y la precarización de la alteridad, así como la expresión conjunta de políticas explícitas de identidades nacionales.

Los sentidos comunes, las representaciones sociales representan una de las principales complejidades del racismo, las construcciones políticas, culturales, geográficas que terminan generando un relato en el que la raza y la clase no se diferencian, parecen no existir, el negro, el no blanco, el indígena, son un otro que tiene la marca de la diferencia, la huella de subordinación histórica.

Esta población, desde una perspectiva dominante, es racializada, lo que contribuye a construir una percepción intuitiva de su ubicación social en cuanto a clase e incluso territorialidad. Lo que nos propone las indagaciones empíricas es que la situación de las mujeres

racializadas se componen por una integración, por una interseccionalidad de la raza, el género y la clase.

Otro punto que caracteriza entonces al trabajo en el hogar remunerado o no, y que complejiza estas percepciones es su vinculación estrecha con la intimidad. En el caso de las empleadas remuneradas, esa cercanía con el mundo de lo privado resulta muy problemática, ya que esa intimidad generada con los empleadores pareciera achicar distancias entre ellos. Sin embargo, se mantienen fuertemente las distancias sociales y económicas entre quienes trabajan y quienes las contratan.

Es una cercanía que nunca deja de marcar la otredad, la alteridad. El no reconocimiento de las tareas domésticas como un trabajo, duplica la jornada laboral de las mujeres insertas en el ámbito productivo. Pero además invisibiliza, menosprecia el trabajo de quienes lo hacen laboralmente, de quienes trabajan en tareas de limpieza, cuidado, cocina, etcétera. La asociación patriarcal entre esas tareas y el mundo de lo afectivo termina confundiendo los lazos laborales que deberían ser absolutamente formales, con lazos amorosos.

De este modo se legitima la informalidad de las trabajadoras del hogar y se desestiman sus reclamos por derechos laborales. Por su parte, el argumento de la relación causal entre la salida al mercado laboral de mujeres de sectores medios y altos y el aumento de las trabajadoras del hogar remuneradas, ha contribuido a posicionar a estas últimas por fuera de los reclamos feministas y en una relación contradictoria con sus expresiones organizativas.

La informalidad en las formas de contratación de las mujeres que realizan trabajo doméstico no puede justificarse, porque permite delegar al menos parte de

esas tareas a otras mujeres. La carga afectiva o proximidad con la intimidad que el trabajo doméstico supone, ya dijimos, tampoco puede ser motivo de esa invisibilización.

Esta invisibilización del reclamo de las mujeres latinoamericanas dentro de esa comunidad feminista imaginada y organizada no hace más que profundizar el proceso de subalternización mediante el cual se sostiene y fortalece un discurso hegemónico acerca de la comunidad, mientras se construye una fuerte representación sobre la otredad que refuerza su posición subordinada. Además, continúa sin interpelar el rol de los varones en la provisión de dichos trabajos y en la responsabilidad reproductiva y del cuidado. En resumen, tomando esta indagación empírica como una experiencia nutritiva para estas ideas y para armar un marco teórico que permita pensar este tipo de fenómenos.

Sobre lo que debemos reflexionar, creo yo fuertemente, es sobre los procesos hegemónicos de internalización del colonialismo, es decir, cómo los individuos de sociedades colonizadas como las nuestras, hemos adoptado en nuestras formas de vida lenguaje, identidades, costumbres, organizaciones, etcétera, dinámicas de racismo, de esclavitud, de opresión, de violencia, reproduciéndose generacionalmente entre los colonizados y hasta nuestros días. Especialmente tenemos que reflexionar sobre cómo impacta esto en nuestra propia construcción identitaria.

Silvia Rivera Cusicanqui nos llamó la atención sobre el impacto del colonialismo interno en la consolidación de una autopercepción negativa en los sectores populares latinoamericanos, abonada por las políticas del mestizaje que sostuvieron prácticas estatales en el siglo XX en la región. Debemos resaltar que las

categorías de género son en sí mismas una herramienta del colonialismo. Es una herramienta clave porque estandariza las categorizaciones sociales, porque refuerza las jerarquías preexistentes.

El colonialismo, entonces, también estuvo estructurado bajo las lógicas de la violencia sexual y la conquista del otro. La occidentalización, la patriarcalización de los sistemas de género, fueron procesos históricos que se dieron en paralelo. El colonialismo es una estructura histórica que funciona como un ethos, como una cultura que se reproduce cotidianamente a través de nuestras acciones más pequeñas.

Es por ello que la decolonización no puede ser asumida solamente como una postura teórica al pensar que al igual que la interseccionalidad requiere ser asumida también como una postura política. Al pensar las dificultades del sector de las mujeres trabajadoras del lugar remuneradas, es necesario revisar el lugar que las corrientes hegemónicas del movimiento de mujeres latinoamericano han dado a la subalternidad.

Cuánto permanece de relación colonial con los sectores populares, quiénes reciben las marcas de lo indígena, de lo negro, la huella de la subordinación histórica que mencionábamos hace un rato. La clave para pensar raza y género en el presente es la colonialidad. No habrá respuestas abarcativas sino desandamos antes esos procesos históricos.

Como diría Bell Hooks, etiquetarnos a nosotras mismas como feministas no cambia el hecho de que debemos trabajar conscientemente para deshacernos del legado de la socialización negativa. Yo creo que es en este punto donde debe darse el debate actual. Resaltar cómo las mujeres son organizadoras comunitarias en los barrios populares, cómo son protagonistas de las

respuestas que el Estado no logra dar, cómo son protagonistas en comedores, en asambleas, cómo son lideresas indígenas, cómo gran parte de las primeras líneas de las agrupaciones sociales y cooperativas, están constituidas por mujeres. Es allí donde podemos observar disputas disruptivas.

La micropolítica, entonces, se presenta como un deber moral para la decolonización cultural y de género. Es necesario que organicemos nuestras vidas de acuerdo con nuestras ideas, iniciar un proceso autoconsciente de decolonización para nosotras mismas. Frente al debate internacionalista que los feminismos diversos le propusieron al feminismo blanco global, debemos retomar también la pregunta por la construcción política de la subalternidad. El cuestionamiento de Spivak no busca complejizar la condición del otro, el cual es heterogéneo, es decir, se trata de muchos otros, de muchas otras, y está situado en diferentes contextos locales, sociales, culturales y económicos.

La decolonización, entonces, debe revisar esas voces, debe preguntarse quiénes son esos subalternos, debe ser pensada y actuada en términos de la transformación del pensamiento monocéntrico y unidireccional de Occidente que caracterizó al mundo moderno colonial. Pensar y reconocer que hay muchas naciones adentro de una misma nación. Pensar más allá de una única globalización capitalista en términos de libre mercado, de flujos financieros. Reconocer que la esclavitud persiste. Reconocer que se expande no sólo en las periferias sino también en los países centrales. Por lo anterior es que los autores decoloniales demandan el derecho al conocimiento, la necesidad de un derecho a conocimientos alternativos, una forma de conocimiento que venga del colonialismo a la solidaridad, que rompa

con el círculo vicioso de la producción de víctimas y victimizadores.

En términos teóricos, lo que tenemos que hacer, creo yo propongo para conversar con ustedes, es un marco interpretativo que nos permita capturar la heterogeneidad con sus jerarquías, con sus desigualdades. Recuperar la potencia del fragmento, como dirían algunos autores, postcolonialistas, pero también vivir esa intersección como una potencialidad.

Habitar la contradicción, dice Rivera Cusicanqui, evitar los discursos vacíos de lo multicultural, de la igualdad, que funcionan finalmente como una retórica encubridora. La tarea es la de superar las taxonomías modernas, el historicismo, el binarismo de la ciencia social hegemónica. Si las ciencias sociales nos enfocamos solamente en observar las condiciones en que viven los sectores oprimidos además y nos detenemos en dimensiones específicas sin retomar su historicidad, sus condiciones de posibilidad reafirmamos continuamente con nuestras descripciones entrometidas esas condiciones de explotación y de opresión en que otros viven.

El activismo internacionalista nos abrió las puertas a reforzar nuestras denuncias, señalando las diversas matrices de la heterogeneidad que los procesos nacionales han construido. La participación internacional de las demandas del feminismo diverso visibilizó la heterogeneidad de situaciones, el entramado de opresiones en que viven las mujeres de los países que fueron colonizados.

Lo que ahora necesitamos es un abordaje más valiente, un abordaje que recupere esas dinámicas de colonialismo interno, pero que además no sea miope respecto de los avances de las élites. Si no miramos los

procesos históricos, los mecanismos y dispositivos a través de los cuales los grupos dirigentes, las élites, los dueños de los medios de producción intelectual consolidan sus vínculos opresivos, no podremos nunca desactivarlos.

Ello implica abandonar una perspectiva enamorada de nuestros objetos de estudio, de nuestros sujetos de investigación, que nos impide otorgarles a los grupos conservadores el peso que tienen en realidad como agentes políticos. Están organizados, las élites tienen recursos, las derechas, los grupos conservadores, los grupos anti derechos y construyen también una idea de región, consolidan una regionalidad y una transnacionalidad. Ellos también construyen internacionalismo. No mirar esos avances que nos resultan tan incómodos nos ha costado muy caro en el presente y creo que es un error que tenemos que desandar en el futuro cercano.

Muchas gracias.